

FRASEOLOGIA, TEXTO e DISCURSO

em DIFERENTES
ABORDAGENS
LINGUÍSTICAS

Vicente de Paula da Silva Martins



Pedro & João
editores

**FRASEOLOGIA, TEXTO E
DISCURSO EM DIFERENTES
ABORDAGENS
LINGUÍSTICAS**

Vicente de Paula da Silva Martins

**FRASEOLOGIA, TEXTO E
DISCURSO EM DIFERENTES
ABORDAGENS
LINGUÍSTICAS**

Copyright © Vicente de Paula da Silva Martins

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Vicente de Paula da Silva Martins

Fraseologia, texto e discurso em diferentes abordagens linguísticas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 232p.

ISBN: 978-65-87645-50-6

1. Fraseologia. 2. Texto e discurso. 3. Diferentes abordagens linguísticas. 4. Autor. I. Título.

CDD – 410

Capa: argiladesign.com.br

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

AGRADECIMENTOS

Sou muito grato aos docentes da Universidade Federal do Ceará (UFC) por suas ricas lições na área da Linguística durante minha formação continuada, pelo incentivo, pela disponibilidade, pelo diálogo saudável e encorajador, particularmente a amizade de Eulália Vera Lucia Fraga Leurquin, José Alber Campos Uchoa, José Américo Bezerra Saraiva, Rosemeire Monteiro-Plantin, Júlio César Rosa de Araújo, Maria Elias Soares, Aurea Suely Zavam, Márcia Teixeira Nogueira, Maria Margarete Fernandes de Sousa, Mônica Magalhães Cavalcante e Paulo Mosânio Teixeira Duarte (*in memoriam*).

SUMÁRIO

Introdução	09
A interface entre fraseologia e linguística textual: dêixis e anáfora idiomáticas	13
Processamento Fraseológico: a passagem do abstrato ao figurativo	51
A Fraseologia Popular no Discurso Parlamentar	83
As Formas Simbólicas de Violência na Fraseologia Brasileira	109
O fenômeno da lexicalização na formação das expressões cristalizadas verbais	139
A Fraseologia no Google Imagens	157
A fraseologia de “pé de moleque”: composto, locução ou sinapsia?	169
A Presença de Unidades Fraseológicas no Atlas Linguístico do Ceará (2010)	199
Hipóteses psicolinguísticas acerca do processamento fraseológico por falantes do português como segunda língua	215
À guisa de uma conclusão (geral)	227
Sobre o Autor	231

INTRODUÇÃO

O que é fraseologia? O que é texto? O que é discurso? Ao longo de uma década (2009-2019) tentei, de forma bastante entusiástica, em sala de aula na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral/CE, ou durante minha participação como palestrante convidado em eventos nacionais ou regionais da área de Letras, responder a estas três questões a partir de diferentes abordagens linguísticas, sempre me expondo com muita reserva, inibido, por vezes, sem conseguir apresentar com muita robustez argumentativa o que entendia por fraseologia, texto e discurso, mas também sem nenhuma preocupação ortodoxa, ou melhor, sem me filiar a nenhuma corrente ortodoxa, ou melhor, sem me filiar a nenhuma das linguísticas discursivas mesmo quando seduzido à primeira vista por seus pugilatos teóricos sobre texto/discurso, senão a descoberta (achado linguístico?) de que o fenômeno fraseológico está presente em todas as ciências da linguagem, inclusive a Psicolinguística e a Análise do Discurso, em suas variadas vertentes norte-americanas e europeias.

Em meio à pandemia da Covid-19, reli alguns dos artigos mais antigos, engavetados, e observei que, apesar de terem sido escritos há uma década, traziam muito da minha verve linguística dos anos 2000, minha empolgação acadêmica e passados tantos anos me dei conta que continuo à caça de definições de fraseologia, texto e discurso que se ajustem às questões terminológicas das linguísticas contemporâneas, às demandas das ciências do léxico e ao meu interesse crescente em linguística discursiva. De uma coisa estou certo, propriedades sintático-semânticas das unidades fraseológicas também carecem de novos paradigmas e podem ser consideradas decisivas nas definições de fraseologia, texto e discurso e bem tipificá-los do ponto de vista linguístico.

A falta de consenso, no tocante às noções de fraseologia, de texto e de discurso tanto em termos epistemológicos quanto ontológicos, significa que são muitos e diversos os parâmetros a considerar na definição dos termos ou categorias linguísticas. Não tenho como dar conta dessa complexidade teórica da linguística

enquanto ciência da língua(gem). A fraseologia, por exemplo, de há muito deixou de ser considerada como um fato ou fator marginal mais próximo à literatura, à cultura, ao folclore e ao trivial para ser um aporte central das ciências da linguagem, e sua emergência teórica, há mais de duas décadas, levanta questões importantes que afetam os domínios linguísticos e discursivos relacionados ao léxico, texto, discurso, à sintaxe e morfologia. O livro é esforço de eu aplicar princípios das linguísticas discursivas (Análise do Discurso, Semiótica, Funcionalismo etc.) ao fenômeno fraseológico.

As combinações fraseológicas (expressões fixas) com respeito às combinações livres (sintaxe) mereceram atenção de Saussure, em seu **Curso de Linguística Geral**, no início do século XX, mas as afirmações do mestre genebrino persistem e são de grande atualidade, nos estudos das operações linguísticas, discursivas e cognitivas da produção, compreensão e do processamento de textos escritos ou orais, e abrem novas janelas para discussões mais demoradas ou exaustivas sobre a fixação, a idiomaticidade, a convencionalidade, a institucionalização, a variação e a frequência no discurso repetido ou formulaico que permitem aos linguistas vislumbrar que o leitor diante de um texto literário ou do discurso parlamentar perceba que está, na verdade, diante de um texto-discurso, produto da enunciação, no qual o discurso (pronunciamento) atualiza-se nas virtualidades da língua, enquanto o texto realiza-se no discurso por meio da manifestação oral ou escrita.

O empreendimento teórico de saber mais sofre fraseologia, texto e discurso não é em vão. Tem me permitido entrecruzar olhares com os que lidam, na Linguística Textual, com a noção complexa de texto, definida como realização da atividade discursiva, evento comunicativo empírico concretizado e lugar de interação entre atores sociais (interlocutores) e de construção interacional de sentidos de um enunciado (incluindo, claro, o sentido metafórico). Da mesma forma, através da Análise do Discurso, observei que o discurso interessa aos fraseólogos à medida que, por força da ordem da instanciação, a forma discursiva vem marcada pela ação semiótica e se revela uma prática responsável pela construção sócio-histórica do processo de produção discursiva e da interpretação da sua significação, de caráter polifônico.

Evidentemente, meu passo inicial nessa instigante busca por uma cabal e elegante definição da Fraseologia me levou à releitura de “*Introducción a la lexicografía moderna*” (1952), do espanhol Julio Casares e, em particular, às acepções da Real Academia Española (<https://dle.rae.es>) de fraseologia, entre as quais, destacaria o “conjunto de frases feitas, locuções figuradas, metáforas e comparações fixadas, modismos e refrães, existentes em uma língua, no uso individual ou em alguma comunidade linguística” e “parte da linguística que estuda as frases, os refrães, os modismos, os provérbios e outras unidades de sintaxe total ou parcialmente figurada”. No Dicionário de Houaiss, atualizado em 2020, infelizmente, apesar de sua robustez de verbetes, pouco me acrescentou às noções terminológicas de *fraseologia* e *locução*. Por *fraseologia*, Houaiss define a “expressão idiomática”, a unidade fraseológica mais longa e geralmente com verbo, enquanto *locução* (a nominal), definida como “sintagma ou locução cristalizada, com sentido figurado ou não.” Tenho sérias restrições às definições lexicográficas de Casares, da Real Academia Española e do Houaiss, mas, por hora, são o que há de melhor em se tratando de definibilidade básica ou instrumental de fraseologia e locução.

Da minha parte, o caminho para solução da problemática definitória de fraseologia tem sido a de ampliar meu olhar sobre o fenômeno do lugar das construções cristalizadas ou expressões idiomáticas nas linguísticas contemporâneas. Assim, meu primeiro esforço neste livro, que reúne textos escritos desde 2010, sem a angústia de ter um trabalho sistemático ou com unicidade do ponto de vista teórico, foi, na verdade, o de vislumbrar “A interface entre fraseologia e linguística textual: dêixis e anáfora idiomáticas”. Em seguida, recorrendo à Semiótica Discursiva, trazer à baila o trabalho “O Processamento Fraseológico: a passagem do abstrato ao figurativo”. No campo da Análise do Discurso, na sua vertente francesa, discuti sobre “A fraseologia popular no discurso parlamentar”.

Todos os textos aqui publicados trazem um rico exemplário de expressões idiomáticas no discurso parlamentar. Busquei também me aproximar da Linguística Cognitiva e escrevi o texto “As Formas Simbólicas de Violência na Fraseologia Brasileira” e, em seguida, apresento o texto “O fenômeno da lexicalização na formação das expressões cristalizadas verbais”. Fique curioso em saber mais sobre

a presença da fraseologia no âmbito da linguagem digital e escrevi “A Fraseologia no Google Imagens”, com exemplos capturados na Internet de imagens fraseológicas de uso frequente no Brasil.

Com o novo Acordo Ortográfico, vi o impacto das bases ortográficas na lematização de vários lexemas dos dicionários gerais (Houaiss, por exemplo), com a diminuição do número de entradas e aumento do número de subentradas, o que me levou a produzir o texto “A Fraseologia de pé de moleque: composto, locução ou sinapsia?”, isolando, para a discussão lexicográfica, a locução “pé de moleque”, anteriormente um composto. E, no final deste bloco, ao me deparar com do atlas linguístico cearense, escrevi o trabalho “A Presença de Unidades Fraseológicas no Atlas Linguístico do Ceará” (2010). A fraseologia no Alege diz muito da idiosincrasia do povo cearense.

O último texto “Hipóteses psicolinguísticas acerca do processamento fraseológico por falantes do português como segunda língua”, escrito em 2010, serviu como meu estudo preliminar rumo à tese de doutorado em linguística pela UFC, defendida em 2013.

Com abordagens tão diversas sobre fraseologia, texto e discurso, é provável que o leitor esteja, como se diz na Espanha, diante de “*cajón de sastre*” (uma espécie de “gaveta de sapateiro”, desarrumada e misturada de objetos desordenados), mas isso, ou seja, a aparente desorganização é a manifesta interdisciplinaridade que tanto me estimula ao longo das mais de três décadas de magistério e, no fundo, necessária para a entropia que só enriquece o mundo acadêmico, e quanto mais tento esgotar teoricamente sobre as três categorias supracitadas sei que é este o caminho para melhor caracterizar o sistema linguístico.

Vicente de Paula da Silva Martins (UVA)
Fortaleza/Sobral - CE
Ano I da Pandemia Covid-19

A INTERFACE ENTRE FRASEOLOGIA E LINGUÍSTICA TEXTUAL: DÊIXIS E ANÁFORA IDIOMÁTICAS

Introdução

Este texto busca oferecer subsídios, de caráter teórico-prático, que nos permitam o entendimento do fenômeno da fraseologia da linguagem geral nos textos-discursos bem como o estabelecimento de sua interface com a disciplina linguística textual.

Para dar suporte empírico ao nosso trabalho, constituímos um *minicorpus* de discursos parlamentares para esta análise, ainda não publicado, com ocorrência de dêixis e de anáfora, a que denominamos de “dêixis idiomática” e “anáfora idiomática”. Para fundamentação teórica deste trabalho, recorreremos aos seguintes autores: Adam (2008, 2010); Cavalcante (2005); Charaudeau e Maingueneau (2008); Corpas-Pastor (1996); Koch (2005); Levinson (2007); Marcuschi (2003); Apóthéloz (2003); Conte (2003) e Francis (2003).

Consideramos o discurso parlamentar como um gênero textual pertencente à colônia dos gêneros políticos, marcado pelos propósitos comunicativos do enunciador. Analisamos o emprego das expressões idiomáticas como anáforas encapsuladoras na constituição dos argumentos em textos do gênero parlamentar. Neste sentido, observamos que as anáforas encapsuladoras, nos discursos dos parlamentares, cumprem a função de organização coesiva e aproximam-se muito do conceito de anáfora indireta, cujo valor axiológico se revela um recurso importante na construção da argumentação política.

Alguns dos achados linguísticos, muitas vezes, são, aparentemente, obras do acaso. Pelo menos é esta a sensação que temos no interesse de estudo da fraseologia no âmbito da linguística textual. Como a maioria dos lexicógrafos define as unidades fraseológicas como frases pré-fabricadas, fixas, cristalizadas e sem texto, não é de se estranhar que não haja um esforço, por parte dos linguistas, de aproximação teórica entre fraseologia e linguística textual. Não nos propomos resolver, neste trabalho, esta problemática, mas ensaiaremos alguns pontos de contiguidade entre

fraseologia e linguística textual por entendermos que, em ambas, há, pelo menos, o interesse em comum e legítimo de ver o ato da linguagem como forma de o homem organizar, cognitivamente, o mundo.

Durante a constituição de um *minicorpus* de expressões idiomáticas nos discursos parlamentares, no período de 2000 a 2010, deparamo-nos com a expressão idiomática **“aí é que a porca torce o rabo”** (aí é que está a dificuldade; aqui é que mora a dificuldade; este é que é o ponto difícil da questão, DHLP¹).

Especulamos, de logo, um papel dêitico que o advérbio “aí” desempenharia nos discursos parlamentares. Por e-mail, levamos à professora Mônica Magalhães Cavalcante, linguista e pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC), a questão do caráter dêitico de “aí” na expressão idiomática e obtivemos esta resposta: “Só há uma possibilidade de esse aí ser dêitico”: é pensar que ele se refere a um “lugar” da situação específica de cada enunciação em que cada locutor pronuncia o provérbio. O aí seria uma referência à própria situação, algo do tipo “nesse caso, nessa situação, nesse ponto”, que pode até, dependendo do caso, ser uma anáfora encapsuladora também.

A partir da resposta da professora Mônica Cavalcante, duas linhas de investigação se desenharam na elaboração deste trabalho. Na verdade, buscaríamos responder a duas questões relativas ao papel do advérbio “aí” em **“aí é que a porca torce o rabo”**, no âmbito desta fraseologia e esta no âmbito do discurso parlamentar.

A primeira questão que colocamos foi de como iríamos verificar a ocorrência do advérbio “aí” com referência a um “lugar” da situação específica de cada enunciação, definida pelo enunciador do ato de fala.

A segunda pergunta diz respeito a como o “aí”, advérbio de lugar, torna-se uma referência da própria situação, com a acepção de “nesse caso, nessa situação, nesse ponto”, o que configuraria, na verdade, uma retomada de um sintagma anteriormente usada no mesmo discurso.

Diante destas duas questões iniciais, resolvemos ampliar nossa investigação para observar o comportamento dêitico e anafórico de

¹ Abreviação que adotamos para o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2020).

outras expressões idiomáticas no contexto dos discursos parlamentares.

Tomada esta decisão e feita a sua delimitação, resolvemos estruturar nosso texto em dez seções. Na primeira seção, tratamos da interface entre fraseologia e linguística textual.

Na segunda e na terceira seções, mostramos a fraseologia como marcador do texto-discurso e como uma das operações de continuidade discursiva. Da quarta a oitava seção, dedicamos nosso estudo ao comportamento da dêixis discursiva na fraseologia e a anáfora como recurso coesivo.

Como não tratamos a fraseologia de forma isolada, mas situando-a no discurso parlamentar, chamamos tanto a dêixis como a anáfora encapsulada de dêixis idiomática e anáfora idiomática, respectivamente, uma vez que seu significado idiomático, de natureza metafórica, é revestido dessa ideia de “encapsulamento”.

Fazemos também uma espécie de percurso histórico e etimológico do termo “encapsulamento anafórico” para que nas seções seguintes, nona e décima, possamos ilustrar, com muitos exemplos extraídos do discurso parlamentar, o valor axiológico das expressões idiomáticas com função de anáforas encapsuladas e concluímos nossa pesquisa com as chamadas anáforas indiretas nos discursos parlamentares, no caso, representadas por novas expressões idiomáticas.

Fraseologia e linguística textual

Há, por parte dos dicionários gerais da língua portuguesa, uma flagrante indigência na definição do termo fraseologia. Por exemplo, Houaiss (2020), considerado o mais completo dos dicionários, define fraseologia como parte da gramática (ou ramo da linguística) que se ocupa do “estudo de frases ou expressões cristalizadas, cujo sentido, geralmente, não é literal”. Ou, quando faz referência ao termo “expressão idiomática”, muito próximo à noção de fraseologia, a acepção dada é a de “locução ou frase cristalizada numa língua, cujo significado não é deduzível dos significados das palavras que a compõem e que geralmente não pode ser entendida ao pé da letra”. A fraseologia ou expressão idiomática, para os dicionários, são frases

com sentido fixo, cristalizadas, armazenadas na memória dos falantes, mas sem texto. Veremos que não é bem assim.

As frases feitas são mais do que expressões fixas. São segmentos discursivos que dizem muito dos gêneros da vida, das narrativas, sejam reais ou fictícias, da linguagem cotidiana, da civilização de um povo. São expressões cristalizadas, sim, mas que, nas cadeias referenciais, facilitam a compreensão do texto, seja oral ou escrito.

É verdade que os dicionários as registram, datam-nas, abonam-nas, mas, por serem maiores do que as palavras, surpreendentemente se “rebelam” nos atos de linguagem e, excepcionalmente, elas não se deixam “fossilizar”, ganham vida, “se evangelizam” (trazem as “boas novas”) ou se atualizam na arte literária, no discurso político, no discurso religioso e na fala espontânea.

Se considerarmos o que pensa Dominique Maingueneau (2008), um analista do discurso, as expressões idiomáticas ou fórmulas discursivas, como diz, são “enunciados curtos, cujo significante e cujo significado são considerados no interior de uma organização pregnante” (p.75), o que explicaria, segundo ele, a facilidade que os falantes de uma língua têm de memorizar o discurso citado. Enfim, as frases feitas têm um papel importante na dinâmica dos processos de referenciação, que diz como a língua refere o mundo.

No seu *As cadeias do texto: construindo sentidos* (2010), a linguista Cláudia Roncarati assinala que a noção de cadeia referencial, oportunamente, aqui, aplicada à noção de fraseologia, põe, em evidência, estratégias linguístico-cognitivas e estratégias sociointerativas constitutivas da atividade de referenciação.” (p.18-19).

Recorremos à Roncarati para dizermos que só faz sentido falarmos em expressão idiomática ou frase feita, com texto, reconstituindo o étimo latino “*expressio,ónis*”, com a ideia de que uma expressão está a serviço da referenciação, da enunciação, do texto e do discurso.

No nosso caso, tomaremos a frase feita como uma enunciação, ou, se quisermos levar em conta a contribuição saussuriana para o conceito de frase, como a unidade máxima da sintagmatização, reconhecendo, claro, que a fraseologia pertence à língua, não importando seu tamanho, mas que também pertence à fala, em sua dimensão discursiva, como nos sugere Adam (2008, p. 33). Por essa

razão, privilegiando a expressão idiomática como realização do discurso, convém designá-la, para efeito de análise, de enunciação.

A frase feita não é, pois, uma frase qualquer. Ela tem a força pregnante e formal de poder fazer parte do discurso citado, isto é, do discurso do outro, na acepção discursiva dada por Bakhtin (2010) ou por Maingueneau (2008).

O próprio Benveniste (2006), considerado pai da linguística da enunciação, ao tratar sobre o que denominou “aparelho formal da enunciação”, abre a possibilidade de idiomatismos, aforismos e provérbios fazerem parte de nossos discursos como elementos citados. Benveniste considera que a fraseologia deve ser estudada, no contexto da enunciação, por ser uma “marca frequente” e “talvez, necessária” da “oralidade” (2006, p.90). “Nesse caso, a frase nominal sairia do contexto restrito da semântica e ganharia espaço no terreno da enunciação uma vez que uma frase nominal por suas características potenciais de enunciação têm a tendência a confinar-se em aforismos e provérbios.” (FLORES et alii: 2008, p.95).

Antes de prosseguirmos com nosso estudo, cabe aqui uma observação importante. Ao longo deste texto, não fazemos distinções pormenorizadas das unidades fraseológicas que recebem denominações diversas do tipo “ clichê”, “chavão”, “chapa”, “grupo fraseológico”, “giro”, “modismo”, “circunlóquio”, “estereótipo”, “frasismo”, “fraseologia”, “idiomatismo”, “idiotismo”, “lugar-comum” e “frase feita”; todos estes termos, com suas definições tão tênues, do ponto de vista linguístico, serão condensados ou designados simplesmente como “fraseologia”, com “efe” minúsculo, “idiomatismo” ou “expressão idiomática”, sem quaisquer distinções mais rigorosas entre eles. Quando considerada ciência, com “efe” maiúsculo, a fraseologia tem como objeto os idiomatismos (ou expressões idiomáticas). Por isso, tomamos um termo pelo outro, para evitarmos uma repetição enfadonha ou “desgaste lexical”.

Fraseologia como marcador de texto-discurso

A fraseologia, quando definida à luz da tradição lexicográfica, a do fazer dicionários, parece não ter qualquer relação com ato de linguagem ou de fala, enunciação, texto ou discurso. Ao contrário, o idiomatismo, objeto da fraseologia, tem na origem grega “idiotismós”, a noção de

“gênero de vida”, “hábito”, “linguagem corrente ou vulgar”, ou, mais diretamente do latim “idiotismo”, a ideia de “expressão própria de uma língua”, o que tem muito a ver com a língua em uso, ou seja, com o discurso e com os gêneros discursivos.

A relação entre fraseologia e linguística textual é tão forte que definiríamos fraseologia como marcador de gênero de discurso, como ocorre, por exemplo, com o discurso político do tipo parlamentar. As expressões idiomáticas tipicam o discurso parlamentar.

Para ilustração do que dissemos acima, leiamos este excerto extraído do pronunciamento da deputada Nice Lobão (PFL-MA), realizado em 14/03/2007, em que a parlamentar destaca, através da fraseologia **“estar com a faca e o queijo na mão”** (dispor dos meios para impor uma vontade, DHLP), no final de seu texto (posicionalidade), a visita do presidente norte-americano ao País: “A visita de Bush ao Brasil causou grande polêmica na vida nacional. A mídia dividiu-se em mostrar todos os eventos da agenda dos 2 Presidentes e as manifestações contrárias em todo o País. As 24 horas que Bush passou no Brasil devem ser consideradas como oportunidade de grande negócio e como reconhecimento da nossa importância no mercado globalizado, principalmente no agronegócio. Pode-se dizer que **“estamos com a faca e o queijo na mão.”** (grifo nosso). O idiomatismo grifado, como podemos atestar, recategoriza plenamente o antecedente.

A lexicografia segue, a rigor, a longa tradição estruturalista de reduzir os idiomatismos ou frases feitas à noção de combinações estáveis da língua. A fraseologia, de um lado, é, realmente, uma categoria da língua, mas, por outro, é uma categoria textual. A abordagem da língua é, tradicionalmente, uma abordagem morfossintática da gramaticalidade dos enunciados (ADAM, 2008, p. 75).

Pensamos, então, que a fraseologia é uma das classes de unidades intermediárias, entre a língua e o texto. A fraseologia guarda uma estreita relação com os atos de fala. Se concebermos o ato de fala como a ação de produzir um enunciado tendo em vista, num determinado contexto, as intenções do falante e os efeitos que pretende provocar no ouvinte, poderemos abrigar os estudos da fraseologia, no âmbito de discursos reais, na chamada abordagem discursiva. Isso porque, no caso das expressões idiomáticas, sua

estrutura interna revela traços característicos de produções de fala, mas, e graças à certa fixação, são segmentos do discurso.

Reivindicamos, assim, um lugar para a fraseologia nas linguísticas discursivas ou enunciativas, entre as quais, situaríamos a linguística textual e a análise do discurso. Onde há discurso, há textos; onde há textos, há unidades fraseológicas, segmentos cristalizados na memória discursiva, na memória dos enunciadores e na memória dos enunciatários.

Dessa forma, a fraseologia está na lexicografia tradicional, mas está presente em outros ramos discursivos (semiótica, análise do discurso, linguística textual, linguística cognitiva, entre outros), principalmente quando as análises linguísticas trazem para o foco de discurso a estereotipia, como ocorre, por exemplo, nos analistas do discurso que vêem os estereótipos, especialmente os clichês, como uma “representação coletiva cristalizada”, pregnante, no discurso, quando o alocutário recupera no discurso elementos espalhados e frequentemente lacunares, para reconstruí-los em função de um modelo cultural preexistente, que fundamenta a comunicação e autoriza a interação verbal (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.215-216).

Dizendo de outra forma, a fraseologia permite a naturalização ou congelamento do discurso, de forma a esconder ou dissimular o cultural sob o evidente, o natural. O fraseologismo e os fenômenos de estereotipia retomam as noções de intertextualidade, interdiscurso, que marcam a abordagem da análise da argumentação no discurso (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.215-216).

Na verdade, a presença da fraseologia nos estudos de análise do discurso e da linguística textual, vista como importante combinatória discursiva de análise, consiste numa retomada da experiência retórica como arte eficaz da palavra ou do grupo fraseológico.

Como discurso reportado ou discurso citado (evitamos o adjetivo “repetido” para não confundirmos com a noção estruturalista de Eugênio Coseriu), as expressões idiomáticas, configuram-se como frases feitas ou enunciados fraseológicos (aproximando-se à noção de Ducrot), isto é, instâncias responsáveis pelo controle do dizer e pela produção de sentido. Localizadas no interior do discurso, indicam as condições históricas (sociais, ideológicas) de produção.

A presença recorrente de expressões idiomáticas no discurso dos deputados federais, conforme em seções a seguir, não apenas caracterizam o discurso político ou parlamentar, mas dão as bases nas quais os pronunciamentos dos parlamentares são produzidos, sejam na condição de situação ou oposição partidária aos governos.

Por fim, a fraseologia é uma construção deslocada. (ADAM,2008, p. 77). A expressão “construção deslocada”, isto é, a de ser uma frase tipográfica, pregnante, é que permite a ideia de que a fraseologia pode “constituir uma unidade de sentido suficiente para ser um texto completo”. (Idem, p. 78). Por essa razão, apostamos, no âmbito da referência, aproximar fraseologia e encapsulamento anafórico. Diríamos, pois, que a fraseologia constitui uma unidade textual, uma unidade de sentido a ser memorizada por enunciadores e coenunciadores. (Idem, p. 78 e 79). Poderíamos falar em princípio das unidades textuais mínimas e, aplicado este princípio à noção de fraseologia, considerá-la como uma unidade mínima de análise textual (ADAM,2008, p. 74).

Fraseologia e as operações de textualização

Se considerarmos, com base em Jean-Michel Adam (2008), que a fraseologia pode, por sua destacabilidade, constituir-se como “unidade mínima de análise textual”, nada nos impede de examinar seu comportamento linguístico como unidade textual. Ora, como são, basicamente, dois os tipos de operações de textualização, podemos situá-la em uma delas ou em ambas. A princípio, não nos parece pertinente situar a fraseologia no âmbito das operações de segmentação, que caracterizam a descontinuidade discursiva. Mas nos parece mais seguro aproximarmos a fraseologia das chamadas operações de ligação, que caracterizam a continuidade discursiva (ADAM,2008, p. 43). Estas últimas consistem, segundo Adam, na “construção de unidades semânticas e de processos de continuidade pelos quais se reconhece um segmento textual” (2008, p. 64).

No caso de situarmos a fraseologia no âmbito das operações de continuidade discursiva ou, dizendo de outra forma, entendermos que estas unidades fraseológicas jogam importante papel na organização coesiva do texto-discurso, facilmente podemos

desenhar, pelo menos, provisoriamente, um quadro com aspectos pragmáticos das unidades fraseológicas no campo da enunciação.

Por exemplo, quando lemos, ouvimos e dizemos expressões de saudações como “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”, observamos que estas fórmulas rotineiras cumprem, no discurso, funções de dêiticos, e dão-nos, por essa razão, informação sobre o cenário, o contexto físico, e fazem referência às restrições temporais e locativas das unidades. Este emprego da fraseologia como dêixis nos leva a assinalar os traços relativos a categorias semânticas de pessoa, tempo e espaço do enunciado (RONCARATI,2010, p.190). Vamos, a seguir, tratar, rapidamente, do comportamento da dêixis na fraseologia.

A dêixis discursiva na fraseologia

Os fraseólogos, em geral, apontam quatro comportamentos da dêixis na fraseologia: a) a dêixis de pessoa; (2) a dêixis de tempo e lugar; (3) a dêixis discursiva e (4) a dêixis social. Dos quatro tipos, é de nosso interesse fazermos rápidos comentários a respeito das dêixis discursiva. Como unidades fraseológicas, chamá-las-emos de “dêixis idiomáticas”.

A dêixis é um fenômeno que permite que a relação entre língua e contexto seja refletida, de maneira evidente, nas estruturas das próprias línguas (LEVINSON, 2007, p. 65). Os protótipos ou exemplares focais são, em geral, o uso dos demonstrativos, dos pronomes de primeira e de segunda pessoa, do tempo verbal, dos advérbios de tempo e lugar.

Temos, também, algumas unidades fraseológicas que se ligam diretamente às circunstâncias da enunciação. A dêixis, como diz Stephen Levinson (2007), refere-se às “maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala” (p.65), acrescentando que a dêixis diz respeito às maneiras pelas quais “a interpretação das enunciações depende da análise desse contexto de enunciação”. (Ibidem).

Os dêiticos (ou expressões indiciais) dizem respeito a aspectos do significado e da estrutura linguística que não estão presentes na semântica vericondicional, isto é, o conteúdo semântico de uma sentença não se identifica com suas condições de verdade, e sim, de uma semântica verifuncional, em que levamos em conta o falante (LEVINSON,2007, p. 67).

Muitos dêiticos não se referem a nenhuma entidade específica nas ocasiões de uso. Por exemplo, os pronomes “isto, este (a)” é uma variável demarcadora de lugar para alguma entidade específica dada pelo contexto (por meio do gesto).

Os fatos da dêixis revelam o quanto as línguas são usadas na interação face a face. A dêixis pertence ao domínio da pragmática porque diz respeito diretamente à relação entre as estruturas das línguas e os contextos em que elas são usadas. As enunciações das línguas naturais estão diretamente “ancoradas em aspectos do contexto” (LEVINSON,2007, p. 67).

A informação dêitica é importante para a interpretação das enunciações (LEVINSON,2007, p. 66). A dêixis é uma parte essencial da semântica. Como a semântica inclui, sobretudo, todos os aspectos convencionais do significado, a maioria dos fenômenos dêiticos é considerada semântica. Esses traços de convencionalidade se aproximam muito da noção da convencionalidade dos idiomatismos.

Entre as unidades fraseológicas, as locuções cumprem funções discursivas (GARCÍA-PAGE SÁNCHEZ, 2008, p. 438). Por sua própria natureza de construção pré-fabricada, ritualizada, que sintetiza conhecimentos enciclopédicos e saberes coletivos e simplifica as complexas relações de interação, favorece seu uso frequente como resumos morais, conclusões, conselhos ou advertências. Sua natureza impõe um certo grau de fixação discursiva.

As locuções, além de papéis dêiticos, podem surgir no discurso como signos anafóricos que ao reativar o sentido literal de algum de seus componentes (provisoriamente, chamaríamos de conector isotopante), permite relacioná-lo com algum outro elemento do antecedente textual.

Em termos de teoria da dêixis, é de interesse central de nosso trabalho a relação entre dêixis discursiva e fraseologia. Há unidades fraseológicas que fazem referência a alguma parte do discurso na qual se inserem (dêixis discursiva). O uso de unidades fraseológicas (UFs) produzem um tipo de coesão léxica. Poderíamos falar, substancialmente, em papel reservado às UFs na criação do discurso. As UFs não somente proporcionam coesão e coerência ao texto, senão também cumprem funções estruturadoras e temáticas (CORPAS,1996, p.219).

No espectro de unidades fraseológicas, as locuções, as prepositivas e as conjuntivas sobretudo, costumam exercer papéis de dêixis discursiva (CORPAS,1996, p.219). Os dicionários gerais e as gramáticas normativas trazem comumente, no capítulo referente à morfologia, uma rica tipologia de locuções que, no texto, podem ter funções dêiticas. Entre elas, fazemos menção às adjetivas, adverbiais, conjuntivas, interjetivas, prepositivas, substantivas e verbais, estas últimas, as que aparecem em forma de conjugações perifrásticas. Não daremos, aqui, um exemplário destas unidades, mas, faremos, apenas, referência a alguns tipos: a) ao contrário (do lado avesso); b) ao contrário de (em oposição a); e c) do contrário (senão; caso contrário). Estas unidades fraseológicas, nos textos-discursos, cumprem funções de dêixis discursiva.

As dêixis temporal e espacial não são significativas para o uso das unidades fraseológicas. Elas não aportam nenhum tipo de informação sobre as unidades fraseológicas.

As unidades fraseológicas se caracterizam por não estarem encravadas em um tempo e espaço determinados. As locuções e as colocações se regem pelas regras de concordância de tempo dos sintagmas livres da língua. (CORPAS PASTOR, 1996, p.215).

A dêixis idiomática no discurso parlamentar

A fraseologia também codifica certas distinções sociais referentes à relação entre os interlocutores e entre estes e um referente (dêixis social). Os falantes usam-na para referir-se a eles mesmos, em situação do discurso direto ou indireto ou diálogo, independentemente do status social.

No âmbito das unidades fraseológicas, as locuções costumam ser usadas com referência à terceira pessoa gramatical, como ilustram os exemplos, a seguir, com a expressão idiomática **”ter as costas largas”** (“suportar encargos ou responsabilidades”, DHLP), extraídos dos discursos de deputados federais:

a) O deputado Fernando Chiarelli (PDT-SP), em discurso no dia 11/03/2010, ao tratar a respeito da CONAB e de uma denúncia contra a quem chamou de “facínora chamado Wagner Rossi”, diz: “[...] O Sr. Wagner Rossi está batendo no peito, supondo que não sai de lá porque **tem as costas largas**. Veremos. Era o que tinha a dizer” (grifo nosso).

b) O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), em pronunciamento no dia 07/10/2009, faz duras críticas ao financiamento público do MST: “[...] Sei como o MST é financiado, qual é a origem da verba e o que vem praticando neste País em nome de um Governo que lhe dá apoio e guarida. O MST é colocado como um movimento que está acima da lei e que não precisa ter preocupação com as normas legais do País, porque **ele tem a proteção, as costas largas de um Presidente da República.**” (grifo nosso).

Quando as unidades fraseológicas são usadas com referência a uma primeira ou segunda pessoa, teremos em conta o papel da dêixis social, que codifica a existência de uma hierarquia social implícita entre os participantes na comunicação. Em geral, as locuções são empregadas por falantes do mesmo nível social, bem seja para referir-se a eles mesmos, em primeira pessoa, singular ou plural, como ilustra a locução **ter o rabo preso** (“ter o que esconder por agir de modo impróprio”, DHLPL), no discurso abaixo:

c) O deputado Cândido Vaccarezzi (PT-SP), em 08/04/2009, ao tratar de questões relacionadas com as medidas provisórias baixadas pelo governo federal, em determinado trecho do seu discurso diz: “[...] As duas tratavam de criar as condições para melhorar o crédito para o povo brasileiro. Eram as Medidas Provisórias n.ºs 445 e 447. A notícia de todos os jornais, em particular do *Jornal da Globo*, que é o mais visto — e quero nominar, porque, além de **não ter nenhum rabo preso**, não partilho da visão de que eles estão sendo isentos ou de que a imprensa está agindo de boa-fé — , foi uma reunião da Mesa.” (grifo nosso).

Como podemos observar, quando se dá a distância social entre os falantes, o uso de locuções fica restringido à primeira pessoa, no caso de falantes de menor hierarquia, ou a uma terceira pessoa ou objeto. Enquanto que a referência à segunda pessoa somente é possível para o interlocutor de maior traço social.

Anáfora de corpo e alma

Nas teorias linguísticas, com muita frequência, as relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem. Particularmente, termos como “referência”, “correferência”, “rotulação do discurso”, “coesão lexical”, “referenciação”,

“intertextualidade”, entre outros, presentes na terminologia da linguística textual, parecem-nos revitalizar a hipótese de motivação do signo linguístico, na qual podemos presumir a relação de semelhança, lógica ou analógica, que pode ocorrer entre o significante e o significado.

O termo “encapsulamento anafórico” é uma dessas categorias da linguística que, por força, ao certo, da densidade teórica de sua definição, logo somos levados a decantá-lo, a fazer o reconhecimento dos constituintes que o formam, “encapsulamento” e “anafórico”, e, nessa “ruminação etimológica”, “mastigamos” algumas informações instigantes e curiosas que contribuem com a construção do conceito de “encapsulamento anafórico” em linguística textual.

Esse estudo etimológico da palavra anáfora, anteriormente, foi feito pelos linguistas Jean-Michel Adam et alii, em *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações* (2010), que faz remissão a “anaphererein” que, significa, etimologicamente, segundo eles, “levar para o alto”, isto é, na leitura, para a esquerda, para a parte superior do texto e a palavra catáfora ou “cata-pherein”, “levar para baixo”, para a parte inferior do texto.

A densidade teórica do termo “encapsulamento anafórico” vem de sua função cognitivo-discursiva na construção textual de sentido. Em sua *Introdução à linguística textual* (2009), Ingedore Grunfeld Villaça Koch aponta o encapsulamento (e rotulação) como uma expressão referencial que “sumariza as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as sob a forma de uma expressão nominal e transformando-as em objetos-de-discurso” (p.70).

São muitas as definições de encapsulamento anafórico para os que lidam, na linguística textual, com a teoria da referência. Dos diversos modos de significá-lo, na verdade, delimitá-lo, a definição de Conte (2003) afigura-se a mais enxuta ao querer dizê-lo como “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto” (p.178).

Se atentarmos bem, a definição de Conte (2003), apesar de sua condensação terminológica, é carregada de complexidade linguística posto que nos assinala, ao menos, três traços semântico-discursivos desta categoria: o primeiro traço, o de ser “recurso coesivo”; o segundo, a função de ter uma forma de referência do tipo “paráfrase

resumidora” e, o terceiro, referir-se à “porção precedente” do texto como fonte da anáfora.

Ser “recurso coesivo” implica em afirmar que o encapsulamento anafórico designa fatos e eventos de sequências e de progressões semânticas e referenciais produzidas no texto, enquanto ser uma “paráfrase resumidora” nos sugere a relação de equivalência semântica estabelecida com uma “porção” ou segmento textual ou discursivo.

Essa “riqueza de conteúdo” contida na definição de encapsulamento anafórico nos leva agora a especular um pouco da origem das palavras que o formam, fazendo, claro, uma tentativa de aproximação entre etimologia e conceito linguístico como alguém que “procura agulha em palheiro”, que sabe o que é “agulha” (anáfora) e onde está o “palheiro” (encapsulamento), mas que luta, laboriosamente, para decifrar o “enigma da esfinge” (encapsulamento anafórico).

Cogitemos, então, o conceito de encapsulamento anafórico, a partir do adjetivo “anafórico”, que diz respeito à anáfora. Segundo Adam (2010, p.133), a noção que temos de anáfora vem do século II, quando Apolônio Díscolo, a propósito dos pronomes, opõe os dêiticos (pronomes que remetem aos objetos) aos anafóricos (pronomes que remetem aos segmentos do discurso).

No caso do registro da palavra anáfora, em língua portuguesa, Houaiss (2020) nos informa sua datação de 1836, e chegou-nos através do latim “anaphōra”, e este, por sua vez, veio do grego “ἀναφορά”, com o sentido de “repetição” ou “ação de repetir”. O prefixo “ana-“, de origem culta, derivado da preposição grega “aná”, dá à palavra anáfora a acepção de “para trás” ou “de baixo para cima”, em “ascensão” e “phorá”, derivado de phoréó’ a ideia de “ação de levar, transportar”.

Em outro sentido, não necessariamente contrário ao prefixo “Ana-“, teríamos o prefixo “cata-“, do latim erudito, derivado do grego “katá”, com a indicação de “embaixo, para baixo, de um extremo a outro” e, com ele, temos a palavra catáfora, com a acepção de “uso de um termo ou locução ao final de uma frase para especificar o sentido de outro termo ou locução anteriormente expresso”, como no exemplo dado por Sacconi (2010): “A noite resumiu-se **nisto**: comer, beber e conversar”.

O sentido linguístico que atribuímos ao termo anáfora é recente quando estudamos sua evolução na história da religião, estilística e retórica. A palavra anáfora aparece, originalmente, nas liturgias gregas e orientais, como parte da celebração religiosa que corresponde, para os católicos, à consagração, isto é, ao momento de conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo. Talvez por isso, essa noção de “consubstanciação”, nas religiões, isto é, a de “união de dois ou mais corpos na mesma substância” ou como, para os católicos “união de Cristo com o Pai e sua presença na Eucaristia”, tenha passado para nós, na construção do conceito de encapsulamento anafórico, como um dos princípios de recategorização da anáfora encapsuladora, definida por Zavan (2007) como “sumarização de uma informação precedente, compartilhada pelos interlocutores” (p.123).

Na retórica clássica e estilística literária, a anáfora, mais do que uma palavra, é um tropo que se refere à figura de repetição, que consiste na enunciação das mesmas palavras, das mesmas ideias que já tinham sido enunciadas antes. Particularmente, na retórica clássica, a anáfora pode ser distinguida em dois tipos: a epanáfora e a epífora.

A epanáfora é um tipo de anáfora em que a repetição do termo ou expressão se dá em todos os versos ou frases ou “repetição de uma palavra no início de vários enunciados”, como neste exemplo dado por Sacconi (2010): “tudo cura o tempo, tudo gasta, tudo digere, tudo acaba”. A epífora é um tipo de anáfora que consiste na repetição de uma ou várias palavras no final de um verso, de uma estrofe, de uma frase ou um período, como neste exemplo, também tomado de Sacconi (2010): “Tudo acaba com a morte, e tudo se acaba com a morte, até a mesma morte”.

Para a linguística, anáfora é um tipo de dêixis (do grego δειξίς, com o sentido de “citação, demonstração, prova, exposição”) que desempenha certas palavras ao recolher o significado de uma parte do discurso já emitida. A dêixis anafórica se produz mediante catáfora, isto é, a antecipação de um signo, como neste exemplo de Sacconi (2010): “Lá, em Brasília, trabalha-se muito”; o signo “lá” é catafórico, porque se refere a uma unidade linguística posterior.

Mais, precisamente, a anáfora, do ponto de vista da linguística textual, diz respeito à repetição de uma palavra ou grupo de palavras

no início de duas ou mais frases sucessivas, para enfatizar o termo repetido. Refere-se, também, ao processo pelo qual um termo gramatical (um pronome ou um advérbio de lugar), por exemplo, retoma a referência de um sintagma anteriormente usado na mesma frase, como no exemplo, citado por Houaiss (2020): “Comeram, beberam, conversaram e a noite ficou **nisso** ou no mesmo discurso, no exemplo “Fui ao Museu de Artes Modernas”. **Lá**, encontrei vários de meus amigos”.

Ao tratar da origem da palavra anáfora, Marcuschi (2005) diz, na acepção técnica, é um termo usado para “designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial” (p. 55).

Olhando dessa maneira, parece-nos que a anáfora, iminentemente, tem essa propriedade de “encapsulacidade”, ou seja, de tornar a tomar algo concreto ou abstrato, que ficou para trás ou que virá em seguida, quando pensamos em texto, seja qual for o gênero.

A palavra cápsula, cujo radical é “caps(i)”, datada, em língua portuguesa, de 1789, portanto mais antiga do que a palavra anáfora, vem do latim “capsŭla”, este, diminutivo de “capsa, caixa”. Este radical latino é conexo com o grego “kápsis,eós” com a ideia de “ação de engolir, de pôr dentro”.

Entre os romanos, o que convencionamos, hoje, chamamos de “cápsula”, com a ideia de “caixinha”, era mais conhecido por “capsa”, que significava “pequena caixa, arca ou cofre usado para guardar joias, dinheiro, livros ou outros objetos pessoais” ou “caixa cilíndrica onde as crianças levavam os livros e petrechos escolares”. Isso nos leva a pensar que o encapsulamento anafórico “guarda” do referente os “valores axiológicos”, aqueles mesmos da filosofia de valores (morais, éticos, religiosos e metafísicos).

O prefixo “en-”, de origem latina, leva à palavra encapsulamento a ideia de “introdução”. É muito provável que a raiz do prefixo “en-” seja a da indo-européia “en-”, com a noção de “o interior de”. E, finalmente, o sufixo “-mento”, originário do latim vulgar “-mentu”, é o formador de substantivo “encapsulamento” e nos indica ser a palavra derivada do verbo “encapsular”, responsável pela noção, na expressão “encapsulamento anafórico”, de “engolir” a “porção precedente do texto”, um procedimento de estruturação textual e

discursiva que realiza, fundamentalmente, a organização e a coesão textual-discursiva.

Anáfora idiomática como recurso coesivo

Definimos o encapsulamento anafórico como recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto (CONTE, 2003, p. 177). Esta porção textual pode ser de extensão e complexidade variada.

Seguem, aqui, dois exemplos do discurso parlamentar². O primeiro discurso é do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), proferido em 08/06/2010. O outro pronunciamento do deputado Ivan Valente (PT-SP), proferido em 03/03/2004, em que a unidade fraseológica “**ai é que a porca torce o rabo**” (ai é que está a dificuldade; aqui é que mora a dificuldade; este é que é o ponto difícil da questão, DHLP) como núcleo do recurso encapsulador.

(1) “Junho chegou e com ele a Copa do Mundo de Futebol, em que, a despeito de todas as divergências e debates sobre o melhor time, sobre a menor ou maior abertura do técnico de futebol, esse que não sabe nada de escravidão e de ditadura, todos vamos torcer pelo time do Brasil. Isso é natural, isso faz parte da vida. Junho chegou e também com ele as convenções partidárias. **E é ai que a porca torce o rabo.**”

(2) “Sr. Presidente, hoje O *Globo* traz em manchete que o Presidente Lula pede ajuda a Bush para flexibilizar regras do FMI. É consenso na sociedade brasileira e entre todos os partidos da Casa que não mais podemos pagar a dívida da forma como está. É preciso, no mínimo, alongar seu perfil, pois não temos condições de pagar 147 bilhões de juros, excluindo as brutais amortizações, que levam um terço do Produto Interno Bruto brasileiro. Em segundo lugar, é necessário reduzir drasticamente o superávit primário; em terceiro, taxar o capital financeiro; em quarto, reduzir as taxas de juros. **É ai que a porca torce o rabo.**”

² Os discursos dos deputados federais, contendo expressões idiomáticas, com o fim de ilustrar os exemplos ao longo deste artigo, foram proferidos no Plenário da Câmara, no período 2000 a 2010, e capturados a partir do buscador do Portal da Câmara (<http://www.camara.gov.br>), constituindo um minicorpus de fraseologia parlamentar, ainda não publicado, que não pretende ser exaustivo.

Trata-se de um sintagma nominal anafórico, construído com um nome como núcleo lexical e tem clara preferência pela determinação demonstrativa. No encapsulamento anafórico, um novo referente discursivo é criado a partir de uma informação velha. Trata-se um recurso de integração semântica. Os sintagmas nominais encapsuladores rotulam porções textuais precedentes. Funcionam como pontos nodais no texto.

O núcleo pode ser axiológico, um poderoso meio de manipulação do leitor. Resulta na categorização e na hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas no discurso (CONTE,2003, p. 177).

O valor axiológico das anáforas idiomáticas

Como dissemos, anteriormente, consideramos que as expressões idiomáticas com funções anafóricas, a que chamamos aqui de “anáforas idiomáticas”, situam-se como um dos tipos de ligação das unidades textuais de base. Assim concebidas, são operações que asseguram o agrupamento das proposições-enunciado. Elas unem os constituintes de proposições próximas, mas também agem a longa distância, de modos prospectivo e retrospectivo, assegurando a coesão textual. São operações de ligação que asseguram a continuidade textual. As anáforas são um fator de textualidade: “A continuidade referencial é assegurada pelas retomadas de elementos introduzidos na memória” (ADAM,2010, p. 132). Por essa razão, o encapsulamento anafórico é chamado de anáfora resumidora, que exerce “um papel capital não apenas na coesão, mas na progressão, por intermédio de modificações progressivas de um referente que não se limita a retomar” (idem, 145).

O ponto de vista, as atitudes e os sentimentos do locutor jogam um papel importante na escolha de uma forma anafórica. São anáforas infleis porque indicam uma nova propriedade do objeto.

O termo encapsulamento (anafórico) é recente na linguística. Foi introduzido nos anos 80, no século passado. De nove dicionários especializados em linguística que consultamos, nenhum deles faz menção ao encapsulamento anafórico, embora todos eles tragam informações conceituais, tipologia e exemplos relacionados à anáfora.

No campo da linguística textual, segundo nos informa Conte (2003), apenas quatro investigadores deram conta, inicialmente, do conceito de encapsulamento. O primeiro deles foi publicado, em 1972, por Wolfgang Raible, do artigo “*Satz und Text. Untersuchungen zu vier romanischen Sprache*”(Frases e texto. Investigar quatro línguas românicas). Depois, veio o livro de Ewald Lang, publicado, em 1973, em alemão, sob o título “*Über einige Schwierigkeiten beim Postulieren einer Textgrammatik*” (Sobre a dificuldade em postular uma gramática de texto). Um novo livro é “*Cohesion in English*” (coesão em inglês), publicado em 1976, por Michael A. K. Halliday e Ruqaiya Hasan. E, finalmente, é publicado o livro *Probleme der Diskursanalyse im Englischen*” (Problemas da análise de discurso em inglês), de Monika Krenn, publicado em 1985, em alemão.

De modo geral, as expressões idiomáticas constituem anáforas indiretas. Elas se caracterizam, como tal, por serem interpretadas sem que lhes correspondam um antecedente explícito no texto. Como diz Marcuschi (2005), a anáfora indireta é “uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícito” (p. 53). Este caráter endofórico, que dá coesão ao texto, além da anáfora, está presente em outras operações textuais como catáfora, exófora e dêixis.

Nesta seção, contrastaremos, brevemente, a postulação da linguista Áurea Zavan (2007) de que uma anáfora encapsuladora, por si só, não traz inscrita uma carga avaliativa definida ou um determinado valor axiológico (p.138). Procuramos demonstrar, ao contrário, que as expressões referenciais, as de natureza idiomática, quando se posicionam ou se atualizam como retomadas anafóricas, já estão previamente armazenadas na memória discursiva dos interlocutores e, dessa maneira, já trazem consigo, um significado idiomático cujo valor axiológico é definido, culturalmente, pela comunidade linguística.

Nosso contra-arrazoado procura demonstrar, ao longo desta seção, que as unidades fraseológicas, particularmente as expressões idiomáticas, quando empregadas como anáforas encapsuladas, trazem inscritas na sua acepção lexicográfica, portanto, anterior ao próprio contexto de uso, um valor axiológico expresso no seu significado idiomático, em geral, cristalizado ou institucionalizado,

cujas propriedades intrínsecas, do ponto de vista pragmático-discursivo e cognitivo, são determinadas pelos interlocutores na interação verbal.

Nessa perspectiva, nossa hipótese aponta que o contexto (ou cotexto) não se presta, unicamente, para homologar a avaliação pretendida em função do uso, em determinada situação de enunciação, mas é o lócus privilegiado que autoriza a adequação de seu valor axiológico dos idiomatismos no jogo verbal. Por essa razão, uma expressão idiomática, empregada como anáfora encapsulada, como veremos mais adiante, é suficiente para o locutor oferecer ao coenunciador as informações necessárias, sejam aqui consideradas velhas ou novas, para que possam interpretar o discurso na troca da conversação.

O contexto, sob o olhar de uma tradição centrada no texto, é, efetivamente, construído no decorrer do discurso, formado de “proposições que se retiram da interpretação dos enunciados precedentes” (NEVEU, 2008, p.81).

Começamos nosso contra-arrazoado, então, pelo que nós concordamos de Áurea Zavam. Reconhecemos, é verdade, que recursos de referência como anáfora, dêixis, encapsulamento, rotulação, entre outros, mostram, nos estudos de linguagem, o deslocamento da língua, como um sistema de representação, para a práxis, entendida como fenômeno de interação social (ZAVAM, 2007, p. 123).

É uma questão aparentemente pacífica o lugar dos elementos coesivos na língua em uso, uma vez que são estes mecanismos textuais, do ponto da pragmática e semântica discursiva, que configuram modos ou maneiras “pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento da fala” e “pelas quais a interpretação das enunciações depende da análise desse contexto de enunciação” (LEVINSON, 2007, 65). Dos quatro recursos coesivos, citados acima, ao certo, a dêixis e a anáfora são os fenômenos mais evidentes de que a relação entre língua e contexto se reflete nas estruturas das próprias línguas. (Ibidem).

Os recursos de referência podem, realmente, ter se deslocado, historicamente, inclusive por movimentos de gramaticalização, para o eixo da práxis linguageira. Mas isso pode não valer, necessariamente, para todos os elementos que se prestam às expressões referenciais, alguns que nós diríamos mais atípicos,

particularmente as expressões idiomáticas, que não receberam uma atenção das linguísticas estrutural, gerativa e as da enunciação. Salvo alguns casos, a questão da frase nominal, foi uma preocupação de Benveniste (2006) em que, desde cedo, fez uma distinção entre os signos da língua e a frase nominal, esta excluída do domínio da semiótica, mas com espaço garantido no domínio semântico.

Vale destacar que o domínio do semântico, para Benveniste (2006), implica um exame da frase nominal na perspectiva da língua em uso. Por essa razão, privilegiamos a expressão idiomática, neste trabalho, como segmento ou sequência textual ou forma de discurso. Aliás, quando recorreremos à noção de segmento discursivo logo evocamos a noção nominal pelos olhos de Benveniste (2006), que defende que frase nominal deva ser analisada, unicamente, pelo domínio semântico e não pela ordem semiótica.

Todavia, no nosso estudo, não estamos nos referindo a qualquer frase, mas uma frase feita, que pode fazer parte do discurso citado, isto é, do discurso do outro, na acepção discursiva dada por Bakhtin (2010) ou por Maingueneau (2008). Ao tratar da inclusão restritiva da frase nominal ao domínio do semântico, como parece propor, no primeiro momento, Benveniste (2006) faz referência ao que denominou de “aparelho formal da enunciação”, e abre, com isso, a possibilidade de idiomatismos, aforismos e provérbios fazerem parte de nossos discursos como elementos citados. Esta ascensão da frase nominal à categoria da enunciação leva Flores et alii (2008) a estabelecerem: “A frase nominal também aqui se inclui, porque uma, mas não única, de suas características é sua tendência a confinar-se em aforismos e provérbios.” (p.95).

Convém ainda um novo posicionamento sobre a fraseologia no campo da linguística textual, particularmente a referência. Por sua origem e forma material, as unidades fraseológicas se apresentam como segmentos de fala, mas seu funcionamento atual tem um status de unidades da língua, no sentido de que “são elementos conhecidos antes do ato da fala em que são atualizados” (BLASCO MATEO, 2005,p.202). A estrutura interna das unidades fraseológicas apresentam características da fala, mas, graças a uma certa fixação, são consideradas elementos linguísticos ou da langue.

Toda essa questão não é de hoje. Como se antecipando à problemática da definição de fraseologia ou unidade fraseológica, ou,

ainda, para fazermos reminiscência à terminologia adotada por Saussure, que faz referência ao que denomina de “frases feitas”, aqui, mais frequentemente, denominada por nós, neste artigo, de fraseologia ou expressão idiomática.

A anáfora encapsuladora é definida por Aurea Zavan (2007) como uma “sumarização de uma informação precedente, compartilhada pelos interlocutores” (p. 123), particularmente produtiva em textos que manifestam um ponto de vista argumentativo.

No nosso estudo, a presença de unidades fraseológicas, de diversas extensões (locações, expressões idiomáticas, provérbios) nos discursos políticos, encontra lugar na interação verbal, de modo a possibilitar os indivíduos a constituírem, firmarem e negociarem suas identidades, seus papéis sociais e sentidos, respectivamente.

A anáfora encapsuladora pontua a argumentação. Baseando-se na visão sociointeracionista da linguagem, em que as categorias e os objetos-de-discurso são vistos como entidades preexistentes, ou seja, são (re)construídos pelos sujeitos no curso de suas interações verbais.

Aurea Zavan (2007) questiona a carga avaliativa atribuída, previamente, às anáforas encapsuladoras. Dizendo de outra maneira, a linguista refuta a hipótese de que as anáforas encapsuladoras portariam, antes mesmo de incorporar-se ao discurso, uma “carga avaliativa previamente determinada”. Desse modo, as anáforas encapsuladoras seriam mecanismos somente de interpretação de sentido e de negociação desse sentido.

Contrastando brevemente com Zavan (2007), defendemos que as expressões idiomáticas quando desempenham papéis dêiticos ou anafóricos, particularmente os de anáforas encapsuladoras, por serem expressões cristalizadas, isto é, geralmente com sentido metafórico ou figurado, inclusive, previsto nos dicionários gerais, são a prova mais evidente de que ao serem empregadas no discurso, expressam valores axiológicos em seus significados idiomáticos, caracterizados pelas combinações estáveis ou fixas, cujo sentido, geralmente, é idiomático e institucionalizado, fatores de relevância, apontados pelos linguistas, para caracterizar as unidades fraseológicas.

Pode parecer uma absurdez defendermos, para casos especiais de anáforas encapsuladoras, a hipótese de Sapir-Whorf da relatividade linguística, em que possamos, com um minicorpus de discursos parlamentares, apontar a presença de expressões

idiomáticas, empregadas como anáforas encapsuladoras. Não nos propomos, claro, a esta tarefa aqui. Todavia, cremos que existem casos específicos, como o emprego das expressões idiomáticas nos discursos políticos ou nos textos literários, em que o mecanismo gerador de sentido está na língua e não, exclusivamente, na atividade cognitivo-discursiva desencadeada, como diz Zavan (2007), “em suas constantes e sucessivas interações sociais”.

Na verdade, o que estamos a defender é que a geração de sentido se constrói ou se reconstrói na langue e parole, isto é, pode estar prevista ou pré-fabricada na língua e revitalizada ou fabricada, ou, ainda, atualizada, no conhecimento cognitivo do falante. Seja como for, nada nos impede de ver que a língua possui seus pré-fabricados, por sinal, numerosos e bastante expressivos nos discursos reais ou fictícios, que nos permitem conhecer a realidade social, cultural e cognitiva dos falantes.

Há, portanto, situações em que podemos vislumbrar uma ligação direta entre as palavras e as coisas, de modo a favorecer a elasticidade, prioristicamente, das entidades no mundo e na língua. Se isso não é possível para anáfora, no plano discursivo, então convém riscarmos dos dicionários de Linguística palavras como demonstrativo, diacronia ou arcaísmo, em que, mais do que lexemas, são categorias que descrevem uma língua ao longo de sua história, com o registro das mudanças que sofreu ou deixou de sofrer e, no caso das expressões idiomáticas, são a evidência da reminiscência ou sobrevivência de algumas formas arcaicas de sintagmas nominais na linguagem política, na linguagem regional e como recurso para recriar a atmosfera de fraseologia popular ou regional.

De outra maneira, estamos nos aproximando muito, mas sem qualquer filiação ideológica ou doutrinária, das ideias de Michel Foucault, em seu *As palavras e as coisas* (2007), ao tratar sobre a prosa do mundo, em que revela que “Até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental” (p. 23). Grifariamos a expressão “papel construtor” porque cremos que os resíduos desta noção de semelhança ou de contiguidade entre a coisa e o ser, estão expressos nas frases feitas, presentes nos discursos, e que, graças a elas, conduzimos satisfatoriamente a interpretação de textos ou organizamos o jogo dos símbolos e guiamos a representação.

Em substância, não abandonamos, de todo, o conceito de referência em favor da referenciação como fizeram Mondada e Dubois (2003, p.20). Isso não implica em ver o ato de inferir como ação apartada das práticas sociais. Mas, assim concebendo a referência, podemos situar melhor o sujeito como construtor ou coadjuvante supremo, com a langue, esta definida pelo linguista Ferdinand de Saussure como sistema abstrato de signos inter-relacionados, de natureza social e psíquica, obrigatório para todos os membros de uma comunidade linguística.

Concordamos com Zavan (2007) quando diz que o fenômeno da anáfora é, por excelência, uma habilidade cognitiva de recategorização. Por ela, o enunciador pode acrescentar ou não uma informação nova, de forma a manter ou a dar continuidade ao referente já estabelecido no discurso (p. 127).

Cotejamos assim: as expressões idiomáticas, como veremos, a seguir, presentes nos discursos de parlamentares, são, recursos coesivos que dão, nas práticas sociais, mediadas por semióticas complexas, a garantia para o locutor de que o referente (eixo velho) manter-se-á na anáfora encapsulada. Recorrendo a uma metáfora, diríamos que sob a “pele de cordeiro” (eixo novo), anáfora encapsulada, quando representada por expressões idiomáticas, nada traz de informação nova, isto é, no fundo, é um “lobo vestido em pele de cordeiro”.

Para fecharmos esta seção, cremos que as expressões idiomáticas, quando encapsuladas, anaforicamente, são efetivamente paráfrases resumitivas de uma porção precedente, mas não poderão ser consideradas novas.

Primeiramente, porque seus significados são idiomáticos e estáveis. Depois, o fato de não ter ocorrido, no texto precedente, não é condição suficiente para atestarmos sua “inovação” (com aquela velha noção de que inovação é “qualquer elemento ou construção que surge numa língua, e que não havia numa fase mais antiga ou na língua-mãe”, DHL), no texto porque se prestam, exclusivamente, como categorização de informação cotextual, o que nos faz, nessas alturas, abandonar, temporariamente, a noção de recategorização, para reconceituá-la mais adiante, e nos apegarmos mais a um empreendimento teórico, com base na noção de anáfora capsulada ou encapsulamento anafórico, em que tenderíamos a descartar, nesse caso, a aplicação da noção de idiomatismos ao conceito de hipóstase.

Como disse, trata-se de um empreendimento teórico que não vai além de uma postulação que logo se dissipa ou somos forçados a reavaliar a partir do que defende Conte (2007). Mas estamos certos de que as anáforas encapsuladas, representadas por expressões idiomáticas, são estruturas pré-fabricadas, estocadas na memória de longo prazo dos falantes, o que significa dizer que não são, pois, criadas, mas evocadas ou recuperadas pelos falantes e nisso reside o caráter dinâmico da construção textual em que elas são registradas, marcadas por uma economia linguística extraordinária que a mente proporciona ao homem.

Se não abandonamos a ideia de que a estratégia referencial mais pregnante das expressões idiomáticas é a recategorização lexical, traríamos à tona uma questão que acreditamos merecer a atenção dos linguistas.

Entre os itens lexicais, independentemente de sua extensão, as expressões idiomáticas podem cumprir papéis de mecanismos de anáforas encapsuladas, por isso, atendem, simultaneamente, à estratégia referencial de recategorização lexical, explícita e implícita. Explícita porque sumarizam uma informação precedente com um propósito argumentativo, e como expressões fixas ou cristalizadas, seu caráter metafórico é axiologicamente marcado.

No caso das expressões idiomáticas, estas marcas ou cargas avaliativas, estariam pré-determinadas e se constituem, em discurso repetido, no curso de interação entre os interlocutores. Ao trazeremos à nossa discussão a acepção de Eugenio Coseriu de “discurso repetido” como “mera reprodução do já dito” (2007, p.201) esperamos comprovar que existem fórmulas pré-fabricadas ou axiologicamente marcadas como acontecem com as expressões idiomáticas metaforicamente pré-determinadas no discurso.

A explicação de Zavam (2007, p.129) de que um lexema axiologicamente marcado, ou mesmo, o “nome nuclear da expressão anafórica categorizada”, é uma “pressuposição autorizada” ou “homologação da aquisição do discurso”, determinada pelo contexto, apenas reforça a nossa ideia de que definitivamente o locutor e seu interlocutor (ou re-construtor) recorrem às expressões idiomáticas, nas situações de emprego de anáfora capsuladas, para marcar axiologicamente o discurso.

Temos, inclusive, a desconfiança de que esta função seja a mais pregnante ou essencial das expressões idiomáticas sob a ótica da enunciação: a de ser um recurso coesivo de recategorização que atende adequadamente aos propósitos do locutor numa interação verbal, designando e, talvez, dependendo do contexto de uso social da língua, redesignando, culturalmente, o referente durante a construção do discurso.

Entendendo assim o valor axiológico das expressões idiomáticas como anáfora encapsuladora, diríamos que, com tal recurso coesivo, definir-se-ia também o estilo do locutor, como no que ilustra excerto extraído do discurso do deputado federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), em 02/05/2007, em que diz:

(1)“Contra a vontade do poderoso círculo financeiro do País, Lula foi reeleito Presidente da República. A base dessa vitória foi o povo, as massas trabalhadoras, especialmente as parcelas mais pobres. A reeleição se efetivou sob o compromisso de o Governo acelerar o desenvolvimento e ampliar a distribuição de renda.

O Governo **está com a faca e o queijo na mão**. Tem amplo respaldo político no Congresso e largo apoio social. A oposição, momentaneamente, ainda se recupera da derrota sofrida. A situação econômica externa, apesar da instabilidade que a tem caracterizado, continua favorável. De concreto, positivamente, foi o anunciado PAC. Todavia, a metodologia adotada para se superar a política macroeconômica ortodoxa que impede a economia deslanchar ainda é lenta e marcada pela complacência”.

A expressão idiomática “**está com a faca e o queijo na mão**” (dispor dos meios para impor uma vontade, DHL) exerce o papel de anáfora encapsulada ou, para usarmos uma expressão mais apropriada, a “anáfora idiomática encapsulada” é flagrantemente motivada pelo parágrafo anterior, funcionando, retroativamente, como um “recurso de integração semântica”, o que acaba configurando, como podemos observar no excerto discursivo, “um nível mais alto na hierarquia semântica do texto, ocorrência, formalmente visível, no ponto inicial do parágrafo e que funciona como um princípio organizador da estrutura discursiva (CONTE, 2003, p.184).

Nada do que apontamos é fortuito. Inicialmente, consideramos o que Conte (2003) denominou de “fragmentos textuais”, noção aplicável ao exemplo que ilustramos acima, representado por uma

expressão idiomática, que aparece como ponto nodal no texto. São esses fragmentos textuais que “funcionam como recursos de interpretação intratextual que rotulam porções textuais precedentes” (p.185).

No caso da expressão idiomática “**está com a faca e o queijo na mão**” é um nome axiológico, uma vez que oferece uma avaliação dos fatos e eventos descritos no primeiro parágrafo (eixo velho). Por essa razão, podemos concluir que o encapsulamento anafórico funciona ora como recurso coesivo ora como princípio organizador (CONTE, 2003, p.186), o que se constitui um poderoso meio de manipulação do leitor ou, no caso do discurso político, manobra pela qual se influencia o outro, o que, não nos permite um juízo de valor, isto é, considerar se essa manipulação é contra ou não a vontade dos interlocutores.

Hipóstase das unidades fraseológicas

Apresentamos brevemente o papel dos rótulos (expressões referenciais que resumem partes anteriores ou posteriores do texto) na construção da coesão e da coerência referenciais. Partimos do pressuposto de que a escolha dos rótulos não é neutra e consideramos que eles desempenham um papel altamente argumentativo na construção do sentido do texto. Para ilustrarmos a hipóstase de unidades pragmático-discursiva, tomaremos um minicorpus constituído de discursos parlamentares, proferidos no Plenário de Câmara dos Deputados. Ao longo desta seção, mostraremos que a expressão idiomática, como rótulo, não só contribui sobremodo para aos mecanismos de construção discursiva, nomeadamente a coesão e coerência textuais, textuais, como também desempenha papel fundamental na referência.

No dia 24 de março de 2009, o jornal **O Estado de São Paulo** trazia a seguinte manchete em matéria de seu Caderno de Política: “Lula: prefeitos estão comendo pão que o diabo amassou” (DÉCIMO: 2011). Durante a cerimônia de abertura da 1ª Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, em Salvador, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou, através de um pronunciamento dirigido aos prefeitos, sua preocupação com relação à questão da queda dos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A destacabilidade da expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou” (passar grandes necessidades e privações, sofrer decepções devido às circunstâncias, DHLP) foi feita a partir do seguinte discurso de Lula: “Sei que vocês (prefeitos) estão comendo o pão que o diabo amassou por causa disso, mas quero deixar claro que para nós (governo federal) não adianta que os municípios estejam mal”.

No Plenário da Câmara dos Deputados, uma avalanche de discursos, a partir da posição política do então presidente Lula da Silva, pôde ser ouvida ou lida, especialmente por líderes de oposição ao governo. Ao longo dos excertos, podemos observar que a expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou” (assar grandes necessidades e privações, DHLP) será hipostasiado como ato de fala nos discursos dos parlamentares que irão reagir ao discurso de Lula. Por essa razão grifamos que representamos, no nosso entendimento, a hipóstase da expressão idiomática que, como veremos, uma marca pragmático-discursiva prenhe no discurso dos deputados federais. O encapsulamento anafórico, como percebemos, não concerne aos conteúdos do texto, mas resulta na categorização e na hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativa resumidas na expressão idiomática.

Uma das primeiras vozes ásperas contra o governo federal, após o discurso do então presidente Lula, foi feita pelo deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), em 25/03/2009, no Plenário da Câmara, ao tratar da situação do Fundo de Participação dos Municípios, destacando a expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou” dita pelo então presidente Lula: “[...] E agora? Como o Governo responde a essa situação caótica que aí está? Dizendo — **isso dito pelo Presidente** — que os Prefeitos estão comendo o pão que o diabo amassou. Prestem bem atenção: quem amassou esse pão foi o próprio Lula. Essa é a grande realidade.” (grifo nosso).

Do mesmo Plenário da Câmara, no dia 26/03/2009, o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) ao tratar do que denominou de “grave redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios”, faz críticas ao governo federal: “Não pode o Governo Federal ficar única e exclusivamente no discurso de que é solidário, de que os Prefeitos “comem o pão que o diabo amassou”, **como foi dito** pelo Presidente Lula e não haver ações efetivas. Que se busque o dinheiro do Fundo Soberano, que se crie um Fundo de Compensação das Perdas do

FPM, enfim, que se busque uma forma emergencial de socorrer os Municípios, tendo em vista que o Governo Federal foi absolutamente descuidado no tocante às suas despesas com custeio e agora são os Municípios que estão pagando a conta”. (grifo nosso).

Também no dia 26 de março de 2009, o deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB-ES), fez duras críticas ao discurso do então presidente Lula da Silva: “[...] A gravidade da crise requer medidas urgentes. Negar o problema, como no caso da célebre frase da "marolinha", não trará soluções. Agora, ao invés de afirmar **o óbvio**, como dizer que "os Prefeitos estão comendo o pão que o diabo amassou", cabe ao Presidente governar.” (grifo nosso).

Passados alguns meses, a expressão idiomática proferida por Lula ainda rendeu, no dia 12/05/2009, do Plenário da Câmara, o deputado André de Paula (DEM-PE): “Sr. Presidente, a Minoria está convencida de que a forma de assegurar ao Presidente Lula o cumprimento do compromisso que assumiu com os Prefeitos de parcelar em até 240 vezes a dívida e de fazer com que não comam o "pão que o diabo amassou" — **foi esta a expressão do Presidente** — é orientando o voto "não", fazendo com que os Municípios possam parcelar seu débito até em 240 vezes. Portanto, a Minoria acompanha PSDB, DEM e PPS e orienta o voto "não". (grifo nosso).

Anáfora indireta nos discursos parlamentares

Partimos da premissa de que as referências textuais são construídas no processo discursivo e de que muitos referentes são objetos-de-discurso construídos no modelo textual.

A anáfora idiomática, de natureza indireta, é um caso de referência textual, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local. (MARCUSCHI: 2005. p.54).

De modo geral, as expressões idiomáticas constituem anáforas indiretas. Eles se caracterizam, como tal, por serem interpretadas sem que lhes correspondam um antecedente explícito no texto. Como diz Marcuschi, a anáfora indireta é “uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícito” (MARCUSCHI: 2005. p. 53). Este caráter endofórico, que dá coesão ao

texto, além da anáfora, está presente também presentes em outros operações textuais como catáfora, exófora e dêixis.

Tomaremos, como premissa, a aceitação de Cavalcante de que a dêixis pode cruzar o caminho da anáfora (e da introdução). A linguista sustenta a ideia de que referência e anáfora não são termos intercambiáveis ou permutáveis. (CAVALCANTE, 2005. p.126). Essa não intercambialidade resulta, conforme nos sugere Cavalcante, de introdução “de um objeto novo no discurso sem que nenhum elemento co-textual o engatilhe, ou ancore”.

Pudemos sustentar que a presença das anáforas idiomáticas manifestam-se no discurso parlamentar com alguma pista do cotexto autoriza um engatilhamento do referente, o que revela ou comprova o princípio da não composicionalidade das expressões idiomáticas. Existe, pois, algum tipo de ancoragem no co-texto, o que lhes confere, em visto disso, um caráter anafórico. As anáforas são operações cognitivo-discursivas que retomam a uma ou outra marca co-textual da qual se tornam dedutíveis ou inferíveis no discurso (CAVALCANTE, 2005. p.126).

No **Dicionário de Análise do Discurso**, Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2008) apresentam o conceito de estereótipo e clichê como dois fenômenos que “denunciam uma cristalização no nível do pensamento ou no da expressão” (p.213). No âmbito da análise do discurso, o clichê ou os estereótipos, a que chamamos, aqui, simplesmente de grupos fraseológicos, são noções evidenciadas na “representação coletiva cristalizada”, emergente, somente, quando o alocutário recupera, no discurso, elementos espalhados e frequentemente lacunares, para reconstruí-los em função de um modelo cultural preexistente” (p.215).

Entre os clichês (entendidos como recursos retóricos) ou expressões idiomáticas (entendidos com procedimentos linguísticos) registrados no Plenário da Câmara dos Deputados, as expressões idiomáticas são as mais recorrentes nos pronunciamentos ou apartes (interrupção autorizada no discurso de outrem) dos parlamentares. Entre as expressões idiomáticas, mais frequentemente, no microcorpus-piloto, ad hoc, encontramos as seguintes: **“comer o pão que o diabo amassou”** (passar grandes necessidades e privações); **“meter o rabo entre as pernas”** (ficar calado, por se sentir sem razão, culpado ou amedrontado); **“descobrir um santo para cobrir outro”** (favorecer alguém em detrimento de outrem ou de si próprio); **“estar**

com a faca e o queijo na mão" (dispor dos meios para impor uma vontade); **juntar(-se) a fome com a vontade de comer** (coincidir ou fazer coincidir o desejo ou o interesse de uma pessoa com o de outra); **"macaco velho não mete a mão em cumbuca"** (pessoa esperta e traquejada não cai em cilada, não se envolve em situações complicadas ou perigosas); **"matar a cobra e mostrar o pau"** (afirmar alguma coisa e prová-la); **"meter a viola no saco"** (ficar sem resposta ou sem ação, calar-se, embatucar); **"meter o rabo entre as pernas"** (ficar calado, por se sentir sem razão, culpado ou amedrontado); **"Não ter nada com o peixe"** (ser completamente alheio ao caso em debate, à disputa); **"santo de casa não faz milagres"** (a convivência leva a que se deixe de receber dos outros crédito por méritos reais); **"virar o feitiço contra o feiticeiro"** (recair o mal sobre quem o praticou) e **"viver como cão e gato"**(viver às turras, estar sempre brigando).

A presença de fraseologias do tipo "expressões idiomáticas", no discurso dos parlamentares, revelam-nas como um recurso estilístico de grande produtividade discursiva. Ao certo, por seu caráter pregnante, aproxima o discurso parlamentar da fala mais espontânea ou popular, de maior transparência semântica ou ideológica, configurando, assim, uma função pragmática e uma função discursivo-ideológica no jogo verbal.

Postulamos, como veremos nos excertos abaixo, extraídos dos discursos parlamentares, que as unidades fraseológicas, nomeadamente os idiomatismos, cumprem uma função enunciativa de organização do discurso ou, para tomarmos uma expressão de Patrick Charaudeau (2009), evidenciam um "modo de organização enunciativo", em que o recurso linguístico do clichêismo (ou fraseologia) "aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação" (p.81), o que nos sugere que, nesse jogo verbal, o locutor (orador) estabelece uma relação de influência com o interlocutor (demais parlamentares, governos e eleitores), e, em alguns casos, estabelece uma relação de força com seu interlocutor, em geral o governo, através de uma modalidade de injunção. (CHARAUDEAU: 2009, p.82).

Da lista acima, dada a exiguidade de espaço, ilustraremos nosso trabalho apenas com a expressão idiomática "estar com a faca e o queijo na mão" (com o poder de fazer ou desfazer). Nos discursos parlamentares, há registro da variação fraseológica "ter a faca e o queijo

na mão”, com o mesmo significado idiomático, segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2009), doravante, apenas DHLP.

(1) O deputado Iran Barbosa (PT-SE), em pronunciamento no dia 07/04/2010, ao se reportar sobre a proposta de desregulamentação da profissão do jornalista, diz: “[...] Certamente, essa decisão levará a uma precarização ainda maior das relações de trabalho nas redações e a um arrocho ainda maior dos salários, porque o exército de reserva, para usar uma expressão do marxismo, para essa categoria agora é imenso, e o empregador **terá a faca e o queijo na mão** para impor as suas condições salariais e de trabalho, sob pena da substituição pura e simples dos bons profissionais, que, obviamente, exigirão remuneração e condições de trabalho bem melhores.”

(2) O deputado Sandro Mabel (PR-GO), em pronunciamento, no dia 13/10/2009, ao defender a necessidade de aprovação do projeto de reforma tributária, afirma: “Nós **estamos com a faca e o queijo na mão**. Basta apenas um gesto de boa vontade para cortarmos a deliciosa iguaria que, servida em porções generosas, possibilitará não apenas novos patamares de crescimento para o País, mas também uma efetiva implementação, tantas décadas postergada, de poderoso mecanismo de justiça social e distribuição de renda que privilegia todas as Unidades da Federação e, portanto, todos os brasileiros.”

(3) O deputado Paes de Lira (PTC-SP), em pronunciamento, no dia 04/11/2009, sobre a Proposta Emenda Constitucional (PEC nº 351), que fere, segundo ele, os interesses dos pequenos e médios credores, servidores públicos e militares e aposentados, assevera: “Então, é preciso neste momento, meus caros pares, Sr. Presidente, ilustres telespectadores da TV *Câmara*, que os representantes do povo, os Deputados, reflitam muito bem - reflitam muito bem - sobre a mensagem que vão passar para o futuro. Se aprovarmos nesta Casa de leis uma mensagem de que quem tem o poder **tem a faca e o queijo na mão** e pode fazer tudo o que quiser, se necessário efetuando uma alteração indevida e imprópria no próprio corpo da Constituição da República, estaremos sinalizando às gerações futuras que com esperteza ou com força tudo se pode fazer; com esperteza ou com força nenhum acordo precisa ser cumprido; com esperteza ou com força não há por que honrar compromissos.”

(4) O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), em pronunciamento no dia 27/03/2008, ao tratar de questões relacionadas à proposta orçamentária, particularmente por meio da CPMF, recorre à expressão idiomática como discurso citado: “Já para um professor de finanças do IBMEC-RJ não está prevista piora da arrecadação nos próximos meses, mesmo com a crise financeira mundial, a começar pelos Estados Unidos. Afirmou o mestre fluminense: *"O governo tem a faca e o queijo na mão para repensar a carga tributária. É um momento histórico essa arrecadação tão elevada. E eu não acredito que a economia real sofra com a crise internacional"*.

(5) O deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), em pronunciamento, no dia 08/11/2007, ao discutir sobre a proposta da reforma no sistema previdenciário, diz: “ Quando **estávamos com a faca e o queijo na mão** para implantar uma verdadeira e consistente reforma da Previdência, não a fizemos. Não lutamos para dar transparências às chamadas "renúncias previdenciárias", subsídios concedidos a alguns setores que não contribuem pela regra geral.”.

(6) A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), em pronunciamento, no dia 02/05/2007, ao fazer referência às comemorações do 1º de Maio, dia da Solidariedade Internacional dos Trabalhadores, diz: “ Contra a vontade do poderoso círculo financeiro do País, Lula foi reeleito Presidente da República. A base dessa vitória foi o povo, as massas trabalhadoras, especialmente as parcelas mais pobres. A reeleição se efetivou sob o compromisso de o Governo acelerar o desenvolvimento e ampliar a distribuição de renda. O Governo **está com a faca e o queijo na mão**. Tem amplo respaldo político no Congresso e largo apoio social. A oposição, momentaneamente, ainda se recupera da derrota sofrida. A situação econômica externa, apesar da instabilidade que a tem caracterizado, continua favorável.

(7) A deputada Nice Lobão (PFL-MA), em pronunciamento no dia 14/03/2007, ao defender maior parceria entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, para um mercado globalizado, principalmente o agronegócio, diz: “Pode-se dizer que **estamos com a faca e o queijo na mão**. Devemos aproveitar competentemente, em toda a extensão, essa parceria.”.

(8) O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), em pronunciamento no dia 28/01/2004, ao tratar sobre a política nacional de investimentos no setor energético, diz: “[...] Mas, não, o Governo

decidiu editar medida provisória. Por quê? Porque o rito de tramitação de medida provisória nesta Casa não permite o aprofundamento da discussão. O Governo **está com a faca e o queijo na mão**. Obstruir a instalação da Comissão Mista já fez com que não houvesse nenhuma discussão sobre a matéria.”.

(9) O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), em pronunciamento no dia 07/12/2006, ao abordar a crise no sistema aeroportuário brasileiro e a conjuntura político-econômica nacional, afirma: “O Presidente Lula **tem a faca e o queijo na mão** neste fim de primeiro Governo nostálgico e começo de um Governo que pode ser promissor, mas também pode ser nostálgico, se não forem tomadas as devidas providências”.

(10) O deputado Milton Barbosa (PFL-BA), em pronunciamento no dia 20/01/2004, ao reportar-se à proposta do Orçamento Geral da União, critica: “ Se o Governo não manifestar vontade política de aprovar o Orçamento impositivo, ficará comprovado que todos os discursos nesse sentido eram outras tantas bravatas, como disse o Presidente Lula, proferidas somente para alcançar o poder. Agora o PT prefere utilizar a já conhecida "Lei de Gerson" e levar vantagem, já que **está com a faca e o queijo na mão**.”.

(11) O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), em pronunciamento no dia 30/03/2004 em que defende a urgência na aprovação da COFINS, faz crítica ao PT, partido do Governo: “[...]. Esse mesmo partido que discute, fala e escreve sobre salário mínimo, distribuição de renda e melhoria das condições da classe trabalhadora, no momento em que **tem a faca e o queijo na mão**, faz o quê? Corta na carne do trabalhador, arranca do trabalhador 30 ou 40 reais no mês de abril! É uma vergonha!”.

(12) O Deputado Alceu Collares (PDT-RS), em pronunciamento no dia 04/12/2003, ao discorrer sobre a anistia e indenização de brasileiros que participaram da resistência democrática, durante o período da ditadura militar, enfatiza: “Alguns já morreram, como Marcello Alencar, outros têm apenas os filhos. Mas agora a esperança incendiou a alma coletiva, porque o Presidente Lula e o Ministro José Dirceu também são anistiados. **Estão com a faca e o queijo na mão**. Se num prazo de 48 horas, 1 mês, 2 meses, 3 meses, 4 meses, não forem liberados recursos para o pagamento de indenização a anistiados, posso romper *com este Governo que aí está*.”.

(13) O deputado Salomão Gurgel (PDT-RN), em pronunciamento no dia 23/11/2001, ao criticar a proposta do governo de flexibilizar a CLT, reage assim: “Ora, Sr. Presidente, em um país onde o desemprego atinge 7% da população economicamente ativa, o empregador vai ficar, como se diz, **com a faca e o queijo na mão** para impor o trabalho sem direito algum.”.

(14) O deputado Regis Cavalcante (PPS-AL), em pronunciamento, no dia 14/11/2001, ao retomar a discussão sobre a proposta do Governo de flexibilizar ainda mais a já combatida Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assim se manifesta: “[...].Mas, aqui no Brasil, a situação é bem outra. O empresariado sabe e até mesmo fomenta a ideia de que o trabalhador anda bem mais à procura de emprego que de salário e de direitos trabalhistas. Em sendo assim, **com a faca e o queijo na mão**, esse empregador pode definir proventos e vantagens de qualquer espécie, cabendo ao assalariado apenas curvar-se e aceitar aquele emprego, nas mais miseráveis condições.”.

A presença de expressões idiomáticas no discurso dos parlamentares, particularmente as expressões idiomáticas, de cunho popular, são, com base em Patrick Charaudeau (2009), procedimentos linguísticos utilizados pelos deputados, com a finalidade de modalizar seus discursos com aspectos axiológicos de interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão, proposta, interrogação e petição.

Breves considerações finais

O estudo leva-nos a crer que as anáforas encapsuladoras, nos discursos dos parlamentares, cumprem a função de organização coesiva e aproximam-se muito do conceito de anáfora indireta, cujo valor axiológico se revela um importante recurso retórico e discursivo na construção da argumentação política.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Academia Brasileira de Letras. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: CEN, 2008.

ADAM, Jean-Michel et alii. **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010.

APOTHÉLOZ, Denis e REICHLER-BÉGUÉLIN, Marie-José. **“Construction de la reference et strategies de designation”**. Disponível em http://www2.unine.ch/files/content/sites/linguistique.francaise/files/shared/documents/DA_Construction.pdf. p. 1-37.

APOTHÉLOZ, Denis. “Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual”. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi e CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p.53-84.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. São Paulo: EDUC, 2009.

CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães et alii. (Orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos**. Vol.2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. “Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram”. In KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria e BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. P. 125-149

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos**. Recife, fevereiro de 2000. Universidade Federal e Pernambuco Programa de Pós-Graduação em Letras. Doutorado em Linguística

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi e CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.

CIULLA E SILVA, Alena. **Os processos de referência e suas funções discursivas**: o universo literário dos contos. 2008. 207 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará - Centro de Humanidades - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2008.

CONTE, Maria-Elisabeth. “Encapsulamento anafórico”. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi e CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.p. 177-190.

CORPAS PASTOR, Gloria. **Manual de fraseología española**. Madrid: Cremos, 1996.

CRYSTAL, David. **Dicionário de linguística e fonética**. Tradução e adaptação de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DUBOIS, Jean et alii. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Citrix, 2004.

FERNANDES, José Alves. **Dicionário de formas e construções opcionais da língua portuguesa**.

FLORES, Valdir do Nascimento et alii. (Orgs.). **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007

GOMES, Luiz L. e COLLINS, Donald E. **Dicionário de expressões idiomáticas americanas**: a adicionar desligado American idiomas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GREIMAS, A. J e COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

IBIAPINA, Fontes. **Paremiologia nordestina**. Teresina: EDUFPI, 2008.

Ilari, Rodolfo. (2005). Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: Koch, Ingedore et al. *Referenciação e Discurso*. São Paulo Contexto. p. 103-124

Marcuschi, Luiz Antonio. (2001) Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: Koch, Ingedore et al. *Referenciação e Discurso*. São Paulo Contexto. p. 53-102

ILARI, Rodolfo. “Alguns problemas no estudo da anáfora textual”. In KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria e BENTES, Anna

Christina. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p.103-124.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria e BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

LEVINSON, Stephen C. A dêixis. In: LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. cap. 2, p. 63-119.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. “Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras”. In KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria e BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p.53-101.

NEVEU, Franck. **Dicionário de ciências da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

e José Antônio Nunes. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

RAMOS, Cleonice Men da Silva. Argumentação em textos: revistas impressas do universo corporativo. In **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 39 (3): p. 75-86-, mai.-ago. 2010.

RONCARATI, Cláudia. **As cadeias do texto: construindo sentidos**. São Paulo: Parábola, 2010.

SACCONI, Luiz Antonio. **Grande dicionário Sacconi: da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico**. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SÁNCHEZ, Mario García-Page. **Introducción a la fraseología española: estudio de las locuciones**. Rubí(Barcelona): Antropos, 2008.

TOSI, Renzo. **Dicionário de sentenças: latinas e gregas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2006.

Vocabulário ortográfico da língua portuguesa. Academia Brasileira de Letras. 5ª ed. São Paulo: Global, 2009.

XAVIER, Maria Francisca & Maria Helena Mira MATEUS, (org.) (1991 e 1990). **Dicionário de Termos Linguísticos**, vol. I & II Lisboa: APL e ILTEC, http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/index2.htm.

PROCESSAMENTO FRASEOLÓGICO: A PASSAGEM DO ABSTRATO AO FIGURATIVO

Introdução

Este estudo tem por objetivo evidenciar, através da teoria semiótica da isotopia, o processo de passagem do abstrato ao figurativo, no processamento das expressões idiomáticas. Os aportes teóricos do nosso estudo são fundamentados nos estudos de Benveniste (2006), Bertrand (2003), Fontanille (2008), Greimas (1970 E 1976), Hjelmslev (2009) e Searle (2002).

Inicialmente mostramos a compatibilidade de aplicarmos categorias de análise da semiótica discursiva (sentido, significação, significância, isotopia, núcleo isotopante) à fraseologia, ramo da linguística que trata do estudo dos idiomatismos em suas diversas formas. A elasticidade dos idiomatismos, que os compactam como um discurso-enunciado resultaria de uma “condensação sintática”, sendo considerados segmentos discursivos, numa perspectiva de enunciação.

Por último, analisamos um minicorpus contendo respostas de escolares da educação básica às perguntas sobre a significância de dez expressões idiomáticas. Os resultados preliminares nos permitem postular que o acesso à figuratividade da fraseologia ocorre a partir de um núcleo isotopante, o que nos parece confirmar, doutra sorte, a hipótese psicolinguística da representação léxica para o processamento das unidades fraseológicas.

Há uma passagem no terceiro capítulo do romance *São Bernardo* (1989), de Graciliano Ramos, em que o personagem Paulo Honório chega para o Dr. Sampaio, após surpreendê-lo em uma tocaia, e diz em tom severo: “*Vamos ver quem tem roupa na mochila. Agora eu lhe mostro com quantos paus se faz uma canoa*”. (RAMOS: 1989, 14).

Nas frases acima, há duas expressões idiomáticas pregnantes ao final de cada período. No primeiro período, podemos assinalar a expressão “*ter roupa na mochila*”, com a acepção de “*ter coragem, habilidade, competência ou outras qualidades para enfrentar algo na hora decisiva*” (SILVEIRA, 2010, p. 846). No segundo período,

assinalamos a expressão “*ver com quantos paus se faz uma canoa*” com acepção de “*obter, adquirir penosa experiência à própria custa*” (Idem, p. 908).

À medida que lemos e releemos os excertos acima, renovamos alguns questionamentos sobre a presença das expressões idiomáticas no texto literário. A começar, perguntamo-nos como a semiótica explicaria, a partir do excerto acima, extraído de um texto literário, o sentido de “ameaça”, através das expressões idiomáticas, ditas pelo personagem Paulo Honório contra o Dr. Sampaio? Como entendermos os idiomatismos cuja significância não está no nível abstrato, de baixa densidade sêmica, mas no concreto, de densidade sêmica maior? Como compreendermos, no caso das fraseologias, presentes no texto, o processamento fraseológico, a passagem do literal ao metafórico, a passagem do componente temático (abstrato) ao figurativo (metáfora)? Que figuras nucleares são dissolvidas, no ato da linguagem, para que enunciatário possa estabelecer a passagem do primeiro (não figurativo) para o segundo (figurativo)?

Observamos, ainda, que as duas expressões idiomáticas, apesar de variações idiossincrásicas do dialetismo regional, que marcam o romance de Graciliano Ramos, conservam as mesmas “acepções” dos dicionários gerais. O termo “acepção”, de cunho lexicográfico, refere-se “*a cada um dos vários sentidos que palavras ou frases apresentam de acordo com cada contexto*” (HOUAISS e VILLAR, 2009, p. 30). Dessa maneira, como a semiótica discursiva dá conta da noção de “acepção” ou “acepções” das expressões idiomáticas. Por último, que abordagens semióticas, referentes a signo, significação e sentido, são aplicáveis ao estudo das expressões idiomáticas?

Fraseologia como um formante

A fraseologia, como expressão cristalizada, cujo sentido geralmente não é literal, semioticamente, é um signo ou, mais precisamente, um formante, que decorre do uso, ato de linguagem. Segundo Greimas e Courtés (2008, p.463), o exercício da linguagem produz a manifestação semiótica sob a forma de sequência de signos.

O que os semiotistas dizem a respeito do signo, desde a noção saussuriana, faz-nos, metaforicamente, comparar as fraseologias às

margaridas, aquelas “plantas ornamentais com suas inflorescências vistosas com sépalas brancas, amarelas ou alaranjadas”, que se abrem ao surgir do dia. As fraseologias são essa espécie de “florilégio de margaridas”, no “jardim da linguagem”, que faz com que a língua tenha suas construções peculiares ou idiomáticas.

As questões que levantamos, na seção anterior, levam-nos a procurar algumas respostas em **Semiótica do Discurso** (2008), de Jacques Fontanille. É o semioticista que afirma serem três os termos designadores dos fenômenos semióticos em geral: *sentido*, *significação* e *significância*. Deste modo, em termos semióticos, como devemos nos referir em se tratando de referência às expressões idiomáticas? Devemos nos referir a sentido, significação ou significância de expressões idiomáticas, quando consideradas no âmbito do discurso literário?

As informações de Fontanille revigoram nossas inquietações iniciais. Daí, uma pergunta crucial: o idiotismo, como o define Houaiss e Villar (2008, p.860), é passível de ser analisada, semioticamente?

Creemos que os termos sentido, significação e significância são aplicáveis à análise semiótica das expressões idiomáticas. Veremos, a seguir, como cada um destes termos semióticos, comporta-se quando relacionado com os idiomatismos. Depois, faremos a escolha de um deles para aplicarmos à análise de minicorpus com respostas dos alunos da educação básica sobre o que compreendem de algumas expressões idiomáticas.

Começamos pelo termo “sentido”, em semiótica, definido como “aquilo que permite as operações de paráfrase”, como propõem Greimas e Courtés (2008, p. 456). Ora, quando ouvimos o idiomatismo “ficar como a mãe de São Pedro” e, não sabendo a sua “acepção idiomática”, recorremos, de pronto, ao dicionário e, de logo, aprendemos que diz respeito a “não ter onde ficar”. Esta paráfrase definitiva do idiomatismo só é possível graças à noção de sentido. Assim definido, “sentido” é um termo operatório que permite que qualquer semiótica, enquanto forma, possa ser manifestada.

A noção de sentido, em semiótica, explicaria a operação parafrástica que esta por trás de “acepção” de uma expressão idiomática (o que vale para uma palavra ou locução nominal). Quando escrevo ou digo “mostrar com quantos paus se faz uma canoa”, uma

fraseologia de cunho regional, com a ideia de “dar um castigo, fazer uma repreensão”, o sentido atribuído à expressão idiomática é uma paráfrase. (GREIMAS e COUTÉS, 2008, p. 359).

Como diz Jacques Fontanille (2008: p.31), quando “um texto pode tender a sua própria coerência”, isso “nos faz compreender o seu sentido“. No caso da expressão idiomática, armazenada ou cristalizada na memória do falante ou locutor de uma língua, tem uma morfologia intencional ou o que Fontanille chama de “forma típica já conhecida”, e, nesse caso, esta morfologia intencional é a que nos permite atribuir sentido ao idiomatismo.

O papel da semiótica é o de reconhecer que a construção do sentido é “trespassada por tensões e direções que constituem, do mesmo modo, apelos à significação, pressões ou resistências para um interpretante” (FONTANILLE, 2008: p.31). Podemos, pois, falar em “sentido de expressões idiomáticas” ou, em sentido idiomático, no campo da semiótica discursiva. Passemos agora a noção de significação.

A noção de significação pode ser aplicada à análise semiótica das expressões idiomáticas. A significação é o produto organizado pela análise. Tomemos a expressão “ter o olho maior que a barriga”, com acepção de “ser guloso; desejar possuir imoderadamente” extraído da Coluna Blog Animal da revista Época, de 9/3/2010:

“Alguns animais têm a incrível capacidade de comer alimentos extremamente grandes, se comparados ao tamanho de seu corpo. Parecem que eles **têm o olho maior que a barriga!** As cobras sucuris, por exemplo, conseguem comer grandes mamíferos, que são digeridos durante dias. Já este gracioso esquilo da foto abaixo jura que consegue engolir este amendoim com casca. Ou será que ele quer quebrar a casca para comer apenas os grãos? O que você acha?” (grifo nosso).

A significação diz respeito a uma unidade sobre a qual “repousa na relação entre um elemento da expressão e um elemento do conteúdo”. Por isso, poderíamos falar em “significação da expressão idiomática” (2008, p. 32).

A noção de significância, em semiótica, aproxima-se muito do que se entende, por definição, de fraseologia ou expressão idiomática, do seu traço de não composicionalidade. A significância, segundo Fontanille (2008), designa “a globalidade dos efeitos de

sentido em um conjunto estruturado, efeitos estes que não podem ser reduzidos aos das unidades que compõem o conjunto.” (p.32).

Em termos metodológicos, a noção de significância indica que a condução de uma análise semiótica de uma expressão idiomática seria a partir de unidades maiores em direção às menores. Falaríamos em “significância de expressão idiomática”. Se a análise fosse conduzida ao contrário, das unidades menores em direção às maiores, estaríamos diante do conceito de *significação*, o que corresponderia dizer “significação de expressões idiomáticas”.

No presente estudo, acolhemos a noção de significância para aplicação à análise dos dados do minicorpus com respostas dos estudantes sobre a compreensão das expressões idiomáticas. Adotamo-la, no âmbito da semiótica discursiva, quando nos referirmos à significância das expressões idiomáticas; resumidamente, é a significância rege a passagem do nível abstrato ao não figurado nos idiomatismos.

Fraseologia e noção de elasticidade

Partindo da noção de elasticidade do discurso, que se caracteriza como nos colocam Greimas e Courtés (2008), pela propriedade do discurso de “distender linearmente hierarquias semióticas” ou mesmo de dispor em sucessão “os segmentos discursivos pertencentes a níveis muito diferentes duma dada semiótica” (p.157), devemos considerar que as unidades fraseológicas são, em certa medida, enunciados resultantes de uma “condensação sintática”, concepção necessária para que, numa abordagem semiótica, possamos ver o discurso como “expansão de unidades sintáticas elementares” (ibidem).

Neste artigo, provérbio, expressão idiomática, dito popular, frase feita e parêmia estarão, por força do princípio da elasticidade do discurso, tomados como uma unidade discursiva de análise, semiótica e semanticamente, equivalente a um texto.

Quando o falante diz “comer o pão que o diabo amassou” e seu interlocutor traduz, semanticamente, como “passar grandes necessidades e privações” ou entende este idiomatismo com outras expressões do tipo “comer da banda podre” ou ainda “comer o que o diabo enjeitou”, a compreensão idiomática resultaria, no nosso

entendimento, do fenômeno semântico da paráfrase, entendida, semioticamente, como expressão da elasticidade do discurso.

Desta forma, consideramos, neste trabalho, a fraseologia com as mesmas propriedades do signo, na perspectiva hjelmsleviana. A fraseologia é formada por expressão e conteúdo. Esta aproximação da noção de fraseologia à de signo não se assenta na teoria tradicional de que o signo linguístico é a expressão de um conteúdo exterior ao próprio signo. Em termos semióticos, o signo é concebido como *“um todo formado por uma expressão e um conteúdo”* (HJELMSLEV, 2009, p.53).

O que existe, para Hjelmslev, tanto nos signos como, para nós, na fraseologia, este, de natureza pluriverbal, é a função semiótica situada entre a grande expressão e a grandeza conteúdo; a expressão e o conteúdo são os dois funtivos da função semiótica. (HJELMSLEV, 2009, p.53).

Tomemos, agora, para ilustração do que nos referimos acima, a fraseologia *“meter o rabo entre as pernas”* (*“ficar calado, por se sentir sem razão, culpado ou amedrontado”*, DHL¹). Refere-se, numa terminologia linguística, ou, mais precisamente lexicográfica, a um tipo de lexia que poderia ser expressa como vocábulo ou locução. À luz da linguística estrutural, poderíamos dizer que a fraseologia pode ser considerada como uma unidade funcional significativa de comportamento lexical, daí seu registro como subentrada do verbete *“rabo”*, nos dicionários gerais. Assim concebida, poderíamos dizer que a fraseologia *“meter o rabo entre as pernas”* tem dois funtivos (expressão e conteúdo) na sua função semiótica. Há pertinência em dizermos que o fenômeno da semiose, aplicado à noção de fraseologia, manifesta-se quando da reunião do plano de expressão (composicional, sentido literal) e do plano de conteúdo (não composicional, o sentido não literal ou idiomático) no momento do ato da comunicação.

O plano de expressão, como propõe Hjelmslev, um tributário da teoria de signal de Saussure, é apontado pelo semioticista como o

¹ Abreviação do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, que adotamos ao longo deste artigo.

significante considerado na totalidade de suas articulações, resultante da combinatória da dupla articulação, expressa na organização de morfemas e fonemas, no ato linguageiro. (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p. 197-198). Em virtude disso, não podemos considerar a fraseologia sem referência à expressão e ao conteúdo, sem levarmos em conta sua função semiótica.

Dizendo de outra maneira, não poderíamos considerar a expressão e o conteúdo como grandezas separadas do ato linguageiro quando nos referimos à fraseologia no contexto semiótico. Caso assim procedêssemos, negaríamos o princípio da solidariedade dos dois fúntivos da fraseologia, a expressão e o conteúdo. Substancialmente, não podemos falar, numa perspectiva semiótica, em fraseologia sem texto nem falarmos de fraseologia sem expressão e conteúdo.

O que queremos dizer, brevemente contrastando de Saussure, é que, por entendermos que o mestre de Genebra viu nas frases feitas as combinatórias que pertencem exclusivamente à língua, nas quais, como assinala, o “uso proíbe qualquer modificação, mesmo quando seja possível distinguir, pela reflexão, as partes significativas” (SAUSSURE: 1995, p. 54), não podemos, em termos semióticos, ver, nas frases feitas, apenas unidades fixas do plano de expressão, e sim, expressões referenciais de um conteúdo, conteúdo este de sua própria expressão. Este olhar semiótico sobre as frases feitas traduz, da nossa parte, apenas um pouco do alcance fenomenológico e epistemológico dado ao signo linguístico (não confundido com o signo mínimo, a palavra), como unidade do plano de manifestação, constituída de função semiótica, tal qual sugere Hejmslev em seu *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2009).

Nossa adesão à postulação de Hjelmslev de que “a substância depende exclusivamente da forma e que não pode, em sentido algum, atribuir-lhe na existência independente” (HJELMSLEV, 2009, p. 55) resulta, pois, de considerarmos, que no caso de fraseologia, não podemos deixar de considerar a expressão no conteúdo e o conteúdo na expressão, mesmo porque a idiomaticidade não está no significado de palavras ou significado sentencial, mas na significância da emissão do falante, marcado por propriedades metafóricas, idiomáticas, idiossincrásicas e convencionais, recorrendo à

terminologia de John Searle, em seu *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala* (2002), quando discute a metáfora.

Fraseologia e a enunciação

Consideramos, a priori, que há lugar, para os estudos fraseológicos, em qualquer um dos ramos da linguística que faz uma reflexão sobre a linguagem, tal qual foi, primeiramente, previsto por Saussure, em sua teoria geral dos signos e, numa perspectiva de enunciação, como a de Benveniste, que se ocupa de analisar o uso da língua que pressupõe um quadro enunciativo e de evidências de invariantes que estabelecem e regulam a atividade de linguagem. Como todas as línguas possuem fraseologias (locuções, frase feita, fórmula, colocação, provérbio e expressão idiomática), a que chamaríamos de universais ou primitivos linguísticos, teremos um motivo forte para situar a fraseologia no âmbito da teoria semiótica, a de inspiração greimasiana, na sua versão mais ampliada por Denis Bertrand (2003).

Convém colocarmos duas questões que dizem respeito a essa postulação (ou exercício de especulação) de um lugar da fraseologia no âmbito da semiótica francesa. As perguntas são: que tratamento os semioticistas deram (ou dariam) à fraseologia? Há (ou haveria lugar), nos estudos semióticos, com base na tradição de L. Hjelmslev, para a análise dos provérbios, ditados e expressões idiomáticas, nos textos?

Dada à exiguidade de espaço deste trabalho, não daremos respostas definitivas às questões que formulamos acima, mas entendemos que a fraseologia ou a expressão idiomática, mais do que uma frase feita, como supõe ou reduz a lexicografia tradicional, constitui-se como um segmento discursivo capaz de “constituir uma unidade de sentido suficiente para ser um texto completo” (ADAM: 2008, p. 78).

No caso da teoria semiótica, de inspiração greimasiana, pelo menos, duas semióticas, a figurativa e a não-figurativa, poderiam, conforme veremos mais adiante, dar conta dos idiomatimos, de modo a encará-los, não como frases feitas, mas como “segmentos (ou partes explodidas) do discurso-enunciado”, situados no âmbito

da enunciação, que favorecem a realização do discurso-enunciado (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 77).

Não poderíamos deixar de registrar a atenção dada por Greimas à Fraseologia. Ao publicar, em 1960, o artigo “Idiotismes, proverbes, dictions”, na revista *Cahiers de Lécologie*, Greimas deu a mais importante contribuição à teoria lexicográfica da fraseologia e, mais recentemente, a linguística discursiva embebeu-se um pouco da semiótica francesa, quando recorreu a uma classificação dos idiomatismos, formulada por Greimas, segundo o grau de fixação (idiotismo léxico, locução idiomática e forma idiomática). Os analistas do discurso entenderam, a partir de Greimas, que era possível uma aproximação do conceito de idiotismo ao conceito de polifonia, hoje, central nos estudos de Dominique Maingueneau (2010, p. 171).

Na época, apropriadamente, Greimas denominou de idiotismos (ou idiomatismos) as unidades léxicas superiores à palavra. Esta classificação dos idiotismos segundo o grau de fixação dos seus lexemas constitutivos. A unidade sintática supõe este tipo de sequência é uma estrutura constituída, como mínimo por dois elementos ou classes sintáticas (BLASCO MATEO, 2005, p. 202).

Mais tarde, de forma mais reduzida e elegante, Greimas voltou a escrever, ou melhor, a reescrever sobre os provérbios e os ditos, em seu *Du sens: essais sémiotiques* (1970), com descrição tão simples quanto possível, como seguindo a lição do mestre Louis Hjelmslev. Entre outros aspectos estruturais dos idiomatismos, Greimas enfatiza seu caráter polifônico.

Segundo Greimas, na linguagem falada, os provérbios e ditos populares são bastante distintos das frases nominais pela mudança de entonação. O semioticista foi um dos primeiros estudiosos a observar aspectos prosódicos das unidades fraseológicas e que os provérbios, em particular, têm uma modulação especial quando da sua emissão pelos falantes da língua. (1970: p. 309).

Na comunicação, assinalou Greimas, nós percebemos quando os falantes recorrem às unidades fraseológicas, especialmente no caso de uso dos provérbios, conscientes de que abandonam, voluntariamente, sua voz em favor da voz do outro, e recorrem ao discurso citado, para proferir um segmento do seu próprio discurso, que não o pertence, mas que durante a evocação e prolação passa a

ideia para o interlocutor de que é o sujeito do seu próprio discurso (GREIMAS, 1970, p. 309).

Graças a Greimas, cremos que, tanto para os semioticistas como os analistas de discurso, somos levados a reconhecer que há uma relação muito estreita entre fraseologia e polifonia no âmbito da abordagem discursiva. A polifonia, pois, seja na perspectiva dos trabalhos de Bakhtin (2010) e Ducrot (1987), é uma ferramenta eficaz para as abordagens discursivas ou enunciativas dos idiomatismos, uma vez que a polifonia refere-se à qualidade de todo discurso estar tecido pelo discurso do outro, de toda fala estar atravessada pela fala do outro.

As ideias de Greimas ressoam no âmbito da análise do discurso. Dominique Maingueneau, no seu *Doze conceitos e análise do discurso* (2010), refere-se aos provérbios, enquanto unidades fraseológicas, como idiomatismos que possuem dois domínios: o lexical e o discursivo. Maingueneau afirma que Greimas apontou, nos estudos fraseológicos, o caráter polifônico do provérbio. (2010, p.172).

A inovação de Maingueneau (2010) no tratamento do provérbio, com relação ao primeiro *insigt* de Greimas, reside em apontar as particularidades da sua inscrição enunciativa e considerá-lo como um discurso relatado ou citado e, mais precisamente, “um caso de polifonia”. Esta particularidade proverbial, a de ser um discurso citado, é realmente algo inovador na chamada linguística discursiva.

O que há de mais relevante no estudo dos idiomatismos, seja no âmbito lexical ou discursivo, é a significância idiomática que dele nos apropriamos nas nossas falas ou conversas, nas enunciações. O sentido idiomático que a comunidade linguística confere ao provérbio, no nosso entendimento, é válido para outras unidades fraseológicas, como a expressão idiomática ou fórmulas de rotina, posto haver uma estreita relação das duas categorias com o conceito de polifonia.

A interpretação polifônica do provérbio depende de fatores simultaneamente linguísticos e extralinguísticos, uma vez que o sentido que os locutores dão aos provérbios, o que vale para os idiomatismo, de modo geral, não decorre unicamente da soma dos significados de seus elementos constituintes; dito, de outra forma, o sentido literal não é suficiente para configurar a significância idiomática das unidades idiomáticas, seja qual for sua extensão, tal

qual estão registrados nos dicionários gerais ou nos especializados em fraseologia.

Esse exercício de aproximação entre fraseologia e o discurso, leva-nos a postular, definitivamente, um lugar para a fraseologia, no âmbito dos estudos semióticos; mas, a rigor, essa aproximação só será possível se tomarmos a semiótica greimasiana a partir de uma perspectiva discursiva. Não é exercício fácil aproximar fraseologia e a semiótica discursiva. Requer que a fraseologia seja concebida além da lexicografia tradicional estabelecer para os sintagmas estereotipados. Na semiótica discursiva, a fraseologia não poderá ser vista apenas como uma unidade fraseológica sem texto.

O ponto de partida é reconhecermos que a fraseologia, mais do que uma frase feita, deve ser vista como um todo de significação, superior à noção de frase. A fraseologia, semioticamente, é um enunciado-discurso que se apresenta como uma totalidade e, nessa condição, os idiomatismos podem ser vistos pela teoria semiótica como uma instância de enunciação próxima à noção que temos de discurso-enunciado, ou, mais precisamente um discurso citado que, no âmbito da enunciação, configura-se como um prolongamento natural da gramática discursiva.

Nesse empreendimento teórico, observamos que algumas categorias, presentes na linguística discursiva, evidenciam-se na fraseologia. A primeira delas, a do discurso citado, vem da ideia de que a fraseologia, enquanto discurso de outrem, para tomar a expressão bakhtiniana, realiza-se, semioticamente, através de um ato de linguagem, na produção da conjunção do sujeito enunciatário com um objeto do saber (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p. 43-44).

A noção da categoria comunicação não pode estar descartada na análise fraseológica sob a ótica enunciativa, uma vez que, por comunicação, entendemos “a dimensão espetacular de nossas culturas e de nossos signos”, o que nos remete a conceitos como fazer persuasivo, fazer interpretativo, contrato, discurso. (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p. 79-83). Nesse particular, a categoria “enunciação fraseológica”, se podemos falar assim, é a que nos permite ver, na fórmula discursiva, um “ato que produz semiose ou manifestação, que não se confunde com enunciação enunciada (ou narrada)” (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p.166-168).

Na análise da fraseológica, sob o prisma da enunciação, a pragmática diz respeito à “competência cognitiva dos sujeitos em comunicação tal como se pode reconstruir seu simulacro no interior dos discursos”, de modo que “o fazer persuasivo e o fazer interpretativo entram no processo de comunicação”. Remete esta noção de pragmática a conceitos de destinador e o destinatário. (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p. 379-380). E, finalmente, a noção de sentido, definido, semioticamente, com base em Hjelmslev, como um conceito operatório que se refere ao plano de expressão e o plano do conteúdo (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p. 456-457).

As fórmulas discursivas, enfim, podem ser, laboriosamente, sustentadas a partir do “projeto científico de Greimas” (SOBRAL,2009). Primeiramente, podemos falar em análise interna da fraseologia enquanto discurso citado. Falaríamos em elaboração de métodos e técnicas adequados de análise interna, fazendo o percurso que vai da fraseologia, enquanto segmento discursivo, ao sujeito. Poderíamos falar em análise imanente, na qual buscamos as leis que regem o discurso enquanto objeto discursivo.

As fórmulas discursivas podem ser descritas no percurso gerativo de sentido, no qual enfocáramos o trabalho de construção da idiomatidade da fraseologia, da sua imanência à aparência, como um percurso gerativo que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, em que cada nível de profundidade é passível de descrições autônomas. Na nossa proposta de estudo, exercitamos esse percurso gerativo, demonstrando, através da noção de recção semântica e conector isotopante, o processo de passagem do abstrato ao figurativo no processamento da compreensão de expressões idiomáticas por escolares da educação básica. Um desdobramento possível desse trabalho será abordar esta aplicação de categorias semióticas à fraseologia sob o prisma da psicolinguística, o que deixaremos para outro momento.

Os idiomatismos permitem uma inserção nas categorias semióticas de Greimas no chamado percurso gerativo do conteúdo, propriedade que situaria o discurso citado como percurso do conteúdo, “independentemente da manifestação, linguística ou não, e anterior a ela”, ecos da importante descrição da percepção como “o lugar não linguístico onde se situa a apreensão da significação”,

como podemos depreender de Greimas (1973, p. 15); Barros (2002, p. 13); e Greimas e Courtés (2008, p.255-256; 95-96; 232-235).

Fraseologia e a isotopia do discurso

Se há lugar, na semiótica discursiva, para os estudos fraseológicos, conforme assinalamos nas seções anteriores, uma pergunta se faz necessária: que categorias de análise poderiam ser aplicadas, ao processo de passagem do literal (ou abstrato) ao figurativo (ou idiomático), na compreensão das expressões idiomáticas por crianças ou por adultos? Algumas delas (isotopia, significância etc.) já antecipamos, laconicamente, na seção anterior.

Encontrar categorias semióticas de análise a serem aplicadas ao estudo da compreensão de expressões idiomáticas é como “procurar agulha num palheiro” (estar à cata de algo muito difícil de achar, GDSLP²). Um primeiro passo é irmos a um dicionário. Feito isso, a primeira impressão que temos ao folhearmos as 543 páginas do *Dicionário de Semiótica* (2008), é a de que, apesar do “esforço de estratégia discursiva” de abarcar “as teorias de linguagem diretamente relacionadas com a prática linguística de vocação científica” (p.14), o dicionário de A. J Greimas e J. Courtés, aparentemente, não deu a devida atenção à fraseologia, a um ramo da linguística dedicado ao estudo das frases ou expressões cristalizadas. Assim como as noções fundamentais da retórica, também excluídas no dicionário, a fraseologia não foi uma noção fácil ser convertida em conceito semiótico.

Não obstante, noções fundamentais para o estudo da fraseologia, especialmente as chamadas expressões idiomáticas, foram devidamente arrolados no dicionário como metáfora, figura, isotopia, conector de isotopia, paráfrase, elasticidade do discurso, definição, condensação, expansão, que, na condição de conceitos operatórios, atendem, plenamente, aos nossos interesses de investigação sobre a compreensão das expressões idiomáticas por parte de crianças e adolescentes na educação escolar.

² Abreviação que adotamos para Grande Dicionário Sacconi: da língua portuguesa (2010), de Luiz Antonio Sacconi.

Dessa lista, à luz de semiótica discursiva, elegemos apenas isotopia, conector de isotopia e paráfrase como categorias de análise, a que recorreremos no estudo que fazemos sobre aspectos do acesso à figuratividade das expressões idiomáticas. Aplicamos estas categorias a um minicorpus que traz respostas de escolares sobre a compreensão de expressões idiomáticas a partir de frases dadas³. Os escolares, quando solicitados a “interpretarem” os idiomatismos, escreveram as paráfrases para a significância dessas unidades fraseológicas, a partir do seu conhecimento de mundo, e, estrategicamente, recorreram, na hora de manifestar a “significância idiomática”, a um conector de isotopia, a que chamamos, com base em Denis Bertrand (2003), de “núcleo isotopante”, que funcionou, psicolinguisticamente, como uma espécie de “gatilho” de isotopia.

Durante a análise das respostas do teste de compreensão das expressões idiomáticas dadas pelos alunos da educação básica, em Fortaleza e nas cidades de Itapipoca e Sobral, no interior do Estado do Ceará, os alunos apresentaram, na compreensão dos diversos idiomatismos, uma dificuldade muito pontual na compreensão da expressão idiomática “juntar(-se) a fome com a vontade de comer” (coincidir ou fazer coincidir o desejo ou o interesse de uma pessoa com o de outra, DHLPL) a partir da frase dada “Quando José assumiu o emprego, disse assim: **‘Juntei a fome com a vontade de comer’**. Que quis dizer com isso?” (grifamos no teste a unidade fraseológica).

Creemos que a dificuldade de acesso à figuratividade - que corresponde ao que chamamos de “significância idiomática”, por parte dos escolares - deve-se à natureza idiomática, não composicional, ao sentido dito figurado, à metáfora responsável pelo que nós denominaríamos, para tomarmos uma palavra de García-Page Sánchez, de “transposição semântica” (2008: p. 27). A idiomaticidade e a metafóricidade requerem, do usuário da língua, a informação de que é metáfora que dá sentido e paixão aos textos e que cada metáfora vem a ser uma “pequena fabulazinha”, noção que havia sido antecipada por Giambattista Vico, em seu *Ciência nova* (2005: p. 239).

³ O Teste de Compreensão de Expressões Idiomáticas, contendo as respostas dos alunos quanto o que compreendiam das expressões idiomáticas, constituem, ad hoc, um minicorpus, que não pretende ser exaustivo; ainda não publicado.

Esta noção de que por trás da metáfora há uma “fabulazinha”, nos remete ao conceito de isotopia na narrativa, em Greimas (2009), ao tratar dos componentes estruturais do mito (a armadura, o código e a mensagem). Segundo o semiótico, a significação de uma narrativa se situa “sobre duas isotopias simultaneamente e dá lugar a duas leituras diferentes, uma sobre o plano discursivo e a outra sobre o plano estrutural” (p.67).

A Isotopia, segundo Greimas (2009), expressa-se em categorias semânticas que tornam possível a leitura uniforme da narrativa, “tal como resulta de leituras parciais dos enunciados após a resolução de suas ambiguidades”, sendo, ela mesma, “guiada pela procura de uma leitura única.”(p.67).

Em *Semântica estrutural* (1976), A.J. Greimas conceitua isotopia de um texto desta forma: “é a permanência de uma base classemática hierarquizada, que permite, graças à abertura dos paradigmas que são as categorias classemáticas, as variações das unidades de manifestação, variações que, em vez de destruir a isotopia, ao contrário a confirmam” (p. 128). Este conceito baseia-se na chamada abordagem estrutural da isotopia. Outra abordagem é interpretativa. Mais adiante, na análise das expressões idiomáticas, tentaremos aplicar o conceito de isotopia a partir destas duas abordagens (BERTRAND, 2003, 187-192).

Assim entendida, a isotopia se assenta, exclusivamente, na recorrência de um sema ou um conjunto de semas num enunciado, qualquer que seja o sentido (NEVEU, 2008, p. 182). Por sema, entendemos a unidade mínima de significação dentro de um campo semântico (por oposição a classema).

Para ilustrar esta hipótese, acima, de inspiração greimasiana, tomemos uma fraseologia com marcas bem regionais, informais e típicas da fala carioca, como “arrebentar a boca do balão” (haver-se magnificamente, brilhar, exceler, DHLP). Durante o teste de compreensão de expressões idiomáticas aplicadas aos escolares de ensino fundamental, uma primeira “interpretação” desta fraseologia, dada pelos alunos entrevistados, foi a de “vou aproveitar e brincar sem limite, no carnaval”, o que, pelos dicionários gerais, estaria descartada, uma vez que não há nenhum classema, na fraseologia, que sugere o semema da palavra com ideia de “carnavalidade”. Ao se estabelecer uma isotopia, digamos lexicográfica, estabelece-se uma

metáfora morta, para fraseologia, como fazem os dicionários gerais ou especializados, que privilegiam, fundamentalmente, uma isotopia semântica que torna possível a leitura uniforme do discurso, orientada para uma leitura única.

Nessa perspectiva estrutural, estamos diante de uma isotopia ilusória, que nos dá a ideia enganosa de que a significância idiomática vai de um elemento (substantivo) ao conjunto (fraseologia), como a palavra “boca”, entendida no sentido literal, na fraseologia “arrebentar a boca do balão”. É uma possibilidade. Mas, no nosso olhar, não é assim que entendemos o acesso à figuratividade.

Não se trata de uma crítica ao conceito greimasiano de isotopia, fundada na abordagem estrutural da isotopia, que vai do elemento ao conjunto, prevista no âmbito da Semântica Estrutural. Ao contrário, partindo desta abordagem estrutural, baseamo-nos no mesmo princípio greimasiano, e retiramos a ideia de exclusividade de um classema para desencadear a isotopia discursiva dos idiomatismos.

As restrições da abordagem estrutural nos levam a conferir, agora, uma definição de isotopia mais flexível como faz Bertrand, em seu *Caminhos da Semiótica Literária* (2003), que estabelece a isotopia na “recorrência de elementos de significação”, qualquer que seja seu nível de reconstrução, não limitada a classemas, podendo não desprezar, na hipótese interpretativa, unidades maiores do que as palavras e que, na forma fixa ou cristalizada, reconhecer que as mesmas têm um sentido figurado (não literal), a significância do idiomatismo não é deduzível dos significados das palavras, das partes, dos constituintes, dos sememas dos classemas, que o compõe, uma vez que não pode ser entendido ao pé da letra.

Essa perspectiva de isotopia, em Denis Bertrand (2003), amplia o conceito de isotopia que não vai designar, unicamente, a iteratividade de classes, mas situá-la no quadro da semântica discursiva, no qual já podemos falar em isotopias figurativas, que sustentam, como nos dizem Greimas e Courtés, “as configurações discursivas, e as isotopias temáticas, situadas no nível mais profundo”.

A categoria isotopia figurativa explica uma receita culinária, que não se liga a nenhuma classe precisa, mas não a uma fraseologia, dependente, como veremos, mais adiante, de um núcleo isotopante para acionar a significância idiomática do grupo fraseológico. Neste caso, é possível

dizemos que a uma isotopia figurativa pode corresponder, a rigor, a uma isotopia temática, como passagem do abstrato ao figurativo, uma vez que uma isotopia mais profunda pressupõe uma de superfície e não ao contrário (BERTRAND,2003. p. 276).

As fraseologias, nomeadamente as expressões idiomáticas, correspondem a uma única isotopia temática. Consideraremos que a significância idiomática de uma expressão é o que está cristalizado na memória dos falantes e registrada nos dicionários. Por isso, a categoria plurisotopia, que, no caso das expressões idiomáticas, não seria estabelecida pelo significado da sentença, mas pela significância da emissão do falante, a idiomatidade de uma fraseologia é estabelecida pelo que o falante quer significar ao emitir o idiomatismo, mesmo porque, como nos coloca John R. Searle, em seu *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala*, “um significado metafórico é sempre um significado da emissão de um falante” (SEARLE,2002, p.124), um traço importantíssimo se considerarmos a fraseologia, caracterizada por sua forma fixa e por sua ambiguidade léxico-gramatical, situadas no entrecruzamento entre a linguística estrutural (lexical) e a linguística enunciativa (discursiva) e que se a julgamos como segmentos discursivos ou, mesmo, segmentos discursivos relevantes no discurso, devemos reconhecer que esta visão só será viável se entendermos que “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso” (BAKHTIN,2010, 274).

Do ponto de vista do enunciatário, a isotopia de uma expressão idiomática do tipo “meter o rabo entre as pernas” definida como “ficar calado, por se sentir sem razão, culpado ou amedrontado” (DHLP) ou qualquer outra paráfrase do tipo “ficar sem saber o que fazer”, constitui um crivo de leitura. Sem que seja confundido como um destinatário da comunicação, mas sujeito produtor do discurso, a compreensão idiomática de um enunciatário resulta de seu ato de significar da mesma importância de quem produziu o discurso propriamente dito, o enunciador. Estamos dizendo que tanto o falante ou enunciador de uma expressão idiomática como seu enunciatário são sujeitos da enunciação e como tal, reconhecê-los com sujeitos da enunciação, indicam as duas posições actacionais na produção e recepção do discurso (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 171).

Podemos, nos textos, especialmente os escritos, termos em mente, a presença das isotopias na leitura. Se estamos em uma narrativa, e um personagem evoca a expressão “descobrir um santo para cobrir outro” poderemos, no primeiro plano, falar em isotopia figurativa, na qual consideramos, na hipótese interpretativa, os atores, o espaço e o tempo na narrativa. Mas é possível, se tomarmos, isoladamente a expressão idiomática, por seu caráter pregnante, poderíamos falar em isotopias temáticas, mais abstratas, e estabelecidas pela leitura a partir da superfície figurativa, em que a noção de superfície, semioticamente falando, é um termo que vai das estruturas elementares da significação até a produção do enunciado-discurso. Por isso, o nível temático é mais profundo que o nível figurativo. O nível semiótico é profundo, mas o nível discurso é mais superficial. O que estamos a dizer é que as isotopias são, na maioria vezes, complexas e intertextuais, na realidade dos textos.

Digamos que alguém leia ou escute a frase “José não falou a verdade por ter o rabo preso”. E entendamos, literalmente, a expressão idiomática “ter o rabo preso” no seu sentido literal e informal de “ter as nádegas presas”, e, conseqüentemente, excluamos a compreensão de sua significância idiomática “ter o que esconder por agir de modo impróprio”, como poderíamos explicar, semioticamente, estas divergências de interpretação?

Responderemos, à luz de Denis Bertrand (2003), assim: na análise de texto, seja oral ou escrito, os desacordos de interpretação se baseiam, na maioria dos casos, em diferentes seleções de isotopias regentes (p. 189).

Se a interpretação é idiomática isso significa dizer que é o interlocutor ou enunciatário que selecionou o núcleo isotopante do discurso do outro, e, sobretudo, considerou o princípio de alteridade (consensualmente, a significância idiomática é estabelecida pelos dicionários gerais), em função de seu saber ou de suas disposições passionais. Mas se a compreensão difere do enunciador, o que houve foi um mal-entendido que pode provir de uma decisão ou inferência de leitura, e significa que o locutor (ou enunciatário) escolheu e valorizou alguma das isotopias capazes de gerar, em profundidade, as significações de superfície.

A solução do conflito de interpretação (abstrato X figurativo) poderá ser feita por um meio de uma postura mais prescritiva, que

evoca a acepção do idiomatismo fixado, cristalizado nos dicionários ou no uso consagrado da língua ou de forma proscritiva, quando se aponta, nesse caso, a interpretação intrusiva (para não dizer intrusa) como um “erro de interpretação” ou, numa posição mais democrática, negocia-se a isotopia que deve prevalecer em nome de uma homologação, a partir de coerções semióticas, de natureza sintática e semântica.

No caso de expressões idiomáticas, diferentemente das palavras, geralmente, são metáforas no discurso. É que a metáfora, como diz Bertrand (2003), instala a coexistência tensa e competitiva de dois ou vários planos de significação simultaneamente oferecidos à interpretação. A metáfora, nas expressões idiomáticas, tão decisiva no jogo verbal, pode ser compreendida como conector de isotopias, instalando, no sintagma, pelo menos, duas leituras coexistentes, a literal (abstrata) e a não literal (figurativa), parcialmente concorrentes de uma mesma significância, resultado de uma semiose que reúne o plano de expressão (significante) e o plano de conteúdo (significado) na constituição do signo idiomático.

Fraseologia e a noção de recção semântica

Para melhor compreensão da noção “recção semântica”, que trataremos nesta seção, faz-se necessária a definição da noção de conector de isotopia, ambas as noções previstas em Bertrand (2003). A noção de “conector de isotopia” confunde-se com a própria noção de “recção semântica” quando é representado por um classema. Ou, o conector de isotopia aproxima-se da noção de recção quando nos referimos à metafóricidade que reveste um idiomatismo em se tratando de significação idiomática.

O conector de isotopia refere-se, precisamente, à unidade do nível discursivo que introduz uma ou várias leituras diferentes (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 86). É graças ao conector de isotopia que nós, diante de uma expressão idiomática, enquanto sujeitos da anunciação, jogamos, em termos de interpretação ou atribuição de significância (literal ou não literal), ao mesmo tempo com ao “sentido próprio” e o “sentido figurado”.

De acordo com Greimas e Courtés (2008), podemos distinguir os conectores. Temos os conectores metafóricos, quando nos referimos

àqueles que garantem a passagem de uma isotopia abstrata (ou temática) a uma isotopia figurativa. A relação que os une é orientada, ou seja, o que se diz na segunda isotopia, é interpretada na primeira, e não vice-versa. Os semioticistas designam de conectores antifrásticos, os que manifestam, numa segunda isotopia, termos contrários aos que se esperavam na primeira e assim por diante. (p.87).

Arriscamos em afirmar que os conectores metafóricos favorecem, na isotopia das expressões idiomáticas, uma interpretação não literal, uma significância idiomática; e os conectores antifrásticos, em geral, favorecem uma interpretação literal ou de composicionalidade semântica, definido em Neveu (2008, p.74).

Graças à operação de recção semântica, a isotopia pode ser atualizada na análise do texto. A recção semântica, segundo Bertrand (2003), opera sobre os traços e núcleos isotopantes que governam os procedimentos coerentes da interpretação do texto.

No nosso caso, para nosso estudo, tomaremos a expressão idiomática como uma enunciação, ou, se quisermos omitir a contribuição saussuriana para o conceito de frase, como a unidade máxima da sintagmatização, aplicando a noção de fraseologia que pertence à língua, não importando seu tamanho, mas que pertence, à fala, em sua dimensão discursiva, como nos sugere Greimas e Cortés (2008, p. 166-188).

Privilegiando a expressão idiomática como realização do discurso, convém designá-la, para efeito de análise, de enunciação. Aliás, quando recorremos à categoria enunciação logo evocamos a “noção nominal” pelos olhos de Benveniste (2006), o que não acarretaria em não poder a frase nominal ser analisada pela ordem semiótica, mas unicamente pelo domínio semântico.

Todavia, no nosso estudo, não estamos nos referindo a qualquer frase, mas a uma frase feita, que pode fazer parte do discurso citado, o discurso do outro, na acepção discursiva dada por Bakhtin (2010) ou por Maingueneau (2008). Ao tratar da inclusão restritiva da frase nominal ao domínio do semântico, como parece propor, no primeiro momento, Benveniste (2006), ao tratar sobre o que denominou “aparelho formal da enunciação”, a inclusão, no domínio da enunciação, abre surpreendentemente, para os que lidam com segmentos discursivos numa perspectiva enunciativa, a possibilidade

de idiomatimos, aforismos, provérbio fazerem parte de nossos discursos como elementos citados. Sobre esta questão, Flores e et alii afirmam: “A frase nominal também se inclui, porque uma, mas não única, de suas características é sua tendência a confinar-se em aforismos e provérbios.” (2008, p.95).

No caso da fraseologia, Benveniste considera que deve ser estudada, no contexto da enunciação por ser uma “marca frequente” e “talvez, necessária” da “oralidade” (2006, p.90). Se considerarmos o que pensa Dominique Maingueneau, as expressões idiomáticas ou fórmulas, como diz, são “enunciados curtos, cujo significante e cujo significado são considerados no interior de uma organização pregnante” (2008, p.75), o que explicaria, segundo ele, a facilidade que os falantes de uma língua têm de memorizar o discurso citado.

Os achados no teste de isotopia fraseológica

Os dados a serem analisados, brevemente, a seguir, leva-nos a crer que a noção de isotopia greimasiana, na perspectiva da semiótica discursiva, amplia-se, substancialmente, com a proposta de Denis Bertrand de isotopia enquanto “permanência de um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso” (2003, p.153).

Em semiótica discursiva, a partir da compreensão das expressões idiomáticas, postulamos que o conceito de figuratividade é o “de produzir e restituir parcialmente significações análogas às de nossas experiências perceptivas mais concretas”. (BERTRAND,2003, p.154).

Graças à figuratividade, podemos localizar, no discurso, o efeito de sentido particular que “consiste em tornar sensível a realidade objetiva”, bem presente, no campo da fraseologia, quando atribui metaforicidade à unidade idiomática

O conceito de figuratividade diz respeito à teoria do sentido e considera os fenômenos semânticos e as realizações culturais que se imbricam no processo de figurativização.

No ato de linguagem ou ato de fala, quando ouvimos ou lemos expressões idiomáticas do tipo “malhar em ferro frio” (perder o tempo ou o trabalho, DHLP) ou “malhar o ferro enquanto está quente” (aproveitar a ocasião propícia para agir, DHLP), marcados pelo sentido figurado, reconhecemos que é a nossa competência discursiva que nos permite supor uma comparação implícita de

qualquer ordem (metáfora), ou uma associação por contiguidade (metonímia), ou uma extensão do significado original, da expressão como um todo ou de um dos conectores de isotopia que proporciona, no quadro programático da comunicação ou discurso, o acesso à figuratividade.

Partindo da ideia de que podemos verificar um caráter isotópico na compreensão das expressões idiomáticas, recorreremos, na fundamentação de nossa pesquisa, a Greimas, em seu *Semântica Estrutural* (1971) que, ao tratar das condições para o estabelecimento da isotopia, particularmente a isotopia coletiva, faz referência um minicorpus, criado por ele, constituído de dados dos estudantes de filologia francesa de Poitiers. A eles foram fornecidas frases para serem completadas por meio do “teste projetivo de Stein” (p.125), que, basicamente, consiste em a pessoa, ao ser testada, procurar organizar uma informação ambígua, e, com isso, projetar aspectos de sua própria personalidade.

Em nossa pesquisa, em menor proporção de população de entrevistados, não procedemos com a mesma investigação de Greimas, mas achamos pertinente observar a interpretação de expressões idiomáticas a partir do que acreditamos ser o núcleo isotopante quando da atribuição de significância idiomática dada aos alunos diante das frases que empregam as unidades fraseológicas.

O exame por nós formulado, ad hoc, denominado Teste da Capacidade de Compreender Expressões Idiomáticas (TC-CEI), foi aplicado a alunos do ensino fundamental da rede pública, com o objetivo de verificar como as crianças e adolescentes compreendem as expressões idiomáticas a partir de frases dadas.

O teste foi bem simples de ser aplicado. O professor entregava a folha de teste aos alunos que poderiam ser seus próprios alunos de sala. Em seguida, os aplicadores pediam que cada um dos alunos, em silêncio, lesse as frases e escrevesse a significância que elas apresentavam nas frases dadas ou que eles, com base nas suas experiências de vida, seu cotidiano, compreendiam das referidas expressões idiomáticas, naquele contexto de uso da língua. Abaixo das frases dadas, havia linhas indicadas para que o aluno escrevesse sobre o que entendiam das expressões idiomáticas. Se quisessem escrever mais, poderiam utilizar o verso da folha do teste.

Vale salientar que os alunos deveriam escrever, livremente, no espaço indicado da folha de teste, o que entendiam das expressões idiomáticas grifadas. O professor, em hipótese nenhuma, poderia dar pista, ou indicar o significado de uma palavra da frase, não poderia dar qualquer informação ou intervir nem tirar dúvida de qualquer ordem gramatical ou sugerir a significância idiomática que elas estavam a indicar nas frases. Nos casos de o aluno deixar, em branco, uma ou mais frases, não havia problema nenhum.

Com este procedimento, queríamos observar o efeito de “recção semântica” na interpretação de idiomatismos por escolares. O objetivo era verificar como se dá, nesses casos, a passagem do sentido literal para o sentido idiomático ou, em termos semióticos, como se dá separação entre o sentido literal (abstrato) e o sentido figurado (figurativo) destas expressões idiomáticas.

Selecionamos as seguintes expressões idiomáticas (em negrito) com suas respectivas frases, previamente, elaboradas, para o fim da pesquisa: a) “Com relação ao fim do namoro, o que se sabe é que Antônio **afogou-se em pouca água**”; b) “No próximo carnaval, vou **arrebentar a boca do balão**”; c) “No dia em que João me levantar mais uma vez um falso contra meu irmão, ele vai se **arrepender da hora em que nasceu**”; d) “Meu amigo, em assunto de política, futebol e religião, **cada macaco no seu galho**”; e) “A gente deve ter cuidado com grosserias, principalmente as dirigidas aos nossos pais ou professores, do contrário a gente, no futuro, acaba **comendo o pão que o diabo amassou**”; f) “Depois do fora que levou de Marina, Francisco **meteu o rabo entre as pernas**”; g) “Quando José assumiu o emprego, disse assim: “**Juntei a fome com a vontade de comer**”. Que quis dizer com isso?”; h) “Não sou do tipo que **põe o dedo na ferida** das pessoas”; i) “Aprendi uma coisa: há situação, na vida pessoal, que o **feitico vira contra o feiticeiro**”; e j) “Quando estou gostando, de verdade, de uma pessoa, não **vivo como cão e gato**”. (Em negrito, estão as expressões idiomáticas).

Participaram do teste mais de 500 crianças e adolescentes, nas cidades de Fortaleza, Sobral e Itapipoca, cidades cearenses. Dadas as limitações espaciais do artigo, analisaremos as respostas de alguns dos alunos do ensino fundamental da cidade de Itapipoca, e, escolhemos apenas duas expressões idiomáticas “afogar-se em pouca água” (embaraçar-se com dificuldades mínimas, DHL) e

“juntar a fome com a vontade de comer” (coincidir ou fazer coincidir o desejo ou o interesse de uma pessoa com o de outra, DHLP).

A escola selecionada foi uma de ensino fundamental, na rede estadual, em Itapipoca. Participaram do teste 25 crianças das matriculadas no 9º ano do ensino fundamental, aplicado no dia 14 de abril de 2011. Desta amostra, 13 eram meninas e 12 meninos. As crianças tinham, em média, 13 anos e 5 meses de idade.

Para a expressão idiomática “afogar-se em pouca água”, atualizada na frase “Com relação ao fim do namoro, o que se sabe é que Antônio afogou-se em pouca água”, a isotopia estabelecida pelos dicionários gerais define a significância como “embaraçar-se com dificuldades mínimas”. Para esta significância idiomática, o que nós esperávamos é que as crianças estabelecessem, como núcleo isotopante, o semema “pouca”; assim presumindo, a hipótese da teoria isotópica de Greimas (1976), secundada por Bertrand (2003), indicaria que o traço / minimidade/ se estenderia sobre toda a cadeia ou grupo fraseológico.

As respostas (sic) das meninas foram: a) “Com relação o namoro, o que sabe é que Antônio chorou muito”; b) “Aumentou uma coisa, um acontecimento que era pequeno”; c) “Com o fim da relação ele chorou”; d) “Não respondeu”; e) “Chorou muito”; f) “Quer dizer que ele terminou o namoro por causa de besteira”; g) “E que Antônio sofreu muito com o fim do namoro”; h) “Que ele terminou o namoro por besteira”; i) “Quer dizer que ele ficou muito triste e que por causa de uma besteira, a relação acabou”; j) “Terminou o namoro por besteira”; l) “Que ele chorou com relação ao fim do namoro”; m) “Que ele sofreu e chorou se afogando em suas lágrimas sendo poucas”; e n) “Ele termino o namoro por pouca caisa (pesteira)”.

Nas respostas b, f, h, i, j e n, a metade dos participantes do sexo feminino acionou, do ponto de vista cognitivo, o núcleo isotopante “pouca”, daí entenderam que a fraseologia “afogar-se em pouca água” podia ser “interpretada” como um fim de namoro por causa de “besteira”, por um acontecimento pequeno, por pouca coisa. O lexema “besteira” traduz, no âmbito do regionalismo brasileiro, especialmente o Ceará, essa ideia de “facilidade de se ressentir”, ou “disposição para se ressentir, se ofender, geralmente, por coisa insignificante”.

Nas demais respostas a, c, e, g e l, o núcleo isotopante parece ter sido “afogou-se”, daí a ideia de “chorar muito”, de choro, de lamúria de alguém em relação a uma contrariedade pelo fim do namoro, em que Antônio procura esquecer ou reprimir o fim do relacionamento, através da ação de chorar muito.

As respostas (sic) dos meninos foram estas: a) “Que antônio se afogou-se por causa do namoro, em água raze”; b) “Ele se enpojou muito no namoro”; c) “Ele se apaixonou muito por uma pessoa que não era boa”; c) “Eu entendi que ele ficou muito triste e chorou muito”; d) “Que ele se apegou rápido e o namoro não demora pouco tempo”; e) “Chorava de tristeza pelo o fim do namoro teri o termo se afogou-se em pouca água”; f) “Que o homem começou o namoro e se iludiu logo com a moça e logo ficou besta com seus amigos”; g) “Que não conseguiu fazer uma coisa muito facio”; h) “Porque ele se iludiu pessoa que ela era uma pessoa boa na verda ela não era” i) “Ele terminou por coisa pouca, coisa boba”; j) “É quem está chorando direto sem para”; e l) “Que ele chorou com o fim do namoro”.

Apenas a resposta i, entre os participantes do sexo masculino, sugere-nos que o núcleo isotopante “pouca” deva ter sido acionado do ponto de vista cognitivo na interpretação da expressão idiomática. Isso significa que, majoritariamente, os meninos deslocaram o núcleo isotopante “pouca” para o clasema “afogar-se”, o que justificaria a presença do verbo “chorar” agregado ao advérbio de intensidade “muito”, dando a ideia de “alto grau de lamentação”, “expressão de dor”, de “sofrimento” e “queixume”.

A variável gênero, do ponto de vista sociolinguístico, foi determinante na escolha do “conector isotopante”: as meninas tenderam a reproduzir a significância do idiomatismo tal qual a sua cultura local define nos casos de o relacionamento chegar ao fim por dificuldades mínimas ou coisas insignificantes. Para os meninos, nas situações de fim de relacionamento, tendem a sofrer ou se lamentar mais, seja por razões sérias ou tolices. A iniciativa de a mulher encerrar o relacionamento pareceu-nos um fator de decisão para a escolha de determinado “conector isotopante”. Os homens tendem a sofrer mais com sua “dor de cotovelo”, mais intensa, provocada pelo ciúme ou pelo fato de se ter sofrido alguma decepção amorosa.

No teste, perguntamos aos alunos o que eles compreendiam da fraseologia “juntar a fome com a vontade de comer” na frase

“Quando José assumiu o emprego, disse assim: Juntei a fome com a vontade de comer”.

Se o núcleo isotopante estivesse estabelecido no semema “vontade”, com a ideia de necessidade ou desejo intenso e avidez, espariaríamos, então, o traço /volição /, que se estenderia sobre toda a cadeia sintagmática. Apenas as respostas “g”, “h”, “i” e “o” aproximam-se do significado idiomático “coincidir ou fazer coincidir o desejo ou o interesse de uma pessoa com o de outra” (DHLP).

O semema “vontade” sugere, pelo menos, três acepções: (1) faculdade que tem o ser humano de querer, de escolher, de livremente praticar ou deixar de praticar certos atos; (2) força interior que impulsiona o indivíduo a realizar algo, a atingir seus fins ou desejos; ânimo, determinação, firmeza; e (3) disposição, empenho, interesse, zelo. Nas demais respostas (a, b, c, d, e, f, j, m e), majoritariamente as crianças do sexo feminino deslocaram o núcleo isotopante para “fome” (carência alimentar; subalimentação, subnutrição) ou “comer” (ingerir alimento sólido).

Das 12 crianças de sexo masculino, obtivemos as seguintes respostas (sic): a) “É que ele gostava e precisava”; b) “Porque ele precisava de um emprego e gosta do que vai fazer”; c) “Porque não vai viver de pededo dos outro”; d) “Que ele tentou até conseguir o trabalho”; e) “Estava jutadocoisas ruim para si mesmo”; f) “Junta a obrigação do trabalho com a vontade para conseguir emprego e se sustenta”; g) “Que ele vai comer agora depois de tempos”; h) “Quando José assumiu o emprego ele se esforçou para trabalhar ele ficou com muita coragem para trabalhar”; i) “Juntei a força de vontade com meu sonho”; j) “Que ele estava com muita vontade trabalhar”; l) “É que tem vontade de comer” e m) “Ele queria realmente o emprego, ele se esforçou”. As respostas a, b, f, h, i e m mostram a interpretação dos meninos mais próxima do significado idiomático da fraseologia **“juntar a fome com a vontade de comer”**.

Dos 25 estudantes do sexo feminino, matriculadas no 9º ano do ensino fundamental, que participaram do teste, 13 alunas, de 13 a 15 anos, responderam (sic) assim: a) “Juntou uma coisa com a outra e se tornou uma grande coisa”; b) “As coisas pioraram”; c) “Quer dizer que nunca mais ele vai passar fome”; d) “Que ele vai trabalhar para colocar comida em casa”; e) “Ficou com mais fome”; f) “Ele vai aproveitar o emprego”; g) “Que ele vai aproveitar o seu emprego”.

juntando toda sua vontade”; h) “Quer dizer que ele teve bastante vontade de assumir esse emprego, ou seja, teve responsabilidade”; i) “Ou seja, juntou o útil agradável”; j) “Trabalhou com esforço, pois agora tem o que comer”; m) “Ficou com mais fome”; n) “Quando José assumiu o emprego assim: tenho que trabalhar para não passar fome”; e o) “Ele queria o emprego por que queria trabalha”.

Os dados do teste, descrito acima, permitem-nos postular que a ideia de acesso à figuratividade da fraseologia ocorre a partir de um núcleo isotopante, o que nos parece confirmar a hipótese psicolinguística da representação léxica para o processamento das unidades fraseológicas, formulada, em 1979, por D. Swinney e A. Cutler em seu artigo “*The access and processing of idiomatic expressions*”. Os psicolinguistas partem do pressuposto de que o reconhecimento de uma unidade fraseológica desencadeia as interpretações literais e metafóricas dos idiomatismos. Todavia, ainda é cedo para confirmarmos, com a teoria semiótica da isotopia aplicada à fraseologia, algumas das hipóteses psicolinguísticas de processamento das unidades fraseológicas que se baseiam no princípio de composicionalidade semântica.

Considerações finais

A semiótica é definida por nós como uma ciência de todos os tipos de signos e processos de significação. Assim entendida, a fraseologia teria, a priori, um lugar assegurado nas teorias semióticas, especialmente as de orientação francesa ou greimasiana.

A fraseologia vem recebendo, nos últimos anos, uma atenção muito especial da linguística discursiva, particularmente as que têm como objeto a enunciação. Isso parece, fortemente, indicar que há um lugar para a fraseologia na linguística discursiva, particularmente quando a concebemos como um segmento discurso, enunciado-discurso ou discurso-enunciado, vestígio do ato enunciativo deixado pelo enunciador no enunciado e que dá aos linguistas uma inesgotável riqueza de exploração no campo discursivo, pragmático, cognitivo e psicolinguístico.

Apesar da contribuição de Greimas, nos anos 60, de classificar os idiomatismos quanto ao grau de fixação dos seus elementos constituintes, os semiticitas das décadas superiores não

desenvolveram estudos específicos sobre a fraseologia enquanto segmento discursivo. Mais recentemente, Dominique Maingueneau (2010), um analista de discurso, destacou a contribuição de Greimas, desde os anos 60, em apontar o caráter polifônico do idiomatismo, uma das características prementes do discurso de outrem. O interesse da noção de polifonia permitirá, no âmbito da linguística enunciativa, no qual situaríamos a semiótica discursiva e a análise do discurso, analisar a fraseologia como um fenômeno de heterogeneidade discursiva.

A semiótica dispõe de conceitos que podem auxiliar na resolução de questões relacionadas à fraseologia como, por exemplo, a passagem do sentido literal para o sentido figurado ou metafórico. Das semióticas disponíveis para nosso estudo, elegemos a discursiva, a orientação greimasiana que pretendeu, nos anos 70, do século passado, uma teoria semântica da isotopia. Apropriamo-nos, para tanto, dos conceitos operatórios como “recção semântica”, “conector de isotopia” e “paráfrase”, ampliados, teoricamente, por Denis Bertrand (2003), que constituem categorias de análise que melhor descrevem a passagem do nível abstrato para o nível figurativo das expressões idiomáticas, o que significa traçar o percurso de mudança da significância literal para a significância idiomática, esta, de natureza metafórica.

Com base nesses aportes da semiótica discursiva, nosso empreendimento teórico ou esforço de postulação tendeu mais a direção de uma semiótica cognitiva: a partir da teoria semântica da isotopia, tentamos explicar o processamento das expressões idiomáticas. Essa tarefa nos levou a constituição e a análise de um minicorpus contendo respostas de escolares da educação básica às perguntas do teste de compreensão de dez expressões idiomáticas.

A abordagem interpretativa de isotopia foi a que nos conduziu na análise dos dados do minicorpus. O conector metafórico, no âmbito da abordagem interpretativa, seria o principal elemento linguístico responsável pelo acesso à figuratividade das expressões idiomáticas. Em termos conclusivos, os dados do teste parecem-nos apontar que a passagem do abstrato ao figurativo ocorre a partir de um “núcleo isotopante”, representado por um clasema na estrutura do sintagma idiomático.

É provável que, do ponto de vista psicolinguístico, o “conector isotopante” funcione como um “gatilho” do acesso lexical, de modo a identificar, durante o processamento da leitura, um lexema que nos permite ter acesso a sua significância na memória do falante e, no caso, das expressões idiomáticas, o “conector isotopante” jogaria um papel importante no acesso à idiomatidade das unidades fraseológicas.

Confirmada esta hipótese do papel do conector isotopante no processamento psicolinguístico da fraseologia, poderemos, no futuro, em um teste mais abrangente, melhor descrever e explicar a capacidade receptiva das crianças, jovens ou adultos, de compreender dados linguísticos recebidos, escritos e falados, como palavras, sentenças, parágrafos e idiomatismos.

É precoce, porém, tendo por base uma teoria semântica de isotopia, afirmarmos que a compreensão das expressões idiomáticas pode ser entendida em termos de como as pessoas pensam e que isto não é uma questão exclusiva da psicolinguística, mas de interesse, também, de uma emergente semiótica cognitiva.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortex, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BLASCO MATEO, Esther. Similitudes entre perífrasis verbales de infinitivo con enlace y locuciones verbales de infinitivo. In ALMELA, R.; RAMÓN TRIVES, E. e WOTJAK, G. **Fraseología contrastiva**: con ejemplos tomados del alemán, español, francés e italiano. Murcia: Universidade de Murcia, 2005. p. 197-210.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FLORES, Valdir do Nascimento et alii. (Orgs.). **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

GARCÍA-PAGE SÁNCHEZ, Mario. **Introducción a la fraseología española: estudio de las locuciones**. Rubí (Barcelona): Antropos, 2008.

GREIMAS, A. J e COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, A. J. **Du sens: essais sémiotiques**. Paris, Éditions du Seuil, 1970.

GREIMAS, A.J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1976.

GREIMAS, A.J. “Elementos para uma teoria da interpretação da narrativa mítica”. In BARTHES, Roland et alii. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. P. 63-113.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

NEVEU, Franck. **Dicionário de ciências da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

SACCONI, Luiz Antonio. **Grande dicionário Sacconi: da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico**. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SEARLE, John R. **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVEIRA, João Gomes da. **Dicionário de expressões populares da língua portuguesa: riqueza idiomática das frases verbais. Uma hiperoficina de giras e outros modismos luso-brasileiros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SOBRAL, Adail. Considerações epistemológicas sobre a semiótica greimasiana. In **Estudos Semióticos**. Volume 5, Número 1, São Paulo,

jun. 2009, p. 63–74. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiótica/es>. Acesso em 25/fevereiro//2011.

SWINNEY, D. e CUTLER, A. “The access and processing of idiomatic expressions”. **Journal of verbal Learning and Verbal Behaviour**”. 1979, 18.645-659. Disponível em Internet: <http://repository.ubn.ru.nl/bitstream/2066/15608/1/5998.pdf>

VICO, Giambattista. **Ciência nova**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

A FRASEOLOGIA POPULAR NO DISCURSO PARLAMENTAR

Introdução

Este trabalho tem por objetivo mostrar o valor estilístico dos clichês nos pronunciamentos dos deputados, no Plenário da Câmara Federal, em Brasília. Recorremos a Dominique Maingueneau (2008,2011) e Patrick Charaudeau (2009), analista do discurso, para o estudo da função dos clichês nos discursos parlamentares, a partir de um minicorpus de expressões idiomáticas constituído dos discursos parlamentares no período de 2000 a 2010. O estudo nos leva a crer que as expressões idiomáticas são recursos ou procedimentos linguísticos, utilizadas pelos deputados federais com a finalidade de modalizar seus discursos com aspectos axiológicos de interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão, proposta, interrogação e petição.

Na escola, aprendemos, desde cedo, as lições e recomendações dos mestres (e mestras) de língua portuguesa, de evitarmos, na elaboração das redações escolares, clichês, chavões, frases feitas, porque são considerados como construções sem valor expressivo por terem emprego abusivo no cotidiano.

Os ensinamentos dos nossos mestres, todavia, parecem paradoxais, sem nenhum sentido, longe das lousas, principalmente se estamos diante das notícias jornalísticas, dos dicionários e discursos políticos, espaços privilegiados para o surgimento dos idiomatismos. Quando saímos das aulas de gramática ou de redação e ingressamos nas aulas de literatura, em geral, nas mesmas escolas, os clichês parecem ganhar vida e são frequentemente apontados pelos mesmos professores como traços importantes das escolas literárias e dos estilos de autor.

São as obras literárias, como as Graciliano Ramos, por exemplo, que põem por terra as regras do bom uso da língua, em que nos surpreendemos, como marinheiros de primeira viagem, com o valor expressivo de clichês ou expressões idiomáticas nos textos literários.

O romance São Bernardo é um dos romances mais ricos em apropriação dos clichês como recurso estilístico ou, senão, como

marca ou característica estética de Graciliano Ramos. Há, por exemplo, uma passagem, na obra, em que o personagem Paulo Honório chega para o Dr. Sampaio, após surpreendê-lo em uma tocaia, e diz, em tom severo: “Vamos ver quem tem roupa na mochila. Agora eu lhe mostro com quantos paus se faz uma canoa” (RAMOS, 1989, p.14).

Nas frases acima, há duas expressões idiomáticas pregnantes ao final de cada período. No primeiro período, podemos assinalar a expressão “*ter roupa na mochila*”, com a acepção de “*ter coragem, habilidade, competência ou outras qualidades para enfrentar algo na hora decisiva*” (SILVEIRA, 2010, p.846). No segundo período, assinalamos a expressão é “*ver com quantos paus se faz uma canoa*” com acepção de “*obter, adquirir penosa experiência à própria custa*” (Idem, p.908). Ambas, como podemos observar, são de grande expressividade no romance São Bernardo e efetivamente marcam o estilo e o regionalismo literário de Graciliano Ramos.

Como vimos, acima, as expressões idiomáticas assinalam, dentro de uma perspectiva ou foco estilístico, o estilo de um autor. Assim como na literatura, os clichês estão presentes, fortemente, no campo do discurso político. Por essa razão, o enfoque discursivo tem ocupado um espaço cada vez mais amplo no campo dos estudos da linguagem relacionados com a fraseologia.

Neste artigo, analisamos os clichês nos pronunciamentos dos deputados federais a partir de uma perspectiva discursiva, dando ênfase aos pressupostos teóricos da chamada Análise do Discurso de linha francesa, representada, particularmente por Maingueneau (1996, 2008). Apontaremos, nas expressões idiomáticas, objeto deste trabalho, presentes nos discursos dos deputados federais, alguns dos traços discursivos que definem esses pronunciamentos.

O percurso metodológico utilizado para a constituição do nosso minicorpus de expressões idiomáticas, extraído dos discursos de deputados federais, resultou de uma captura dessas expressões a partir do buscador do Portal da Câmara (<http://www.camara.gov.br>). Interessou-nos, em particular, a recolha dos discursos dos parlamentares contendo expressões idiomáticas proferidos no Plenário da Câmara, no período 2000 a 2010 (MARTINS, 2011).

Um dos primeiros discursos parlamentares que nos chamou a atenção e que, ao certo, motivou este nosso trabalho, foi o

pronunciamento, no dia 19/10/2005, do deputado Colbert Martins (PPS-BA). Da tribuna do Plenário da Câmara Federal, em três segmentos discursivos de seu pronunciamento, o parlamentar recorre, em tom proverbial, ao hiperenunciador comumente designado como “a sabedoria popular”, para defender a política de investimento do governo federal para a Petrobras: “O que dizer, agora? Mais facilmente se alcança um mentiroso do que um coxo, ensina-nos a sabedoria popular. Os que difundiam essas mentiras tiveram de enfiar a viola no saco e ir cantar em outra freguesia. A Petrobras é uma realidade. Jazidas foram seguidamente descobertas, de Santos a Campos, de Urucu, na Amazônia, ao Rio Grande do Norte. Há gás suficiente para alimentar boa parte do nosso parque industrial. [...]”.

As fraseologias “mais facilmente se alcança um mentiroso do que um coxo”, “enfiar a viola no saco” e “ir cantar em outra freguesia”, extraídas do discurso do deputado Colbert Martins (PPS-BA) são formas pregnantes na tessitura do pronunciamento do parlamentar. Esta assertiva decorre do estudo que levamos a efeito, a partir de uma abordagem discursiva, na análise de um “Corpus de expressões idiomáticas do discurso de deputados federais”. Na construção enunciativa, as três expressões idiomáticas se estruturam no discurso parlamentar como modalidades delocutivas, como diz Patrik Charaudeau (2009), que, em asserção, se impõem ao interlocutor (governo) através do discurso relatado ou citado (p.100).

Para nosso estudo, embora tenhamos partido, previamente, de um minicorpus de idiomatismos, selecionado nos dicionários gerais e observados nos discursos dos parlamentares, o que nos interessa é a sua função, e com esta, o sentido que as expressões idiomáticas, presentes nos pronunciamentos, apresentam no interior da formação discursiva. Para a análise do discurso, o significado idiomático, cristalizado na lexicografia ou nos dicionários gerais, ganha novo sentido segundo as posições sustentadas por aqueles (deputados federais) que a empregam e cujo “caráter material do sentido” é efetivamente “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (isto é, reproduzidas) (PÊCHEAUX: 2009, p. 148-149).

Se concebermos, por outro lado, o ato de fala como a ação de produzir um enunciado tendo em vista, num determinado contexto, as

intenções do falante e os efeitos que pretende provocar no ouvinte, acreditamos abrigar, nos estudos da fraseologia, no âmbito de discursos reais, a abordagem discursiva. Isso porque, no caso das expressões idiomáticas, sua estrutura interna revela traços característicos de produções de fala, mas, e graças à sua fixação, são segmentos de base linguística mas também de base discursivo-ideológica.

Na abordagem discursiva, os analistas do discurso, quando se referem às expressões idiomáticas, consideram-nas como “fórmulas discursivas” ou mais, apropriadamente, chamadas, por Maingueneau, de “frases sem texto”, postulando a existência do que chamam de “estatuto pragmático específico” dos idiomatismos, que operaria em um “regime de enunciação específico”, em que o locutor “supostamente enuncia sua verdade, subtraída qualquer negociação, exprime uma totalidade vivida: seja uma doutrina ou uma certa concepção da existência” (MAINGUENEAU, 2011, p.42 e 43).

A fraseologia permite a naturalização ou congelamento do discurso, de forma a esconder ou dissimular o cultural sob o evidente, o natural. O fraseologismo e os fenômenos de estereotipia retomam as noções de intertextualidade, interdiscurso, que marcam a abordagem da análise da argumentação no discurso. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 215-216).

Na verdade, a presença da fraseologia nos estudos de semiótica, análise do discurso e linguística textual, vista por esse ramo da linguística como importante combinatória discursiva de análise, resulta de olhar que vê na fórmula discursiva uma retomada da experiência retórica como arte eficaz da palavra.

Como discurso reportado ou discurso citado (evitamos o adjetivo “repetido” para não confundirmos com a noção estruturalista de Eugênio Coseriu), as expressões idiomáticas, configuram-se como frases feitas ou enunciados fraseológicos (aproximando-se à noção de Ducrot), isto é, instâncias responsáveis pelo controle do dizer e pela produção de sentido. Localizadas no interior do discurso, indicam as condições históricas (sociais, ideológicas) de produção.

A presença recorrente de expressões idiomáticas no discurso dos deputados federais, conforme em seções a seguir, não apenas caracterizam o discurso político ou parlamentar, mas dão as bases político-ideológicas nas quais os pronunciamentos dos parlamentares

são produzidos, sejam na condição de situação ou oposição partidária com relação aos governos.

Fraseologia e a enunciação de outrem

Em seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009), Mikhail Bakhtin levanta quatro questões que podem ser aplicadas à função do discurso citado, particularmente presentes em expressões idiomáticas, no pronunciamento parlamentar: (1) Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? (2) Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? (3) Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência? e (4) Qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida?

Levando em conta a presença de unidades fraseológicas no discurso dos parlamentares, as perguntas formuladas por Bakhtin são bastante inspirativas para uma investigação linguística, psicolinguística e discursiva do discurso citado.

Entendemos de início que, no âmbito de nosso estudo, as expressões idiomáticas são, independentemente de sua extensão, expressões do discurso e, nessa condição, estão localizadas, do ponto de vista psicolinguístico, na memória dos falantes, ou, dizendo de outra maneira, e nas palavras do próprio Bakhtin, os idiomatismos são manifestos nos “processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na “alma” do receptor”. Cremos que devemos entender, nesse contexto, por alma, o que neurolinguisticamente conhecemos por memória.

Armazenadas em nossa memória de longo prazo, as expressões idiomáticas comprem, no discurso político, de revelar as “as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua.” (BAKHTIN,2009, p.152).

Segundo Bakhtin, o mecanismo a função desse processo não se situaria na memória, mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza, ou seja, associa às estruturas gramaticais da língua, exclusivamente “os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por

consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada.” (Idem)

A reação dos parlamentares ao discurso do então presidente Lula revela, tomando uma expressão de Bakhtin, uma “recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto” (BAKHTIN, 2009, p.152). Esta transmissão levaria em conta, segundo Bakhtin, uma terceira pessoa, ou seja, a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas; no caso do discurso de Lula, objeto de nossa discussão, nesse momento, os prefeitos. Graças a essa orientação de um discurso, numa situação real de diálogo, dirigido a uma terceira pessoa, é que o locutor “reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso.” (Idem).

Não podemos deixar de mencionar que, na reação dos deputados federais ao pronunciamento do então presidente Lula, inclusive, ao reproduzirem, com poucas variações, a expressão idiomática, em seus discursos, mostra que, na condição de interlocutores de oposição político ao governo federal, compreenderam o significado da expressão idiomática "comer o pão que o diabo amassou", para, com isso, “apanhar o interlocutor com suas próprias palavras”, etc. (BAKHTIN, 2009, p.152 e 153).

Não temos a presunção aqui de afirmar que as formas sintáticas das chamadas frases feitas exprimem efetivamente “as tendências e as formas da apreensão ativa e apreciativa da enunciação de outrem” (BAKHTIN, 2009, p.153), mas, por serem cristalizadas, são recursos eficientes para inserções nos discursos uma vez que são “esquemas padronizados” para a citação.

Quando Bakhtin, por exemplo, fala em “esquemas padronizados”, conceito facilmente aplicável à noção lexicográfica de expressão idiomática, no discurso parlamentar, reconhecemos apenas que esses esquemas ou grupos fraseológicos manifestam, muitas vezes, em suas variantes languageiras, o que poderíamos sugerir de “as tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem”, uma vez que esses esquemas assumem uma forma e uma função na língua suficientes para exercerem “uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas”. (BAKHTIN, 2009, 153).

Uma outra questão que queremos colocar, ainda nesta seção, com base nas ideias de Bakhtin, é a de que, na evocação de uma expressão idiomática do tipo “comer o pão que o diabo amassou” pelo então presidente Lula da Silva e completamente bem entendida, no seu significado idiomático, pelos parlamentares, no Congresso Nacional, não devemos concluir que a fraseologia, que pertence ao sistema da língua, é exclusivamente reflexo das hesitações subjetivo-psicológicas, mas do que Bakhtin chama de “relações sociais estáveis dos falantes”, o que atesta, segundo ele, “relativa força ou fraqueza daquelas tendências na interiorização social de uma comunidade de falantes, das quais as próprias formas linguísticas são cristalizações estabilizadas e antigas”. (BAKHTIN, 2009, 153).

Bakhtin é de opinião de que a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem tem sua marca no discurso interior.

No caso do presidente Lula, que recorreu à expressão idiomática para se dirigir aos prefeitos, significa dizer que ele não apenas apreendeu a enunciação de outrem, mas revelou aos seus interlocutores, que não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário, “um ser cheio de palavras interiores”, o que comprova que a evocação de idiomatismos, no uso social da língua, independe de fatores sociolinguísticos como grau de escolaridade, idade ou sexo.

Do ponto de vista cognitivo, ou mais precisamente psicolinguístico, o “fundo perceptivo” de sua atividade mental foi mediatizada para ele pelo discurso interior e é por aí, segundo Bakhtin, que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior.

No discurso citado, que, como vimos nos excertos acima, resultam da delegação de vozes do narrador a outras vozes para a tessitura do discurso, o que podemos ver nos pronunciamentos do então presidente Lula e dos deputados federais, temos configurada, para tormarmos uma categoria de Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade mostrada e marcada, heterogeneidade que marca, nos discursos políticos, um diálogo contratual em que as vozes trazidas pelo narrador (Lula) ajudam a compor o discurso caracterizado por aspirações e valores recíprocos estabelecidos e comprometidos.

Em substância, essas noções envolvem o conceito de dialogismo em Bakhtin, orientado no sentido de estabelecer que o discurso de

um sempre encontra e atravessa o discurso de um outro, estabelecendo nele uma relação viva.

Segundo Ramos, na interação constitutiva dialógica, “os enunciados se formam reciprocamente: a voz de um encontra eco na voz do outro; o que um diz, o outro já disse, e assim sucessivamente: não há discurso totalmente neutro.” (2010, p. 783).

É a heterogeneidade constitutiva, proposta primeiramente por Authier-Revuz (1990), apoiada no dialogismo bakhtiniano, de que “toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que este ‘é mais falado do que fala’, é inerente a todo discurso. (p.26)

Fraseologia como enunciados autônomos

No estudo que até aqui temos feito, leva-nos a considerar, quanto à presença das expressões idiomáticas nos discursos dos deputados federais duas perspectivas: primeiramente, a inserção do pronunciamento do então presidente Lula nos discursos dos deputados federais e o caso inverso, a inserção dos discursos dos parlamentares no pronunciamento do governo federal, representado pelo então presidente Lula da Silva.

Nesta seção, procuraremos mostrar, do ponto de vista de uma abordagem discursiva, com base em Maingueneau (2008), como, efetivamente, ocorre a inserção dos clichês nos textos. Para Maingueneau, o discurso citado, ou, o que denomina apenas de citação, refere-se às fórmulas, isto é, aos enunciados cujo significante e cujo significado são considerados no interior de uma organização pregnante (pela prosódia, rimas internas, metáforas, antíteses), o que explica, segundo ele, que sejam memorizados ou cristalizadas (MAINGUENEAU, 2008, p.75), o que justificaria no caso da expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou” ser, facilmente, recuperada pelo então presidente Lula durante sua fala dirigida aos prefeitos.

Esta noção de fórmula, para o discurso citado, a partir do conceito de Maingueneau (2008), mereceu um tratamento especial de Alice Krieg-Planque (2010), ao defini-la, no contexto dos discursos dominantes, como um “conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo

tempo, para construir.” (p.9). O conceito de fórmula, enquanto fenômeno discursivo, baseia-se na noção de uso sociopolítico do léxico ou discurso citado, impregnante (ideologia) e pregnante (forma) no discurso sociopolítico (KRIEG-PLANQUE,2010, p.17).

O conceito de fórmula de Maingueneau nos permite, por exemplo, considerarmos as expressões idiomáticas, nos discursos dos parlamentares, como enunciados autônomos: interpretadas segundo seu sentido imediato numa interação entre locutores e utilizadas em circunstâncias do tipo: (a) marcar determinado posicionamento estético, o que podemos verificar com a repercussão da inserção da expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou”; (b) marcar concepção historicamente dada, no âmbito de uma gestão governamental situada; (c) marcar as relações entre o sentido, a linguagem e a subjetividade, nesse caso, as discussões derivadas a partir da fraseologia, objeto de reação política por parte dos parlamentares da oposição (MAINGUENEAU, 2008, p.75-76).

Estas fórmulas são destacadas de um texto, seja oral ou escrito. O então presidente Lula, ao recorrer à expressão idiomática para se dirigir aos prefeitos, tomou para a expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou” como parte integrante de sua fala, mas os parlamentares, que partiram do mesmo idiomatismo para marcar uma posição de divergência política, em diferentes momentos indicaram, explicitamente, que a fraseologia, de natureza idiomática ou proverbial, é atribuída à responsabilidade de um Sujeito Universal (MAINGUENEAU, 2008, p.77). Por isso, a reação dos parlamentares ao idiomatismo utilizado pelo então presidente Lula para tratar de uma questão diretamente da alçada governamental e não de um hiperenunciador como “sabedoria popular”.

A destacabilidade da fraseologia nos discursos políticos

Creemos que as expressões idiomáticas aproximam-se muito, em se tratando de aspectos formais do discurso, das fórmulas filosóficas. Se definimos as fórmulas filosóficas como um tipo de fórmula produzida diretamente pelos textos filosóficos, espécies de slogans, diríamos que as expressões idiomáticas são, em sua grande parte, originárias da sebedoria popular. Assim, como as fórmulas filosóficas são as

expressões idiomáticas também destinadas a servir como regra de vida ou com suporte à meditação. (MAINGUENEAU, 2008, p.79).

Maingueneau assinala, pelo menos, cinco maneiras de manifestação da destacabilidade nas fórmulas filosóficas, o que aplicaremos às fraseologias.

Primeiramente, a paratextualidade. Uma expressão idiomática pode se prestar, facilmente, a um título de discurso, seja político ou não. Esta propriedade aproxima a noção de paratexto à noção de peritexto, que designa os gêneros discursivos que circundam o texto no espaço do mesmo volume tais como peritexto editorial (coleções, capas), o nome do autor, os títulos, encarte e as notas.

Poderíamos, então, chamar uma expressão idiomática que intitula uma obra literária, uma manchete de jornal ou um discurso político de peritexto fraseológico. (MAINGUENEAU, 2008, p.79; CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.368). Um exemplo, como vimos, anteriormente, é a do jornal O Estadão quando ele traz, no dia 24 de março de 2009, em uma de suas manchetes de capa, a seguinte: “Lula: prefeitos estão comendo pão que o diabo amassou”.

As expressões idiomáticas, no discurso político, são marcadas pela posicionalidade. Ao longo do texto propriamente dito, a fórmula tende a ganhar uma posição relevante, um posicionamento (MAINGUENEAU, 2008, p.79; CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.392-393).

Esta posição é que dá o caráter de pregnância à fraseologia. Vejamos, a título de ilustração, este excerto extraído, no pronunciamento da deputada Nice Lobão (PFL-MA), realizado em 14/03/2007, em que a parlamentar destaca, através da fraseologia “estar com a faca e o queijo na mão” (dispor dos meios para impor uma vontade, DHL), no final (posicionalidade) de seu texto, a visita do presidente norte-americano ao País: “A visita de Bush ao Brasil causou grande polêmica na vida nacional. A mídia dividiu-se em mostrar todos os eventos da agenda dos 2 Presidentes e as manifestações contrárias em todo o País. As 24 horas que Bush passou no Brasil devem ser consideradas como oportunidade de grande negócio e como reconhecimento da nossa importância no mercado globalizado, principalmente no agronegócio. Pode-se dizer que estamos com a faca e o queijo na mão.”.

A enunciatividade é outra marca da fraseologia nos discursos políticos. Pela embreagem enunciativa, se confere um valor generalizante ou genérico à expressão idiomática. (MAINGUENEAU, 2008, p.79; CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.182).

Vejamos o exemplo, extraído do discurso do deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), feito no Plenário da Câmara Federal, no dia 31/10/2007, em que a embreagem enunciativa confere um valor generalizante à fraseologia “virar o feitiço contra o feiticeiro (recair o mal sobre quem o praticou; DHLP): “[...] Um fato notável aconteceu quando o jornalista, ao entrevistar Sandra Cavalcanti, candidata a Deputada, solta aquela pergunta afiada: "Quer dizer, D. Sandra, que a senhora é mal amada?" "Pode até ser, Sr. Maria, mas não fui eu que fiz aquela música Ninguém me Ama" - respondeu Sandra, jogando o feitiço contra o feiticeiro." Essa composição de Antonio Maria era um dos maiores sucessos daquele período e a resposta inteligente de Sandra - sugeriram alguns ouvintes da época - pode ter até garantido sua eleição.”.

Consideramos, também, a pregnancialidade como um traço dos idiomatismos nos discursos políticos. Assim como a fórmula, a fraseologia tem uma estruturação pregnante de seu significante (simetria, silepse) e /ou de seu significado (metáfora, quiasmo). (MAINGUENEAU, 2008, p.79; CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.182).

Tomemos este exemplo do caráter pregnante dos idiomatismos nos pronunciamentos políticos, extraído do discurso do deputado Lincoln Portela (PR-MG), em 09/08/2007, em que observamos claramente que a expressão idiomática “não dar ponto sem nó (nada fazer que não seja por interesse, DHLP), ao se reportar sobre os dez anos ininterruptos da coluna diária do jornalista Márcio Fagundes no jornal Hoje em Dia, em Minas Gerais e na Capital Federal: “De fato, o estilo de Márcio Fagundes se caracteriza por roupagem que sabe dosar a informação jornalística com a leveza e a verve típicas dos literatos das Alterosas.”. Tudo isso entremeado pelo secular hábito local de não dar ponto sem nó. Todos os fatos são checados e rechecados, revelando ser o profissional cuidadoso e ciente do seu poder de alavancar ou destruir reputações”.

Por último, citaremos a metadiscursividade. Ao explicitar uma operação que confere um papel-chave a este ou àquele enunciado, uma retomada categórica da noção de verdade essencial

(MAINGUENEAU, 2008, p.80; CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.326-328), como podemos exemplificar a seguir, em excerto extraído do pronunciamento, em 07/06/2005, do deputado Mário Heringer (PDT-MG), ao tratar do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal de duas ações diretas de inconstitucionalidade contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral, de diminuir o número de vagas para Vereadores em centenas de Municípios em todo o País, o que o impediu de uma dose de exagero laudatório: “Em Minas, Sr. Presidente, Montesquieu diria: "cada macaco no seu galho". Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.” Ao certo, o parlamentar não tem a menor de ideia de quem foi o barão de Montesquieu, um político, filósofo e escritor francês, famoso pela sua contribuição ao direito constitucional.

Fraseologia e a noção de particitação

Para uma abordagem discursiva, a noção de particitação é fundamental nos estudos de fraseologia no âmbito dos discursos políticos. Segundo Maingueneau (2008), particitação é uma palavra-valor criada por ele, a partir da fusão dos morfemas: (Part-) + (-i) + (citação). Ele estabelece a distinção de duas categorias, a citação (discurso citado) e a Particitação.

Maingueneau apresenta quatro características dos clichês: (a) resulta de corte de um fragmento; (b) traz explicitação de sua fonte; (c) inserção em uma situação de comunicação de caso pensado em outra situação - conflito de localização dêitica entre os dois espaços; e (d) distância variável entre mundo do discurso que cita e mundo dos clichês em função da estratégia que o relator adota (2008, p. 93-94).

Quanto à particitação, Maingueneau (2008) aponta os seguintes traços: a) enunciado citado é enunciado autônomo (original, previamente automatizado mediante sua extração de um texto); b) reconhecimento pelos alocutários (alocução: qualquer ato de fala pelo qual um falante se dirige a outro); c) o locutor não indica a fonte; d) não deixa claro que o locutor efetua uma citação por intermédio do verbo dicendi introdutor, de um inciso; e) a propriedade de citação é marcada por um deslocamento interno à enunciação (gráfica, fonético, paralinguística - qualquer som ou qualidade de voz que acompanha a fala e revela a situação em que o falante se encontra

(se ele está bem, mal, alegre, triste, cansado etc.); f) o enunciado citado é apresentado em seu significante (restituição do próprio significado); g) pode-se aceitar uma “dose de variação” para formas comumente consideradas cristalizadas (provérbios); h) a restituição do significante é associada ao fato de que não há indicação da fonte da fala citada; i) o locutor faz sua adesão ao enunciado citado (tesouro de enunciados de contornos mais ou menos fluidos); j) indissociável de uma comunidade onde os enunciados circulam (compartilhamento de tesouro); m) pressuposição de membresia (locutor e alocutário) e n) arrebatamento em uma relação do tipo especular (2008, p.94-95).

“A particitação é fundamentalmente uma forma particular de co-enunciação, pois existe acordo em torno do Ponto de Vista – PDV” (MAINGUENEAU, 2008, p. 95). cremos que o PDV se aproxima da noção de enunciação, em especial, a de responsabilidade enunciativa é um dos níveis propostos por Adam (2008, p. 61) para análise textual de discursos, decorrente do interdiscurso e este, da formação sociodiscursiva, “O locutor cita aquilo que poderia/deveria ser dito pelo alocutário e, mais amplamente, por todo membro da comunidade que age de maneira plenamente conforme a esse pertencimento” (MAINGUENEAU, 2008, p. 95).

O tesouro e a comunidade correspondente recorrem um hiperenunciador – autoridade que garante menos a verdade do enunciado (adequação a um estado de coisas do mundo) e mais amplamente sua “validade”, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade. (Ibidem).

A particitação gera um desnivelamento entre a voz ordinária do locutor que cita a voz extra-ordinária. (Ibidem).

No campo da Análise do Discurso, poderemos encontrar, em diversos gêneros discursivos, as chamadas particitações “sentenciosas” e as particitações gráficas que incluiríamos, em particular, as expressões idiomáticas.

As particitações “sentenciosas”, mais apropriadamente, deveriam ser chamadas particitações paremiológicas ou fraseológicas. O apagamento enunciativo é mais evidente nas particitações sentenciosas. (Idem, p.96). O enunciador invoca um hiperenunciador, outra instância não nomeada (sujeito universal).

A enunciação proverbial depende de um sistema de partitização. Tem as seguintes características: a) há um deslocamento entre aquele que profere o provérbio e aquele que garante sua veracidade; b) aquele que “cita” um provérbio participa da comunidade que lhe dá sustentação; c) faz parte de um tesouro indissociável da comunidade em que ele circula; d) a comunidade compartilha esse tesouro (compartilhamento restrito); e) remissão a um hiperenunciador designado como a “sabedoria das nações” ou “a sabedoria popular” e mais f) admitem o encadeamento como “como se diz” (MAINGUENEAU, 2008, p.96), o que remete, no nosso entender, à noção de heterogeneidade marcada do tipo “não-coincidência entre enunciador e co-enunciador, em que o enunciador negocia com a alteridade, preservando uma fronteira com o que não provém de seu discurso” (Idem, p.261).

O adágio jurídico, de interesse para uma fraseologia discursiva, do tipo especializada, é outro tipo de partitização sentenciosa. Nos adágios, especialmente os jurídicos, há, segundo Maingueneau, uma espécie de co-pertencimento que se apoia “em certo número de normas de comportamento estabilizadas em sentenças que têm como referente um hiperenunciador” (MAINGUENEAU, 2008, p.98). Adágio, na Roma antiga, reforçava o “sentimento de pertencimento de seus usuários à comunidade dos profissionais da justiça”. O socioleto da justiça era, todavia, ridicularizado por produções satíricas.

Por último, temos as partitizações gráficas. Maingueneau (2008) afirma que circulam na sociedade enunciados curtos e facilmente memorizáveis (automatizados) cujo significante e significado são extraídos de uma organização mais ou menos pregnante (prosódia, rimas internas, tropos). Chamou-nos a atenção à crítica que Maingueneau aos lexicólogos ao afirmar que fazem a coleta, para seus dicionários, sem atentar para “seu conhecimento público e para sua possibilidade de memorização” (p.99).

A prática lexicográfica, ao contrário do que julga Maingueneau, segue critérios rígidos para a coleta de citações conhecidas (citaremos, por exemplo, a pluriverbialidade, a fixação, a idiomaticidade, a metafóricidade, a institucionalização, a estrutura não oracional, a frequência e a nominalização); portanto, seguem

critérios lexicográficos revestidos de propriedades de destacabilidade.

O próprio Maingueneau quando propõe um modelo de sistema de participação segue critérios lexicográficos (provérbios, adágios etc.), do contrário não teria condições de distinguir um provérbio de um adágio. Traz, todavia, uma contribuição quando diz que o incipit (termo ou grupo de palavras que identifica um texto) de um enunciado não favorece a propriedade de destacabilidade, mas pode levar um enunciado ao estatuto de fórmula conhecida.

O clichê “estar com a faca e o queijo na mão”

Entre os diversos tipos de unidades fraseológicas, sejam como recursos retóricos, ou procedimentos linguísticos, registrados no Plenário da Câmara dos Deputados, as expressões idiomáticas são as mais recorrentes nos pronunciamentos ou apartes (no Plenário, uma autorização, prevista no Regimento Interno, para o parlamentar poder, brevemente, interromper discurso de outrem) dos parlamentares.

Entre os idiomatismos, encontramos os seguintes (grifados): “**comer o pão que o diabo amassou**” (passar grandes necessidades e privações); “**meter o rabo entre as pernas**” (ficar calado, por se sentir sem razão, culpado ou amedrontado); “**descobrir um santo para cobrir outro**” (favorecer alguém em detrimento de outrem ou de si próprio; despir um santo para vestir outro); “**estar com a faca e o queijo na mão**” (dispor dos meios para impor uma vontade; ter a faca e o queijo na mão); “**juntar(-se) a fome com a vontade de comer**” (coincidir ou fazer coincidir o desejo ou o interesse de uma pessoa com o de outra); “**macaco velho não mete a mão em cumbuca**” (pessoa esperta e traquejada não cai em cilada, não se envolve em situações complicadas ou perigosas); “matar a cobra e mostrar o pau” (afirmar alguma coisa e prová-la); “**meter a viola no saco**” (ficar sem resposta ou sem ação; calar-se, embatucar); “**meter o rabo entre as pernas**” (ficar calado, por se sentir sem razão, culpado ou amedrontado); “**não ter nada com o peixe**” (ser completamente alheio ao caso em debate, à disputa); “**santo de casa não faz milagres**” (a convivência leva a que se deixe de receber dos outros crédito por méritos reais); “**virar o feitiço contra o feiticeiro**”

(recair o mal sobre quem o praticou; voltar-se o feitiço contra o feiticeiro) e “**viver como cão e gato**”(viver às turras).

O clichê “**estar com a faca e o queijo na mão**”, no discurso dos parlamentares, revela-se como um recurso estilístico de grande produtividade discursiva. Ao certo, por seu caráter pregnante, aproxima o discurso parlamentar da fala mais espontânea ou popular, de maior transparência semântica ou ideológica, configurando, assim, uma função pragmática no jogo verbal.

Postulamos, como veremos nos excertos abaixo, extraídos dos discursos parlamentares, que as unidades fraseológicas, nomeadamente os idiomatismos, cumprem uma função enunciativa de organização do discurso ou, para tomarmos uma expressão de Patrick Charaudeau (2009), evidenciam um “modo de organização enunciativo”, em que o recurso linguístico dos clichês “aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação” (p.81), o que nos sugere, por sua vez, que, nesse jogo verbal, o locutor (orador) estabelece uma relação de influência com o interlocutor (demais parlamentares, governos e eleitores), e, em alguns casos, estabelece uma relação de força com seu interlocutor, em geral o governo, através de uma modalidade de injunção (CHARAUDEAU: 2009, p.82).

Nos discursos parlamentares, há registro da variação fraseológica “ter a faca e o queijo na mão”, com o mesmo significado idiomático, segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2009), doravante, apenas DHLP.

Conforme antecipamos acima, com base em Patrick Charaudeau (2009), a presença de clichês no discurso dos parlamentares, particularmente os representados por expressões idiomáticas, de cunho popular, são procedimentos linguísticos ou recursos estilísticos, utilizados pelos deputados, com a finalidade de modalizar seus discursos com aspectos axiológicos de interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão, proposta, interrogação e petição, conforme podemos depreender nos excertos discursos abaixo:

(1) O deputado Iran Barbosa (PT-SE), em pronunciamento no dia 07/04/2010, ao se reportar sobre a proposta de desregulamentação da profissão do jornalista, diz: “[...] Certamente, essa decisão levará a uma precarização ainda maior das relações de trabalho nas redações

e a um arrocho ainda maior dos salários, porque o exército de reserva, para usar uma expressão do marxismo, para essa categoria agora é imenso, e o empregador **terá a faca e o queijo na mão** para impor as suas condições salariais e de trabalho, sob pena da substituição pura e simples dos bons profissionais, que, obviamente, exigirão remuneração e condições de trabalho bem melhores.”.

(2) O deputado Sandro Mabel (PR-GO), em pronunciamento, no dia 13/10/2009, ao defender a necessidade de aprovação do projeto de reforma tributária, afirma: “Nós **estamos com a faca e o queijo na mão**. Basta apenas um gesto de boa vontade para cortarmos a deliciosa iguaria que, servida em porções generosas, possibilitará não apenas novos patamares de crescimento para o País, mas também uma efetiva implementação, tantas décadas postergada, de poderoso mecanismo de justiça social e distribuição de renda que privilegie todas as Unidades da Federação e, portanto, todos os brasileiros.”.

(3) O deputado Paes de Lira (PTC-SP), em pronunciamento, no 04/11/2009, sobre a Proposta Emenda Constitucional (PEC nº 351), que fere, segundo ele, os interesses dos pequenos e médios credores, servidores públicos e militares e aposentados, assevera: “Então, é preciso neste momento, meus caros pares, Sr. Presidente, ilustres telespectadores da TV *Câmara*, que os representantes do povo, os Deputados, reflitam muito bem - reflitam muito bem - sobre a mensagem que vão passar para o futuro. Se aprovarmos nesta Casa de leis uma mensagem de que quem tem o poder **tem a faca e o queijo na mão** e pode fazer tudo o que quiser, se necessário efetuando uma alteração indevida e imprópria no próprio corpo da Constituição da República, estaremos sinalizando às gerações futuras que com esperteza ou com força tudo se pode fazer; com esperteza ou com força nenhum acordo precisa ser cumprido; com esperteza ou com força não há por que honrar compromissos.”

(4) O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), em pronunciamento no dia 27/03/2008, ao tratar de questões relacionadas à proposta orçamentária, particularmente por meio da CPMF, recorre à expressão idiomática como discurso citado: “Já para um professor de finanças do IBMEC-RJ não está prevista piora da arrecadação nos próximos meses, mesmo com a crise financeira mundial, a começar pelos Estados Unidos. Afirmou o mestre

fluminense: “O **governo tem a faca e o queijo na mão** para repensar a carga tributária. É um momento histórico essa arrecadação tão elevada. E eu não acredito que a economia real sofra com a crise internacional”.

(5) O deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), em pronunciamento, no dia 08/11/2007, ao discutir sobre a proposta da reforma no sistema previdenciário, diz: “Quando **estávamos com a faca e o queijo na mão** para implantar uma verdadeira e consistente reforma da Previdência, não a fizemos. Não lutamos para dar transparências às chamadas “renúncias previdenciárias”, subsídios concedidos a alguns setores que não contribuem pela regra geral.”

(6) A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), em pronunciamento, no dia 02/05/2007, ao fazer referência às comemorações do 1º de Maio, dia da Solidariedade Internacional dos Trabalhadores, diz: “Contra a vontade do poderoso círculo financeiro do País, Lula foi reeleito Presidente da República. A base dessa vitória foi o povo, as massas trabalhadoras, especialmente as parcelas mais pobres. A reeleição se efetivou sob o compromisso de o Governo acelerar o desenvolvimento e ampliar a distribuição de renda. O Governo **está com a faca e o queijo na mão**. Tem amplo respaldo político no Congresso e largo apoio social. A oposição, momentaneamente, ainda se recupera da derrota sofrida. A situação econômica externa, apesar da instabilidade que a tem caracterizado, continua favorável.

(7) A deputada Nice Lobão (PFL-MA), em pronunciamento no dia 14/03/2007, ao defender maior parceria entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, para um mercado globalizado, principalmente o agronegócio, diz: “Pode-se dizer que **estamos com a faca e o queijo na mão**. Devemos aproveitar competentemente, em toda a extensão, essa parceria.”.

(8) O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), em pronunciamento no dia 28/01/2004, ao tratar sobre a política nacional de investimentos no setor energético, diz: “[...] Mas, não, o Governo decidiu editar medida provisória. Por quê? Porque o rito de tramitação de medida provisória nesta Casa não permite o aprofundamento da discussão. O Governo **está com a faca e o queijo na mão**. Obstruir a instalação da Comissão Mista já fez com que não houvesse nenhuma discussão sobre a matéria.”.

(9) O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), em pronunciamento no dia 07/12/2006, ao abordar a crise no sistema aeroportuário brasileiro e a conjuntura político-econômica nacional, afirma: “O Presidente Lula **tem a faca e o queijo na mão** neste fim de primeiro Governo nostálgico e começo de um Governo que pode ser promissor, mas também pode ser nostálgico, se não forem tomadas as devidas providências”.

(10) O deputado Milton Barbosa (PFL-BA), em pronunciamento no dia 20/01/2004, ao reportar-se à proposta do Orçamento Geral da União, critica: “Se o Governo não manifestar vontade política de aprovar o Orçamento impositivo, ficará comprovado que todos os discursos nesse sentido eram outras tantas bravatas, como disse o Presidente Lula, proferidas somente para alcançar o poder. Agora o PT prefere utilizar a já conhecida "Lei de Gerson" e levar vantagem, já que **está com a faca e o queijo na mão.**”.

(11) O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), em pronunciamento no dia 30/03/2004 em que defende a urgência na aprovação da COFINS, faz crítica ao PT, partido do Governo: “[...]. Esse mesmo partido que discute, fala e escreve sobre salário mínimo, distribuição de renda e melhoria das condições da classe trabalhadora, no momento em que **tem a faca e o queijo na mão**, faz o quê? Corta na carne do trabalhador, arranca do trabalhador 30 ou 40 reais no mês de abril! É uma vergonha!”.

(12) O Deputado Alceu Collares (PDT-RS), em pronunciamento no dia 04/12/2003, ao discorrer sobre a anistia e indenização de brasileiros que participaram da resistência democrática, durante o período da ditadura militar, enfatiza: “Alguns já morreram, como Marcello Alencar, outros têm apenas os filhos. Mas agora a esperança incendiou a alma coletiva, porque o Presidente Lula e o Ministro José Dirceu também são anistiados. **Estão com a faca e o queijo na mão.** Se num prazo de 48 horas, 1 mês, 2 meses, 3 meses, 4 meses, não forem liberados recursos para o pagamento de indenização a anistiados, posso romper *com este Governo que aí está.*”

(13) O deputado Salomão Gurgel (PDT-RN), em pronunciamento no dia 23/11/2001, ao criticar a proposta do governo de flexibilizar a CLT, reage assim: “Ora, Sr. Presidente, em um país onde o desemprego atinge 7% da população economicamente ativa, o

empregador vai ficar, como se diz, **com a faca e o queijo na mão** para impor o trabalho sem direito algum.”.

(14) O deputado Regis Cavalcante (PPS-AL), em pronunciamento, no dia 14/11/2001, ao retomar a discussão sobre a proposta do Governo de flexibilizar ainda mais a já combatida Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assim se manifesta: “[...] Mas, aqui no Brasil, a situação é bem outra. O empresariado sabe e até mesmo fomenta a ideia de que o trabalhador anda bem mais à procura de emprego que de salário e de direitos trabalhistas. Em sendo assim, **com a faca e o queijo na mão**, esse empregador pode definir proventos e vantagens de qualquer espécie, cabendo ao assalariado apenas curvar-se e aceitar aquele emprego, nas mais miseráveis condições.

O clichê “comer o pão que o diabo amassou”

Nesta seção, trataremos de situar as expressões idiomáticas no âmbito das relações interdiscursivas. Para tanto, veremos como as expressões idiomáticas se configuram como discurso citado, destacabilidade e hiperenunciador.

Começamos, então, por um fato jornalístico. No dia 24 de março de 2009, o jornal O Estado de São Paulo trazia a seguinte manchete em matéria de seu Caderno de Política: “Lula: prefeitos estão comendo pão que o diabo amassou” (DÉCIMO: 2011). Durante a cerimônia de abertura da 1ª Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, em Salvador, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou, através de um discurso citado (expressão idiomática), sua preocupação com relação à questão da queda dos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A destacabilidade da expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou” (passar grandes necessidades e privações, sofrer decepções devido às circunstâncias, DHLP) foi feita a partir do seguinte discurso de Lula: “Sei que vocês (prefeitos) estão comendo o pão que o diabo amassou por causa disso, mas quero deixar claro que para nós (governo federal) não adianta que os municípios estejam mal”.

No Plenário da Câmara dos Deputados, uma avalanche de discursos, a partir da posição política do então presidente Lula da

Silva, pôde ser ouvida ou lida, especialmente por líderes de oposição ao governo.

Uma das primeiras vozes ásperas contra o governo federal, após o discurso do então presidente Lula, foi feita pelo deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), em 25/03/2009, no Plenário da Câmara, ao tratar da situação do Fundo de Participação dos Municípios, destacando a expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou” dita pelo então presidente Lula: “[...] E agora? Como o Governo responde a essa situação caótica que aí está? Dizendo — isso dito pelo Presidente — que os Prefeitos estão comendo o pão que o diabo amassou. Prestem bem atenção: quem amassou esse pão foi o próprio Lula. Essa é a grande realidade.”.

Do mesmo Plenário da Câmara, no dia 26/03/2009, o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) ao tratar do que denominou de “grave redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios”, faz críticas ao governo federal: “Não pode o Governo Federal ficar única e exclusivamente no discurso de que é solidário, de que os Prefeitos “comem o pão que o diabo amassou”, como foi dito pelo Presidente Lula e não haver ações efetivas. Que se busque o dinheiro do Fundo Soberano, que se crie um Fundo de Compensação das Perdas do FPM, enfim, que se busque uma forma emergencial de socorrer os Municípios, tendo em vista que o Governo Federal foi absolutamente descuidado no tocante às suas despesas com custeio e agora são os Municípios que estão pagando a conta”.

Também no dia 26 de março de 2009, o deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB-ES), fez duras críticas ao discurso do então presidente Lula da Silva: “[...] A gravidade da crise requer medidas urgentes. Negar o problema, como no caso da célebre frase da “marolinha”, não trará soluções. Agora, ao invés de afirmar o óbvio, como dizer que “os Prefeitos estão comendo o pão que o diabo amassou”, cabe ao Presidente governar.”.

Passados alguns meses, a expressão idiomática proferida por Lula ainda rendeu, no dia 12/05/2009, do Plenário da Câmara, o deputado André de Paula (DEM-PE): “Sr. Presidente, a Minoria está convencida de que a forma de assegurar ao Presidente Lula o cumprimento do compromisso que assumiu com os Prefeitos de parcelar em até 240 vezes a dívida e de fazer com que não comam o “pão que o diabo amassou” — foi esta a expressão do Presidente —

é orientando o voto "não", fazendo com que os Municípios possam parcelar seu débito até em 240 vezes. Portanto, a Minoria acompanha PSDB, DEM e PPS e orienta o voto "não".

O que podemos observar, no pronunciamento do então presidente Lula da Silva, foi o que Ramos (2010) denomina de “busca pelo enunciador de ideais de credibilidade no discurso“ para assim ser interpretado pelos enunciatários-leitores ou ouvintes, em especial os prefeitos.

Na reação dos líderes da oposição, no Congresso Nacional, os clichês de Lula é incorporado ao discurso parlamentar através do “recurso de vozes buscadas e mediante citações aspeadas” ou, de outra forma, prenhe no final de cada período do pronunciamento do parlamentar.

Importante assinalar que, no caso do Lula, que motivou toda a reação dos parlamentares, no Congresso Nacional, percebemos que, no seu discurso de improviso, dirigido aos prefeitos, não consta verbo dicendi, anteriores ou posteriores à citação, o que nos sugere que o propósito de sua fala era o de informar que o discurso citado, na condição de governante maior da Nação, está sendo incorporado no seu discurso citante, permitindo-nos supor a existência de um contrato cognitivo entre o Lula e as outras forças do poder político dominante, caracterizado pelo conhecimento prévio estabelecido e estreita comunhão já firmados entre o narrador (Lula) e seu narratário-leitor (prefeitos): “Aquele sabe que este é competente para interpretar essa forma discursiva, já que é leitor normatizado, sujeito social pertencente a determinado auditório particular, razão por que espera a delegação de vozes de especialistas: são parceiros que mantêm estreitos laços de interação no ato comunicativo. Quando o leitor é instituído, podemos afirmar que esta condição é a instância que a própria enunciação do texto implica” (MAINGUENEAU,1996, p. 35).

Especificamente a repercussão do discurso do então presidente Lula parece-nos sugerir, como nos mostra Bakhtin (2009), que os clichês e o contexto de transmissão são somente os termos de uma interrelação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a da interrelação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal (p.154).

Na citação da expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou”, utilizada por Lula em seu discurso aos prefeitos, com

grande repercussão no Congresso Nacional, é revelador de que a enunciação citada tratada não é apenas tema do discurso (Fundo de Participação dos Municípios), mas penetra completamente no seu conteúdo, condição indispensável para integrá-la na construção do discurso.

Se nos limitarmos ao papel da fraseologia no discurso parlamentar, observaremos, efetivamente, que a expressão idiomática “comer o pão que o diabo amassou” se constituiu como unidade estrutural do discurso narrativo, e por essa razão passou a se constituir ao mesmo tempo um tema do discurso narrativo, o que pode ser comprovada dada sua repercussão ao longo da semana ou meses (BAKHITIN, 2009, p.150).

Considerações finais

Nosso estudo nos leva a crer que os clichês, representados por expressões idiomáticas, são recursos ou procedimentos linguísticos, utilizados pelos deputados federais com a finalidade de modalizar seus discursos com aspectos axiológicos de interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão, proposta, interrogação e petição, mas para isso é preciso mostrar exemplos que evidenciam cada uma desses procedimentos.

Ao longo deste artigo, procuramos mostrar que os clichês, no âmbito dos pronunciamentos políticos, funcionam como uma textura das práticas discursivas. Por essa razão, consideramos que heterogeneidade enunciativa (alteridade declarativa), discurso citado, polifonia (em AD), interdiscursividade e intertextualidade se fazem necessárias numa abordagem discursiva das unidades fraseológicas (provérbios e expressões idiomáticas, em especial). Os clichês são situados no âmbito das relações interdiscursivas e intertextuais.

No segundo momento de nosso estudo, mostramos que Nas relações interdiscursivas estão presentes, de forma pregnante, os clichês que comprovamos com um exemplarário de excertos de discursos de deputados no Plenário da Câmara Federal.

Os discursos analisados indicam a presença do interdiscurso, através do discurso citado, nos pronunciamentos dos deputados federais. As expressões idiomáticas são as particitações gráficas mais

destacadas nos discursos dos parlamentares, sendo, ainda, asseguradas, explicitamente, pelo hiperenunciador “sabedoria popular”.

Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortex, 2008.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: GERALDI, João Wanderley. ILARI, Rodolfo e LEMOS, Cláudia T. G. de. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v.19, p. 25-42, jul./dez. 1990 (Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi).

BAKHITIN, Mikhail. O “Discurso de outrem”. In BAKHITIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2009. cap. 9, p.150-160.

BAKHITIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.

DÉCIMO, Tiago. (Agencia Estado). Lula: prefeitos 'estão comendo pão que o diabo amassou'. **Estado de São Paulo**. Política, São Paulo, 24 mar., 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lula-prefeitos-estao-comendo-pao-que-o-diabo-amassou,344037,0.htm>. Acesso em 15/05/2011.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico**. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. “A aforização proverbial e o feminino”. In MOTTA, Raquel e SALGADO, Luciana. **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de hiperenunciador. In MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo:

Parábola, 2008. Parte II: Conceitos de análise do discurso, cap. 5, p.93-111.

MAINGUENEAU, Dominique. Citação e destacabilidade. In MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008. Parte II: Conceitos de análise do discurso, cap. 5, p.75-92.

MARTINS, Vicente. **Minicorpus de expressões idiomáticas nos discursos dos deputados federais**. Trabalho não publicado, Fortaleza, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2009.

RAMOS, Cleonice Men da Silva. Argumentação em textos: revistas impressas do universo corporativo. In **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 39 (3): p. 75-86-, mai.-ago. 2010.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Recorde, 1989.

SILVEIRA, João Gomes da. **Dicionário de expressões populares da língua portuguesa: riqueza idiomática das frases verbais. Uma hiperoficina de giras e outros modismos luso-brasileiros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

AS FORMAS SIMBÓLICAS DE VIOLÊNCIA NA FRASEOLOGIA BRASILEIRA

Introdução

As crianças, durante o processo de aquisição da linguagem, aprendem e memorizam formas simbólicas de violência através de palavras, frases e fraseologias de sua língua materna. Na fase adulta, recorreremos, graças à memória episódica, às expressões idiomáticas em diversos contextos de uso da língua. Como os adultos, então, interpretam as expressões idiomáticas? Que tipo de compreensão as crianças, na primeira infância, têm das expressões idiomáticas do tipo “chutar o pau da barraca”, “entrar no pau”, “meter o pau (em)” e “mostrar com quantos paus se faz uma canoa”?

O presente estudo procura responder a estas indagações que inquietam educadores, psicólogos e pais. Dados coletados da fraseologia popular apontam que os significados dados às expressões idiomáticas não são arbitrários, mas têm base metafórica que decorre de esquemas de imagens e movimentos que emergem a partir de nossas experiências corpóreas armazenadas em nossa memória episódica.

A violência, desde a antiguidade clássica, tem encontrado nas diversas formas de fraseologismos (sentenças, provérbios e expressões idiomáticas), um meio eficiente para difundir valores e ideias de agressividade, guerra, ira, coação, opressão e tirania. Este estudo analisa, à luz da Psicolinguística e da Linguística Cognitiva, a interpretação dada por adultos e crianças a expressões idiomáticas relacionadas com a violência.

Para este estudo, analisamos dos dados oriundos de uma pesquisa-piloto, levada a efeito no ano de 2009, na microrregião de Sobral, situada no Noroeste do Estado do Ceará, sob a denominação de “**Corpus de Expressões Idiomáticas de Sobral**” (doravante, CEIS-2009). Durante a evocação livre das expressões idiomáticas, podemos observar um número expressivo dessas unidades fraseológicas relacionadas à agressividade e à violência linguística.

Do ponto de vista conceitual, as expressões idiomáticas, lexicologicamente, são definidas como unidades gráficas, também

chamadas icônicas, metafóricas, figuradas, não-composicionais e, por nós, neste artigo, batizadas de **enunciados fraseológicos**. A expressão enunciados fraseológicos nos permite analisá-las a partir de aportes da Psicolinguística e da Linguística Cognitiva.

Pensamos, assim, em delimitar estes enunciados idiomáticos em dois tipos: (a) expressões idiomáticas (modismos) e (b) expressões semi-idiomáticas (colocações). Por modismo, entendemos, segundo a acepção de Houaiss(2009), “locuções próprias de uma língua, cuja tradução literal não faz sentido numa outra língua de estrutura análoga, geralmente, por ter um significado não dedutível da simples combinação dos significados dos elementos que a constituem”. Por colocações, referimo-nos a combinações de unidades lexicais fixadas na norma linguística ou uma combinação de palavras que se distingue pela sua alta frequência de uso. Neste artigo, não trataremos das colocações.

Na verdade, a definição das expressões idiomáticas tem sido muito mal resolvida pela Lexicologia, linguística, Linguística Cognitiva e pela própria Fraseologia, abrigadas muitas vezes em diferentes abordagens (psico)linguísticas. Para se ter uma idéia de quão é complexa a definição de expressões idiomáticas, lembraríamos que existem muitos termos que abarcam os diversos tipos fraseológicos, como, por exemplo: “expressões fixas”, “unidades fraseológicas” ou “unidades poliverbais”; e, dentro destas denominações genéricas, existem outros diferentes tipos: por um lado, as parêmiás (provérbios, refrões, adágios, aforismos); por outro, as expressões idiomáticas (fórmulas, modismos), e, ainda, as colocações, entre outros termos já bem descritos na literatura.

As definições fraseológicas dos dicionários de linguística mais antigos, como as de Camara Junior (1981, 142) e Dubois et alii (1993, p. 93 e 330), definem-nas como frases cristalizadas numa língua cuja combinação ou sintagma tem um caráter **estabilizado**. Para nós, contrastando, brevemente, com as acepções mais “estáveis” e reproduzidas em grande parte pelos dicionaristas, o verbete expressão idiomática, no singular ou na sua forma plural, são uma enunciação do ponto de vista linguístico, o que equivale a dizer serem eventos de fala, em que se ressalta o papel dos falantes num dado contexto comunicativo.

Queremos, então, sustentar, recorrendo a Oswaldo Ducrot (1987), que a expressão idiomática não é, a rigor, uma simples “frase” ou “locução”, “construção que encerra um sentido completo”, prescrita pelos gramáticos, e sim, um **enunciado**, e como tal, definido, por Ducrot, como “manifestação particular, como a ocorrência **hic et nunc** de uma frase.” (p.164, grifo nosso). Assim, as expressões idiomáticas são definidas por nós como “enunciados fraseológicos” que podem ser analisados segundo duas perspectivas.

Na primeira, são, formalmente, enunciados cristalizados e memorizados, isto é, são um produto acabado, fechado em si mesmo. Na segunda perspectiva, nós as vemos, porém, como produto de uma enunciação, no centro do qual se inscreve. Qualquer pessoa ou comunidade linguística as evoca ou as repete, em determinadas episódios, com intenções determinadas pelo interlocutor, que as compreende ou não (REUTER, 2007, 15). As expressões idiomáticas são enunciados presentes nas nossas conversas, urbanas ou rurais, públicas ou privadas, e, sobretudo, estão manifestas nos episódios do nosso cotidiano, através da “memória de eventos”.

Constituição de um corpus de expressões idiomáticas

Para elaboração desta investigação, realizamos, inicialmente, uma pesquisa-piloto, levada a efeito no ano de 2009, na microrregião de Sobral, situada no Noroeste do Estado do Ceará, sob a denominação de “**Corpus de Expressões Idiomáticas de Sobral**” (doravante, CEIS-2009). Para tanto, contamos com adesão de alunos do Curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), através de atividade acadêmica decorrente de *uma prática de pesquisa sobre o idiomatismo popular*, em que foram registradas, por 43 entrevistadores (doravante, documentadores), cerca de 600 unidades fraseológicas evocadas, livremente, por adultos (e crianças), residentes naquela região. Cada documentador entrevistou 10 adultos e 10 crianças. Cada adulto evocou 5 unidades fraseológicas. As crianças interpretaram expressões idiomáticas do tipo “chutar o pau da barraca”, “entrar no pau”, “meter o pau (em)” e “mostrar com quantos paus se faz uma canoa”? A experiência de estudo, em sala de aula, e análise dos dados do CEIS-2009 foram interessantes e

gratificantes do ponto de vista acadêmico e nos renderam o arcabouço teórico-metodológico deste artigo.

Como professor de Linguística e língua estrangeira (espanhol), temos especial interesse pelos estudos fraseológicos, particularmente a relação entre fraseologia e memória episódica na perspectiva da Psicolinguística e da Linguística Cognitiva. Sabemos que o fraseologismo está presente em todas as línguas, sejam antigas ou modernas. Levando em conta a recorrência desse fato linguístico, o franco-suíço Ferdinand de Saussure, em seu **Curso de Linguística Geral** (1995) cuja primeira edição é datada de 1916, traz no Capítulo V (Relações sintagmáticas e relações associativas), especialmente o §2, uma seção sobre “relações sintagmáticas” em que estabelece as bases conceituais do que denominamos hoje de fraseologia, ramo linguístico posteriormente aprofundado por seu discípulo Charles Bally.

Interessante observar que Saussure, agora revisitado por nós para a elaboração deste artigo, diz ter encontrado nos estudos comparativos das línguas - o que nos leva supor que a língua francesa e o próprio sânscrito sejam contemplados nas suas primeiras postulações ou especulações fraseológicas - uma quantidade significativa de “expressões que pertencem à língua” (SAUSSURE: 1995, p.144), denominadas, por ele, de **frases feitas**, nas quais, segundo o linguista, o “uso proíbe qualquer modificação, mesmo quando seja possível distinguir, pela **reflexão**, as partes significativas” (ibidem, grifo nosso).

Foi graças, também, a Saussure que passamos a ver as expressões idiomáticas como manifestações de uma cultura: “Esses torneios não podem ser improvisados; são fornecidos pela **tradição**” (ibidem, grifo nosso) cuja evocação livre é “possível pela **lembrança** de um número suficiente de palavras semelhantes pertencentes à língua” (grifo nosso) e, ainda, na referida seção sobre os sintagmas, ressalta o Mestre de Genebra a natureza psicológica das “frases e grupos de palavras estabelecidos sobre padrões regulares” por terem, segundo assinalou em sua obra póstuma, uma “base na língua sob a forma de **recordações concretas**” (idem, p.145, grifos nossos).

A expressão saussuriana “recordações concretas”, interpretada por nós como intuições psicolinguísticas que, sob o enfoque cognitivista, podem ser traduzidas como “imagens ou lembranças decorrentes de experiências já vividas” nos aproxima do conceito que

temos de memória episódica: “memórias de eventos específicos, lugares ou situações ocorridas no passado” (THOMPSON: 2005, p.511). Aliás, o conceito de imagem acústica aplicado à noção de significante do signo linguístico é, no nosso entendimento, nascedouro da Psicolinguística em plena emergência do estruturalismo.

Charles Bally, discípulo de Saussure, prosseguiu com os estudos das chamadas “combinações livres”, propostas por seu mestre. Para ilustrar um dos inúmeros trabalhos recentes sobre a contribuição de Bally à Fraseologia, citaremos uma pesquisa da professora Cleci Regina Bevilacqua, em sua dissertação de mestrado “Fraseologia Jurídico-Ambiental” (UFRGS, 1996), sob a orientação de Maria da Graça Krieger, em que traz minucioso e interessante apanhado sobre as classificações semânticas dos fraseologismos propostas por Charles Bally, em seu **Traité de Stylistique Française**, publicado em 1909, em que situa as séries fraseológicas ou agrupamentos usais como “casos intermédios”, de difícil classificação no âmbito de seus estudos sobre as combinações, as livres e as indecomponíveis. Todavia, Charles Bally não abordou, suficientemente, na sua obra, a dimensão psicológica, intuitivamente, postulada por Saussure para os sintagmas, especialmente, os metafóricos. É certo, porém, Charles Bally esboçou um princípio psicológico de muita importância quando diz que são mais bem retidas na memória as palavras que vão juntas.

O fraseologismo, como o concebemos hoje, ao certo, nasceu com a linguística moderna de Saussure e, ao longo dos anos, objeto de atenção de Eugenio de Coseriu, em seu “**Linguística del texto: uma introdução a la hermenêutica del sentido**” (2007) que as chamou de “combinações feitas de signos” ou “discurso repetido” (Ibidem, p.201). A afirmação de Coseriu de que as expressões fixas, em que são incluídas, ao certo, as expressões idiomáticas, resultariam de “mera reprodução do já dito”, ouvido ou lido, isto é, quando um usuário recorre à unidade fraseológica, nos seus atos de fala, reproduziria algo que anteriormente já havia dito, o que significa, doutra maneira, que o “**discurso repetido**” está - para tomar uma definição de Richard F. Thompson (2005) - realmente, armazenado na memória de longo prazo do usuário, que tem uma “capacidade e duração ilimitadas” (Ibidem, p.511). As unidades fraseológicas, para Coseriu, são experienciadas por “determinada comunidade linguística” porque “muitos de membros as conhecem” (diríamos

que os falantes fazem o ‘**reconhecimento idiomático**’) e, “inclusive as **sabem de cor**” (p.202, p.202, tradução nossa).

Como dissemos, na introdução deste artigo, operacionalmente, entendemos as expressões idiomáticas como “enunciados fraseológicos” resultantes de uma “enunicação fraseológica”. Como enunciados fraseológicos, as expressões idiomáticas, linguisticamente, são unidades fraseológicas mais usais de uma língua numa dada sincronia. Para construção dessa definição, recorremos a posições teóricas da fraseodidática como as de Maria Luisa Ortiz Alvarez (2002); Stella E.O Tagnin (2005); Gretel Eres Fernández et alii (2004); Isabel González Rey (2007), DELBECQUE (2008) e Livia Márcia Tiba Rádís Baptista (2009). Estas pesquisadores apontam, em linhas gerais, a **idiomaticidade** e a **fixação** como os principais traços distintivos dos grupos fraseológicos uma vez que são “cristalizados, **memorizados**, prontos para uso, cujos constituintes perdem parcialmente ou totalmente suas propriedades semânticas, lexicais ou sintáticas” (NEVEU, 2008, p.167, grifo nosso). Corpas-Pastor (1996: 19-28), apud Matias (2008), enumera, pelo menos, cinco características para a classificação das unidades fraseológicas: (a) Polilexicalidade; (b) Cristalização; (c) Opacidade; (d) Não-composicionalidade (e) Idiomaticidade, definições e características que levamos em conta na seleção das unidades fraseológicas do CEIS-2009.

Como enunciados fraseológicos, diríamos, psicolinguisticamente, que as expressões idiomáticas são formas **memorizadas** resultantes de experiências corpóreas já vividas. E, como tais, não podem ser vistas apenas e, formalmente, como “frases feitas”, definitivamente acabadas, isto é, **frames** estocados em nossa mente, mas, substancialmente (outra vez, aqui, atualizaremos o conceito de substância de Saussure), são expressões que “metaforizam” nossas vivências.

Afinal, quando evocamos as expressões idiomáticas recorremos a qual das memórias de longo prazo? Presumimos que a memória episódica, separada da semântica, desempenharia este papel psicolinguístico **específico**. Grifamos específico para tentar isolar a memória episódica da memória semântica, das duas memórias declarativas de longo prazo. Para essa discussão, que não esperamos (ou esperamos?) que seja um pugilato, vamos caracterizar, aqui, mesmo com os limites de espaço, as duas memórias. Recorreremos a Stéphanie

Ehrlich (1979); Leonor Scliar-Cabral (1991, 2005); Rosemeire Selma Monteiro (2001); Alain Lieury (2001) Michael W. Eysenck e Mark Keane (2007); Robert. J. Sternberg (2008); Guy R. Lefrançois (2008); entre outros teóricos cuja abordagem é, explicitamente, a **cognitivista**.

Os autores supracitados apontam a memória episódica como um registro individualizado de uma informação (no caso, a unidade fraseológica denominada expressão idiomática) específico de aparecimento. Para Scliar-Cabral, “a memória episódica é necessária à conversão do conhecimento de experiências a **narrativas linguísticas**” (p.137, grifo nosso), o que equivale a dizer que as expressões idiomáticas são “narrativas linguísticas” (a que chamamos de enunciados, segundo a perspectiva de Récanati, 1998) diretamente relacionadas com a memória episódica. Aventurar-nos a dizer que sem a memória episódica, especificamente, conectada ao fraseologismo, não poderemos, no âmbito da Psicolinguística, postular uma memória específica para a **evocação e compreensão** das expressões idiomáticas.

A longa tradição dos estudos linguísticos sobre fraseologismo segue, ainda, enfoque estritamente lexicográfico ou estruturalista, inspirado nas postulações precursoras de Saussure e Charles Bally e a abordagem psicolinguística, proposta aqui neste artigo, eleva os estudos fraseológicos à categoria de objeto sob a “visão simbólica da cognição” e “hipóteses cognitivistas”, que é um avanço do ponto teórico-metodológico, recorrendo aos termos de MACEDO (2008). Mas, nessas alturas, reconhecemos a sedução que nos causa a perspectiva ou abordagem dos linguistas cognitivos ao analisarem o caráter de não-composicionalidade do idiomatismo das expressões fixas e a considerar, como fazem Cuenca e Hilferty (1999, p.116) e reconhecerem, nos componentes individuais das “frases idiomáticas”, um papel importante na interpretação das mesmas, graças ao que chamam de “composicionalidade transparente”: “As frases feitas não são um mero **saco de metáforas mortas** cuja estrutura interna não tem nada a ver com sua interpretação global” (Idem, p.121, tradução e grifo nossos).

Graças aos estudos dos linguistas cognitivos, acredita-se que “a compreensão da motivação metonímica ajuda na compreensão de metáforas e expressões idiomáticas”, conforme assinala Ferreira (2008, p.271). A questão da não-composicionalidade das expressões

idiomáticas, em favor da metáfora cognitiva, também vem à tona em estudos mais recentes, como os de Andrade (2008), que diz: “os significados dados às expressões idiomáticas não são arbitrários, mas têm base metafórica que decorre de esquemas de imagens e movimentos que emergem a partir de nossas experiências corpóreas”. Mas, eis que estamos em “terreno pedregoso” da Linguística Cognitiva e não iremos “com muita sede ao pote”, por razões, claro, óbvias: para este artigo, nosso referencial teórico restringe-se às descrições e explicações psicolinguísticas.

A **teoria dos roteiros** (scripts), também, chama-nos a atenção por ser aplicável aos estudos fraseológicos. Segundo Saraiva (2008, p.55), esta teoria dá conta da “organização e aplicação do conhecimento na compreensão do discurso, em termos de frames ou scripts” que “desempenham um papel importante na aquisição de modelos pessoais novos, ou na atualização dos velhos, visto que o **processo de recordação** envolve a recuperação de modelos anteriores da mesma espécie” (grifo nosso), o que pode explicar, no nosso entender, o significado literal (composicionalidade) dado pelas crianças às expressões idiomáticas, nos dados coletados pelo CEIS-2009. Os scripts merecem uma atenção na nossa análise das expressões idiomáticas quanto às estratégias especiais utilizadas pelas crianças para o processamento das unidades fraseológicas: “Embora os scripts geralmente ajudem a recordação, eles por vezes também a atrapalham porque um episódio que se encaixa em um script pode se fundir com ele, fazendo com que qualquer evento episódico perca sua distinção” (Flavel et alii, 1999, p. 209). Os **scripts**, então, seriam os responsáveis pelo caráter de composicionalidade dado pelas crianças às expressões idiomáticas, conforme verificamos no CEIS-2009?

Hipóteses psicolinguísticas para o processamento das unidades fraseológicas

Para este trabalho, partimos de hipóteses conhecidas do processamento psicolinguístico das unidades fraseológicas, a saber: (1) Hipótese de uma lista separada de expressões idiomáticas no léxico mental; (2) Hipótese da representação léxica; (3) Hipótese do acesso direto aos frasemas e (4) Hipótese da imagem idiomática.

A partir das descrições de González-Rey (2007); Corpas-Pastor (2001) e Monteiro-Platin (2008), testamos as hipóteses acima, a partir da tarefa de evocação livre das expressões idiomáticas, por meio de entrevista, procedimento metodológico bastante aceito por parte dos entrevistados e documentadores, para a coleta de dados do CEIS-2009. Temos alguns pontos a considerar após a análise das expressões idiomáticas, especialmente às relacionadas com a violência.

Começemos pela **hipótese de uma lista separada de expressões idiomáticas no léxico mental**. Por essa hipótese, somos levados a supor a existência de uma lista separada ou estocada de expressões idiomáticas que os falantes codificam e armazenam, de forma independente, no seu léxico mental. Como tais unidades têm um significado literal e idiomático, tornam-se ambíguas e requerem, portanto, dois modos distintos de processamento das unidades fraseológicas. Aqui se encontram os primeiros estudos de S. Bobrow e S. Belle (1973, apud CORPAS-PASTOR, 2001) sobre reconhecimento de unidades fraseológicas (UFS) fora do contexto, os quais foram refutados posteriormente.

O CEIS-2009 nos autoriza também a refutar esta hipótese acima. A análise dos dados preliminares da nossa pesquisa-piloto principalmente as entrevistas com nossos informantes, adultos de baixa instrução, e mais velhos, não nos indica qualquer nível de “ambiguidade” na hora de atribuir significado à unidade fraseológica apontada pelo entrevistador (Perguntamos assim, por exemplo,: o que o sr ou sra entendeu da expressão “**Fulano faz tempestade em copo d água**”?). A maioria dos entrevistados respondeu ao comando com resposta do tipo “É quando uma pessoa briga à toa por coisa pequena”, o que confirma a fraseologia consignada no dicionário Houaiss: “estardalhaço por motivo insignificante” .

Quando o falante evoca a expressão idiomática estocada em seu léxico mental, dá significado mais próximo ao dicionarizado e, estrategicamente, recorre, pragmaticamente, a contextos linguístico e situacional, e, assim, segundo podemos observar, aproxima-se da “interpretação correta” cristalizada no dicionário (Por exemplo, na pesquisa-piloto, um falante adulto evocou livremente “Estar com a faca e o queijo na mão” e atribuiu o seguinte significado “A pessoa faz algo do jeito que ela quer ou pensa”). Ao consultarmos Houaiss (“dispor dos

meios para impor uma vontade”), confirmamos, assim, o significado idiomático dado pelo falante sobralense à expressão idiomática.

Consideramos também à **hipótese da representação léxica**. Esta hipótese foi defendida, segundo Corpas-Pastor (2001), em 1979, por D. Swinney e A. Cutler em seu artigo “The access and processing of idiomatic expressions”. Considera que as unidades ou expressões fraseológicas são estocadas e recuperadas no léxico mental como qualquer outra expressão, sem a intervenção de nenhum mecanismo especial (GONZÁLEZ-REY, 2007, p.26 e Monteiro-Platin, 2008, p.244). Corpas-Pastor afirma que esta hipótese parte do pressuposto de que o reconhecimento de uma unidade fraseológica desencadeia as interpretações literal e metafórica dos frasemas, embora os experimentos, sobre o reconhecimento do léxico, baseada na velocidade da resposta dos falantes, parece, segundo a pesquisadora, indicar certa preferência pela leitura idiomática em primeiro lugar, conforme comprovaram, 1982, R. Estill e S. Kemper em seu artigo “Understanding Idioms”. A análise dos dados, especialmente as introspecções¹ dos nossos entrevistados, sugere-nos que os mesmos têm uma preferência por uma interpretação figurativa dos frasemas, isto é, de não-composicionalidade, uma vez que recorrem a um tipo de memória de longo prazo, a que reconhecemos e caracterizamos, por sua especificidade, como sendo a memória episódica, o que nos levou a transformar esta categoria como central na nossa pesquisa em fraseologia psicolinguística.

Analisamos os dados da pesquisa-piloto para a verificabilidade da **Hipótese do acesso direto aos frasemas**. Esta hipótese, segundo Glória Corpas Pastor (2001, p.34) teria resultado da “Hipótese da representação léxica”. Desloca a ênfase de uma suposta ambiguidade fraseológica para a convencionalidade e fixação das expressões idiomáticas. Esta hipótese admite que a compreensão e a produção de uma EF seria facilitada pelo caráter fixo e institucional das unidades fraseológicas, segundo González-Rey (2007: p.26) e Monteiro-Plantin (2008, p.244).

¹ Entendemos por introspecção a reflexão e a descrição que o falante faz durante a entrevista, isto é, sobre o que ocorre na sua mente durante a evocação das unidades fraseológicas. Durante a constituição do CEIS-2009, foi feita o seguinte comando aos falantes entrevistados: “*Que estratégias o sr. ou a sra. utilizou para lembrar de cada uma das expressões idiomáticas?*”.

Durante a aplicação da pesquisa-piloto, podemos observar que a maioria dos falantes adultos não apresentou dificuldade de dar o significado ao grupo fraseológico em questão e não deduzir o significado das expressões idiomáticas a partir dos significados isolados das palavras que o compõe. Os adultos não entenderam as expressões idiomáticas ao pé da letra, ao contrário das crianças. As crianças, ao serem indagadas “O que vocês entendem da expressão 'mostrar com quantos paus se faz uma canoa'”, responderam assim: “10 paus”, “20 paus”, “Depende da canoa, se ela for pequena ou grande”, “Eu nunca contei, mas deve ser uns vinte paus”, “Eu nunca vi ninguém fazendo uma canoa” etc. (CEIS-2009). No caso das crianças, o princípio da não-composicionalidade se constitui uma estratégia essencial na interpretação dos enunciados idiomáticos. Por isso, para este artigo, levaremos em conta (mas não exclusivamente) a fixação e a idiomaticidade como traços evidentes para o reconhecimento das expressões idiomáticas (BAPTISTA: 2009) e funcionam, doutra sorte, durante a tarefa de evocação livre, como estratégias facilitadoras de acesso ao significado das mesmas ainda que não sejam as mesmas interpretações canônicas dos dicionários de idiomatismos.

A **hipótese da não-composicionalidade frasêmica** assume que a interpretação de uma unidade fraseológica seria, inicialmente, literal, seguida da ativação de um mecanismo específico para seu reconhecimento, a partir do momento em que o falante reconhecesse sua não-composicionalidade semântica. (MONTEIRO-PLATIN, 2008, p.244). No caso dos nossos falantes-adultos, esta hipótese foi confirmada. Todavia, não foi confirmada esta hipótese para os falantes-crianças. O que nos chamou a atenção, também, é que o princípio da não-composicionalidade não foi levada em conta pelas crianças de 6 a 12 anos. Tomando a palavra de Cuenca e Hilferty (1999, p.116), diríamos, a partir dos dados coletadas pelo CEIS-2009, que a expressão idiomática do tipo **“mostrar com quantos paus se faz uma canoa”** (fraseologia que traduz, no regionalismo brasileiro, a ideia de “dar um castigo”, uma lição completa; fazer uma repreensão), aplicada aos menores, não foi interpretada como uma “metáfora morta”, dicionarizada, e sim, deram-na uma interpretação literal.

No caso desta hipótese, aproximamo-nos dos principais resultados da pesquisa de Raymond W. GIBBS JR sobre o papel do contexto e da convenção linguística (ou seja, a ligação arbitrária entre significado literal e o significado não-literal) na compreensão de expressões idiomáticas por crianças da primeira infância e por um grupo controle de adultos, relatadas em “Semantic Analyzability in Children's Understanding of Idioms” (1991), resumidamente aqui descritas:

(a) Independentemente da idade, o contexto tem um impacto substancial na compreensão expressão

(b) A convenção linguística tem um efeito às crianças maiores de 9 anos, mas não às crianças de 6 anos, e foi particularmente forte em adultos;

(c) O papel da familiaridade também apareceu na introdução no início dos 9 anos e continuou na idade adulta,

Consideramos necessária a verificação da hipótese da imagem idiomática. Esta hipótese psicolinguística presume que os aspectos psicolinguísticos da representação de imagens subjacentes às expressões idiomáticas. (MONTEIRO-PLATIN,2008, p.245). Podemos confirmar esta hipótese nos falantes-adultos de Sobral. A esse respeito, podemos observar que os entrevistados, especialmente as do sexo feminino, durante seus relatos indicam imagens mentais através da evocação de sua memória episódica, onde armazena eventos ou episódios experimentados pessoalmente (STERNBERG, 2008, p 174). No primeiro momento, disseram aos documentadores não terem nenhum tipo de motivação especial para evocar os frasesmas. Todavia, depois de alguns segundos, recordaram episódios ou momentos específicos de sua vida e neles, situaram as ocorrências das unidades fraseológicas em suas histórias de vida e cotidiano.

Contexto como estratégia de evocação das expressões idiomáticas em adultos e crianças

Havíamos solicitado aos entrevistados-adultos (homens e mulheres) que nos informassem, pelo menos, 05 expressões idiomáticas, evocadas livremente. Em seguida, fizemos o seguinte comando: “**Que mecanismo especial ou estratégia o sr. ou a sra. fez**

para lembrar (após atenderem a solicitação do entrevistador) das expressões idiomáticas solicitadas?”.

A seguir, exemplificaremos, aleatoriamente, algumas das respostas dadas a este comando acima, por cerca de 500 falantes da microrregião de Sobral, que nos parecem indicar “pistas ou indícios psicolinguísticos” do processamento das unidades fraseológicas dos entrevistados, o que chamaríamos aqui de “metáfora central do lembrar” (CATANIA, 1999, p.237), levando-nos a postular um modelo de memória (episódica) presente nos processos cognitivos que implicam em **codificação, armazenamento, recuperação** das unidades fraseológicas:

a) “Bem , quando você me pediu pra falar, eu lembrei de uma frase que **aconteceu há muito tempo atrás**” (J.N.F, 58 anos)

b) “Busquei na memória, mas não sei explicar como isso funciona. Só que **desde criança**, meus avós já falavam essas frases” (E.B, 50 anos).

c) “Eu acho que busquei na memória, **minha mãe falava bastante essas expressões**. De vez em quando eu também faço uso. Foi engraçado você me perguntar isso, automaticamente comecei a lembrar de várias” (A.P.S, 48 anos)

d) “**Lembrei das badernas** que tinha quando eu morava no bairro do Alto Novo” (Dom José, em Sobral) (H.D.C, 42 anos)

e) “**Lembrei de algumas situações vividas** no cotidiano nas quais precisei utilizá-las” (A.F.R, 42 anos)

f) “**Lembrei-me de um assassinato** que houve no meu bairro” (J.N.A., 44 anos)

g) “Retornei ao passado, **tempo de menina** quando ouvia as pessoas falarem” (M. J. F. M., 55 anos)

As respostas dos falantes do CEIS-2009 nos evidenciam que, na perspectiva de uma teoria “*múltiplos sistemas de memória*”, há uma memória episódica durante a convocação e evocação das expressões idiomáticas. A postulação de uma memória episódica, distinta da semântica, na década de 70 do século passado, foi definida por Endel Tulving (apud STERNBER, 2008,p 174). Dorsh (2008), em seu dicionário, corrobora com esta teoria de multiarmazenamento, ao definir a memória episódica como aquele tipo que armazena informações (definição aplicável ao processamento das unidades

fraseológicas) dentro de um contexto determinado e limitado no tempo e no espaço. (p.310).

No caso das lembranças das unidades fraseológicas pelos entrevistados-adultos do CEIS-2009, postulamos que a memória episódica vem à tona conforme podemos ler nos relatos orais dos falantes adultos do CEIS-2009 (posteriormente transcrito para o papel) durante suas introspecções. Vejamos o que diz Robert J. Sternberg (2008) sobre a memória episódica: “De acordo com Tulving, usamos memória episódica quando aprendemos **listas de palavras** (grifo nosso) ou quando precisamos recordar algo que nos ocorreu em um determinado momento ou em um contexto específico” (p 174). Portanto, salienta-nos o papel da memória episódica nas unidades fraseológicas, por ele, por extensão, chamadas de “lista de palavras”.

A teoria da memória episódica, desenvolvida, originalmente, por Tulving (1972), afirma que toda vez que uma palavra (ou unidade léxica ou simplesmente uma lexia), como, por exemplo, a palavra “boca” (no CEIS-2009, por um único documentador da cidade de Forquilha, foram registradas 15 ocorrências de unidades fraseológicas que trazem a palavra “boca”), é “apreendida numa lista” e torna-se objeto de um registro específico que a individualiza em relação a outros contextos. (LIEURY: 2001, P.95). Alain Lieury defende uma espécie de “teoria do encaixe da memória episódica na memória semântica”, postulação, aos nossos olhos, bastante razoável. Na verdade, a esse respeito, levantamos esta interrogação: *as expressões idiomáticas memorizadas no léxico mental dos falante resultam de um encaixamento da memória episódica na memória semântica?*

Sabemos que é bastante polêmica a tese de distinção entre as duas memórias (semântica e episódica), todavia a existência de uma memória episódica é um fato, o que resta saber é se é ou não uma forma especializada de memória semântica ou declarativa, ou, se estas resultariam da própria memória episódica.

Aqui, por hora, os dados da introspecção dos entrevistados do CEIS-2009 indicam à luz do conceito operatório da Psicolinguística, que a memória episódica se constitui um mecanismo ou estratégia específica de **codificação, armazenamento e recuperação** das unidades fraseológicas, especialmente as expressões idiomáticas. As expressões idiomáticas seriam codificadas com “**assimetria**

sintagmática” por interferência da memória episódica. O CEIS-2009 aponta, por exemplo, a **assimetria** de codificação/recuperação hemisférica, o que podemos constatar através de variantes idiomáticas (por exemplo, as frases feitas geradas a partir do substantivo “boneco” - ainda não lexicalizada nos dicionários de referência como Houaiss ou Aurélio), que traduzem bem a idiossincrasia dos cearenses de Fortaleza, graças aos programas populares de televisão). O CEIS-2009 traz amostras dessa assimetria sintagmática como botar/botando, incluindo intensificadores como “muito”, em frases do tipo” “Ele está **botando boneco**”; “Eu não gosto de quem **bota boneco** à toa” e “Meu irmão **bota muito boneco** quando tá bêbado”.

Os estudos de José Alves Fernandes (2000) nos sugerem essa “assimetria idiomática” através de um copioso registro de “formas opcionais representadas por inúmeras lexias compostas e complexas, constitutivas de adágios, ditos proverbiais e expressões fraseológicas” (p.12). Fernandes cita, por exemplo, as seguintes “formas opcionais” (na verdade, variantes fraseológicas): “com quantos paus se faz uma cangalha/com quantos paus se faz uma jangada/de que pau é a canoa”. No caso do estudo de Fernandes, dezenas de unidades fraseológicas são devidamente datadas e abonadas, dois procedimentos da lexicologia. Numa palavra, postulamos que, graças à assimetria sintagmática de inúmeras unidades fraseológicas, falaremos, do ponto de vista sociolinguístico, em dialetismo regional. É o fraseologismo, condicionado por fatores sociais e culturais, que evidencia, nos lugarejos, distritos, metrópoles, cidades interioranas, nos estados e no país, os traços idiomáticos e idiossincrásicos de determinado grupo sociocultural.

A compreensão das expressões idiomáticas relacionadas com a violência

A partir de uma amostra de unidades fraseológicas, evocadas livremente por adultos, podemos sistematizar alguns dos matizes semânticos possíveis em fraseologias relacionadas com a violência:

(a) **Fraseologia com significado de constrangimento:** observamos que, em nível de linguagem, o constrangimento pode se manifestar em duas situações: (a) quando a fraseologia sugere

violência física ou moral exercida contra alguém, portanto, coação e (b) quando a fraseologia indica uma situação moralmente desconfortável; embaraço, vergonha, vexame. Uma pessoa, através da linguagem, pode muitas vezes exercer intimidação moral contra outra. A intimidação ocorre, em geral, em duas situações: (1) em expressões que provocam ou fazem a pessoa sentir apreensão, receio ou temor e (2) Quando a expressão é capaz de causar ou sentir constrangimento, timidez. São verbos que expressam a intimidação: acanhar, acovardar, ameaçar, amedrontar, assombrar, assustar, atemorizar, cominar, espavorir, transir.

(b)**Fraseologia com significado de discricionaridade:** A linguagem pode ser um meio eficaz para “exercício injusto ou discricionário, geralmente, ilegal, de força ou de poder”, como ocorre, nos regimes militares, com o *golpe de Estado*. O aspecto discricionário corre, em nível de fraseologia, cria na pessoa uma atmosfera de restrições e limitações. Os ditadores, por exemplo, por excelência, exercem um poder discricionário sobre as pessoas.

(c)**Fraseologia com significado de fúria:** A violência de linguagem ou de sentimentos de uma pessoa contra outra pode ser traduzida como uma “força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria, veemência”. A fúria, em linguagem fraseológica, expressa-se em situação de exaltação violenta de ânimo. São palavras que traduzem ideia de fúria: braveza, cólera, danação, enfurecimento, enraivecimento, exuberância, fereza, ferocidade, furor, gana, ira, irritação, ódio, raiva, rancor, sanha, selvageria, veemência, violência, zanga; Através da linguagem, uma pessoa pode praticar “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”

(d)**Fraseologia de significado de fúria:** Viver num ambiente de hostilidades e estigmatização linguística pode caracterizar um “cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania”, como ocorreu nos ambientes autoritários. Do ponto de vista jurídico, a coação, em linguagem, pode ocorrer em situação que haja constrangimento, violência física ou moral imposta a alguém para que faça, deixe de fazer ou permita que se faça alguma coisa.

Podemos, também, observar como se caracterizam, formal e estruturalmente, as fraseologias da violência:

1. Dimensão metafórica: as unidades fraseológicas, de modo geral, trazem uma carga metafórica muito forte uma vez que do sentido próprio de algumas lexias simples (mão, cara) ao figurado através de lexias compostas (locuções).

2. Emprego regional: as expressões se caracterizam por frasemas, palavra ou locução (dialetismo vocabular) ou acepção (dialetismo semântico) privativa de determinada região dentro do território onde se fala a língua.

3. Natureza fraseológica: observamos que a maioria das unidades fraseológicas são formas ou expressões cristalizadas, cujo sentido geralmente não é literal.

4. Sentido figurado: as unidades fraseológicas relacionadas à violência indicam sentido derivado do sentido primitivo de uma palavra (lexia simples), que supõe uma comparação implícita de qualquer ordem (metáfora), ou uma associação por contiguidade (metonímia), ou uma extensão do significado original.

5. Uso informal: os frasemas abarcam variantes linguísticas que em outros dicionários são classificadas como *popularismo*, *plebeísmo*, *gíria*, *linguagem familiar*, *linguagem infantil* etc.. Constatamos que popularismo desse tipo de unidade fraseológica resultam do emprego ou uso das mesmas a partir do seu repertório ou dialeto social da população com pouca instrução e que não faz parte do uso culto formal. Na verdade, poderemos dizer que, a rigor, há nessas unidades fraseológicas, um plebeísmo, isto é, são expressões típicas do *dialeto* das classes populares ou dos *registros* distensos da fala culta, e tidos frequentemente pela comunidade falante como grosseiros, algo grosseiros, vulgares ou triviais, mas que, alguns deles, não chegam a ser tabuizados.

6. Uso tabuístico: no exemplário de unidades fraseológicas, relacionadas com a violência, constatamos que muitas expressões se caracterizam por um tabuísmo uma vez que, socialmente, as consideramos como chulas, grosseiras ou ofensivas demais na maioria dos contextos. Algumas delas, podem ser mesmo chamadas de palavrões e afins, e referem-se geralmente ao metabolismo (*cagar, mijar, merda*), aos órgãos e funções sexuais (*caralho, pica, boceta 'vulva', colhão, cona, foder, crica, pachoucho* etc.), incluem ainda disfemismos pesados como *puta, veado, cabrão*, expressões tabuizadas (*puta que pariu*) etc. O tabu idiomático, em

geral, decorre, da influência da instituição religiosa que faz uma interdição cultural e/ou religiosa quanto a determinado uso, comportamento, gesto ou linguagem. A violação desse interdito acarreta, supostamente, castigo divino, que pode recair sobre o culpado ou sobre seu grupo.

Eis então uma amostra de um minivocabulário de expressões idiomáticas motivadas por temas relacionadas com a violência evocadas por adultos durante a constituição do corpus de nossa pesquisa-piloto:

Quadro I – Minivocabulário de expressões idiomáticas

LEXEMAS	IDIOMATISMOS	SIGNIFICADO IDIOMÁTICO
ÁGUA	ferver em pouca água (fraseologia)	zangar-se, irritar-se facilmente ou por motivos insignificantes
CABEÇA	perder a cabeça	perder a calma, agir irrefletidamente
CABEÇA	querer a cabeça de	(1) querer a captura e/ou a morte de (alguém) e (2) exigir a demissão de (alguém)
CABELO	de cabelo na(s) venta(s) (informal)	(1) decidido, ousado, valente e (2) irritadiço, mal-humorado; brigão
CACHORRO	soltar os cachorros	expressar ira, mau humor; comportar-se com agressividade
CACHORRO	soltar os cachorros em ou para cima de (Regionalismo/informal).	dirigir-se a (algo ou alguém) agressivamente e esp. vociferando; insultar, admoestar
CADÁVER	passar por cima do cadáver de	matar
CÃO	viver como cão e gato (fraseologia)	viver às turras; estar sempre brigando
CARA	cara de tacho (informal)	expressão de rosto encabulada ou aturdida, diante de fato inesperado e/ou desagradável

CU	ficar com o cu na mão (fraseologia/tabuísmo)	ficar apavorado, cheio de medo
DENTE	mostrar os dentes a	demonstrar agressividade a (alguém)
FACA	pôr a faca no peito de (fraseologia/informal)	exigir uma atitude de; constranger, encostar na parede
FALAR	falar grosso	mostrar-se duro, irredutível ou autoritário (com outrem) (2) bancar o valente; não se intimidar
FAVA	mandar às favas	mandar embora, livrar-se de (alguém ou algo que importuna ou atrapalha); mandar pentear macacos
GRITO	no grito (Regionalismo:/informal)	de modo violento, à força; na marra
LENHA	deitar ou pôr lenha na fogueira	açular uma disputa, um desentendimento
MÃE	falar na mãe de (fraseologia)	ofender (alguém), insultando-lhe a mãe
MÃO	dar a(s) mão(s) à palmatória	reconhecer ter sido vencido ou estar enganado
MÃO	levantar a(s) mão(s) para	tentar bater em
MEDO	não ter medo de caretas (fraseologia)	não se deixar intimidar
ONÇA	ficar uma onça (Regionalismo)	Mesmo que: virar onça
ONÇA	virar onça (Regionalismo)	ficar irado, enfurecido; ficar uma onça
OSSO	osso duro de roer (informal/Regionalismo)	(1) diz-se de pessoa destemida, valentona; carne de pescoço e (2) penoso de suportar, aceitar etc.
PATO	pagar o pato	(1) sofrer as consequências de atos praticados por outra pessoa e (2) pagar as despesas feitas por outra pessoa.

PAU	chutar o pau da barraca (Regionalismo/informal)	deixar de medir as consequências de qualquer ato; engrossar, entornar o caldo
PAU	quebrar o ou um pau (Regionalismo/informal)	haver briga, desentendimento e/ou desforço pessoal
PAU	mostrar com quantos paus se faz uma canoa fraseologia (Regionalismo)	dar um castigo, uma lição completa; fazer uma repreensão
PAU	ficar pau da vida (Regionalismo/informal, tabuísmo)	ficar furioso
PAU	cantar o pau (Regionalismo/informal)	ocorrer pancadaria, briga; comer o pau
PAU	entrar no pau (Regionalismo/informal)	apanhar uma sova ou lutar
PAU	escreveu não leu o pau (Regionalismo)	se o combinado não for cumprido, haverá punição
PEGAR	pega pra capar	grande tumulto ger. com agressões físicas
PRATO	cuspir no prato em que comeu (informal)	demonstrar ingratidão
PRATO	pôr em pratos limpos	aclarar (uma questão, um fato confuso e suspeito), sem deixar nenhuma dúvida; esclarecer, deslindar
PUA	sentar a pua (Regionalismo/informal)	1 ser ríspido ou violento; agredir (2) agir com determinação, energia; mandar brasa
PUTO	puto da vida (Regionalismo: /informal ou tabuísmo)	zangado, irritado; pê da vida, puto
PUTO	ficar puto (Regionalismo/informal ou tabuísmo)	ter muita raiva ou irritação; zangar-se, irar-se
RABO	Meter o rabo entre as pernas (fraseologia/sentido figurado/informal)	ficar calado, por se sentir sem razão, culpado ou amedrontado

RABO	ter o rabo preso (sentido figurado/ Regionalismo/Us: informal).	ter o que esconder por agir de modo impróprio
RAÇA	acabar com a rabo de (alguém)(Regionalismo/informal)	matar, destruir
SACO	encher o saco (regionalismo/informal)	enfadar(-se), chatear(-se), amolar(-se)
SACO	de saco cheio (Regionalismo/informal)	enfasiado, amolado, aborrecido.
SACO	com (ou sem) saco	com (ou sem) paciência e/ou disposição para algo
SANGUE	ferver o saco a (sentido figurado)	experimentar um profundo sentimento de indignação, revolta
SANGUE	ter sangue nas veias (sentido figurado)	Mesmo que: <i>ter o sangue quente</i>
SANGUE	ter sangue de barata (sentido figurado)	não reagir a provocações e ofensas
SANGUE	ter sangue na guelra (sentido do figurado/Regionalismo)	Mesmo que: <i>ter o sangue quente</i>
SANGUE	subir o sangue à cabeça (sentido figurado)	perder a serenidade; enfurecer-se

Eis uma pequena amostra da interpretação dada por crianças na primeira infância à expressão idiomática “ **mostrar com quantos paus se faz uma canoa**”

Quadro II – Compreensão da expressão idiomática em Mucambo (CE)

Mostrar com quantos paus se faz uma canoa	
Nome das crianças e idade	Interpretação (literal/idiomática)
M.L, 06 anos	1000 paus
C.P, 06 anos	60 paus
T.F, 10 anos	Um ditado popular para aquietar as pessoas
M.J, 06 anos	Que eles querem brigar
F.A, 06 anos	14 paus
J.D, 06 anos	Porque eles estão com raiva (vi na TV)

A.S, 06 anos	3 paus
M.D, 06 anos	4 paus
E.M, 10 anos	Quando está com raiva de mim

Quadro III – Compreensão da expressão idiomática em Sobral (CE)

Mostrar com quantos paus se faz uma canoa	
Nome das crianças e idade	Interpretação (literal/idiomática)
L.V, 9 anos	“Significa que eu também tenho que ficar com raiva”
L.B, 10 anos	“Vô se vingar do que ela falou comigo.”
P.I, 11 anos	“Significa que eu vô dar porrada em alguém.”
V.L, 11 anos	Não compreendeu a expressão
A.F, 11 anos	“Que a gente tem que resolver com a outra o que ela causou com a gente.”
E.S, 11 anos	“Briga.”
G.A, 7 anos	“Briga.”

Quadro IV – Compreensão da expressão idiomática no Ipu (CE)

Mostrar com quantos paus se faz uma canoa	
Nome das crianças e idade	Interpretação (literal/idiomática)
L.G, 10 anos	É que ele vai dar uma lição.
A.M, 08 anos	Que o outro vai apanhar.
R.M, 07 anos	Que a pessoa vai aprender alguma coisa.
I.G, 06 anos	Que a canoa faz com muitos paus.
J.M, 07 anos	Que a pessoa agora vai aprender alguma coisa.
C.D, 07 anos	Que eu vou apanhar.
C.N, 09 anos	Que vai ter uma lição
L.G, 05 anos	Que a pessoa vai mostrar como se faz uma canoa.
K.G, 08 anos	Que a pessoa agora vai ver.

Considerações finais

A análise dos dados coletados nos levar a postular que os falantes da microrregião sobralense recorrem à memória episódica para a evocação das unidades fraseológicas, especialmente as expressões idiomáticas, mais cristalizadas e memorizadas, na cultura popular. John Langshaw Austin, em seu “**Quando dizer é fazer: palavras e ação**” (1990) diz que as “declarações”, a que estendemos aqui para as expressões idiomáticas, chamadas pelo filósofo de “proferimentos”, não indicam particularmente a realidade relatada pois são “usadas para indicar (e não para relatar) as **circunstâncias** em que a declaração foi feita, as **restrições** às quais está sujeita ou a maneira como deve ser recebida, ou coisas desse teor” (p.23, grifos nossos).

Tomando os aportes teóricos de Ricard F. Thompson (2005), os relatos contidos no CEIS-2009 indicam que entrevistados-adultos, durante o processamento das unidades fraseológicas, acessam à memória episódica uma vez que evocam “lembranças de coisas acontecidas em sua experiência” (p.362), em contraste com a memória semântica que não leva em conta o **tempo** no armazenamento das informações.

A distinção entre a memória episódica e a memória semântica, encontra acolhimento em Springer (2008), que considera como dois tipos de memória de longo prazo, posição teórica a que, também, aderimo-nos. Segundo Springer, a memória episódica “registra informações sobre eventos específicos dentro do contexto de outros eventos durante a vida de uma pessoa” (p.207), enquanto a memória semântica implica, como dissemos, num conhecimento do mundo ou cosmovisão do falante, envolvendo, assim, os fatos, os conceitos, as regras e os significados. Tal posição tem recepção nos aportes teóricos de Eysenck e Keane (2007) posto que veem na memória episódica a evocação das experiências pessoais ou episódios que aconteceram em um determinado lugar em um momento específico (p.577), ou, simplesmente, entendem-na como “memória para eventos específicos”. Poderíamos dizer ainda que a postulação cognitivista

de que memória declarativa de longo prazo possui duas memórias, a semântica e a episódica, significa considerar que as mesmas funções distintas durante o processamento fraseológico.

Para Guy R. Lefrançois (2008, p.320), enquanto a memória semântica se caracteriza por ser um “conhecimento estável sobre o mundo”, a memória episódica traz como principal traço distintivo um “conjunto de conhecimento que diz respeito à memória pessoal dos fatos vividos pelo indivíduo”, não sendo, pois, abstratas, mas “memórias específicas ligadas ao tempo e espaço” também, chamada por ele, de *memória autobiográfica* uma vez que “sempre envolve a pessoa num certo tempo e espaço”, características que podemos comprovar nos frasesmas coletados pelo EIS-2009.

Durante o relato dos falantes-adultos, no CEIS-2009, constatamos que ao fazerem uma introspecção sobre estratégia para recorrerem, livremente, à memória, afirmaram ter uma espécie de **déjà-vu**, isto é, acreditam ter “vivido” alguma coisa com relação ao frasesma evocado: “relembrei coisas do passado ou algo que alguém me falou, ou até mesmo que eu falei para certas pessoas” (I. F. S., 32 anos) ou do tipo “Tenho lembrança que devo ter ouvido no decorrer da vida” (P.F.S, 43) ou “Deve ser porque vivi um fato interessante”. (A. G. N., 53).

Quanto aos falantes-crianças, presentes no CEIS-2009, podemos observar estratégias do contexto ou situação ou da própria memória episódica quando vão dar o significado a frasesmas do tipo “Mostrar com quantos paus se faz uma canoa”: “Ah! Minha vó diz isso **quando** está brava, mas nunca perguntei o que é” (M.R.C, 6 anos); “A minha mãe fala **quando** quer me contrariar” (B.A.S, 10 anos); “Se diz isso quando duas pessoas estão com muita raiva uma da outra, e começam a discutir” (M.W.S,S, 10 anos) e “**No dia** que minha mãe falou isso pra mim foi porque ela tava com raiva porque eu não tinha feito minha atividade de casa, ela estava furiosa e **me colocou** de castigo” (G.P.L, 8 anos).

Referências

- ANDRADE, Raquel e MACEDO, Ana Cristina Pelosi de. “**Só o mi disbuiado** – uma análise cognitiva”. Disponível em Internet: http://www.lexicom.es/drupal/files/resumos_ceara_2008.pdf. Acesso em 23/09/2009
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de Aragão . “**A linguagem regional popular no nordeste do Brasil: aspectos léxico**”. Disponível em Internet: <http://www.profala.ufc.br/Trabalho2.pdf>. Acesso em 13/10/2009.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de e SOARES, Maria Elias. (Coords.). “**O léxico das plantas medicinais no Nordeste: uma abordagem etnolinguística**”. Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL. Grupo de Estudos Linguagem e Cultura – GELC. [Projeto de Pesquisa]. Disponível em Internet: <http://www.ppgling.ufc.br/> . Acesso em 13/10/2009.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. “**Motivações significativas de itens lexicais da linguagem regional-popular nos atlas linguísticos regionais brasileiros**”. Programa de Pós-Graduação em Letras. João Pessoa (PB), 2006. [Projeto de Pesquisa]. Disponível em Internet: <http://www.ppgling.ufc.br/>.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução e apresentação à edição brasileira de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAPTISTA, Livia Márcia Tiba Rádis. Tratándose de expresiones idiomáticas, ¡no te rompas la cabeza ni busques cinco pies al gato!. In **redELE revista electrónica de didáctica/ español lengua extranjera**. NÚMERO 6. Disponível em Internet: <http://www.educacion.es/redele/revista6/LiviaMarcia.pdf>. Acesso em 17/07/2009.
- BEVILACQUA, Cleci Regina. “**Fraseologia jurídico-ambiental**”. Disponível em Internet: http://www6.ufrgs.br/termisul/biblioteca/dissertacoes/dissertacao_1996_BEVILACQUA.pdf. Acesso em 12/09/2009.
- CABRÉ, María Teresa. **La terminología: teoria, metodología, aplicaciones**. Traducción de Carlos Tebé. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.
- CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

CATANIA, A. Charles. **Aprendizagem**: comportamento, linguagem e cognição. 4ª ed. Tradução de Deisy das Graças de Souza. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CORPAS-PASTOR, Gloria. “Corrientes actuales de la investigación fraseológica em europa”. In **Euskera** – XLVI, 2001,1. Disponível em Internet: <http://www.euskaltzaindia.net/dok/euskera/25886.pdf>. Acesso em 17/07/2009.

CORPAS-PASTOR, Gloria. “**Re: La fraseología en la perspectiva psicolinguística**”. [Comunicação pessoal]. Mensagem recebida por Vicente Martins: vicente.martins@uol.com.br. Saturday, October 31, 2009 4:23

COSERIU, Eugenio. **Linguística del texto**: introducción a la hermenêutica Del sentido. Edición, anotación e estudio prévio de Oscar Loureda Lamas. Madrid: Arco/Libros: 2007.

COSTA, José da Luz da. “**Pré-fabricados linguísticos**: estrutura e funcionamento dos sintagmas verbais idiomatizados” (UFRN, tese de doutorado, 2007). Disponível na Internet: http://btdt.bczm.ufrn.br/tesesimplificado//tde_arquivos/20/TDE-2008-09-03T055515Z-1371/Publico/JoseLC.pdf. Acessado em 05/09/2009

CUENCA, Maria Josep e HILFERTY, Joseph. **Introdução a la linguística cognitiva**. Barcelona: Ariel Linguística, 1999.

DELBECQUE, Nicole. **A linguística cognitiva**: compreender como funcionar a linguagem. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

DIAS, Cláudia. “**Pesquisa qualitativa** : características gerais e referências”. Disponível em Internet: <http://www.dfi.ccet.ufms.br/prrosa/metodologia/qualitativa.pdf>. Acesso em 12/09/2009.

DORSCH, Friedrich et alii (Edit.). **Dicionário de Psicologia Dorsch**. 3ª ed. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão e equipe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DUBOIS, Jean et alii. (Org.). **Dicionário de linguística**. Direção e coordenação geral de tradução de Izidoro Blikstein et alii. São Paulo: Cultrix, 1993.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica e tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Ponts, 1987.

EHLRICH, Stéphane. **Aprendizagem e memória humanas**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

EYSENCK, Michael W. e KEANE, Mark. T. **Manual de psicologia cognitiva**. 5ª ed. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FARIAS, Emília Maria Peixoto. “**Metáfora, dicionário e ensino**”. Disponível em Internet: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/ojs/index.php/fale/article/view/5769/4346>.

FERNANDES, José Alves. **Dicionário de formas e construções opcionais da língua portuguesa**. Fortaleza: EUFC, 2000.

FERNÁNDEZ, Gretel Eres et alii. (Coord.). **Expresiones idiomáticas: valores y usos**. São Paulo: Ática, 2004.

FERREIRA, L. C. A Teoria da Metáfora Conceptual Revisitada. *Revista Intercâmbio*, volume XVII: 265-280, 2008. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x. Disponível em Internet: http://www.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/artigos_xvii/19_luciane_ferreira.pdf. Acesso em 15/09/2009.

FLAVELL, John H., MILLER, Patricia H. e MILLER, Scott A. **Desenvolvimento cognitivo**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GONZÁLEZ-REY, I. **La didactique du français idiomatique**. Fernelmont: E.M.E, 2007.

GONZÁLEZ-REY, María Isabel . **A fraseodidáctica: un eido da fraseoloxía aplicada**. IN *Cadernos de fraseoloxía galega*, ISSN 1698-7861, Nº. 6, 2004, pgs. 113-130. Disponível em Internet: <http://www.cirp.es/pub/docs/cfg06.pdf>. Acesso em 12/09/2009.

GONZÁLEZ-REY, Maria Isabel. (dir.). **Adquisición de las expresiones fijas: metodología y recursos didácticos** Idioms Acquisition methodology and didactic resources. Fernelmont: E.M.E. 2007.

GONZÁLEZ-REY, María Isabel. “**RE: Fraseologia y la memoria episódica**”. [Comunicação pessoal]. Mensagem recebida, com anexo em PDF, por Vicente Martins: vicente.martins@uol.com.br November 12, 2009 6:22 PM.

GONZÁLEZ-REY, María Isabel. **A fraseodidáctica e o Marco europeo común de referencia para as linguas**. In *Cadernos de fraseoloxía galega*, ISSN 1698-7861, Nº. 8, 2006, pgs. 123-146. Disponível em Internet: <http://www.cirp.es/pub/docs/cfg08.pdf>. Acesso em 12/09/2009.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, Projeto e Relatório, publicações e trabalhos científicos. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEFRANÇOIS, Guy R. **Teorias da aprendizagem**. Tradução de Vera Magyar. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LIEURY, Alain. **Memória e aproveitamento escolar**. Tradução de Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Loyola, 2001.

MACEDO, Ana Cristina Pelosi de. Cognição e linguística. In MACEDO, Ana Cristina Pelosi de; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes e FARIAS, Emilia Maria Peixoto. (Orgs.). **Cognição e linguística**: explorando territórios, mapeamentos e percursos. P. 9-37.

MATIAS, Luciana. “**Expressões idiomáticas corporais no dicionário Bilingue de Uso Português Espanhol – DIBU**”. (Mestrado: UFSC, 2008). Disponível em Internet: http://www.pget.ufsc.br/curso/dissertacoes/Luciana_Correa_Matias_-_Dissertacao.pdf.

MONTEIRO, Rosemeire Selma. **A estruturação da memória semântica: os desafios do letramento e da escolarização**. Tese de doutorado. UFSC Florianópolis, 2001. Disponível em E-MAIL:

MONTEIRO-PLANTIN, Rosemeire. “RE: Memória Semântica. a sua Tese de Doutorado” [Comunicação pessoal]. Mensagem recebida por Vicente Martins com anexo em doc. November 10, 2009 5:32 PM.

MONTEIRO-PLATIN, Rosemeire. Uma contribuição à fraseodidática do francês como língua estrangeira. **Acta Sci.Lang. Cult.** Maringá, v.30, n.2, p.243-245, 2008. Disponível em Internet: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/4987/4987>. Acesso em 17/07/2009.

NEVEU, Franck. **Dicionário de ciências da linguagem**. Tradução de Albertina Cunha e José Antônio Nunes. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

ORTÍZ ALVAREZ, M.L. “**Os fraseologismos como expressão cultural: aspectos de seu ensino em PLE**”. Disponível em Internet: http://www.let.unb.br/mlortiz/documentos/artigos/artigos_pdf/fraseolog...pdf. Acesso em 17/07/2009.

ORTIZ-ALVAREZ, Maria Luisa. Os fraseologismos como expressão cultural: aspectos de seu ensino em PLE. In CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti e SANTOS, Percília. (Orgs.). **Tópicos em português Língua Estrangeira**. Brasília: UnB, 2002.

QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS – Aprendizagem, Ensino, Avaliação. Porto: Conselho da Europa/ASA, 2001. Disponível em Internet: http://www.ccl.pt/attachments/258_N%C3%ADveis%20dos%20cursos%20de%20l%C3%ADnguas%20no%20CCL.pdf. Acesso em 08/06/2009.

RÉCANATI, Françoise. Conteúdo semântico e conteúdo cognitivo dos enunciados. In ANDLER, Daniel. (org.) **Introdução às ciências cognitivas**. São Leopoldo: Unisinos, 1988. P.211-235.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção e a narração. 2ª ed. Tradução de Mário Pontes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

SARAIVA, Alexsandro Macêdo. “Cognição e categorização: uma revisão teórica”. In MACEDO, Ana Cristina Pelosi de. Cognição e linguística. In MACEDO, Ana Cristina Pelosi de; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes e FARIAS, Emília Maria Peixoto. (Orgs.). **Cognição e linguística**: explorando territórios, mapeamentos e percursos. P. 39-70.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995. , Jean et alii. (Org.). **Dicionário de linguística**. Direção e coordenação geral de tradução de Izidoro Blikstein et alii. São Paulo: Cultrix, 1993.

SCLIAR CABRAL, Leonor. Linguagem e cognição no processamento verbal. In MIRANDA, Neusa Salim e NAME, Maria Cristina. (Orgs.). **Linguística e cognição**. Juiz de Fora: UFRJ, 2005. P.211-219.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Introdução à psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1991.

SPRENDGER, Marilee. **Memória**: como ensinar para o aluno lembrar. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SPRINGER, Sally P e DEUTSCH, Georg. **Cérebro esquerdo, cérebro direito**: perspectivas da neurociência cognitiva. 5ª ed. São Paulo: Gen/Santos, 2008.

STERNBERG, Robert J. **Psicologia cognitiva**. 4ª ed. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STREHLER, René G. “Fraseologia e Cultura”. In **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, 48(1): 9-21, jan/jun.2009. Disponível em PDF na Internet: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v48n1/02.pdf>. Acesso em 17/07/2009.

TAGNIN, Stella E.O. **O jeito que a gente diz**: expressões convencionais e idiomáticas. Inglês e português. São Paulo: Disal, 2005.

TAUSSI, Irene e WAGNER, Gabriela Peretti. “Memória explícita e envelhecimento”. In PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta et alii. **Cognição e envelhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2006. P.67-84

THOMPSON, Richard F. **O cérebro: uma introdução à neurociência**. 3ª ed. São Paulo: Santos, 2005.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

O FENÔMENO DA LEXICALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DAS EXPRESSÕES CRISTALIZADAS VERBAIS

Introdução

No âmbito dos estudos fraseológicos, a fixação é o processo de gramaticalização mediante o qual se consolida paulatinamente o uso, exclusivo ou não, de certas palavras de uma expressão dada até formar-se um significado conjunto indecomponível ou não composicional.

As características globais das unidades fraseológicas, decorrentes de um continuum de gramaticalização e lexicalização, são fundamentalmente as seguintes: (a) a pluriverbalidade, por tratarem de expressões formadas por várias palavras; (b) a institucionalização, caracterizam-se por estarem institucionalizadas na langue e na parole; (c) a fixação, por serem estáveis em graus diversos; (d) especialização semântica, por apresentarem certa particularidade sintática ou semântica; e (e) a lexicalização, pela possibilidade de variação de seus elementos integrante, seja com variantes lexicalizadas na língua ou como modificações ocasionais no contexto. São objetivos de nossa comunicação: (a) Apontar, a partir de expressões idiomáticas tipicamente do Português Brasileiro (PB), que a formação, o funcionamento e o desenvolvimento da linguagem são determinados não apenas pelo sistema de regras livres, senão também por todo tipo de estruturas pré-fabricadas as quais se servem os falantes em produções linguísticas; (b) Mostrar que, sob a perspectiva funcional, as expressões idiomáticas resultam de continuum de gramaticalização e lexicalização; e (c) Apoiar os professores de português como primeira ou segunda língua, com uma proposta de modelo de ensino, a partir das expressões idiomáticas, que possa vir a servir como insumo em sala de aula.

Para subsidiar esta vertente do trabalho, elegemos a Semântica da Enunciação, uma vez que essa linha apresenta o significado formado pelas contribuições de fragmentos do discurso, e não apenas por sentido e referência. Especificamente, recorreremos, em nosso estudo, à Teoria Enunciativa (Benveniste, 1966, 1974) em que o

enunciado é observado com seus constituintes externos: locutor, interlocutor, tempo e espaço.

A literatura tem definido, tradicionalmente, uma expressão idiomática como agrupamento de palavras que funciona como uma unidade cujo significado não é literal. Neste trabalho, vamos considerar as expressões idiomáticas de natureza verbal, isto é, as locuções verbais ou frases cristalizadas numa língua, “cujo significado não é dedutível dos significados das palavras que a compõem e que geralmente não pode ser entendida ao pé da letra” (Houaiss: 2009).

É difícil compreender, por exemplo, o significado fraseológico ou figurativo de uma expressão idiomática do tipo "meter os pés pelas mãos" com o significado de "atrapalhar-se" a partir dos significados parciais de suas palavras ("meter" + "os" + "pés" + "pelas" + "mãos"). Este grau de opacidade (ou de transparência) decorre do princípio da (não) composicionalidade semântica presente nas construções cristalizadas.

O sentido fraseológico ou translato de expressões idiomáticas é, sincronicamente, imprevisível, visto que estas frases feitas apresentam um grau de idiomaticidade e de fixação que as tornam opacas e intraduzíveis.

Na expressão, "meter os pés pelas mãos", exemplificada acima, a forma fixa e o significado idiomático são arbitrários, isto é, nada sincronicamente parece justificar sua combinatória na cadeia da fala. Dizendo de outra forma, o funcionamento e o desenvolvimento das expressões idiomáticas são determinados não pelo sistema de regras livres, senão por um tipo de estruturação pré-fabricada a qual se servem os falantes em produções linguísticas.

Para nosso trabalho, definimos a noção de "Português Brasileiro" como uma língua, mais do que uma variante do português histórico. Este tratamento tem se mostrado altamente positivo para implicações teóricas, metodológicas e didáticas no campo fraseodidático. Para se ter ideia da presença de expressões idiomáticas, no Português Brasileiro, tipicamente brasileiras, categorizadas por níveis de uso, teríamos, pelo menos, hoje, a partir de levantamento nos dicionários publicados no Brasil, os seguintes grupos com seus idiomatismos mais corriqueiros:

(a) **Brasileirismos:** ficar de queixo caído, matar a cobra e mostrar o pau, mostrar com quantos paus se faz uma canoa, contar com o ovo dentro da galinha e ver o sol quadrado;

(b) **Gírias:** chutar o pau da barraca, matar cachorro a grito, pagar mico, soltar a franga e tirar água do joelho;

(c) **Popularismos:** aguentar o tranco, bater as botas, botar a boca no trombone, meter o rabo entre as pernas e segurar as pontas;

(d) **Figurativas:** deixar com a pulga atrás da orelha, cortar o mal pela raiz, cutucar a onça com vara curta, escorregar numa casca de banana e tirar o cavalinho da chuva;

(e) **Informais:** cozinhar o galo, dar com os burros na água, entornar o caldo, perder as estribeiras, forçar a barra.

(f) **Pejorativas:** armar (o maior) barraco, ser farinha do mesmo saco, ter sangue de barata, engolir sapos e pagar pato;

(g) **Familiares:** botar as manguinhas de fora, cair na boca do povo, pegar em rabo de foguete, esquentar a cabeça e tomar chá de sumiço.

(h) **Regionalismos:** descascar um abacaxi, dobrar a língua, fazer gato e sapato, rasgar seda e virar pizza.

Este trabalho busca propor, dentro de uma perspectiva funcional-tipológico, um conjunto de expressões idiomáticas do Português do Brasil aplicáveis ao ensino do português, a partir de uma seleção dessas expressões por nível de uso. Para a classificação das expressões idiomáticas, por nível, recorreremos a três fontes lexicográficas: Ferreira (2009); Houaiss e Villar (2009) e Sacconi (2010).

Sob a perspectiva funcional, as expressões idiomáticas resultam de *continuum* de gramaticalização e lexicalização. Estes dois fenômenos vão gerar as características globais ou essenciais das unidades fraseológicas como a pluriverbalidade, a institucionalização, a fixação, a especialização semântica e a lexicalização fraseológica.

A pluriverbalidade fraseológica

As expressões idiomáticas, sejam as de natureza nominal ou verbal, são formadas por várias palavras. Ao longo do processo de gramaticalização e lexicalização, onde estão, certamente, as bases históricas e motivacionais de suas construções, as expressões idiomáticas foram cristalizadas com dois elementos constituintes. No

caso das locuções verbais idiomáticas, as que exemplificaremos aqui, são formadas por um verbo mais uma parte argumental. Nos exemplos acima, ao lado de cada tipo de expressão idiomática, comprovamos que todas elas são pluriverbais.

A fixação fraseológica

No campo fraseológico, pelo menos três propriedades, decorrentes do processo de gramaticalização e lexicalização, estão sempre juntas: a institucionalização, onde encontramos as expressões idiomáticas institucionalizadas na *langue* e na *parole*; a fixação, propriamente dita, em que as expressões idiomáticas apresentam-se estáveis em graus diversos e a especialização semântica, onde as expressões idiomáticas apresentam certa particularidade sintática ou semântica. Destas propriedades, vamos destacar, no âmbito dos fraseologismos, a fixação, definida aqui como é o processo de gramaticalização mediante o qual se consolida paulatinamente o uso, exclusivo ou não, de certas palavras de uma expressão dada até formar-se um significado conjunto indecomponível ou não composicional.

Para ilustrar a assertiva acima, podemos mostrar a partir de entradas como "ovo", "queixo", "cobra", "pau" e "sol", que os dicionários registram, como subentradas, locuções verbais consagradas pelo uso como "contar com o ovo dentro da galinha", "ficar de queixo caído", "matar a cobra e mostrar o pau", "mostrar com quantos paus se faz uma canoa" e "ver o sol quadrado".

Vejamos, a seguir, o exemplário abaixo para as expressões tipicamente brasileiras, com seus respectivos contextos, nas quais podemos observar o processo de gramaticalização bem consolidado no uso social da língua, particularmente os jornais brasileiros.

(a) Contar com o ovo dentro da galinha.

"No seu discurso de posse como novo ministro da Defesa, Celso Amorim prometeu dar melhores salários aos pertencentes às Forças Armadas e defendeu a retirada das tropas brasileiras do Haiti. Mas, como no Brasil não se deve **contar com o ovo dentro da galinha**, o melhor é não festejar antes de as promessas de fato acontecerem." (In Coluna Regina Marshall, Caderno 3, **DN**, 16.08.2011).

(b) Ficar de queixo caído.

“**Uma Novela inesquecível é**, sem menor sombra de dúvida, ‘Vale tudo’”. O texto é de um cuidado e a verdade passada pelos atores é de deixar qualquer um de queixo caído. A novela se mantém atual mesmo 23 anos depois e, por isso, é um clássico. “Não perco um capítulo no Viva.” (In Seção Televisão, Caderno Zoeira, **DN**, 13.03.2011).

(c) Matar a cobra e mostrar o pau.

"Realizei uma compra no Capital Coletivo, e fui receber o produto no endereço real da empresa (em Fortaleza), que disponibiliza até mapa para chegar lá. Na boa gíria, “**mata a cobra e mostra o pau.**” In Coluna Cláudio Cabral, Caderno Zoeira, **DN**, 30.08.2011).

(d) Saber com quantos paus se faz uma canoa.

"A partir do dia primeiro de janeiro, quando for empossada, a Dilma vai **saber com quantos paus se faz uma canoa**. Ela vai se arrepender até o último fio de cabelo de sua pobre cabeça, ter aceitado ser a candidata do Lula, porque tudo o que ele quer é continuar mandando." (In Braz dos Santos, comentário ao Caderno País, **JB**, 12/10).

(e) Ver o sol quadrado

"A procuradora Vera Lúcia, que queria criança de dois anos para torturar em casa, não merece liberdade. Tem de viver trancafiada, **vendo o sol quadrado**, para não cometer mais crime tão hediondo." (In Coluna Lustosa da Costa, Caderno 3, **DN**, 5/7/2010).

Lexicalização e europeísmo

A lexicalização, no campo fraseológico, é curioso fenômeno que ocorre com expressões idiomáticas mais universais, particularmente as que estão presentes no nosso vocabulário, mas que são flagrantes reminiscências da mitologia grega na fraseologia portuguesa. A lexicalização, nesse caso, decorre da possibilidade de variação de seus elementos integrante, seja com variantes lexicalizadas na língua ou como modificações ocasionais no contexto.

Apesar dos milênios que nos separam dos gregos, podemos ver que o legado da civilização helênica ainda tem uma influência significativa em diversos aspectos de nossa linguagem. Numerosas expressões idiomáticas, empregadas no nosso dia a dia, inclusive, as

registradas nos jornais de grande circulação nacional, são constituídas de palavras relacionadas com a mitologia greco-latina (por exemplo, Morfeu, Aquiles e Dâmocles).

O lexema "Morfeu", por exemplo, está presente nos dicionários principais no registro de expressões idiomáticas, recebendo, por força da lexicalização, variações de seus elementos, especialmente nos verbos da combinatória fraseológica, com implicações para a definição de seu significado idiomático, como : (a) **Cair nos braços de Morfeu**. Adormecer. (SIMÕES, 2000, p.144); (b) **Ir para os braços de Morfeu**. (Cair na cama, ir ara o vale dos lençóis, ir para a sossega, ir para cama). Dormir ou deitar-se para dormir. (FONTES FILHO, 2006, p.56); (c) **Cair nos braços de Morfeu**. Adormecer; entregar-se às delícias do sono. (SILVEIRA, 2010, p.136-137); e (d) **Estar nos braços de Morfeu** significa estar dormindo. Recolher-se aos braços de Morfeu é o mesmo que ir dormir. (MAGALHÃES JUNIOR, 1977, p.49);e (e) **Cair nos braços de morfeu**. Entregar-se às delícias do sono. (NASCENTES, [1945] 1986, p.37).

Importante ainda salientar é que, graças a este fenômeno de lexicalização, os linguistas, para estes europeísmos fraseológicos, um fator de opacidade semântica. Cremos que as expressões idiomáticas com algum antropônimo de origem clássica tendem a bloquear o sentido literal das expressões e fazê-las opacas e que, nesse caso, a adequada compreensão idiomática requer a competência linguística e cultural dos falantes, de seu conhecimento do léxico da língua e do seu conhecimento enciclopédico, particularmente, o da mitologia greco-latina.

Apresentaremos, a seguir, apenas exemplos a partir do lexema Morfeu, publicadas nos jornais, o que vêm mostrar, primeiramente, que a mitologia clássica é uma fonte da fraseologia internacional (europeísmo cultural) e nos permite, de outra maneira, observar variantes fraseológicas da expressão “**cair nos braços de morfeu**” como decorrente do processo de lexicalização.

(a) Entregar-se aos braços de Morfeu:

“Claro que nem todo mundo abençoa o meu labor. Alguns pessimistas dizem que essas brincadeiras podem acabar mal. E citam o caso Michael Jackson, envenenado pelo próprio médico. Curiosamente, não lhes ocorre que o caso Michael Jackson ilustra o

meu ponto, e não o deles: os médicos podem matar. A minha ficha está limpa (acho). E, falando no caso Jackson, quem ministra anestésicos para um insone crônico dormir? Se o pobre Michael fosse meu vizinho, eu teria aconselhado um coquetel potente de ansiolíticos que o **entregariam aos braços de Morfeu**. Por outro lado, existe uma vantagem suplementar em não ser médico, caso exista negligência grave (toc, toc, toc): quem não tem licença para praticar, também não tem licença para perder. Tenho o melhor dos dois mundos: o máximo de liberdade com o mínimo de responsabilidade. E a vizinhança agradece.” (In João Pereira Coutinho, Coluna Diário da Europa, **Folha de São Paulo**, 31/07/2012).

(b) Entregar-se aos braços de Morfeu:

“Dar uma capotada. Puxar um ronco. Tirar uma tora. Soneca, dormida, cochilo. Somos fartos em matéria de **nos entregarmos aos braços parnasianos de Morfeu** ainda que de passagem e fora da hora combinada com o corpo. Quer dizer, ir para a cama de pijamão e enfileirar de 6 a 8 horas de sono, dependendo do metabolismo do boneco em questão. Minto. Não há hora combinada com o corpo. O corpo tem sempre razão. Ele que manda. Uma descoberta só feita depois dos 30 anos. Estou me referindo a algo que sempre equacionei com velhice e velhos: a capotada, o ronco, a tora, o cochilo de tarde.” (In Ivan Lessa, Caderno Mundo, **O Globo**, 2/02/09).

(c) Estar nos braços de Morfeu.

“Dessa vez, vou deixar de lado as peripécias do João de lado. O papo é com os pais, ou melhor, com os amigos dos pais. Programa social com quem tem filhos é coisa séria. Assim, marcou, tá marcado. Não dá pra "furar" ou simplesmente dizer na última hora que não deu. No nosso caso, tudo tem a ver com planejamento e logística. Mas, partindo do pressuposto que vai rolar, a primeira providência é saber se teremos alguém disponível para ficar com o João no dia X. Pode ser nossa babá esporádica, alguma avó ou a sempre tão disposta tia Cacá --de qualquer forma, qualquer que seja a alternativa escolhida, é preciso negociação ou cara-de-pau para pedir favor pela enésima vez. Isso definido, precisamos programar para que ele **esteja nos braços de Morfeu** na hora prevista. Quer dizer que todo o processo --banho, troca de fralda, pijama, mamadeira-- deve estar

azeitado para que tenhamos a certeza de que ele vai adormecer e atravessar tranquilamente a noite sem sobressaltos. Só assim conseguimos deixá-lo e cair na balada sem preocupação. Deu pra entender por que não dá para dar cano em quem tem filho?” (In Luiz Rivoiro, Blog do João, **Folha de São Paulo**, 16/12/2003).

(d) Deixar os braços de Morfeu.

“Em 1981, aos 21 anos, Marcello Duarte estudava engenharia e enviou a Drummond mais de 700 páginas datilografadas de versos. “Qual não foi a minha surpresa quando um belo dia minha irmã, na tentativa de me tirar da cama, bateu à minha porta informando correspondência... argumentei que deixasse em baixo da porta...” ela retrucou: “O remetente é Carlos Drummond de Andrade”! “Como se houvesse ganho na loteria, deixei os braços de Morfeu no mesmo momento --uma delícia”, conta Duarte.”(In Caderno Ilustrada, **Folha de São Paulo**, 09/06/2010 - 06h11).

(e) Entregar-se aos braços de Morfeu.

“Os britânicos adoram conselho. Por aqui, tem conselho de tudo. O Conselho do Sono é um bom exemplo. O Conselho do Sono (Sleep Council) em pesquisa recente revelou que, entre a população destas ilhas, há profundas diferenças, e dorme-se de acordo com a profissão praticada. No alto da lista, estão estes magníficos dorminhocos que são os advogados. Dormem uma média de 7 horas e 40 minutos por noite. 20% deles chegam às 10 horas de sono. Deve ser bom, embora cansativo, ser advogado. No último lugar da lista, estão --vejam vocês-- os ilustres parlamentares. Não vão além das 5 horas e 20 minutos por noite. Em último lugar na lista dos que **se entregam aos braços de Morfeu** (resolvi não poupar lugar comum ou frase feita) estão os médicos, cuja vida profissional exige a decantada (olha outro lugar comum) eterna vigilância na espera da ambulância (só para --quase-- rimar).” (In Ivan Lessa, BBC Brasil, **Folha de São Paulo**, 07/03/2005).

(f) Cair nos braços de Morfeu.

“Quando se adentra a península da Antártida, as paisagens revelam-se surpreendentes. O cenário é cativante, e o viajante se depara com uma sinfonia de vida em que não cabe comentário, só

admiração. Some-se a isso o longo período de luz solar que há no verão nessas latitudes. Nos meses de janeiro e fevereiro, a noite só é presente no relógio --à meia-noite, o horizonte ainda está iluminado pelos raios do sol. A madrugada começa avermelhada e termina amarela, em pouquíssimas horas. Quem precisa de escuridão para dormir deve arrumar as cortinas. Se mesmo assim o sono não vingar, as calmas águas antárticas podem ajudar a difícil tarefa de **cair nos braços de Morfeu**. No mar não há ondas nem marolas, e tem-se a sensação de que o barco não está navegando. Os canais tranquilos viram espelhos-d'água e, ao olhar de ponta-cabeça, as paisagens são iguais, tanto a verdadeira quanto a refletida.” (In Jaime Bórquez, Colaboração para a Folha de S.Paulo, Caderno Turismo, **Folha de São Paulo**, 12/01/2006).

(g) Ir para os braços de Morfeu.

“Você que tem filho (ou não) já dormiu ou pôs pra dormir alguém com alguma de suas músicas favoritas da sua coleção de rock/pop? Porque, às vezes, uma banda que não tem nada a ver com canções de ninar eventualmente produz alguma música que ajuda a embalar sono e sonhos. Ou mesmo é a voz do cantor que ajuda a **irmos pros braços de Morfeu** (Sr. Pestana) mais rápido. Deve ter sido pensando nisso (com mais algumas doses de marketing, claro) que o selo Baby Rock criou a série ‘Rockabye baby!’ (discos importados), que lançou CDs com rendições de canções de ninar de Radiohead, Coldplay e até mesmo do Metallica!”(In Tom Leão, Globo Blogs, **O Globo**, 10.09.2006).

(h) Descansar nos braços de Morfeu.

“Cerca de 40% da população não conseguem **descansar nos braços de Morfeu** (deus do sono para a mitologia grega), revela pesquisa da Academia Brasileira de Neurologia publicada no ano passado. Essas pessoas não têm o chamado sono reparador. O ato de dormir, para elas, é fragmentado, sem continuidade entre as diferentes fases do sono — desde a profunda até a REM (caracterizada pelo sonho). Quem passa por isso desperta várias vezes durante a noite e não acorda bem disposto.” (In Maria Júlia Lledó, Revista, **Correio Braziliense**, 18/03/2011).

(i) Entregar aos braços de al-Morfeu.

“Duas coisas me chamaram a atenção nos assassinatos do sargento americano Robert em dois vilarejos afegãos. Primeiro, a maior parte da imprensa americana prefere enfatizar que ele assassinou 16 (17) pessoas, sendo que 9 delas eram crianças dormindo e 3 outras mulheres, também **entregues aos braços de al-Morfeu.**” (...) (In Ivan Lessa, *O Estado de São Paulo*, 02/04/2012).

Fraseologia e enunciação

Entre as diversas abordagens linguísticas para a descrição das expressões idiomáticas, elegemos a Semântica da Enunciação, uma vez que essa linha apresenta o significado formado pelas contribuições de fragmentos do discurso, e não apenas por sentido e referência.

Depois de C. Bally, certamente foi É. Benveniste o linguista que explorou de forma mais exaustiva o termo enunciação. Graças a ele, foi desenvolvida a denominada teoria da enunciação na qual analisa e descreve o processo de produção linguística que escoo no enunciado. Para Benveniste, a enunciação é um ato individual de apropriação da língua. Para Benveniste, o enunciado é observado com seus constituintes externos: locutor, interlocutor, tempo e espaço.

Na perspectiva benvenistiana, o sistema linguístico e processo comunicativo são inseparáveis uma vez que certos elementos da língua adquirem significado somente quando são atualizados pelos falantes no momento da enunciação. Desta maneira, as pessoas, o tempo e o lugar do enunciado se identificam com relação ao contexto da enunciação. Em substância, a noção de enunciação em Benveniste é centrada no sujeito, que, ao se apropriar do aparelho formal da língua, enuncia sua posição de sujeito, marcando-se como eu, instaurando o tu e o ele em seu discurso. A Teoria de Enunciação, em substância, as marcas do sujeito no discurso.

Nos exemplos a seguir, podemos comprovar que na expressão idiomática "**pôr as barbas de molho**", o significado fraseológico "estar atento contra iminentes perigos ou contratempos" é possível graças à atualização por parte dos falantes no contexto de uso.

(a) "É bom o futebol brasileiro e o futebol cearense **colocarem as barbas de molho**. Os salários estão bem acima da realidade. Aliás, o futebol mundial não está blindado contra a crise do euro. A crise da segunda divisão portuguesa pode contaminar sim. Cuidado." (in Coluna Tom Barros, Caderno Jogada, DN, 28.06.2012).

(b) "Leitor da Coluna observa: "Já que a candidatura de Elmano à Prefeitura de Fortaleza é prego batido e ponta virada, é bom os petistas **colocarem as barbas de molho**. Com essa arrogância de achar que a eleição representa favas contadas podem dar com os burros n'água." (In Coluna Regina Marshall, Caderno 3, DN, 19.06.2012).

(c) "O Icasa vê muito próxima a zona de rebaixamento e já **coloca as barbas de molho**. A derrota, em casa, para o Tiradentes (0 x 2) acendeu o sinal de alerta. Já o Tiradentes conseguiu se recompor após o embotamento mostrado na derrota para o Ceará." (in Coluna Tom Barros, Caderno Jogada, DN, 06.02.2012).

(d) "A 14ª edição da Parada LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) também serviu para as lideranças do movimento pedirem o boicote aos candidatos contrários à causa gay. "Os fulanos e cricranas que não nos toleram e que acham que vão se passar mais quatro anos sem direitos, sem respeito, que **ponham as barbas de molho**." (In Notícias, Caderno Nacional, DN, 6/7/2010).

(e) " Não devemos, obviamente, sucumbir ao negativismo nem sofrer por antecedência. Crises financeiras são forjadas por especuladores que até agora continuam impunes ao perpetrar suas maldades. Não há como evitar as crises, mas podemos **pôr as barbas de molho**." (In Maria Inês Dolci, Caderno Negócios, DN, 10.08.2011).

(f) Os diplomatas estrangeiros em Brasília **estão com as barbas de molho**. Souberam que a nossa Polícia Federal não tem estrutura alguma para dar segurança aos chefes de estado que nos visitam, por falta de equipamento e pessoal." (In Rangel Cavalcante, Coluna De Brasília, de Rangel Cavalcante, Caderno Suplementos, DN, 15/05/2001).

(g) "Enquanto vereador [de Fortaleza] nenhum se compadece da situação do Campo do América, abandonado após a Prefeitura de Fortaleza prometer comprar o terreno e qualificá-lo, Guilherme Sampaio (PT) quer discutir o estado do Campo do Coritiba, no Jangurussu. É bom a comunidade **colocar as barbas de molho**." (In

Roberto Maciel, Coluna Comunicado, de, Caderno Cidades, **DN**, 07.04.2012).

(h) "O atacante Emmanuel Petit, da seleção francesa campeã do mundo, reclama que os clubes jogam de três em três dias, em países diferentes, e que ninguém aguenta mais a batida mercantilista do futebol atual. Admite mesmo o rapaz que, por insuficiência amorosa, mal servidas de afagos, as mulheres, já já, vão começar a trair os maridos. O próprio Petit diz que já **pôs as barbas de molho**. As barbas, só?" (In Jogada, **DN**, 24/10/1999).

(i) "Nos prognósticos que costumam apontar os favoritos ao título do Campeonato Brasileiro, é comum aparecerem os campeões dos principais Estaduais do País. Mas, em 41 edições do Nacional, essa não tem sido a regra. Assim, os favoritos Santos, campeão paulista, Fluminense, carioca, Internacional, gaúcho e Atlético/MG, mineiro, podem **ficar com as barbas de molho**. (In Jogada, **DN**, 19.05.2012).

(j) "Os produtores de "Superman - O Retorno", conscientes da força e da popularidade da revista "The Advocate", **puseram as barbas de molho** e, temendo um possível insucesso comercial do filme pelo boicote dos fãs mais conservadores, obrigaram o diretor Bryan Singer, homossexual super-ultra-assumido, a vir de público "desmentir" as especulações e assegurar: "Superman foi o personagem mais heterossexual que já dirigi em toda a minha carreira". Também pudera, depois das bichonas metafóricas da série "X-Men"... " (n Caderno Gente, **DN**, 7/2/2006).

Fraseologia aplicada ao ensino

Com objetivo de apoiar os professores de português como primeira ou segunda língua, com uma proposta de modelo de ensino, a partir das expressões idiomáticas, que possa vir a servir como insumo em sala de aula, selecionamos, a seguir, um pequeno conjunto de expressões idiomáticas extraídas de jornais de grande circulação.

O fenômeno das expressões idiomáticas ou, mais precisamente, as locuções verbais, é tratado dentro de uma abordagem funcionalista, a qual concebe a língua como um instrumento de interação social.

Daremos uma amostra de um material que pode apoiar a organização pedagógica do docente de educação básica, aplicado ao ensino da língua portuguesa, a partir de um quadro de descrição básico: (a) expressão idiomática; (b) tipo de estrutura; (c) predicado e (d) Argumento. Eis o exemplo:

“A partir da revolução industrial, o chamado “sexo frágil” começou a colocar as manguinhas de fora. O direito ao voto foi um dos primeiros gritos da libertação. Cansadas de viverem subjulgadas pelos homens, se organizaram em grupos e deram os passos iniciais em busca de sua emancipação.” (In Caderno Gente, DN, 26.06.2011).

Expressão idiomática: colocar as manguinhas de fora

Tipo de Estrutura: VERBO + SINTAGMA

Predicado: colocar

Argumento: as manguinhas de fora

A seguir, levantamos um pequeno conjunto de expressões idiomáticas que podem subsidiar o trabalho docente em sala de aula, servindo o exemplo acima como modelo a ser explorado e melhor refinado do ponto de vista pedagógico.

1) Contexto para tomar chá de sumiço

a)"Bem que dizem que vaso ruim não quebra. Já passou o tempo desse tipo de gente **tomar um chá de sumiço** desse mundo. Itamar, aproveite e puxe o pé dele, do Sarney, e de muitos outros que já deviam ter cantado para subir, e continuam a infernizar nosso mundo." (In Julio Oliveira, comentário a Rodrigo Craveiro, Caderno Mundo, **Correio Braziliense**, 05/07/2011).

b)"Os políticos, com raríssimas exceções, somente vão às praças e favelas no período eleitoral. Em relação à Praça do Ferreira, por exemplo, a mais famosa de Fortaleza, passado às eleições, os políticos **tomaram um chá de sumiço.**" (In José Maria Saraiva Nogueira Júnior, Seção Idéias, Caderno Opinião, **DN**, 29.10.2008).

c)"Porque **tomou chá de sumiço** e não foi ao casamento, deixando a noiva à espera no cartório, um comerciante de Palhano se deu mal com a Justiça. E terá de pagar R\$ 10 mil à quase ex-esposa. Indenização por danos morais." (In Roberto Maciel, Coluna Comunicado, Caderno Política, **DN**, 20.05.2010).

d)"Sumiram, desapareceram, escafederam-se da Avenida Beira Mar, em Fortaleza, os patinetes elétricos usados pela Polícia Militar - dos quais, vez por outra, um policial caía por conta das dificuldades de manobrá-los entre os pedestres que caminham no calçadão. Lançados com fervor midiático em 2008, é a segunda vez que os veículos **tomam chá de sumiço**. A primeira foi no ano passado, sob a alegação de serviços de manutenção e padronização. Quando voltaram, estavam, de fato, pintadinhos com as cores cinza e vermelho da PM. Dessa vez, a corporação não informou a razão pela qual os Segways foram recolhidos. Nem o que está sendo feito deles." (In Roberto Maciel, Coluna Comunicado, Caderno Cidade, **DN**, 07.05.2012).

e)"Os atores Ângelo Paes Leme e Marcelo Serrado terminaram de lavar a roupa suja na festa da novela 'Vidas Opostas', da Record. Paes Leme já causou muitas confusões; o melhor que ele tem a fazer é **tomar um chá de sumiço**."(In Cadernos Suplementos Feminino, **O Estado de São Paulo**, 27/11/2006).

2) Contexto para engolir sapos:

a)"O túnel do tempo da história ensina ou deveria ensinar: autossuficiência e popularidade significam nada. A sabedoria consiste em comprar uma briga de cada vez; compor quando não se pode enfrentar; **engolir os sapos** inevitáveis e, é claro, articular avanços; ser mais sagaz que as raposas: ter projeto, despertar esperança; demonstrar resultados. A todo custo, impedir que a inflação reapareça, fazer com que o País cresça. E sempre resguardar o flanco da moralidade. Mesmo ao preço de lançar companheiros ao mar." (In Notícias, **O Estadão**, 05/06/2011).

b)"Não devem estar sendo fáceis para a prefeita de Fortaleza Luizianne Lins os últimos dias. Aguentar calada as críticas do secretário Ivo Gomes e de outros próceres governistas, sobre impasses criados pelo município no que diz respeito a ações do governo estadual na Capital, é uma atitude que não condiz com seu perfil. Os que a conhecem desde a época de militância estudantil sabem bem que a atual presidente estadual do PT não é de levar desaforo para casa, muito menos de **engolir sapos** como faz a maioria dos políticos para atingir objetivos previamente traçados." In Luiz Henrique Campos, Coluna Menu Político, **O Povo**, 03/03/2012).

c)"O Presidente do Clube do Marinha almirante Veiga Cabral classificou como "provocação" as falas das ministras das Mulheres, Eleonora Menicucci, e dos Direitos Humanos, Maria do Rosário que defenderam a revogação da Lei da Anistia. "É uma provocação. Não podemos ficar parados. É natural que haja uma reação porque não é possível ficarmos sendo desafiados de um lado e **engolirmos sapo** de outro. A vida é assim, a cada ação tem uma reação", comentou o almirante, que disse ter havido "uma coincidência de interesses" neste momento, de se tirar a nota do ar. O almirante ressaltou que embora os militares, mesmo na reserva estejam sujeitos ao Estatuto dos Militares, "os clubes não estão subordinados ao Poder Executivo." (In Caderno Política, **O Povo**, 24/02/2012).

d)"O Partido dos Trabalhadores (PT) admite fazer dieta e alimentar-se de rãs, mas **engolir sapos** ao vivo já excedeu os limites. Está com o PMDB atravessado na garganta. O PT não pesou na escolha de Dilma, mas não abrirá mão do vice. Se ficar à margem, vai precisar de um muro descomunal para os petistas chorarem até o fim dos séculos." (In Wilson Figueiredo, Capa, **Jornal do Brasil**, 21/09/2009).

e)"As escolhas recentes de Dilma Rousseff para a Casa Civil e as Relações Institucionais representam o que considero uma boa notícia. É possível que esteja chegando ao fim a política do consenso a qualquer custo, em que o perfil dos negociadores do governo no parlamento obrigatoriamente tinha de ser marcado pela simpatia e uma disposição quase ilimitada para **engolir sapo** em nome de um voto a favor." (In Guálter George, Jornal de Hoje, Política, **O Povo**, Ponto De Vista, 11/06/2011).

3) Contexto para botar a boca no trombone.

a)"Indignado com os desmandos em Chaval, uma pequenina cidade ai extremo norte do Estado (a 401 km de Fortaleza), um advogado que atua na área, Jorge Umbelino, **pôs a boca no trombone** e, em seu blog, também lamentou a falta de resposta do Judiciário para crimes no município. Um exemplo: foi providenciada uma Ação Popular por desvios de verbas envolvendo a tia de Marcos Aurélio, ex-secretária de Educação e hoje também vereadora, Francisca Magalhães Ângelo, conhecida como Ivânia. Mas com a posse recente de novo juiz e novo promotor, reacenderam-se as

esperanças do povo da cidade, inclusive a de que finalmente possa ser julgado agora o processo contra Marcos Aurélio." (In Hélio Passos, Coluna Em vez, Caderno Gente, **DN**, 20.02.2011).

b)"No fim, é mesmo verdadeira a máxima que diz "toda crise é sempre uma possibilidade de transformação". Com a cidade correndo o risco de ficar uma cratera só, a prefeita, que recebia sozinha a culpa pela buraqueira da malha viária, resolveu **por a boca no trombone** e afirmar que 60% da responsabilidade pelo desmanche do asfalto nas ruas era da Cagece." (In Coluna Regina Marshall, Caderno 3, **DN**, 11.02.2011).

c)"A desilusão dos consumidores com o comportamento das empresas tem se convertido em um grande desgosto. Tudo seria muito simples se, quando o cliente tem uma experiência ruim, nunca mais comprasse aquele produto, naquela loja. Ou mudam ou fecham. Bem mais eficiente do que denúncias no Procom ou processos na justiça. E é claro, **colocar a "boca no trombone"** nas redes sociais." (In Cláudia Rebouças, Coluna Mkt Max, Caderno Negócios, **DN**, 12.03.2012).

d)"Se algo incomoda você, **bote a boca no trombone** e desabafe (mesmo que de uma forma sutil). Esta é a proposta do site www.toquesutil.com.br. Através do site, as pessoas enviam mensagens anônimas reclamando de comportamentos indesejáveis que normalmente não seriam relatados pessoalmente. Esta pode ser a melhor forma de, por exemplo, dizer a um amigo de trabalho que ele tem mau hálito ou avisar à sua parceira que o perfume dela não lhe agrada."(In Caderno Suplementos, **DN**, a 22/03/2001).

e)"A ACM, FHC prestou homenagem. Afirma que, afinal, ante as acusações do ex-presidente do Senado, que *botou a boca no trombone*, mandou ver o que há de roubalheira no DNER e na Sudam."(In Colunistas, **DN**, 04/04/2001).

Breves considerações finais

No exemplário de expressões idiomáticas acima, podemos observar que os fenômenos de gramaticalização e lexicalização garantem, no campo fraseológico, a fixação e a especialização semântica (idiomaticidade) são duas características essenciais da institucionalização. Graças a propriedade de fixação, podemos reproduzir as expressões idiomáticas, no falar, como combinações

previamente feitas. A fixação não é motivada, mas arbitrária, estabelecida pelo uso, que não é homogênea para todos os falantes. Nos exemplos apontados, a gramaticalização e a lexicalização produzem, no âmbito do processo de construção das expressões idiomáticas, pelo menos estas propriedades de fixação material ou formal: (a) impossibilidade de reordenamento dos componentes; (b) realização fonética fixa; e (c) restrição na eleição dos componentes.

Referências

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes, [1966] 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, [1974] 2006.
- CASARES, Julio. **Introducción a la lexicografía moderna**. Madrid: 1969 [1950].
- CORPAS PASTOR, Gloria. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996.
- FONTES FILHO, Aristides. **O dito pelo não dito: dicionário de expressões idiomáticas**. São Paulo: Libra três, 2006.
- FERNANDES, Eugênia Magnólia da Silva. 2011. 229p **Expressões idiomáticas no português do Brasil: análise funcional-tipológica e seu ensino no âmbito de segunda língua**. Dissertação (Mestrado em Linguística do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Português). Instituto De Letras - Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2009.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos**. Rio de Janeiro: Documentário, 1977.
- NASCENTES, Antenor. **Tesouro da fraseologia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 [1945].

SACCONI, Luiz Antonio. **Grande dicionário Sacconi**: da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SÁNCHEZ, Mario García-Page. **Introducción a la fraseología española**: estudio de las locuciones. Rubí (Barcelona): Antropos, 2008.

SILVEIRA, João Gomes da. **Dicionário de expressões populares da língua portuguesa**: riqueza idiomática das frases verbais. Uma hiperoficina de giras e outros modismos luso-brasileiros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SIMÕES, Guilherme Augusto. **Dicionário de expressões populares portuguesas**: arcaísmos, regionalismos, calão e gíria, ditos, frases feitas, lugares-comuns, aportuguesamentos, estrangeirismos e curiosidades da linguagem. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

ZHOLOBOVA, Ana. Acerca de la fraseología internacional. Los europeísmos culturales. In **Interlingüística**, nº 16, 2005, p.1191-1197.

ZULUAGA, Alberto. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Frankfurt am Maim: Peter D. Lang, 1980.

A FRASEOLOGIA NO GOOGLE IMAGENS

Introdução

As expressões idiomáticas ainda não receberam um tratamento adequado nos livros didáticos destinados aos estudantes nativos e não nativos da língua portuguesa. Diante dessa problemática, situamos nosso trabalho no conjunto de proposições e desafios do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação, mais conhecido por QECR, publicado pelo Conselho da Europa, em 2001, que orienta os docentes de línguas estrangeiras a desenvolverem, no ambiente de formação escolar, um ensino voltado à compreensão das expressões idiomáticas, dos coloquialismos e da tomada de consciência dos seus significados figurativos.

Nesse contexto, o presente estudo se propõe a apresentar um trabalho com as expressões idiomáticas destinado aos que atuam no ensino do português como língua estrangeira, através do buscador Google Imagens, de modo a favorecer o desenvolvimento da competência de Nível C do QECR.

Ilustramos nosso trabalho com cinco imagens que podem evocar as expressões idiomáticas convencionais. Nosso objetivo principal é demonstrar que, através da ferramenta do Google Imagens, os professores, em sala de aula, poderão explorar as principais dimensões das unidades fraseológicas: a literalidade (ou fixação formal) e a metafóricidade (ou idiomaticidade) que podem resumidas na noção de convencionalidade. As imagens do Google mostram a existência de uma conexão entre o significado global literal das expressões idiomáticas e seu significado figurado. Concluímos que o ensino das expressões idiomáticas, através da internet, é de eficiente aplicação à didática de línguas estrangeiras uma vez que favorece a compreensão das expressões idiomáticas, bem como valoriza os aspectos culturais da comunidade linguística.

Esta proposta didática destina-se a relatar uma atividade de ensino de língua portuguesa para estrangeiros, com foco na compreensão de expressões idiomáticas por falantes de nível C,

segundo os parâmetros do Quadro Europeu Comum de Referência para As Línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação (doravante, QECR), publicado pelo Conselho da Europa em 2001. As atividades aqui propostas foram trabalhadas, no ano de 2010, na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), em Sobral, Estado do Ceará.

Partimos das orientações didáticas previstas no QECR que tratam da competência dos aprendentes europeus de línguas ou falantes não nativos de língua estrangeiras, de nível C, no tocante especificamente à compreensão de expressões idiomáticas, expressa em dois níveis comuns de referência: (a) O Nível de Autonomia (Effective Operational Proficiency) designado por Trim como “proficiência eficaz” (Effective Proficiency) e por Wilkins como “proficiência operacional adequada” (Adequate Operational Proficiency); representa um nível avançado de competência apropriado à realização de tarefas e de trabalhos mais complexos e (b) O Nível de Mestria (Mastery) [Trim: “mestria global” (comprehensive mastery); Wilkins “Proficiência Operacional Global” (Comprehensive Operational Proficiency)] corresponde ao objetivo mais elevado dos exames de proficiência. Poderíamos ainda incluir aqui o nível mais elevado de competência intercultural, atingido por muitos profissionais de línguas (QECR, 2001, p.49).

Os Níveis Comuns de Referência estão, no QECR, distribuídos em escala global através de dois níveis: C1, denominado Autonomia e C2, denominado de Mestria.

No nível C1 (Autonomia), os aprendentes ou usuários das línguas estrangeiras são capazes de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. São capazes de se exprimirem de forma fluente e espontânea sem precisar de procurar muito as palavras. São capazes de usar a língua de modo flexível e eficaz para fins sociais, acadêmicos e profissionais. Podem exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coesão do discurso.

No nível C2(mestria), os aprendentes são capazes de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê. São capazes de resumir as informações recolhidas em diversas fontes orais e escritas, reconstruindo argumentos e fatos de um modo

coerente. São capazes de se exprimir espontaneamente, de modo fluente e com exatidão, sendo capaz de distinguir finas variações de significado em situações complexas. (QEER: 2001, p.49).

Quanto a aspectos qualitativos do uso oral da linguagem, serão considerados com nível de mestria aqueles aprendentes que demonstram grande flexibilidade na reformulação de ideias, diversificando formas linguísticas de modo a veicular finos matices de significado de modo preciso, na expressão da ênfase, na diferenciação e eliminação de ambiguidade e que dominam agilmente expressões idiomáticas e coloquialismos.

Segundo o QEER (2001), o nível C2, embora seja denominado Mestria, não pretende implicar uma competência igual ou próxima à do falante nativo. O que se pretende é caracterizar o grau de precisão, que é típico da língua dos aprendentes com melhores resultados. Os descritores listados aqui incluem: transmite com precisão sutilezas de significado, utilizando, com razoável exatidão, um amplo leque de mecanismos modalizadores; tem um bom domínio de expressões idiomáticas e de coloquialismos e a consciência dos significados conotativos; volta atrás e reestrutura uma dificuldade com tanta facilidade que o interlocutor mal se apercebe disso".

Referente à compreensão do oral geral, o QEER (2001) aponta que os aprendentes alcancem o Nível C1(Autonomia) deverão ser capazes de compreender o suficiente para seguir um discurso longo sobre assuntos complexos e abstratos estranhos à sua área, embora necessite de confirmar pormenores ocasionais, especialmente se o sotaque não lhe for familiar.

É capaz de reconhecer um vasto leque de expressões idiomáticas e de coloquialismos, notando as mudanças de registro. São capazes de seguirem um discurso longo, mesmo quando ele não está claramente estruturado e quando as relações entre as ideias se encontram implícitas e não são marcadas explicitamente.

Quanto à tarefa de ver televisão e filmes, alcançarão os níveis C1 (autonomia) e C2 (Mestria) aqueles aprendentes que são capazes de seguir filmes que utilizem um grau considerável de calão e de expressões idiomáticas.

Quanto a interação oral geral, o QEER(2001) diz que os aprendentes de língua estrangeira deverão ter um bom domínio de

expressões idiomáticas e de expressões familiares e uma consciência dos níveis conotativos de significação. Isso significa que deverão ser capazes de exprimir com precisão variações finas de sentido, utilizando, com bastante correção, uma enorme gama de modalidades e serem capazes de retomar uma dificuldade e reestruturá-la de tal modo que o interlocutor mal se apercebe disso.

No que diz respeito à amplitude do vocabulário, o QECR(2001) diz que alcançarão o nível C1(Autonomia), os usuários da língua estrangeira que dominarem um repertório alargado que lhe permite ultrapassar dificuldades/lacunas com circunloquções. E terão que apresentar Bom domínio de expressões idiomáticas e coloquialismos.

No campo da adequação sociolinguística, os aprendentes de língua estrangeira com nível C1(Autonomia), a proficiência em língua portuguesa requer que os alunos sejam capazes de reconhecer um vasto leque de expressões idiomáticas e de coloquialismos, e de perceber mudanças de registro; poderão, todavia, necessitar de confirmar pormenores esporádicos, especialmente se o sotaque não lhe for familiar. Serão capazes de seguir filmes nos quais surja uma quantidade considerável de calão e de usos idiomáticos. É capaz de utilizar a língua flexivelmente e com eficácia para fins sociais, incluindo os usos afetivos, os humorísticos e as subtilezas.

Por fim, referente à C2(Mestria), os aprendentes da língua estrangeira devem possuir um bom domínio de expressões idiomáticas e de coloquialismos com consciência dos níveis conotativos do significado bem como conhecer as implicações sociolinguísticas e socioculturais da linguagem utilizada pelos falantes nativos e serem capazes de reagir de acordo com esse conhecimento. Da mesma forma, a proficiência requer que os aprendentes sejam de desempenhar o papel de mediador entre locutores da língua-alvo e da sua comunidade de origem, considerando as diferenças socioculturais.

Aportes teóricos

Do ponto de vista teórico, um primeiro passo em direção a uma proposta fraseodidática com as expressões idiomáticas foi a de termos em conta, em nossa atividade, a noção linguística de Fraseologia. Nessa perspectiva, entendemos a Fraseologia como

sendo o estudo das combinações, relativamente estáveis, de unidades léxicas polilexicais, com certo grau de idiomaticidade, "que constituem a competência discursiva dos falantes, em língua materna, segunda ou estrangeira, utilizadas convencionalmente em contextos precisos, com objetivos específicos, ainda que, muitas vezes, de forma inconsciente" (MONTEIRO-PLANTIN, 2011, p.250).

Para fundamentar nossa proposta pedagógica em termos de exploração das propriedades fraseológicas, consideramos os estudos de Zuluaga (1980), Corpas Pastor (1996), Penadés Martínez (1999) e Ruiz Gurillo (2002), González-Rey (2004, 2006 e 2007) Ettinger (2008) e Monteiro-Plantin (2011).

De modo geral, estes autores arrolados acima defendem o caráter definitório da idiomaticidade ou do princípio de não composicionalidade das expressões fixas. Trata-se do mais alto grau de que se conhece como especialização semântica ou lexicalização em unidades fraseológicas.

Por exemplo, na expressão "querer tapar o Sol com peneira" ("tentar negar fatos palpáveis ou incontestáveis") ou "tirar o cavalo (ou o cavalinho) da chuva" ("desistir de um propósito qualquer, por sua absoluta impossibilidade de sucesso"), por força de sua idiomaticidade, não são transparentes nem se adivinham seu sentido idiomático a partir de seus elementos componentes, principalmente se os usuários não são nativos da língua portuguesa.

Por expressão idiomática, referimo-nos a conjuntos cristalizados, memorizados, prontos para uso, cujos constituintes perdem parcialmente ou totalmente suas propriedades semânticas, lexicais ou sintáticas (NEVEU, 2008, p. 167).

Fraseodidática e Idioteca

No campo estritamente didático, consideramos que esta proposta deve levar em conta duas categorias no campo da Fraseodidática. Primeiramente, a noção de fraseodidática propriamente dito, entendida, antes de tudo, como uma disciplina, no âmbito da Fraseologia, que se ocupa do ensino e aprendizagem sistemática e com base científica das expressões idiomáticas no ensino de idiomas.

O objetivo da Fraseodidática consiste em levar os aprendizes a reconhecerem, memorizarem e empregarem as expressões idiomáticas como unidades polilexicais no seu sentido idiomático, e que seu aprendizado possa ser aplicado, adequadamente, em situação comunicativa (ETTINGER, 2008, p.96).

Ao longo de nosso trabalho com as imagens do Google que poderiam evocar expressões idiomáticas convencionais no Português Brasileiro (PB), fomos levados a criar o termo **idioteca**, fundamental para a seleção de um conjunto de expressões destinado à sala de aula. Este termo é formado pelos morfemas "**ιδιω**", com indicação de "próprio de uma língua dada" e "**θήκη**", com a noção de 'coleção', neologismo com a acepção de coleção de expressões idiomáticas, na forma de imagens, engenhosamente elaboradas a partir dos significados literais dos constituintes da expressão, montadas e divulgadas com humor, comicidade, graça e jocosidade, divulgadas amplamente pelos sites da Internet e disponíveis no Google Imagens, que podem evocar frases cristalizadas numa língua, e serem destinadas a atividades com o ensino de L1 e L2, em ambientes virtuais de aprendizagem. (CHIP 2012, definição em construção).

Expressão e sentido

Eis cinco imagens extraídas do Google com seus respectivos fonte webliográfica, expressão sugerida pela imagem e seu sentido idiomático, aplicadas em sala de aula e com bons retornos em termos de participação e encorajamento dos alunos de modo a favorecer o desenvolvimento da capacidade de compreender as expressões idiomáticas de frequência de uso no Brasil.

A.IMAGEM 1



Fonte webliográfica: <http://www.dicionariodeexpressoes.com.br/>

Expressão :entrar pelo cano

Sentido idiomático: ser malsucedido

B.IMAGEM 2



Fonte webliográfica: <http://diariodonordeste.globo.com>

Expressão: botar as barba de molho

Sentido idiomático: Precaver-se contra perigo

C. IMAGEM 3



Fonte webliográfica: <http://asnovidadesdadenise.blogspot.com.br>

Expressão: pisar em ovos

Sentido idiomático: agir com muita cautela

D. IMAGEM 4



Fonte webliográfica: <http://learningenglisnow.blogspot.com.br>

Expressão: molhar o biscoito

Sentido idiomático: fazer sexo

E. IMAGEM 5



Fonte webliográfica: <http://demuitosum.blogspot.com.br>

Expressão: encher linguiça

Sentido idiomático: Dizer ou escrever coisas supérfluas

Propriedades fraseológicas

São quatro propriedades das expressões idiomáticas que podem ser exploradas, em sala, durante aplicação de atividades com compreensão fraseológica com estudantes universitários: a polilexicalidade, a fixação, a idiomaticidade e a convencionalidade. As três primeiras estão diretamente à última, isto é, à convencionalidade. Vamos nos debruçar sobre esta última propriedade fraseológica.

Durante muito tempo a questão da convencionalidade esteve relacionada ao ensino de línguas estrangeiras. As expressões maiores do que as palavras sempre um desafio para o ensino sistemático ou explícito para estrangeiros bem como um fator de obstáculo para o aprendizado dos alunos.

Segundo Tagnin (2005), tomando como referência língua inglesa, existe um continuum de unidades linguísticas convencionais, pertencentes ao léxico de uma língua, que o aprendiz de uma língua estrangeira mesmo que conhecesse toda a gramática e soubesse todo o dicionário de cor não teria domínio linguístico (p.11).

É provável, conforme Tagnin (2005), que as dificuldades relacionadas com aprendizado das expressões idiomáticas, em L1 ou L2, tenham a ver com o fato de serem apreendidas individualmente, uma a uma, uma vez que não existem regras que as gerem (p.11). Ressalta ainda que "todas essas unidades são aprendidas como um todo, isto é, em bloco" (p.14).

A convencionalidade é o aspecto que caracteriza a forma peculiar de expressão numa dada língua ou comunidade linguística (TAGNIN, 2005, p.14). Conforme a linguista, no momento em que a convenção passa para o nível do significado, podemos falar em idiomaticidade.

Recorre Tagnin, então, ao princípio da não composicionalidade semântica, ao definir uma expressão idiomática como toda expressão que não corresponde à somatória do significado parcial de cada um de seus elementos, como em "ter o olho maior que a barriga" não significa "possuir o órgão da visão superior à proeminência externa do abdômen", mas quer dizer "ser guloso" ou "desejar possuir imoderadamente".

Distanciando-se, pois, da noção de vernaculidade, natural e próprio de uma língua, o sentido atribuído por Tagnin à noção do que é idiomático é o da "não transparente" ou "opaco".

Expressões em contexto de uso

Paralelamente às atividades relacionadas com as imagens idiomáticas, procuramos apresentá-las aos alunos, uma a uma, em contexto escrito. Como sabíamos, previamente que as imagens, extraídas do Google Images, eventualmente podem apresentar distorções gráficas e dificuldades de evocação por parte dos aprendentes, decidimos por considerar o contexto como um indicador importante de compreensão das referidas expressões. Eis então as expressões idiomáticas com seus respectivos contextos escritos:

a) Entrar pelo cano: "Chegou para o Fortaleza o 4 jogador indicado pelo técnico Luís Carlos Martins. O Ceará (Lira & cia.), quando fez isso, **entrou pelo cano**. Adeus, tri! (Edilton Urano - Parqueândia)(In Colunistas, **DN**, 20/08/2001).

b) Botar as barbas de molho: " É chegado o momento de a banda podre (vastíssima e presente em todos os partidos

governistas) aliada da presidente Dilma **botar as barbas de molho**, pois ela já mostrou que não brinca em serviço nem é de tolerar malfeitos. (In Nem Cavalcante , Coluna É..., Caderno 3, **DN**, 16.03.2012).

c) Pisar em ovos: "Viva seus desejos com intensidade, não tema realizá-los nem tampouco fique com a alma cheia de dedos como se para viver a intensidade de seus desejos você tivesse de **pisar em ovos**" (In Sincronia (Quérula), **O Estado de São Paulo**, 21.abril.2012).

d) Molhar o biscoito: " No programa Big Brother Brasil (BBB 9), da Rede Globo, o quarto dos espelhos estava animado na madrugada desta quarta-feira. Francine fazia companhia a Milena, Ralf e Naiá quando o papo esquentou. " Você **molharia o biscoito** aqui dentro, Ralf?", questionou a sister ao paulista, arrancando risos do casal e de Naiá. Ralf, no entanto, preferiu se manter em silêncio, o que não ajudou muito. (in Caderno Cultura, **JB**, 11/02/2009).

e) Encher linguiça: " O programa de Gugu, anteontem, espetacularizou o quanto pode o casamento de Carla Perez e Xandy. Duas repórteres escaladas para mostrar o "dia" dos noivos tentaram fazer o suspense **enchendo linguiça** e a paciência dos telespectadores. Era Xandy tomando massagens, Carla tomando banho de espuma, Xandy mostrando a roupa de noivo, Carla, exibindo as alianças, etc. (In Colunistas, **DN**, 30/10/2001).

Considerações finais

Procuramos demonstrar, através deste relato de atividade pedagógica com expressões idiomáticas, que, através da ferramenta do Google Images, os professores, em sala de aula, poderão explorar as principais dimensões das unidades fraseológicas: a literalidade (ou fixação formal) e a metafóricidade (ou idiomaticidade).

As imagens do Google mostram a existência de uma conexão entre o significado global literal das expressões idiomáticas e seu significado figurado. Postulamos que o ensino das expressões idiomáticas, através da internet, é de eficiente aplicação à didática de línguas estrangeiras uma vez que favorece a compreensão das expressões idiomáticas, bem como valoriza os aspectos culturais da comunidade linguística.

Referências

- CORPAS PASTOR, Gloria. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996.
- ETTINGER, Stefan. Alcances e límites da fraseodidáctica. Dez preguntas clave sobre o estado actual da investigación. In **Cadernos de Fraseoloxía Galega**, 10, 2008, p.95-127
- GONZÁLEZ-REY, I. **La didactique du français idiomatique**. Fernelmont: E.M.E, 2007.
- GONZÁLEZ-REY, María Isabel. **A fraseodidáctica e o Marco europeo común de referencia para as linguas**. In Cadernos de fraseoloxía galega, ISSN 1698-7861, Nº. 8, 2006, pgs. 123-146. Disponível em Internet: <http://www.cirp.es/pub/docs/cfg08.pdf>. Acesso em 12/09/2009.
- GONZÁLEZ-REY, María Isabel. A fraseodidáctica: un eido da fraseoloxía aplicada. In **Cadernos de fraseoloxía galega**, nº 6, 2004, p. 113-130.
- MONTEIRO-PLANTIN, Rosemeire Selma. Gastronomismos lingüísticos: um olhar sobre fraseologia e cultura. In ORTIZ, Alvarez Maria Luisa e UNTERNBAUMEN, Enrique Huelva. (Orgs.). **Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas**. São Paulo: Pontes, 2011. p. 249-275.
- NEVEU, Franck. **Dicionário de ciências da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS** – Aprendizagem, Ensino, Avaliação. Porto, Conselho da Europa/Asa, 2001. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/quadro-europeu-comum-de-referencia-para-linguas>
- RUIZ GURILLO, Leonor. **Ejercicios de fraseología**. Madrid: Arco, 2002.
- TAGNIN, Stella E.O. **O jeito que a gente diz**: expressões convencionais e idiomáticas. São Paulo: Disal, 2005.
- ZULUAGA, Alberto. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Frankfurt am Maim: Peter D. Lang, 1980.

A FRASEOLOGIA DE “PÉ DE MOLEQUE”: COMPOSTO, LOCUÇÃO NOMINAL OU SINAPSIA?

Introdução

Começaremos nosso artigo com duas questões relacionadas com a nova reforma ortográfica: a) com novo Acordo Ortográfico, em vigor desde o ano de 2009, compostos como **pé de moleque, pé de boi, pé de burro, pé de cachorro**, entre outros formados a partir do lexema pé, ao deixarem de ser grafados com hífen, alteraram sua classificação morfológica, isto é, deixaram de ser substantivos compostos e passaram ser locuções nominais ou unidades fraseológicas? e b) qual a repercussão do Acordo Ortográfico na lematização das unidades léxicas formadas por justaposição, anteriormente grafadas com o hífen, nos dicionários gerais?

Para respondermos as duas questões: fizemos um levantamento inicial de palavras compostas formadas a partir do lexema **pé** e isolamos, para análise linguística, o composto nominal **pé de moleque**, para análise, a partir de seis perspectivas: (1) a **normativista**, situando a palavra pé de moleque no contexto da gramática normativa, lexicologia tradicional; (2) dialetal, em que damos enfatizando a elementos do brasileirismo e eruditismo neolatino; (3) a **cognitiva**, em que trabalhamos o princípio da iconicidade na palavra pé de moleque; (4) a **linguística estrutural**, a partir da teoria da composição e da sinapsia em Benveniste (2006), o que garante o caráter de não composicionalidade do composto (2006); (5) a **estilística ou retórica**, o composto pé de moleque como fenômeno de catacrese e (6) a **fraseológica**, a partir de posicionamentos teóricos de linguistas, filólogos e fraseólogos europeus, consultados por e-mails, sobre o que pensam da movimentação morfológica do composto pé-de-moleque para a locução nominal.

As seis abordagens descritas neste trabalho têm por fim mostrar que as bases do novo Acordo Ortográfico alteraram, de forma significativa, a macro e microestrutura dos dicionários gerais. Para tanto, analisaremos a estruturação do Dicionário Houaiss em suas

versões de 2001, antes do Acordo Ortográfico (2008) e a de 2009, depois do Acordo.

As alterações em Houaiss, de 2001 a 2009, reduziram não apenas o número de páginas nas duas edições, mas o número de entradas ou verbetes. Na edição de 2001, por exemplo, Houaiss contava com 2.922 páginas e o volume resultava do número de entradas, em vertical, nas colunas do dicionário. Em 2001, o número de páginas caiu para 1.986, transformando muitas entradas da edição anterior em subentradas, agora, com menos informações lexicográficas e registradas na parte horizontal das colunas. Em outras palavras, diríamos que a queda do número de páginas, na edição de Houaiss de 2009, ocorreu por conta do novo Acordo Ortográfico: compostos nominais, até então, com entradas próprias, portanto, sendo parte da macroestrutura do dicionário, na nova versão de Houaiss (2009) perderam este status lexicográfico e passaram a ser subentradas durante a lematização. Uma palavra como pé de moleque não apenas perdeu o hífen, mas deixou de oferecer aos consulentes informações como: *datação, ano, fonte, análise morfológica, informação gramatical e plural*.

O artigo procura apontar, também, que o deslocamento do composto nominal pé-de-moleque, com hífen, para a categoria de locução nominal pé de moleque, sem hífen, resultou de uma arbitragem de ortógrafos e filólogos do Brasil e de Portugal, e, a rigor, e esta prescrição não levou em conta repercussão na estruturação das novas edições dos dicionários gerais. O hífen, no âmbito das reformas ortográficas, sempre foi um nó górdio das gramáticas normativas, com pugilatos e controvérsias motivadas por questões fonéticas, fonológicas, morfológicas, etimológicas e, por vezes, semânticas, como no caso das homônimas. O emprego hífen, em muitos casos de registro de entradas na confecção dos dicionários, para a Lexicógrafos, resolvia a grafia das formas linguísticas que, com significados diferentes, tinha a mesma forma gráfica e fônica ou apenas fônica. Numa palavra, o sentido de uma palavra composta ou de um sintagma o emprego do hífen é determinante para um sentido literal ou não literal: a) pé de moleque, em que podemos entender como o membro inferior de um garoto da cor negra e 2) pé-de-moleque, entendido como um tipo de doce. Com o fim do uso do hífen, em pé de moleque, a homonímia superpõe

sintagma e composto e o sentido, literal ou não literal, será a partir do contexto linguístico.

Consideramos que houve um equívoco gramatical por parte dos “acordistas” abolirem o hífen de pé de moleque, sem levar em conta critérios linguísticos ou, mais precisamente, lexicológicos a serem considerados quando do tratamento dos compostos nominais e das próprias locuções nominais na metalexiografia. Assim, ao longo do texto não nos posicionamos contra ou a favor do uso do hífen em compostos nominais, como é o caso de pé de moleque, e sim, questionamos da validade de tal medida ortográfica, pensando não apenas na simplificação da indústria editorial ou informática, mas no consulente, especialmente os educandos, no processo de formação escolar e de aquisição de vocabulário da língua.

O certo é que, quando abolimos o hífen em palavras compostas por justaposição e as damos um tratamento de unidade fraseológicas, imediatamente o lexicógrafo as colocam na microestrutura dos dicionários seguindo todos os critérios da lexicografia. Numa última palavra, para tomarmos a lição de Porto Dapena (2002, p. 136), quando pé-de-moleque trazia, na sua composição lexical, o hífen se constituía em uma entrada propriamente dita, constituindo enunciado ou cabeça do verbete, na macroestrutura. Quando pé de moleque perdeu o hífen, por imperativo do Acordo Ortográfico, passou a ser subentrada e a pertencer a microestrutura do dicionário, não estando mais sujeito a lematização.

Ao longo deste artigo, pretendo, enfim, mostrar as implicações do Acordo Ortográfico (2008) na elaboração dos dicionários gerais da língua portuguesa, atualizados, a partir de 2009, com a nova ortografia. A questão inicial que se coloca é a seguinte: com o novo acordo ortográfico, o substantivo composto pé de moleque, por exemplo, alterou sua classificação morfológica, passando a ser locução nominal ou unidade fraseológica? Qual a repercussão do Acordo Ortográfico na lematização das unidades léxicas formadas por justaposição nos dicionários gerais? Para ilustrar nosso trabalho, nos concentraremos na palavras compostas formadas a partir do lexema pé. Após a promulgação do Acordo Ortográfico (2008), no Brasil e nos países lusófonos, observamos, por exemplo, quanto à palavra pé de moleque (um tipo de doce muito conhecido na região

nordeste do Brasil), agora, grafada sem hífen, o seguinte:(1) A palavra pé de moleque, sem hífen, portanto, seguindo as prescrições da base XVI do Acordo Ortográfico (1990), lematizada como entrada (lema) na página 964 do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa[Como a nova ortografia da língua portuguesa] (2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional 2008). (2) A palavra pé de moleque, sem hífen, portanto, seguindo as bases do Acordo Orográfico, lematizada como subentrada na página 1453 do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa [Com a nova ortografia da língua portuguesa] (Rio de Janeiro: Instituto Houaiss de Lexicografia/Objetiva, 2009). Vale lembrar que pé de moleque, como subentrada, é classificada como locução e não substantivo masculino ou palavra composta.(3) Na página 631 do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, pé de moleque aparece sem hífen, com status de entrada, seguindo, também, as bases do Acordo Orográfico e classificada como substantivo masculino. As duas ocorrências, no nosso entendimento, trazem implicações importantes para a lexicografia e análise linguística da unidade léxica pé de moleque: a) como entrada, deve ser, morfologicamente, classificada como substantivo composto e b) como subentrada, deve ser, morfologicamente, classificada como locução nominal.

Pé de moleque: gramática e lexicologia tradicional

De há muito, a gramática, especialmente normativa ou prescritiva, e a lexicologia andam juntas quando nos referimos à estruturação dos dicionários gerais. A linguística descritiva, por exemplo, define gramática como “estudo objetivo e sistemático dos elementos (fonemas, morfemas, palavras, frases etc.) e dos processos (de formação, construção, flexão e expressão) que constituem e caracterizam o sistema de uma língua”. É também a linguística que define Lexicologia como “ estudo do vocábulo quanto ao seu significado, constituição mórfica e variações flexionais, sua classificação formal ou semântica em relação a outros vocábulos da mesma língua, ou comparados com os de outra língua, em perspectiva sincrônica ou diacrônica”, aproximação de objetivos e objetos, conforme podemos comprovar acima nos verbetes de Houaiss (2009) ao definir os dois termos linguísticos.

A lexicologia, enquanto teoria da lexicografia, datada de 1858, por Houaiss, é nova no âmbito dos estudos linguísticos. Assim também o é termo lexicografia, enquanto estudo científico e analítico dos princípios de seleção do vocabulário, de classificação dos vocábulos, de definição e descrição dos significados. Na elaboração dos dicionários gerais, durante muito tempo, a lexicologia foi dependente dos conceitos gramaticais, especialmente os de gramática normativa. Isto ocorria porque a lexicologia era considerada como parte da gramática que estudava as palavras isoladas, consideradas em si. Dizendo de outra forma, a lexicologia se confundia com a própria noção de morfologia que temos hoje.

Uma das gramáticas mais antigas da língua portuguesa, a de Eduardo Carlos Pereira, denominada **Gramática Expositiva**: curso superior, cuja primeira edição é datada de 1907, portanto, no início do século passado, define lexicologia como parte de gramática que encarada as palavras isoladamente em seus dois elementos fundamentais: em sua parte material que são os sons ou as letras, conforme se trata da palavra falada ou escrita, e em sua ideia ou significação” (PEREIRA: 1957, p.21). O gramático divide o estudo da lexicologia em duas partes: fonologia e morfologia. Na seção dedicada à sintaxe irregular ou figurada de regência, são estudados os idiotismos léxicos e os idiotismos fraseológicos (p.258 e 259). Estas últimas, segundo Eduardo Carlos Pereira, “refratárias à análise” sintática.

Ainda, na **Gramática Expositiva**: curso superior, de Eduardo Carlos Pereira, à Etimologia reserva-se ao estudo da parte da morfologia que “estuda a origem e a formação do léxico, isto é, do vocabulário da língua” (PEREIRA, 1957, p.21). Como então o gramático Eduardo Carlos Pereira classificaria, do ponto de vista formal, a palavra pé de moleque, segundo Houaiss (2001), datada, originalmente, por Cândido Figueiredo (1899)²?

Para respondermos a esta questão, teríamos que, primeiro, ver como Eduardo Carlos Pereira definia composição no âmbito da formação do léxico: composição era definida, pelo filólogo, como o

² A palavra pé de moleque, com hífen, foi, originalmente, registrada, na primeira edição de 1899 do **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, do filólogo português Cândido Figueiredo, ratificada nas diversas reedições: (a) 2ª edição, 1913; (b) 3ª edição, de 1922; (c) 4ª edição, de 1926 e (d) 5ª edição, de 1939.

processo pela qual se formam palavras novas com a união de dois ou mais elementos” (PEREIRA: 1957, p.192). Pé de moleque, na época grafada como pé-de-moleque, era vista, formalmente, como tendo um elemento dito **determinado** (pé), isto é, elemento principal que contém a ideia genérica e um elemento dito **determinante** (de-moleque), ou seja, um elemento que contém um elemento acessório, a ideia específica. O tipo de composição da palavra hifenizada pé-de-moleque seria, pois, o da justaposição, entendida como a “união de duas palavras para expressar um só objeto ou ideia, conservando ambos os elementos a sua integridade gráfica, e prosódica”.

Na exposição de Eduardo Carlos Pereira, nessas condições de composição lexical, os elementos do composto se uniam por contato (“madressilva”, tipo de arbusto volúvel flores aromáticas amareladas e bagas ovoides vermelhas, muito cultivado como ornamental) ou por um hífen (por exemplo: “pé-de-vento”, vento forte , rajada de vento ou ventania) ou, ainda por agrupamento em forma de locução (Por exemplo: “Ricardo Coração de Leão”, este, personagem imortalizado de livros como **O Talismã** e em **Ivanhoé**, do romancista **Sir Walter Scott**.).

Havia, segundo a lição de Carlos Eduardo Pereira, três maneiras de se efetuar a justaposição das palavras na formação dos compostos: (a) **por coordenação ou concordância**, em que os elementos componentes são coordenados ou apostos, sendo o determinante ou um adjetivo ou um substantivo apostado, como era (e é ainda) o caso de **pontapé** (golpe com a ponta ou com o peito do pé; chute, formada pela composição de ponta (< latim *tadia puncta*, ae 'estocada, golpe') + pé cujas formas históricas eram, em 1720 *pontapê*; em 1789 *pontapé*); (b) **por subordinação ou dependência** em que o elemento determinante está subordinado ao elemento determinado, em relação complementar (“pé-de-galinha”, conjunto de rugas formadas em torno dos olhos datada de 1899, por Cândido Figueredo) e (c) por meio de locuções ou frases verbais, exemplificada em locuções do tipo “o lava-pés”, esta, registrada na 6ª edição, datada de 1858 , **do** Dicionário da Língua Portuguesa , este publicado, anteriormente, em 1789), de Antonio de Morais Silva.

A influência de concepções do processo de composição, em gramáticas posteriores a de Eduardo Carlos Pereira, pode ser sentida, ainda hoje, em gramáticos ortodoxos e menos ortodoxos, isto é, mais

modernos e influenciados pelo estruturalismo ou gerativismo como Celso Ferreira da Cunha, em sua Gramática de Base, (1982), que define composição como um processo de formação de palavras que uma nova palavra é formada pela união de dois ou mais radicais: “A palavra composta representa sempre uma ideia única e autônoma, não raro dissociada das noções expressas pelos seus componentes” (CUNHA, 1982, p.72) ou, mais recentemente, Evanildo Bechara, em seu Moderna Gramática Portuguesa (1999), que nos parece também repetir os ensinamentos de Eduardo Carlos Pereira.

Os gramáticos do passado e do presente, ainda presos às prescrições normativas, uma palavra como **pé de moleque** se enquadraria como um tipo de composição por justaposição em que, quanto à forma, os elementos da palavra estão justapostos, conservando cada qual a sua integridade gráfica. Quanto ao sentido, pé de moleque, os elementos de um sintagma normal indicam que o elemento determinado (pé), contém a ideia geral, e o determinante (-de-moleque), encerra a noção particular. A presença do hífen na palavra “pé-de-moleque” é um diacrítico caracterizador do composto prototípico da justaposição, mas, claro, não é uma condição **sine qua nom** para classificá-lo como tal, uma vez que a presença ou não hífen resulta de convenção ortográfica e não como condição prévia para sua estruturação lexical.

Por fim, se tomamos, agora, depois Acordo Ortográfico, pé de moleque, sem hífen, como uma locução nominal, conforme nos parece ser o que expõe Houaiss (2009), os lexicógrafos continuam a seguir os preceitos da Gramática Normativa, definindo, por exemplo, a locução como sendo “conjunto de palavras que equivalem a um só vocábulo, por terem significado, conjunto próprio e função gramatical única” e oferecendo uma rica tipologia: (a) **adjetivas** (da cor do mar, de ouro etc.); (b) **adverbiais** (com cuidado, às pressas etc.); (c) **conjuntivas** (posto que, desde que etc.); (d) **interjetivas** (ora, bolas; valha-me Deus etc.); (e) **prepositivas** (em cima de, depois de etc.); (f) **substantivas** (estrada de ferro, casa de saúde etc.) e (g) **verbais** (conjugações perifrásticas).

A rigor não foram os gramáticos nem os lexicógrafos que deram um novo status quo gramatical a **pé de moleque**. Foram os ortógrafos dos países lusófonos, conhecidos, agora, como acordistas, que com o estabelecimento dos diversos casos de emprego e não

emprego de hífen, afeta a de forma avassaladora a estruturação dos dicionários gerais e a taxionomia gramatical, especialmente a estruturação e a formação de palavras no âmbito da Morfologia.

Os ortógrafos, em 2008 (na verdade, são os mesmos da década de 90 do século passado), estabeleceram, no 6º caso da Base XV (Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares) do Acordo Ortográfico, que “Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa).”.

Foram também os “acordistas” que, para deixarem claro a migração de compostos para locuções, oferecem um exemplário de locuções sem o emprego do hífen: a) **Substantivas**: cão de guarda, fim de semana, sala de jantar; b) **Adjetivas**: cor de açafraão, cor de café com leite, cor de vinho; c) **Pronominais**: cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja; d) **Adverbiais**: à parte (note-se o substantivo aparte), à vontade, de mais (locução que se contrapõe a de menos; note-se demais, advérbio, conjunção, etc.), depois de amanhã, em cima, por isso; e) **Prepositivas**: abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, a quando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a e f) **Conjuncionais**: a fim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que. Claro, pelas bases do Acordo Ortográfico, **pé de moleque**, grafado sem hífen, é uma locução substantiva, cuja formação é pela via da justaposição, sem o emprego do hífen, mas, a rigor, não faz mais sentido classificá-lo, no nosso juízo, como um composto nominal.

Em 2009, influenciados também com as bases do Acordo Ortográfico, os lexicógrafos da Academia Brasileira de Letras (ABL), no item III da Nota Editorial da 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (2009), sob a égide da Comissão de Lexicografia da ABL, chefiada por Eduardo Portella, Evanildo Cavalcante Bechara e Alfredo Bosi, contando, ainda, como apoio ainda da equipe de Lexicógrafos, em que figuram linguistas como Ângela Barros Montez e Cláudio Mello Sobrinho, ao tratar dos procedimentos quanto ao emprego do hífen, a palavra **pé de**

moleque é citada, conforme reproduzimos a seguir: “Não se emprega o hífen nos compostos por justaposição com termo de ligação, como **pé de moleque**, folha de flandres, tomara que caia, quarto e sala, exceto nos compostos que designam espécies botânicas e zoológicas, como ipê-do-cerrado, bem-te-vi, porco-da-índia, etc.” (subitem 2, grifo nosso).

Como insistiremos neste artigo, faz e fez bastante diferença quando o ortografo do Acordo Ortográfico e o lexicógrafo da Academia Brasileira de Letras classificam **pé de moleque** como locução nominal e não como composto nominal. Pela definição de locução e exemplário de palavras, entre parênteses, apresentados por Houaiss (2009), pé de moleque se enquadraria como uma locução do tipo substantiva. No Dicionário da Real Academia Española (2009), locução é, também, definida como “combinação fixa de várias palavras que funciona como uma classe especial de palavras”. No caso de espanhol, uma palavra bem próxima da noção que temos de pé de moleque é “tocino de cielo”, segundo o Dicionário da Real Academia Española um “dulce compuesto de yema de huevo y almíbar cocidos juntos hasta que están bien cuajados”.

Pé de moleque: brasileirismo e cultismo linguístico

O Dicionário Houaiss (2009) traz as seguintes acepções para a locução nominal **pé de moleque**: (a) doce consistente feito de açúcar ou rapadura com amendoim torrado, iguaria presente na culinária regional do Brasil; (b) bolo feito de mandioca, fubá, coco e açúcar, presente na região nordeste do Brasil e (c) calçamento de rua com pedras irregulares de tamanhos diversos, tipo de pavimentação encontrada em Minas Gerais e no Centro do Oeste do Brasil.

Para nosso estudo, tomaremos, para análise, a primeira acepção de **pé de moleque**: “doce consistente feito de açúcar ou rapadura com amendoim torrado”. Expressões como “doce consistente feito de açúcar” e “rapadura com amendoim torrado” nos sugerem ser o **pé de moleque** uma iguaria de fabricação caseira, tradicional e extremamente popular no Brasil. O doce pé de moleque é bastante relacionado às culturas caipiras e açoriana, isto é, tem uma origem na culinária de origem caipira (brasileirismo) e açoriana (lusitanismo).

No âmbito da gramática tradicional e da linguística estrutural, o composto nominal ou a locução nominal **pé de moleque**, com e sem hífen, antes e depois do Acordo Ortográfico, é tipicamente português. Diríamos, a rigor, que **pé de moleque**, grafado, antes do Acordo Ortográfico e depois do Acordo Ortográfico, traz traços lexicológicos do plebeísmo, brasileirismo e populismo.

Por outro lado, o emprego do hífen na composição da palavra traduz muito do valor gramatical do hífen no âmbito da estruturação e classificação das palavras por três: a) é um sinal que une os elementos de palavras compostas, isto é, de substantivos compostos, isto é, substantivos formados por mais de um elemento vocabular: a) designa um só objeto ou um só conceito; b) é um sinal usado para unir os elementos de palavras compostas .

Pé de moleque, por ter mais de uma acepção, o ideal de uma reforma ortográfica mais ampla e com base nos fundamentos da linguística contemporânea, especialmente a Lexicologia e Semântica, é que levasse em conta que um composto desta natureza morfológica tem, pelo menos, três acepções de acordo com cada contexto, o que, naturalmente, justificaria, as duas grafias com e sem hífen para cada sentido: (a) doce consistente feito de açúcar ou rapadura com amendoim torrado, registro no vocabulário da culinária regional do Brasil (grafado com hífen); (b) bolo feito de mandioca, fubá, coco e açúcar, registro no vocabulário da culinária do Nordeste do Brasil (grafado com hífen); e (c) calçamento de rua com pedras irregulares de tamanhos diversos, registro no vocabulário regional de Minas Gerais, Centro-Oeste do Brasil (nesse caso, o ideal é fosse grafado sem hífen). Mas como, realmente, arbitrar o uso do hífen na composição do composto pé de moleque levando em suas diversas acepções ou motivação semântica?

Com a datação em 1899, pé de moleque, até 2008, grafado pé-de-moleque, é, assim como também o são as palavras e expressões do tipo “avacalhar”, “de saco cheio”, “aporrinhar”, “bunda-suja” típicos do dialeto das classes populares no regionalismo nordestino ou dos registros distensos da fala culta na escrita literária, e tidos, frequentemente, pela comunidade falante como, vulgares ou triviais.

A motivação para a criação lexical da palavra **pé de moleque**, com ou sem hífen, também uma forma linguística própria do dialeto social da população com pouca instrução e que não faz parte do uso

culto formal. Não se trata de uma palavra estigmatizada por um preconceito linguístico, mas ao se ler ou ouvir a palavra **pé de moleque** sabemos que estamos uma palavra de motivação popular.

Nos dicionários de Portugal, sob o ponto de vista lexical e semântico, traz muito, em sua macro e microestrutura, o dialetismo regional privativo do português do Brasil. Tudo isso nos levar a postular que em se tratando de lematização das entradas dos dicionários, compostos como pé de moleque e pé de negro são, tipicamente, portugueses, portanto, de natureza vernacular, passando, em geral, a ser, por essa razão, subentradas, como o que ocorre com os compostos nominais, antes hifenizados e com entrada própria, passando a ser, logo após a vigência do Acordo Ortográfico (2008), locuções nominais não hifenizadas. Diferentemente dos compostos ou locuções nominais de natureza popular, os compostos eruditos, por força do cultismo ou purismo linguístico, preservam sua autonomia de cabeça no processo de lematização.

A título de curiosidade, diríamos que **pé de moleque**, enquanto subentrada, nos atuais dicionários gerais, do lexema **pé**, exerce o papel de determinado, contendo a ideia geral do composto e se caracteriza, em se tratando de contexto linguístico, como um elemento que precede o determinante. E o que justificaria pé ser entrada e não subentrada? Cremos que o fato de ser uma palavra de origem latina.

Tomemos, por exemplo, o sentido de pé como “extremidade do membro inferior abaixo da articulação do tornozelo e terminada pelos artelhos, assentada por completo no chão, e que permite a postura vertical e o andar”, tem, pois, origem no latim “pes, pedis”, datada do século XIII; portanto, é uma palavra caracterizada por um cultismo linguístico ou eruditismo. No caso do determinante “de moleque”, observamos, ao contrário, que a palavra moleque, datada de 1716 por Houaiss, vem do quimbundo muleke 'garoto, filho pequeno', banta, falada em Angola pelos ambundos, bantos que habitam as províncias do Bengo e Luanda, o Cuanza Norte, Malanje, o Cuanza Sul e parte do Bié, em Angola. O africanismo, entendido como qualquer fato de linguagem privativo do português de alguma das ex-colônias portuguesas na África, em contraste com o de Portugal ou do Brasil, tende a ser um pouco estigmatizado pelo olhar dos lusófonos europeus. O que estamos afirmando é que além dos

critérios lexicográficos na seleção de termos para a macro e microestrutura, tende a ficar na microestrutura os termos oriundos da linguagem informal ou popular.

Para melhor compreensão do composto **pé de moleque** e de outros compostos formados a partir do lexema **pé** como “pé de burro”, “pé de cabra”, “pé de cachorro”, recorremos à **hipótese Sapir-Whorf**. Por esta hipótese, postularíamos que, para o caso de **pé de moleque**, a língua portuguesa traz uma infra-estrutura (pé+de+moleque) que determinam a natureza das culturas brasileira (caipira) e lusitana(açoriana), isto é, os elementos da palavra **pé de moleque**, de motivação icônica (a forma do doce evoca a perna de um garoto da raça negra), induzem a forma das representações do sujeito falante e até mesmo as determinam profundamente.

Antes e depois do Acordo Ortográfico (2008), as palavras, formadas a partir de pé, por via erudita ou se formam pelo modelo da composição latina, preservaram sua autonomia de entrada própria no processo de lematização dos dicionários. Podemos supor que uma das explicações para esse fenômeno lexicográfico estaria pela ideia de que tudo aquilo que a língua portuguesa traz por herança latina, por meio do acusativo, na lexicologia, ainda com feição conservadora, sugere a linguagem escorreita, correta, sem estrangeirismos na pronúncia ou na lexicalização. É, em substância, a força do cultismo linguístico, em que o componente linguístico lexical ou morfológico é introduzido ou mantido nos dicionários, seguindo o rigor da inspiração purista na seleção das entradas dos dicionários gerais das línguas modernas ou neolatinas, como é o caso do português, espanhol ou italiano.

Veremos, a seguir, a preservação de entrada própria no processo de lematização lexicográfica, de palavras de origem erudita, relacionadas com a palavra pé resultam, no processo de formação lexical, do elemento de composição ped(i)-, antepositivo, do lat. pés, pèdis 'pé (em sentido próprio e figurado)', de fecunda cognação, como podemos atestar no exemplário de palavras no Houaiss(2001), a partir do elemento antepositivo (ou mais raramente pospositivo) de composição de origem erudita (latina ou grega):

(1) **apecil(o)-** (de a- 'privação, não' + o grego poikílos, é, on 'variado, variegado', ocorre em uns poucos cultismos do sXIX em diante): apecil, apécilo, apecilotérmico

(2) **despach-** (do francês antigo. *despeechier* (> mod. *dépêcher*), do sXIII, que ou remonta a um latim vulgar “*disimpedicare*, ou é criação vernacular, antonímica de *empeechier*”, pelo provençal *despachar*; em português, *despachar* documenta-se no sXV e seus derivados datam do Renascimento para cá): *despachadão*, *despachado*, *despachador*, *despachante*, *despachável*, *despacho*.

(3) **empach-** (do francês antigo *empeechier* (> mod. *empêcher*), derivado do latim tardio. *impedico*, *as*, *ávi*, *átum*, *áre* 'enlaçar, travar, prender' -, ocorre em vocábulos atestados desde o sXIV): *desempachado*, *desempachamento*, *desempachar*, *desempachável*, *desempacho*; *empachação*, *empachado*, *empachamento*, *empachar*, *empache*, *empacho*, *empachoso*.

(4) **imped-** (do verbo latino *impedio*, *is*, *ívi*, *ítum*, *íre* (de *in* + *pés*, *pedis*) 'impedir de andar, travar; embaraçar, estorvar'; ocorre em voc. já originalmente latinos, como *impediência* e *impedimenta* já em outros, introduzidos no vern. a partir do sXIV): *desimpedido*, *desimpedimento*, *desimpedir*, *desimpeditivo*; *impedância*, *impedição*, *impedido*, *impedidor*, *impediente*, *impedimento*, *impedir*, *impeditivo*, *impedor*;

(5) **imped-**(pelo latim vulgar, ocorre em vocábulos atestados desde as origens do idioma): *desempeçado*, *desempeçar*, *desempecedor*, *desempecente*, *desempecer*, *desempecido*, *desempecilhado*, *desempecilhar*, *desempecilho*, *desempecimento*, *desempecível*, *desempeço*; *empeçado* 'embaraçado', *empeçar* 'pôr obstáculo a', *empecer*, *empecilhado*, *empecilhador*, *empecilhar*, *empecilheiro*, *empecilho*, *empecimento*, *empecível*, *empecivo*, *empeço* 'empecilho';

(6) **pede** (pospositivo), do latim *pes*, *pèdis* 'pé', em cultismos adjetivos (muitos, substantivos.) do universo literário e, em especial, das ciências naturais, a partir do sXVII (*bípede*): *acrípede*, *alípede*, *alternípede*, *ambulípede*, *anelípede*, *anguípede*, *anomalípede*, *atrípede*, *barbípede*, *bípede*, *brevípede*, *caprípede*, *celerípede*, *centípede*, *cianípede*, *cirrípede*, *cornípede*, *crassípede*, *curvípede*, *equinípede*, *equípede*, *falcípede*, *fissípede*, *flabelípede*, *flavípede*, *flexípede*, *fossípede*, *fulvípede*, *fusípede*, *gracilípede*, *ingnípede*, *lamelípede*, *latípede*, *levípede*, *longípede*, *maxilípede*, *milípede*, *molípede*, *multípede*, *nigrípede*, *nudípede*, *palmípede*, *pilípede*, *pinípede*, *podicípede*, *quadricípede*, *remípede*, *retípede*, *rubrípede*,

serrípede, solípede, sonípede, tarsípede, tenuípede, unípede, vagípede, velocípede

(7) **peciol(i)**- (do grego *poikilos*,é,on 'variado, variegado'; ocorre em cultismos, em geral das biociências, preferentemente da área da zoologia, do sXIX em diante): pecilandria, pecilante, pécile/pécilo, pecília, pecílico, peciliídeo, pecilócero, pecilocítaro, pecilócito, pecilocitose, pecilocloro, pecilocromático, pecilocrômico, pecilocromo, peciloderma/pecilodermo, peciloderme, pecilodermia, pecilógalo, peciloginia, pecilogonia, pecilômetro, pecilopirita, pecilópode, peciloscito, pecilotermia, pecilotérmico, pecilotermo;

(8) **pedat(i)**- (do latim *pedátus*,a,um 'que tem pés'; ocorre em eruditismos da nomenclatura botânica, do sXIX em diante): pedatífido, pedatífido, pedatilobado, pedatílobo, pedatinérveo, pedatipartido, pedatissecto, pedato;

(9) **pedestr-** (do latim *pedester*, tris, tre ou *pedestris*, e 'que vai a pé, pedestre, que está em pé; de infantaria; que é feito em terra; prosaico'; ocorre no voc. pedestre (em curso na língua desde o sXVI) e em cultismos do sXIX em diante): pedestriácea, pedestrianismo, pedestrianista e pedestriano;

(10) **pedi(o)**- (do grego *pedíon*, ou 'planície, plano, planta do pé'; ocorre em vocábulos formados no próprio grego, como *pediônomo* (*pedionómos*), e em cultismos do sXIX em diante): pedialgia, pediálgico, pedionalgia, pedionálgico, pedionite, pedionomídeo, pediopatia, pediornito;

(11) **pedicel(i)**- (do latim *pedicellus* 'pezinho'; ocorre em cultismos, em geral da nomenclatura botânica e zoológica, do sXIX em diante: apedicelado; pedicel, pedicela, pedicelado, pedicelária, pedicelário, pediceláster, pedicelasterídeo, pediceliforme, pedicelina, pedicelínea, pedicelinídeo, pedicelinópsis, pedicelo, pedicélula, pedicélulo;

(12) **pedicul-** (do latim *pediculus*,i 'pezinho', ocorrente em cultismos das biociências, do sXIX em diante, p.exemplo): pedicular 'relativo a pedículo', pediculização, pediculizado, pediculizar, pedículo, pedículo-laminar;

(13) **pedil(o)**- (do grego *pedílon*, ou 'calçado, sapato'; ocorre em cultismos da terminologia botânica e zoológica, do sXIX em diante): pedilanto, pedilóforo, pedilônia;

(14) **peduncul-** (do latim *pedunculus*, i 'pedúnculo, haste de uma folha', dim. de *pés*, *pèdis* 'pé' , que 1); ocorre em cultismos da terminologia botânica, do sXIX em diante): pedunculado, peduncular, pedunculiano, pedúnculo, pedunculoso.

Pé de moleque: cognição e lexicologia

A questão da composição é um das categorias centrais da linguística cognitiva. Alias, quando o lexicógrafo transforma, por exemplo, no processo de lematização, o composto nominal pé-de-moleque, com hífen e com entrada própria, em locução nominal pé de moleque, portanto, fazendo a conversão de composto justaposto para uma unidade fraseológica do tipo locução, procede assim com base no princípio da composicionalidade ou na análise composicional do léxico, com base em aportes da Semântica e da Linguística Cognitiva.

Quando dizemos que pé de moleque é um tipo regional de doce ou bolo ou, ainda um tipo de calçamento, distanciando seu significado do sentido literal que os seus componentes sugerem (pé/moleque), este significado baseia-se no princípio da não composicionalidade, caracterizado, como bem define Frank Neveu (2008), “por uma opacidade semântica que varia principalmente em função do grau de cristalização das expressões e pelas restrições sintáticas” (p.74). Como se trata de um composto, diríamos que essas restrições a que Neveu faz referência são, na verdade, princípios da ordem ou sequencialidade do sintagma nominal.

A linguista Nicole Delbecque, em seu **Linguística cognitiva: compreender como funciona a linguagem** (2008), afirma que, na estrutura interna dos compostos nominais, por exemplo, há uma estreita dependência do significado de base das diferentes classes de palavras que se combinam. Uma palavra como pé de moleque, nesse caso, denotaria algo de caráter estável, por oposição, por exemplo, numa frase como fazer finca-pé, que nos sugere “manter-se firme em resolução, em opinião; fincar-se, obstinar-se, teimar”, que evocaria coisa menos estável.

Com base ainda nas postulações cognitivistas de Nicole Delbecque, diríamos que no grupo dos compostos nominais, entre os quais podemos encontrar como palavras como pé de moleque ou pé de

negro, ambos, iguarias, toda uma espécie de relações semânticas entre os dois componentes, indicando o princípio de iconicidade observado no estabelecimento de “uma certa semelhança entre a forma do enunciado e aquilo que ele representa” (DELBECQUE, 2008, p.26).

Esse princípio de iconicidade se manifesta ainda, do ponto de vista cognitivo, através de três outros princípios de estruturação da linguagem: (a) princípio da ordem linear, onde observamos, no caso de pé de moleque, com ou sem hífen, a disposição linear dos componentes no interior do vocábulo (pé + de + moleque); (b) princípio da distância, em que pé de moleque, com ou sem hífen, pode ser flexionado pés de moleque, a partir do que entendemos como sendo um elo conceitual. Nesse caso, se o plural fosse pé de moleques ou pés de moleques, estaríamos, a rigor falando de perna de garotos negros ou pernas de garotos negros e não do doce e, por último, (c) princípio de quantidade, em que, para o caso de pé de moleque, com ou sem hífen, tem três acepções: doce, bolo e calçamento isto é, uma grande quantidade de forma é associada a uma grande qualidade de significado. No levantamento feito na entrada de pé, em Houaiss(2009), encontramos 23 acepções (por exemplo, em domínios relacionados com anatomia botânica, construção, geometria, artes gráficas, metrologia, versificação, decoração, anatomia zoológica), mas quando diante da lista de locuções ou unidades fraseológicas o número de ocorrência salta para, pelo menos, 118 expressões fixas. Vejamos os quadro comparativos de entradas e subentradas antes e depois do Acordo Ortográfico:

QUADRO I – COMPOSTOS COM PÉ, HIFENIZADOS, ANTES DO ACORDO ORTOGRÁFICO (HOUAISS: 2001)

71 COMPOSTOS	
1.Pé-de-alferes	2.Pé-de-negro
3.Pé-de-altar	4.Pé-de-oiro
5.Pé-de-amigo	6.Pé-de-ouro
7.Pé-de-anjo	8.Pé-de-ouvido
9.Pé-de-atleta	10.Pé-de-papagaio
11.Pé-de-banco	12.Pé-de-parede
13.Pé-de-bezerro	14.Pé-de-pato
15.Pé-de-bode	16.Pé-de-pau
17.Pé-de-boi	18.PE-de-pavão

19. Pé-de-briga	20. Pé-de-peia
21. Pé-de-burrinho	22. Pé-de-perdiz
23. Pé-de-burro	24. Pé-de-poeira
25. Pé-de-cachorro	26. Pé-de-pomba
27. Pé-de-cana	28. Pé-de-pombo
29. Pé-de-carneiro	30. Pé-de-rabo
31. Pé-de-carneiro	32. Pé-de-rola
33. Pé-de-cavalo	34. Pé-de-serrense
35. Pé-de-chinelo	36. Pé-de-valsa
37. Pé-de-chumbo	38. Pé-de-vento
39. pé-de-elefante	40. Pé-direito
41. Pé-de-escada	42. Pé-duro
43. Pé-de-galinha	44. Pê-efe
45. Pé-de-galinha-verdadeiro	46. Pê-efe
47. Pé-de-galo	48. Pê-eme
49. Pé-de-gancho	50. Pé-encarnado
51. Pé-de-garrafa	52. Pé-fresco
53. Pé-de-gato	54. Pé-frio
55. pé-de-lebre	56. Pé-lavado
57. Pé-de-lobo	58. Pé-leve
59. pé-de-lugar	60. pé-na-cova
61. Pé-de-macaco	62. Pé-no-chão
63. Pé-de-meia	64. Pé-quebrado
65. Pé-de-mesa	66. Pé-quente
67. Pé-de-moleque	68. Pé-rachado
69. Pé-de-mosca	70. Pé-rapado
71. Pés-de-cabra	

QUADRO II – COMPOSTOS COM PÉ, HIFENIZADOS, DEPOIS DO ACORDO ORTOGRÁFICO (HOUAISS: 2009)

19 entradas	pé-atrás
	pé-cascudo
	pé-d'água
	pé-de-bezerro
	pé-de-boi
	pé-de-cabra
	pé-de-chumbo
	pé-de-galinha
	pé-de-galo
pé-de-gato	

	pé-de-meia
	pé-de-pau
	pé-direito
	pé-encarnado
	pé-frio

QUADRO III – COMPOSTOS COM PÉ, SEM HÍFEN, DEPOIS DO ACORDO ORTOGRÁFICO (HOUAISS: 2009)

1.a pé	2.pé cavo
3.a pé de	4.pé chato
5.a pé de galo	6.pé de alferes
7.a pé firme ou quedo	8.pé de altar
9.abrir no pé	10.pé de amigo
11.ao pé da letra	12.pé de anjo
13.ao pé de	14.pé de árvore
15.ao pé do ouvido	16.pé de arvoredo
17.apertar o pé	18.pé de atleta
19.bater (o) pé	20.pé de banco
21.botar o pé na fôrma	22.pé de bode
23.botar o pé no mundo	24.pé de boi
25.cair de pé	26.pé de briga
27.com o pé atrás	28.pé de burro
29.com o pé direito	30.pé de cabra
31.com o pé esquerdo	32.pé de cachorro
33.com o pé no estribo	34.pé de cana
35.com pés de lã	36.pé de carneiro
37.com pés de ladrão	38.pé de chinelo
39.com um pé nas costas	40.pé de chumbo
41.dar no pé	42.pé de escada
43.dar pé	44.pé de galinha
45.de pé	46.pé de gancho
47.de pé atrás	48.pé de garrafa
49.de pé quebrado	50.pé de mato
51.de quatro pés	52.pé de mesa
53.dez pés em quadrão	54.pé de pato
55.do pé para a mão	56.pé de pau
57.em pé	58.pé de pavão
59.em pé de guerra	60.pé de peia
61.em pé de igualdade	62.pé de poeira
63.em pés de lã	64.pé de rabo

65.encher o pé	66.pé de valsa
67.encostado ao pé da embaúba	68.pé de vento
69.estar com o pé na cova	70.pé equino
71.fazer pé atrás	72.pé na cova
73.fazer pé de alferes a	74.pé na tábua
75.ficar no pé de (alguém)	76.pé no chão
77.ir aos pés	78.pé torto
79.ir e vir num pé só	80.pé valgo
81.ir num pé e vir no outro	82.pé varo
83.ir num pé e voltar no outro	84.pegar no pé
85.ir num pé só	86.pegar pelo pé
87.jurar de pés juntos	88.perder (o) pé
89.lamber os pés de	90.pés de lebre
91.largar do pé de	92.pés e pelos
93.meter o pé (em)	94.pés no chão
95.meter o pé no atoleiro	96.pisar no pé
97.meter o pé no lodo	98.sufrer que só pé de cego
99.meter o pé no mundo	100.ter os pés fincados na terra
101.meter os pés em	102.ter os pés na terra
103.meter os pés pelas mãos	104.ter os pés no chão
105.não arredar pé	106.ter pé
107.não chegar aos pés de	108.ter um pé na cova
109.negar a pés juntos	110.tirar o pé da lama
111.passar o pé adiante da mão	112.tirar o pé do lodo
113.pé ambulacrário	114.tomar pé
115.pé ante pé	116.tomar pé em ou de
117.pé calcâneo	118.um pé lá, outro cá

Pé de moleque: de composto à locução nominal

Para uma discussão linguística sobre pé de moleque, postularíamos, com base em Émile benveniste, em **Problemas de linguística geral** (2006), que, por meio da sinapsia, houve, por força das novas bases do Acordo Ortográfico, a transformação ou gramatização do composto pé-de-moleque, nominal, justaposto e hifenizado, em locução nominal, grafado sem hífen. Para Émile Benveniste, palavras compostas como pé de moleque, pé de negro, pé de cachorro, pé de cabra, entre tantas, presentes na língua portuguesa, caracterizam-se por sua polilexicalidade não unida no plano formal, o que nos leva a supor que a supressão do hífen em

palavras acima referidas, não interferiu na sua idiomaticidade, cristalização e na sua não composicionalidade semântica.

Como vimos, anteriormente, a palavra **pé de moleque**, com ou sem hífen, respectivamente, antes ou depois do Acordo Ortográfico (2008), é classificada pelos gramáticos como um composto nominal, formado por dois radicais, por meio da justaposição. O normativismo vê, na composição de pé de moleque, uma “união, em uma só palavra com significado independente, de palavras distintas que conservam, cada uma, sua integridade fonética”. Para os ortógrafos do Acordo Ortográfico (2008), lexicógrafos da Academia Brasileira de Letras e os dicionaristas do Instituto Houaiss de Lexicografia, ao contrário dos gramáticos, pé de moleque, depois de obedecidas as bases do Acordo na formação das palavras, é, com a perda do hífen, uma unidade fraseológica do tipo locução nominal.

Não é, todavia, uma questão fácil de ser solucionada ou esclarecida. Até aqui temos feito um esforço para dirimir esta dicotomia: composto X locução, sem que isso, claro, afete as acepções tradicionalmente atribuídas à palavra **pé de moleque**. Certo é que **pé de moleque** é, na longa tradição das gramáticas prescritivas, uma palavra classificada como composto nominal. Hoje, classificá-la como locução nominal não traz implicações semânticas, mas traz discrepância ou divergência na estruturação dos dicionários gerais, especialmente em se tratando de suas macro e microestrutura, portanto, traz repercussões lexicográficas.

Explico melhor: Como composto nominal, antes do Acordo Ortográfico, **pé-de-moleque**, com o diacrítico hífen, usado para unir os elementos de palavras compostas, tinha entrada própria no Dicionário de Houaiss (2001). Dizer que tinha entrada própria significa que pé de moleque abria um verbete nos dicionários gerais, verdadeiramente, uma unidade léxica ou cabeça. Isso acontecia com outras dezenas de palavras, conforme demonstraremos em quadro mais adiante. Portanto, pé-de-moleque se enquadrava, no dicionário de Houaiss, como entrada pertencente a uma estrutura ordenada de todas as entradas (*nominata*). Pé-de-moleque, enfim, fazia parte de um item na relação de entradas de Houaiss.

Depois do Acordo Ortográfico, **pé de moleque**, sem hífen, passa a ser subentrada da cabeça pé, conforme podemos atestar em Houaiss (2009). Em quem, então, se respaldar para a mudança

classificação de pé de moleque e de outras com a mesma forma de composição lexical? Tentaremos, ao longo deste artigo, responder a esta questão, daí, vez por outra voltarmos a essa problemática lexicográfica. Pé de moleque passou a fazer parte da microestrutura do dicionário, entendida aqui como item pertencente à estrutura interna da unidade básica de referência (o verbete pé).

O processo de lematização de pé-de-moleque, com hífen, pertencente à macroestrutura de Houaiss à forma pé de moleque, sem hífen, pertencente à microestrutura do referido dicionário, apaga uma série de informações, conforme observar nos quadros comparativos a seguir:

QUADRO IV – O LEXEMA PÉ-DE-MOLEQUE, COM HÍFEN, ANTES DO ACORDO ORTOGRÁFICO (HOUAISS: 2001)

ENTRADA	
Pé-de-moleque (HOUAISS: 2001, p.2163)	
Microestrutura	<p>1.Datação: 1.1.Ano: 1899 1.2.Fonte: CF 2.Acepções: 2.1.Morfologia: substantivo masculino 2.1.1.Rubrica: culinária. 2.1.1.1. Regionalismo: 2.1.1.1.1.Brasil: doce consistente feito de açúcar ou rapadura com amendoim torrado. 2.1.1.1.1.1. Nordeste do Brasil: bolo feito de mandioca, fubá, coco e açúcar 2.1.1.2.Angola: amendoim torrado, descascado e triturado posto em calda de açúcar temperada com erva-doce até o ponto de cortar; feito em torrões (colocados em cartuchos cônicos) ou placas triangulares ou retangulares 2.2.Regionalismo: 2.2.1.Minas Gerais, Centro-Oeste do Brasil. calçamento de rua com pedras irregulares de tamanhos diversos 3.Gramática 3.1.Plural: pés-de-moleque</p>

QUADRO V – O LEXEMA PÉ DE MOLEQUE, SEM HÍFEN, DEPOIS DO ACORDO ORTOGRÁFICO (HOUAISS: 2009)

ENTRADA	
<p>PÉ: substantivo masculino: 1Rubrica: anatomia humana. Extremidade do membro inferior abaixo da articulação do tornozelo e terminada pelos artelhos, assentada por completo no chão, e que permite a postura vertical e o andar. Datação: século XIII. Etimologia: lat. pes, pèdis 'pé'</p>	
SUBENTRADA	
Pé de moleque (HOUAISS: 2009, p. 1453)	
Microestrutura	<p>3.Datação: Ø 1.3.Ano: Ø 1.4.Fonte: Ø 4.Acepções: 2.2.Morfologia: Ø 3.1.1.Rubrica: culinária. 3.1.1.1. Regionalismo: 3.1.1.1.1.Brasil: doce consistente feito de açúcar ou rapadura com amendoim torrado. 2.1.1.1.1.1. Nordeste do Brasil: bolo feito de mandioca, fubá, coco e açúcar 3.1.1.2.Angola: amendoim torrado, descascado e triturado posto em calda de açúcar temperada com erva-doce até o ponto de cortar; feito em torrões (colocados em cartuchos cônicos) ou placas triangulares ou retangulares 3.2.Regionalismo: 3.2.1.Minas Gerais, Centro-Oeste do Brasil. calçamento de rua com pedras irregulares de tamanhos diversos 4.Gramática: Ø 4.1.Plural: Ø</p>

Pé de moleque: o fenômeno da catacrese

Do ponto de vista estilístico ou retórico, o composto **pé de moleque** pode ser analisado, semanticamente, como fenômeno de catacrese, com ou sem hífen. Houaiss (2009) define catacrese como um tipo de “metáfora já absorvida no uso comum da língua, de emprego tão corrente que não é mais tomada como tal, e que serve para suprir a falta de uma palavra específica que designe determinada coisa”. Aqui, mais uma vez, voltamos à questão da

composicionalidade semântica: o processo de formação do composto indica três itens: pé + de + moleque.

O primeiro item, o substantivo **pé**, nos remete à anatomia humana: “extremidade do membro inferior abaixo da articulação do tornozelo e terminada pelos artelhos, assentada por completo no chão, e que permite a postura vertical e o andar”. O segundo item, a preposição **de**, cuja função essencial é a de relacionar palavras por subordinação e expressar os **sentidos**”. No caso específico de pé de moleque, o de expressa semelhança, isto é, uma parecença(ou analogia) do formato do doce com o formato do pé de um moleque. Finalmente, o terceiro item, **moleque**, a partir de acepções do regionalismo brasileiro, o sentido de menino novo, de raça negra ou mista; garoto de pouca idade ou criado à solta; menino de rua ou ainda, garoto travesso.

O que justificaria então apontarmos, na composicionalidade de pé de moleque, um fenômeno catacrésico? Respondemos que foi determinante para o fenômeno de catacrese o fato extralinguístico de darmos, metaforicamente, ao composto pé de moleque um novo sentido, por meio de uma **translação**, em que designa um tipo de doce, consistente e feito de açúcar com amendoim torrado, com configuração física semelhante a um membro inferior(pé) de um garoto de pele negra ou mestiça. Em substância, o fenômeno de catacrese em pé de moleque indica, claramente, que o sentido que damos a este composto não pertence ao sistema da língua, mas está associado, semântica ou metaforicamente, à aplicação deste na produção e na compreensão do composto no que tange ao sujeito ou à situação, e ao conhecimento de mundo que os falantes do Nordeste do Brasil, Minas Gerais e Centro-Oeste do Brasil compartilham entre si.

Pé de moleque: a perspectiva fraseológica

A título de visão crítica tomada por nós durante a elaboração deste artigo, vamos ilustrar nosso trabalho com posicionamento de um linguista europeu, de um filólogo brasileiro e um fraseólogo espanhol sobre o que pensam a respeito do impacto do Acordo Ortográfico na estruturação dos dicionários. Pé-de-moleque, antes do Acordo Ortográfico, com status de entrada na macroestrutura do Dicionário de Houaiss, na edição de 2001. Agora, depois do Acordo

Ortográfico, pé de moleque, sem hífen, como subentrada na edição de 2009.

Linguista Carlos Rocha (Portugal): “ A palavra que se escrevia pé-de-moleque passa a escrever-se sem hífen, pé de moleque, segundo a Base XVI do Acordo Ortográfico de 1990, como aliás se pode verificar pela respectiva entrada, não hifenizada, da 5.ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da Academia Brasileira de Letras. A perda do hífen não significa que pé de moleque deixe de ser um composto, porque o fato de lhe ser atribuída entrada no VOLP significa que a forma é reconhecida como unidade vocabular autônoma”

Filólogo José Pereira da Silva (Brasil): “ interessante sua observação, relativamente à questão de lexicografia e lexicologia. Trata-se de uma questão ainda não decidida pelos linguistas, que têm opiniões divergentes ou imprecisas sobre a delimitação precisa do que seria palavra composta ou locução. No caso da ortografia (com ou sem hífen), só se fala das palavras compostas, porque as locuções, naturalmente, não são hifenizadas. As palavras compostas que são ligadas por conectivo (preposição ou conjunção) dispensam o hífen, naturalmente, porque esse conectivo já é suficiente ligação entre os dois termos e não precisam de um "traço de união", com as devidas exceções, como é o caso dos termos relativos à fauna e à flora (à botânica e à zoologia).O assunto carece de uma reflexão mais amadurecida para que os linguistas e filólogos (lexicólogos e lexicógrafos) consigam chegar a uma definição segura que delimite a distinção entre palavra composta e locução”.

Fraseólogo Mario Garcia-Page Sánchez (Espanha): ‘Si pé de moleque es un 'dulce', yo lo interpreto como compuesto nominal (así lo mantengo en mi libro de fraseología); en español hay casos parecidos: tocino de cielo y brazo de gitano, que también son dulces. Cuando un grupo nominal como éstos designa un objeto físico, yo lo analizo como compuesto (también otros autores, y gran parte de la tradición); pero hay autores que los describen como locuciones nominales, como es el caso de la Real Academia en su Nueva gramática de la lengua española (2009)”.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, mostramos as implicações do Acordo Ortográfico (2008) na elaboração dos dicionários gerais da língua portuguesa, atualizados, a partir de 2009, com a nova ortografia. Após a promulgação do Acordo Ortográfico (2008), no Brasil e nos países lusófonos, observamos, por exemplo, quanto à palavra pé de moleque (um tipo de doce muito conhecido na região nordeste do Brasil), agora, grafada sem hífen, o seguinte:(1) A palavra pé de moleque, sem hífen, portanto, seguindo as prescrições da base XVI do Acordo Ortográfico (1990), lematizada como entrada (lema) na página 964 do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa [Como a nova ortografia da língua portuguesa] (2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional 2008). (2) A palavra pé de moleque, sem hífen, portanto, seguindo as bases do Acordo Ortográfico, lematizada como subentrada na página 1453 do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa [Com a nova ortografia da língua portuguesa] (Rio de Janeiro: Instituto Houaiss de Lexicografia/Objetiva, 2009). Vale lembrar que pé de moleque, como subentrada, é classificada como locução e não substantivo masculino ou palavra composta.(3) Na página 631 do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, pé de moleque aparece sem hífen, com status de entrada, seguindo, também, as bases do Acordo Ortográfico e classificada como substantivo masculino. As duas ocorrências, no nosso entendimento, trazem implicações importantes para a lexicografia e análise linguística da unidade léxica pé de moleque: a) como entrada, deve ser, morfologicamente, classificada como substantivo composto e b) como subentrada, deve ser, morfologicamente, classificada como locução nominal.

Podemos afirmar que o Acordo Ortográfico, promulgado, em 2008, pelo governo brasileiro, trouxe importantes repercussões na elaboração dos dicionários gerais. Como composto nominal, observamos que as principais características de pé de moleque eram: (a) Realização gráfica: ligação com um separador (um espaço ou um hífen); (b) Contém dois ou mais morfemas léxicos (unidade significativa); (c) Variação (aleatória) em um mesmo estágio da língua (sincronia); (d) Formação resultante da polilexicalidade (sinapsia); (e)

Cristalização; (f) Neutralização das propriedades combinatórias das unidades constituintes e (g) Não composicionalidade do sentido.

Registramos, depois do Acordo Ortográfico (2008), as seguintes características para pé de moleque, sem hífen, com locução nominal: (a) Unidade polilexical do tipo sintagmático; (b) Constituintes não objeto de uma atualização separada; (c) Anuncia um conceito autônomo; (d) Bloqueio das propriedades combinatórias e transformacionais e (e) Não-composicionalidade de sentido.

A partir do conceito de composição em Benveniste (2006), verificamos que, pelo processo de **sinapsia**, a palavra **pé de moleque** e outras congêneres, antes e depois do Acordo Ortográfico passaram a apresentar os seguintes traços sinápticos: (a) Depois do Acordo Ortográfico, no caso de **pé de moleque**, verificamos a persistência do traço sintagmático verificado na ligação entre os componentes (pé+de-moleque); (b) A permanência, depois da reforma ortográfica, do emprego de jutores para esse efeito, sobretudo as preposições **DE** e **A** ; (c) A permanência, por princípio de natureza cognitiva, da ordem determinado + determinante dos membros (pé/ de+moleque, onde pé é determinado e de+moleque, o determinante); (d) Pé, por força do processo de sinapsia, caracteriza-se por sua forma lexical plena, e a livre escolha de qualquer substantivo ou adjetivo (pé de cabra, em pé de guerra, ir num pé e voltar no outro etc.); (e) Como subentrada, pé de moleque não traz artigo antes do determinante (pé de moleque); (f) Possibilidade de expansão de um ou outro membro (pés de moleque ou os pés de moleque) e (g) Caráter único e constante do significado: doce, bolo ou calçamento.

Referências

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II. 2ª ed.** Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. In **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**, volume II. Campo Grande, MS: UFMS, 2004. p. 185-200.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de e ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**, volume I. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998. p. 129-142.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.585, de 29 de setembro de 2008:** Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6585.htm>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 6.586, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.;** Dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6586.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 6.584, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.:** Promulga o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Praia, em 17 de julho de 1998. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/_decretos2008.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 6.583, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008:** Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm

CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CASTILLO- CARBALLO, M *a Auxiliadora*. El concepto de unidad fraseológica. In **Revista de Lexicografía**, Volumen IV, 1997-1998, 67-79. Disponível em http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/218/5415/1/RL_4-4.pdf

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática de base**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.

DELBECQUE, Nicole. **Linguística cognitiva: compreender como funciona a linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

Dicionário escolar da língua portuguesa (com a nova ortografia da língua portuguesa). Academia Brasileiro de Letras. 2ª ed. São Paulo: CEN, 2008. [**Com a nova ortografia da língua portuguesa**].

DUBOIS, Jean et alii. (Org.). **Dicionário de linguística**. Direção e coordenação geral de tradução de Izidoro Blikstein et alii. São Paulo: Cultrix, 1993.

FERNÁNDEZ, Dolores Azorín. La investigación sobre el uso del diccionario em el âmbito escolar. In ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**, volume III. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 169-191.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GONÇALVES, Maria Filomena. **As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa** Elaboração do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. [**com a nova ortografia da língua portuguesa**] [Atualizado em 2020]

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa** Elaboração do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**, volume III. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicografia: o léxico no dicionário. In SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 158-171.

MATEUS, Maria Helena Mira; XAVIER, Maria Francisca (Orgs.). **Dicionário de termos linguísticos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1992. [Versão eletrônica gentilmente cedida pela autora a Vicente Martins]

MIRANDA, Félix Bigueño. O que é macroestrutura no dicionário de língua? In ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**, volume III. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 261-272.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Tradição lexicográfica em língua portuguesa: Bluteau, Morais e Vieira. In OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de e ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, volume I. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998. p. 151-157.

NEVEU, Franck. **Dicionário de ciências da linguagem**. Tradução de Albertina cunha e José Antunes Nunes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática expositiva**: curso superior. 102ª ed. São Paulo: CEN, 1957.

PORTO DAPENA, José-Alvaro . **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/ibros, 2002.

RANCHHOD, Elisabete Marques. **O lugar das expressões ‘fixas’ na gramática do português**. Disponível em <http://label.ist.utl.pt/publications/docs/LEFnGP.pdf>

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SILVA, Maria Cristina Parreira da. Para uma tipologia geral de obras lexicográficas. In ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, volume III. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 283-293.

STREHLER, René G. As marcas de uso nos dicionários. In OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de e ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, volume I. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998. p. 169-178.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2006.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Academia Brasileira de Letras. 5ª ed. São Paulo: Global, 2009.

A PRESENÇA DE UNIDADES FRASEOLÓGICAS NO ATLAS LINGUÍSTICO DO CEARÁ (2010)

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar, brevemente, um levantamento de unidades fraseológicas (locuções e compostos nominais), registradas pelo Atlas Linguístico do Ceará, doravante ALECE (2010), decorrentes do universo vocabular dos informantes escolarizados e dos informantes analfabetos da região noroeste do Estado do Ceará.

As unidades fraseológicas (UFs) analisadas, em nosso trabalho, são frases feitas, combinatórias sintagmáticas, locuções, compostos ou expressões cristalizadas na memória declarativa de longo prazo dos informantes, cujo sentido, geralmente, não é literal e se caracterizam por sua fixação, não-composicionalidade, idiomaticidade e metaforicidade. Para esta pesquisa, consideramos, assim, para maior ênfase na discussão, as seguintes abordagens para a descrição das unidades fraseológicas no ALECE (2010): (a) a **etnolinguística**, avaliando os procedimentos dialetológicos adotados pela pesquisa, através das técnicas de pré-questionário e questionário, para a coleta e a análise dos dados linguísticos e extralinguísticos; b) a **cognitiva**, as estratégias psicolinguísticas, utilizadas pelos documentadores, para a recuperação de itens lexicais armazenados, nas memórias declarativas de longo prazo (semântica e episódica) de seus entrevistados.

As definições fraseológicas dos dicionários de linguística mais antigos, como as de Camara Junior (1981, p. 142) e Dubois et alii (1993, p. 93 e 330), definem-nas como frases cristalizadas numa língua cuja combinação ou sintagma tem um caráter **estabilizado**. Para nós, contrastando, brevemente, com as acepções mais “estáveis” e reproduzidas em grande parte pelos dicionaristas, postulamos que, por apresentarem uma gama de variações léxicas e fonéticas, as unidades fraseológicas são uma **enunciação** do ponto de vista linguístico, o que equivale a dizer serem eventos de fala, em que se ressalta o papel dos falantes num dado contexto comunicativo.

A questão da composição das unidades fraseológicas, especialmente as locuções e compostos nominais, é um dos temas centrais da linguística cognitiva. A linguista Nicole Delbecque (2008) afirma que, na estrutura interna dos compostos nominais, por exemplo, há uma estreita dependência do significado de base das diferentes classes de palavras que se combinam. Unidades fraseológicas do tipo “chuva forte”, chuva grande, “chuva grossa”, “chuvas torrenciais” e “chuva-tempestade”, evocadas, no ALECE (2010), por informantes analfabetos para o conceito de **temporal**, denotariam algo de caráter estável, por oposição, numa frase como “fazer finca-pé”, que nos sugere “manter-se firme em resolução, em opinião; fincar-se, obstinar-se, teimar”, que evocaria coisa menos estável (MARTINS, 2010).

Com base ainda nas postulações cognitivistas de Nicole Delbecque, diríamos que no grupo de unidades fraseológicas, entre os quais podemos encontrar muitos exemplos no ALECE (2010), como nos lexemas “alço-celeste”, “alquiceleste”, “arca-da-aliança”, produzidos por informantes escolarizados, ou “acso-irpe” e “arco-íli”, relacionados ao lexema **arco-íris**, sugere-nos, por força do princípio de pluriverbalidade, toda uma espécie de relações semânticas entre os dois componentes do frasema, indicando, também, o princípio de iconicidade observado no estabelecimento de “uma certa semelhança entre a forma do enunciado e aquilo que ele representa” (DELBECQUE, 2008, p.26). Esse princípio de iconicidade se manifesta, ainda, do ponto de vista cognitivo, através de outros princípios de estruturação da linguagem, encontrados nas unidades fraseológicas, selecionadas em nossa pesquisa, como o **princípio da ordem linear**, onde observamos, a disposição linear dos componentes no interior do vocábulo, como no caso de “galão-d’água”, podendo ser assim segmentado em seus três componentes: galão + de + água.

Os procedimentos onomasiológicos e semasiológicos utilizados no ALECE (2010), com prevalência daqueles sobre estes, como nos indica Bessa (1982), levam-nos a considerar as unidades fraseológicas, presentes no ALECE (2010) como enunciados fraseológicos, diríamos, sociolinguística e psicolinguisticamente, em que verificamos, a partir das respostas dadas pelos informantes aos inquiridores, formas **memorizadas** resultantes de meio social e de experiências já vividas. E, como tais, não podem ser vistas apenas e, formalmente, como

“frases feitas”, definitivamente acabadas, isto é, **frames** estocados em nossa mente, mas, substancialmente são expressões que “metaforizam” e, portanto, “corporificam” nossas experiências e vivências pessoais.

Objetivos e metodologia do ALECE (2010)

Do ponto de vista metodológico, o Atlas Linguístico do Estado do Ceará fundamentou-se em premissas e pressupostos de diversos modelos, entre os quais a Teoria da Variação ou Sociolinguística Quantitativa, a Etnolinguística, a Geolinguística e a Dialetoлогия Diatópica. Para este trabalho, interessou-nos, em particular, verificar, entre os aspectos supra citados, os de viés sociolinguístico indicados na pesquisa dialetológica, por evidenciar, de forma nítida, a relação (ou correlação) entre formas de dizer e os níveis de escolaridade dos falantes. O viés psicolinguístico decorre da recuperação das unidades fraseológicas serem recuperadas diante das perguntas de natureza onomasiológica do Questionário do ALECE (2010) como, por exemplo, o documentador faz a pergunta “Se são dois dias antes de hoje, a gente chama” com o objetivo de obter a resposta ou decisão lexical “**anteontem**”.

O ALECE (2010) teve por objetivo apurar a realidade linguística do Ceará, de modo a possibilitar uma descrição dos traços linguísticos dos falantes cearenses, nomeadamente fonológicos, gramaticais e lexicais. Entre os objetivos específicos do ALECE, os linguistas assinalam os seguintes: (a) proporcionar, aos sistemas estadual e municipal de ensino, informações linguísticas para a adequação do ensino de língua materna na educação básica, a partir de suas peculiaridades regionais; (b) detecção dos traços linguísticos da cultura cearense; (c) possibilidade, com base nos dados do ALECE, de um exame crítico do material pedagógico adotado pela rede de ensino no Estado Ceará; (d) contribuição para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos métodos de dialetoлогия diatópica ou regional; e (e) formação e aperfeiçoamento de pesquisadores na área dialetológica.

Em substância, os pesquisadores do ALECE (2010) presumem que a visibilidade ou alcance social e cultural do ALECE (2010) é dependente do cumprimento de metas socioeducacionais: (a)

detecção dos problemas sociolinguísticos e político-educacionais das comunidades; b) realização de uma análise (socio) linguística e educacional dos problemas diagnósticos; e c) apresentação de propostas linguístico-educacionais e metodológicas alternativas (BESSA, 2010, p.67).

Acreditamos que, para a repercussão do ALECE nos sistemas de ensino, inicialmente, os governos, estadual e municipais deem um tratamento pedagógico aos dados pesquisa dialetológica, disseminando as informações linguísticas sobre o falar cearense ou falares cearenses, ali contidas, junto aos gestores educacionais e docentes, especialmente os pedagogos que, a partir de uma discussão sobre o que pode ser contemplado nas suas propostas pedagógicas, considerem ou reconsiderem, para o cumprimento dos objetivos educacionais, previstos na legislação educacional, as novas habilidades e competências curriculares requeridas da educação básica, com base nos resultados do Atlas Linguístico.

Perfil social da amostra do ALECE (2010)

No perfil social da amostra do ALECE (2010) foram descritas as variáveis: escolaridade, idade, sexo e localização geográfica. Para nosso estudo, levamos em conta, apenas, para o levantamento de unidades fraseológicas, a variável escolaridade que nos permitiu pôr em evidência premissas sociolinguísticas relacionadas às relações entre língua e sociedade, com ênfase ao comportamento linguístico dos membros da comunidade cearense e de como as variações linguísticas são determinadas pelas relações sociais, culturais e econômicas existentes. A escolaridade para efeito cartográfico ou lexicográfico foi codificada em informante escolarizado (ou alfabetizado) e informante analfabeto. No caso do informante escolarizado, foi considerado o indivíduo que, tendo ou não concluído o 1º ciclo do ensino fundamental (1º ao 5º ano) ou outro nível de ensino, sabe ler e escrever. Já o analfabeto, foi assim considerado quando o informante não frequentou a escola ou o que, tendo-a frequentado, não sabe ler nem escrever (BESSA, 2010, p. 70).

Outras variáveis, em um trabalho futuro, poderão ser consideradas tais como idade, sexo e localização geográfica. Em termos quantitativos, o perfil de informantes, por nível de

escolaridade, em ALECE (2010), indica o seguinte: a) **quanto aos informantes escolarizados**: dos 133 informantes do sexo masculino, 67 eram escolarizados, sendo a maioria com o ensino fundamental incompleto; das 132 informantes do sexo feminino, 66 eram escolarizadas, sendo a maioria, também, com ensino fundamental incompleto e b) **quanto aos informantes analfabetos**: 66 entrevistados do sexo masculino; 66 do sexo feminino. Em substância, com relação aos participantes do inquérito dialetológico, os pesquisadores aplicaram o questionário a 265 falantes, sendo que 133 eram escolarizados, o equivalente a 50,2% e a 132 analfabetos, o equivalente, em termos percentuais, a 49,8% dos informantes.

Categorias linguísticas e onomasiológicas

Para a definição das categorias e conceitos operatórios de nossa investigação de modo a favorecer uma melhor sistematização das unidades fraseológicas no ALECE (2010), tomamos como base os aportes dialetológicos de Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes (1984a) e os fraseológicos, de Gloria Corpas Pastor (1997) e Mário García-Page Sánchez (2008), assim descritos:

a) **Atlas**: representação gráfica de cartas ou mapas de uma dada região que mostra a distribuição geográfica das variedades dialetais mais representativas dos falares ali existentes, e também das isoglossas que os separam. No âmbito da geografia linguística e dialetologia, o Atlas destina-se, primordialmente, a recensear e a localizar os falantes de uma região e a estudar suas variedades, variações e evoluções linguísticas, através de um questionário que trata da expressão dos falantes, de certos campos conceituais (natureza, partes do corpo etc.), e da interpretação de certos enunciados (perguntas). Como trabalho coletivo, o atlas destina-se, fundamentalmente, a um levantamento paradigmático-sintagmático do léxico de determinada língua, que compreende, ainda, a análise da língua falada por pessoas de nível de escolaridade (alfabetizado e analfabeto), de modo a se obter uma descrição, a mais completa possível, da língua falada de uma comunidade de falantes. (NEVEU, 2008 e ARAGÃO e MENEZES, 1984a).

b) Fraseologia: no âmbito da lexicografia, trata-se de uma disciplina linguística que estuda unidades fraseológicas. Fraseologia, em sentido restrito, diz respeito ao estudo das combinações dos lexemas e a identificação de características específicas das construções próprias de determinado indivíduo, grupo ou língua. Como fazemos, aqui, um levantamento dessas unidades fraseológicas se constitui, também, fraseologia um conjunto de frases feitas, locuções figuradas, metáforas e comparações fixadas, modismos, existentes em uma língua, no ensino individual ou regional (CORPAS-PASTOR,1997, p. 17).

c) Colocações: no âmbito da disciplina Fraseologia, as colocações são um dos tipos de unidades fraseológicas mais recorrentes no ALECE (2010). Referem-se a uma combinação pré-fabricada na norma, isto é, no sentido coseriuano de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais, e não no sentido saussuriano de sistema, ou seja, de redes de relações pelas quais uma língua se organiza e se estrutura. As colocações apresentam restrições combinatórias no campo da linguagem.(CORPAS-PASTOR,1997, p. 53 e 87).

d) Compostos: assim como as locuções, os compostos, no ALECE (2010), apontam uma regularidade na estrutura sintagmática de sua formação lexical Os compostos selecionados para nossa pesquisa apresentam características próprias de unidades fraseológicas: (1) **pluriverbalidade**, isto é, uma combinação de duas ou mais palavras; (2) **Fixação**, resultado de um processo histórico-diacrônico, evolutivo, da conversão de uma construção livre em uma construção fixa ou estável, sendo considerados, dentro de uma perspectiva psicolinguística, fórmulas memorizáveis, facilmente recuperáveis pelos falantes de uma língua. (3) **idiomaticidade**, caracterizada pela não composicionalidade, isto é, seu significado não resulta da soma do significado normal de seus componentes e (4) **institucionalização**, entendida como processo pela qual uma comunidade linguística adota uma expressão fixa, a sanciona como algo próprio e passa a ser um componente de seu acervo linguístico-cultural, de seu código idiomático. (SÁNCHEZ,2008, p. 25-35).

Para o levantamento das unidades fraseológicas, recorreremos aos campos semânticos já estabelecidos pelo ALECE (2010), a saber: (a) **natureza** (ventania, neblina, temporal, redemoinho, orvalho, arco-íris);

Também, no campo conceitual relacionado ao **tempo**, **neblina** é um dos lexemas também com alto registro de unidades fraseológicas. Trata-se de uma palavra datada de 1660 com a acepção, segundo Houaiss (2009), de “névoa baixa e fechada”, “nevoeiro”, com registro regionalista no nordeste brasileiro e significado de “chuva miúda, chuvisco”. No Piauí, tem a acepção regional de “pancada de chuva forte e rápida” e “aguaceiro”. Sua etimologia indica que é uma palavra de origem espanhola “neblina” (1220-1250) decorrente da forma latina “nebula,ae”, que quer dizer, “névoa, nevoeiro”. Segundo Houaiss (2009), as formas leblina, lebrina, liblina, librina, lubrina, nebrina ocorrem por dissimilação consonântica e/ou assimilação vocálica. A respeito da dissimilação, vale recorrer, ainda Houaiss (2009), quando diz que este fenômeno fonético se refere ao “processo de mudança linguística em que um ou mais traços fonéticos de um fonema, que ele tinha em comum com outro fonema vizinho (contíguo ou não), são trocados, tornando os dois fonemas diferentes”. Essa tendência seria atribuída, segundo Houaiss(2009), à necessidade de mais contraste entre os elementos fônicos da língua, para maior clareza. A sinonímia de neblina é leblina, lebrina, liblina, librina, lubrina, nebrina, nebrinha. (HOUAISS: 2009)

Importante observar que há uma aproximação de neblina ao lexema **bruma** como podemos atestar a seguir: cacimba, cerração, corrubiana, corrupiana, neblina, nebrina, nébula, névoa, nevoeiro, ruço, senceno. Tal comportamento linguístico ainda é mais estreito quando nos deparamos com a sinonímia de **chuva**: aguaceiro, apaga-pó, carga-d'água, chuva-criadeira, chuvada, chuva-de-caju, chuva-de-carço, chuva-de-rama, chuva-de-santa-luzia, chuva-dos-cajueiros, chuva-dos-imbus, chuvão, chuvarada, chuveirão, chuveiro, chuvinha, chuvisco, chuvisqueiro, cinzeiro, corda-d'água, dilúvio, garoa, garua, lebréia, librina, manga-d'água, maria-das- pernas-compridas, molhe-molhe, molinha, molinheira, molinheiro, morrinha, neblina, neblinas, nimbo, ondeirada, orvalheira, orvalho, pancada, parajá, patameira, pé-d'água, peneira, troz-troz, xixixi, zerbada. Finalmente, neblina pode ser associada, semanticamente, a **chuvisco** a partir do seguinte registro de sinonímia deste: apaga-pó, arenga-de-mulher, borraceiro, borriço, buliceira, chivilho, chuvinha, chuvisqueiro, cruviana, curviana, garoa, garua, jereré, lebréia, librina, meruja, merujo, mijaceiro, molhe-molhe, molinha, molinheira, molinheiro, morrinha, neblina, orvalho, peneira,

xereré, xererém, xixi, xixixi, zimbro (HOUAISS: 2009). Os pesquisadores do ALECE ao fazerem a pergunta “Chuva miúda e fina”, registram dados linguísticos indicadores da visão de mundo dos informantes, o que confirma a hipótese psicolinguística de influência da memória semântica na produção das unidades fraseológicas: **a) Informantes escolarizados:** chuva fina, chuvas finas, chuvas forte. chuvas pesada, chuvas torrenciais, chuva torrencias, chuva torrencial, chuva velha, (es) ta só neblinando, tempo neblinado e **b) informantes analfabetos:** chuva finíssima, chuva manerinha, chuvinha fina, peneirazinha de chuva (ALECE: 2010).

O lexema **transanteontem**, segundo Houaiss (2009), é datada de 1789. Trata-se de um advérbio com a acepção de “o dia que precedeu ao de anteontem”. Sua etimologia indica a seguinte segmentação de seus componentes: tras- + anteontem (este, resultante de ante- + ontem). Sua forma histórica é trasantehontem. Uma variante para transanteontem é trasantontem, mais antiga, datada de 1721, com o registro da seguinte forma histórica: **trazantontem**. Para obter o lexema transanteontem, no ALECE, os pesquisadores fizeram a seguinte pergunta “Se são três dias antes de hoje, a gente chama”. Foram obtidos os seguintes dados fraseológicos: **a) informantes escolarizados:** anteontem, antes de anteontem, antes de antes de ontem, antes de ontem, antes de ontem-ontem antevéspera, fazem três dias, quarto dia, ternandeontem, ternanteonte, ternanteontem, ternantontem, ternontonte, ternontontem, tesnanteontem, tesnaontem, transeontem, trasanteontem, transontem, treanteonte, trennanteontem, trennantonte, tesanteonte, tresanteontem, tresantonte, tresenteontem, tresnanteontem, tresnantonte e **b) informantes analfabetos:** ante de onteontem, antes de anteonte, antes de anteontem, antes de ontonte, antonte, atrás de anteontem, ontem de antonte, antes de antonte, ontem de ontem, ontonte, ternantes de ontem, ternantonte, ternantontem, ternonte-onte, ternonteontem, ternontonte, tirononte, tredantonte, trennanteonte, trennanteontem, trennionte-onte, tresanteontem, tresantonte, três de antonte, três de ontonte, três dias atrás, tresnanteonte (ALECE: 2010).

O lexema **arco-íris** é dos mais frequentes lexemas nos atlas linguísticos brasileiros. Datado de 1712, o composto arco-íris é definido, segundo Houaiss (2009), como “ arco luminoso que se origina em

fenômenos físicos e meteorológicos e é produzido quando a luz solar é refratada, dispersa e internamente refletida por gotículas de água provenientes da chuva e suspensas na atmosfera” Acrescenta o dicionário que arco-íris é “visível como um conjunto de bandas coloridas adjacentes na forma de arcos de circunferência (mais raramente como anéis) com as cores do espectro solar” Entre suas formas históricas, são registradas, em 1712, “iris”, e, em 1789, o composto, sem hífen, “arco Iris”. Os sinônimos de arco-íris são arco-celeste, arco-da-aliança, arco-da-chuva, arco-da-velha, arco-de-deus, olho-de-boi, sinônimos de arco-íris (HOUAISS: 2009) e sofrem variações léxicas e fonéticas no registro fraseológico do ALECE (2010). Para obter a variação diatópica de **arco-íris**, os pesquisadores fizeram, no Atlas, a seguinte pergunta: “Barras coloridades que aparecem no céu depois de uma chuva”. As respostas à pergunta dos pesquisadores se aproximam muito das restrições combinatórias do lexema arco-íris, assim distribuídas por informantes: a) **informantes escolarizados**: alço-celeste, alquiceleste, arca-da-aliança, arco-celeste, arco-da-velha, arca-da-aliança, arco-celeste, arco-da-velha, arco-ílís, arco-íris, arco-íris, arcoíro, arquiceleste, as barras, os torreames e b) **informantes analfabetos**: arco-celeste, arco-irpe, arco-celeste, alço-celeste, aliança-do-céu, arco-celeste, arco-celesto, arcoí, arcoil, arco-íli, arcoílo, arco-íri, arcoírio, arco-íris, arcoíro, arcóri, arquiceleste, as nuvens escuras, arco-celeste, barra do vento, barra do dia, escama-de-peixe, (es) ta barreando o tempo, olho-de-boi, os arco, sinal da nuvem, torre de capelo, torre de chuva, torre de chuva, uma torre, é. (ALECE: 2010).

Situado no campo conceitual da **natureza, redemoinho**, diz respeito a uma palavra, segundo Houaiss (2009), datada de 1105, com as seguintes acepções: a) “movimento de rotação em espiral”; b) “turbilhão de água que se forma no mar ou no rio, devido a cruzamento de correntes contrárias de águas; voragem, sorvedouro” e c) “mudança brusca de direção do vento ao encontrar um obstáculo”, ainda “rajada, tufão, pé-de-vento”. Sua etimologia indica que se trata de palavra derivada regressivamente de remoinhar. Suas formas históricas são: em 1105, remoino; no século XIV, rremuno; sXIV rremuño e em 1632, remuinho. Seus sinônimos são: redomoinho, redemunho. A palavra redemoinho se relaciona com a palavra rebojo, que tem acepções regionais de: a) “movimento de rotação em espiral causado por queda de cachoeira”; b) “remoinho de água que se

forma no mar ou no rio e leva coisas para o fundo”;c) “sorvedouro, turbilhão, voragem” e d) “remoinho de vento, quando muda repentinamente de direção ao encontrar obstáculo”. Os sinônimos de rebojo são, por sua vez: peganho, redemoinho, remoinho, rodamo, rodamento, rodamoinho, rodoinho, rolo, sorvedouro, torvelim, torvelinho, torvelino, turbilhão, voragem, vórtice; ver tb. sinonímia de vento. O lexema **redemoinho** foi onomasiologicamente alcançado através da seguinte pergunta: “Água que roda no rio, assim – gesto”. Os pesquisadores do Atlas, quanto a esta pergunta, obtiveram, além das lexias simples, as seguintes unidades fraseológicas: a) **informantes escolarizados**: onda da água, queda-d’água e redemoinho d’água e b) **informantes analfabetos**: correnteza forte e galão-d’água.

O lexema **tornozelo** é, segundo Houaiss(2009), datado de 1543, relacionado com anatomia ou parte do corpo, definido como “segmento ou saliência óssea que, em cada um dos membros inferiores, se situa entre a perna e o pé”. Os pesquisadores, para evocação do lexema, utilizaram uma pista elicitativa representada por desenho ou indicação. Em termos de dados coletados, além das lexias simples, foram registradas as seguintes unidades fraseológicas: a) **informantes escolarizados**: junta-do-pé, maria-joaquina, ossim-da-riada, osso-da-maria-joaquina, osso-do-cacanã e osso-do-vintém e b) **informantes analfabetos**: junta-do-pé, maria-joaquia, maria-joaquina, ossim-do-vintém, osso da canela, osso-da-joaquina, osso-da-madrugada, osso-da-maria-joaquina, osso-da-riada, osso-do-pé e osso-de-vintém.

Estômago é um dos lexemas examinados no ALECE (2010). Datado do século XV, Houaiss (2009) informa que se trata de um “órgão oco do tubo digestivo, de estrutura musculomembranosa, situado abaixo do diafragma, entre o esôfago e o duodeno, onde os alimentos são depositados, pré-digeridos e esterilizados antes de serem enviados ao intestino, para ali serem absorvidos”. Sua etimologia grega “stómakhos” sugere “orifício, abertura”, daí, 'boca, esôfago, o orifício do estômago, estômago'. Para recolher dados lexicais sobre estômago, os pesquisadores do ALECE não utilizaram pista elicitativa no Q-ALECE, obtendo, além das lexias simples, os seguintes resultados: a) **informante escolarizado**: boca do estômago e b) **informante analfabeto**: boca do estombo. Curioso comparar os

dados dos informantes analfabetos com as seguintes formas históricas de estômago, repletas de metaplasmos de supressão: no século XIV, estamago; XV, estamaguo; XV stamago; XV stomago e XVI, estomago.

Os pesquisadores do ALECE (2010) fizeram a pergunta “Aquele que não tem pai nem mãe” para o conceito de **órfão**. Além da obtenção de lexias simples, os dados fraseológicos granjeados pelos falantes cearenses foram assim classificados: a) **Informantes escolarizados**: criança abandonada, desagarrado do mundo, filho adotivo, filho enjeitado, filho sem dono, filho sem pai sem mãe, filho único e num tem arrimo e b) **Informantes analfabetos**: fi bandonado, fi desvalido, filho adotivo, filho sem pai sem mãe, filho unco, filho único, fi sem pai, pessoa desvalida e sem parte.

Datado do século XIV, o lexema **orvalho**, em Houaiss (2009), tem as seguintes acepções aplicadas ao Questionário do ALECE (2010): a) “condensação do vapor da água da atmosfera que se deposita em gotículas sobre superfícies horizontais e resfriadas (terra, telhados, folhagens etc.), pela manhã e à noite” e b) “espécie de chuva fina, leve, miúda” e “chuvisco”. Entre seus sinônimos de maior interesse para uma comparação entre a forma lexicalizada do Houaiss (2009) e a forma registrada na variação diatópica do ALECE (2010) podemos citar: aljôfar, aljofre, brandura, cacimba, caruja, carujeira, carujeiro, irroração, lentura, mangra, molúria, orvalhada, orvalheira, relento, rociada, rocio, rol, rorejo. (HOUAISS, 2009).

O lexema **orvalho** foi obtido pelos pesquisadores do ALECE (2010) por meio da seguinte pergunta: “O que faz com que as plantas amanheçam molhadas sem ter chovido à noite”. Foram registradas, do ponto de vista fraseológico, as seguintes respostas dos falantes cearenses: a) **informantes escolarizados**: (es) ta orvalhado, gelo da noite, orvalho da noite, orvalho da noite fria e tempo frio e b) **informantes analfabetos**: frieza da noite, librina da noite, orvalho da noite, penera de chuva, sereno da noite, serenezim da noite e vaim da noite.

Datado do XIII, o lexema **temporal** traz, entre suas acepções do Houaiss (2009), o de “chuva forte com vento; tempestade, estado de violenta agitação atmosférica que, segundo sua intensidade, se caracteriza por ventos cuja velocidade pode atingir de 62 km a 102 km por hora, na escala de Beaufort”. O conceito de temporal aproxima-se ao de chuva e este avizinha-se à sinonímia de **quantidade** como acúmulo e enxurrada. Na pesquisa, o conceito temporal foi obtido

pelos pesquisadores do ALECE (2010) através da seguinte pergunta: “Chuva muito grossa e demorada”. Além das lexias simples, as respostas dos falantes cearenses foram assim, do ponto de vista de dados fraseológicos, classificadas: a) **Informantes escolarizados**: caiu um toró de chuva, chuva agitada, chuva boa, chuva de peda, chuva de pedra, chuva extênsia, chuva forte, chuva grande, chuva grossa, chuva mais forte, chuva pesada, chuvas de muita água, enchente grande, (es) ta chovendo forte, né, sistema de diluve, temporal forte, temporal forte demais, tromba-d’água, trombas-d’água e b) **informantes analfabetos**: a chuva (es) tá pesada, chovendo grosso, chuva aturada, chuva demorada, chuva de peda, chuva de tempestade, chuva forte, chuva grande, chuva grossa, chuva rendosa, chuvas pesada, chuvas pesadas, chuvas torrenciais, chuva-tempestade, chuvona grande, (es) ta chovendo muito grosso, passou o dia chovendo, pau-d’água, rolo-d’água e tempestade de chuva e tromba d’água.

Datado do século XIV, o lexema **nádega** é definido por Houaiss (2010) como “cada uma das duas partes musculoadiposas da região traseira da pelve humana, formada por cada lado dos glúteos”. Sua etimologia indica que a palavra vem do latim vulgar “natica” e do latim clássico “nates, ium” (singular natis, is, mais raro) com significado de “nádegas; rabadilha, uropígio”. Suas formas históricas são: no século XIV, nadegas; XIV nadigas, XV, madeguas, tendo ainda o sinônimo nalga.

Nádegas é, no âmbito do tabuísmo, uma das interdições linguísticas para ânus. Se tomarmos como referência Houaiss (2009), podemos constituir um corpus de tabus linguísticos (lexia simples) relacionados com o ânus: alvado, anilha, apito, berba, boga, bogueiro, cagueiro, cesta, cu, diferencial, feofó, finfa, fiofó, fiota, fiote, fioto, foba, frasco, fueiro, furico, loto, oritimbó, panela, pêssego, pevide, quiosque, rosa, rosca, roscofe, sim-senhor, tutu, viegas.

Os pesquisadores do ALECE (2010) ao fazerem pergunta “Quando não se toma injeção no músculo ou na veia, a parte do corpo mais indicada são as...”, cremos que induziu o falante a evocar, de forma geltáltica, a resposta nádegas, resposta-alvo dos pesquisadores, o que veio a revelar, no nosso entendimento, um grave equívoco ou erro de procedimento dialetológico.

As respostas dadas pelos falantes cearenses registraram as seguintes unidades fraseológicas) **Informantes escolarizados**: popa-da-bumnda e b) **Informantes analfabetos**: bochecha-da-bunda: popa-da-bunda, popa-dos-quartos e poupa-da-bunda. Observamos que nas unidades fraseológicas, as palavras mais recorrentes, para a definição de nádegas, são **bochecha**, **bunda**, **quartos** e **popa**, lexemas que fazem parte da constelação de tabuísmos de ânus. Segundo Houaiss (2009), bunda, datada de 1836, é uma palavra de origem angolana com etimologia “mbunda”, que quer dizer, “quadris, nádegas”. Também em Houaiss (2009), bunda tem acepção de “nádegas de gente alcatreira”, ou seja, vale dizer, “nadeguda”, palavra reconhecida, em Portugal, entre os usuários atuais da língua, mas não é empregada, ao certo, por razões de tabuísmo. Já a associação do lexema nádegas ao lexema **bochechas**, como no caso de informantes analfabetos, é uma das marcas do regionalismo e jocosidade dos cearenses.

Considerações finais

Os resultados preliminares da análise do ALECE apontam para um significativo número de compostos e locuções nominais (adjetivas, adverbiais, substantivas e verbais) evocados pelos informantes escolarizados e analfabetos. Os informantes analfabetos, com 142 dados linguísticos, produziram maior número de unidades fraseológicas contra 96 ocorrências dos escolarizados. Os lexemas que mais apresentaram produtividade fraseológica foram os relacionados com a **natureza**, como arco-íris, com 29 ocorrências; **temporal**, com 21 ocorrências e relacionados com o **tempo** como **transanteontem**, com 26 ocorrências e **anteontem**, com 21 ocorrências. De modo geral, os lexemas selecionados na pesquisa as confirmaram características mais marcantes da fraseologia: (a) **pluriverbalidade**; (b) **fixação**; (c) idiomaticidade e (d) **institucionalização**, o que revelam a regularidade destas unidades na estrutura sintagmática e suas restrições combinatórias, sejam oriundas do léxico mental de informantes escolarizados ou analfabetos.

Referências

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de e MENEZES, Cleusa Palmeira Bezerra de. **Atlas linguístico da Paraíba: cartas léxicas e fonéticas**. Brasília: UFPB/CNPq, 1984a.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de e MENEZES, Cleusa Palmeira Bezerra de. **Atlas linguístico da Paraíba: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas**. Brasília: UFPB/CNPq, 1984b.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BESSA, José Rogério Fontenele. (Coord.). **Atlas linguístico do Estado do Ceará**. Vol.1. Fortaleza, UFC, 2010a.
- BESSA, José Rogério Fontenele. (Coord.). **Atlas linguístico do Estado do Ceará**. Vol.2. Fortaleza, UFC, 2010b.
- BESSA, Rogério Fontenele et alii. (Dir.). **Questionário do Atlas linguístico do Estado do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1982.
- CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- DELBECQUE, Nicole. **Linguística cognitiva: compreender como funciona a linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.
- DUBOIS, Jean et alii. (Org.). **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- DUBOIS, Jean et alii. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaboração do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. [com a nova ortografia da língua portuguesa]
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaboração do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MARTINS, Vicente. **Tratamento lexicográfico dos compostos nominais antes e depois do acordo ortográfico (ao): O caso de unidades léxicas relacionadas com o lexema pé nas edições do dicionário Houaiss (2001 -2009)**. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/1670-1695.pdf Acessado em 23/09/2010

NEVEU, Franck. **Dicionário de ciências da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SÁNCHEZ, Mario García-Page. **Introducción a la fraseología española: estudio de las locuciones**. Barcelona: Anthropos, 2008

HIPÓTESES PSICOLINGÜÍSTICAS ACERCA DO PROCESSAMENTO FRASEOLÓGICO POR FALANTES DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Introdução

Em contextos naturalísticos ou instrucionais, é um desafio para os falantes não nativos de uma língua a compreensão de expressões idiomáticas vistas ou ouvidas pela primeira vez.

Tradicionalmente, a literatura tem definido uma expressão idiomática como agrupamento de palavras que funciona como uma unidade cujo significado não é literal.

É difícil compreender, por exemplo, o significado fraseológico ou figurativo de uma expressão idiomática do tipo "Meter os pés pelas mãos" com o significado de "atrapalhar-se" a partir dos significados parciais de suas palavras ("meter" + "os" + "pés" + "pelas" + "mãos").

O sentido fraseológico ou translato de expressões idiomáticas é, sincronicamente, imprevisível, visto que estas frases feitas apresentam um grau de idiomaticidade e de fixação que as tornam opacas e intraduzíveis.

Este trabalho, fruto de pesquisa em andamento, investiga as estratégias de processamento fraseológico utilizadas por falantes não nativos do Português Brasileiro que foram instigados a darem os significados de expressões idiomáticas, extraídas de jornais de grande circulação nacional e apresentadas em um contexto escrito.

Com esta pesquisa, procuramos responder as seguintes questões: (a) Em que medida as expressões idiomáticas escolhidas para o estudo variam em dificuldade, medida pelo Teste de Reconhecimento Idiomático (TRI)?; (b) Que tipos de estratégias os participantes utilizam para compreender as expressões idiomáticas?; e (c) Até que ponto os modelos teóricos de compreensão de expressões idiomáticas na L1 aplicam-se à compreensão de expressões idiomáticas por falantes de L2?

Partimos da hipótese de que o reconhecimento da expressão idiomática pode ser influenciada por fatores como: (a) O contexto da expressão; (b) O significado literal da expressão; (c) O significado de

uma determinada palavra na locução idiomática; e (d) As experiências e conhecimentos prévios dos participantes.

No presente trabalho, vamos nos limitar a apresentar alguns aportes das teorias psicolinguísticas do processamento fraseológico bem como, brevemente, descrever, com pequenas ilustrações, procedimentos metodológicos e o material utilizados na aplicação do teste de reconhecimento idiomático aos falantes do português como segunda língua (L2), com base nas investigações de Cooper (1999).

Teorias Léxicas do processamento fraseológico

Fundamentamos nossa pesquisa em teorias psicolinguísticas do processamento fraseológico, nomeadamente Bobrow e Bell (1973); Cacciari e Tabossi (1993); Flores d'Arcais (1993); Cooper (1999); Detry (2010) e García-Page (2010).

No âmbito das pesquisas psicolinguísticas, a busca de solução empírica da problemática do sentido não literal das expressões idiomáticas pode ser observada, a partir dos anos 70, com os estudos pioneiros de Bobrow e Bell (1973), seguidos dos trabalhos de Swinney e Cutler (1979). Eles, pioneiramente, formaram as duas grandes correntes teóricas sobre o processamento fraseológico: as teorias léxicas e as teorias composicionais que buscam explicações sobre a passagem do literal ao não literal durante o processamento cognitivo das expressões idiomáticas.

De modo geral, as teorias léxicas apoiam-se na noção de opacidade semântica que varia em função do grau de cristalização das expressões e por suas restrições sintáticas. Já as teorias composicionais apoiam-se na tese de Frege (1971) de que o sentido de uma expressão é função do sentido de seus componentes. Uma, pois, afirma que o sentido não literal não se reduz aos significados do sintagma fraseológico. A outra, em contraste, postula o significado não literal a partir dos constituintes da expressão idiomática.

As contribuições teóricas dessas duas correntes psicolinguísticas atenderam aos casos gerais de processamento das expressões idiomáticas, isto é, as pesquisas experimentais levadas a efeito por seus defensores foram realizadas em falantes nativos, deixando de lado casos particulares ou especiais, como, por exemplo, o processamento fraseológico por falantes não nativos.

Diante dessa condição restritiva, muitos modelos propostos foram voltados a verificar como ocorria a compreensão idiomática que se ativa depois do armazenamento das expressões na memória dos falantes nativos, deixando de resolver pontos obscuros, como, por exemplo, a questão do acesso inicial ao sentido figurado das expressões idiomáticas, ou, como se dava a passagem do literal ao idiomático.

Apesar dessa limitação, os resultados das pesquisas psicolinguísticas, até aqui realizadas, representam um ponto de partida teórico relevante para investigações similares (BELINCHÓN: 1999, p.364). Mas, à medida que não sabemos, ao certo, como ocorre o processo de compreensão idiomática por sujeitos não nativos, podemos apresentar razões teóricas e práticas para uma nova pesquisa nesse campo.

Enfim, precisamos fazer descobertas de soluções para casos particulares de compreensão idiomática por sujeitos não nativos, de modo a sugerir modificações, se for o caso, no campo dos estudos sobre a realidade psicológica das expressões idiomáticas, atualmente de grande interesse dos chamados linguistas cognitivistas que ocupam, entre os tópicos, de questões relacionadas à metáfora e à idiomaticidade (JOSEP CUENCA, 1999, p. 116-121).

Os primeiros experimentos para verificação do processamento cognitivo das expressões idiomáticas parecem ter sido limitados por seus dois procedimentos: (a) em primeiro lugar, limitaram-se a questões de natureza conceitual, uma vez que os pesquisadores assumiram a crença, com base nas definições tradicionais dos lexicólogos, de que as expressões idiomáticas (ou fixas) eram unicamente definidas a partir de suas propriedades semânticas e estruturais (pluriverbalidade, metaforização, idiomaticidade, fixidez, institucionalização e assim por diante); e (b) em segundo lugar, os participantes dos experimentos eram falantes nativos (principalmente, os de língua inglesa).

Como dissemos, estes dois procedimentos exclusivos acabaram por levar os pesquisadores à constituição de modelos psicolinguísticos aplicados à compreensão idiomática ativada somente depois de armazenamento das expressões idiomáticas na memória de longo prazo dos falantes (BELINCHÓN: 1999,p.364-365).

A primeira corrente de hipóteses psicolinguísticas, denominada de “idiom-list hypothesis”, considera as expressões idiomáticas como itens lexicais que são listados e recuperados como pedaços do léxico. Esta corrente psicolinguística foi assumida por Bobrow & Bell (1973).

Seus defensores têm a crença de que o significado das expressões idiomáticas não é recuperado a partir dos seus constituintes individuais e que se comportam como expressões sintáticas e semânticas com as mesmas propriedades das palavras. Para essa corrente, por exemplo, não há nada nos significados de “fazer”, “ouvido”, “de” e “mercador” que nos diz o que significa “fazer ouvido de mercador” com sentido idiomático de “fingir que não ouviu”.

Os resultados dos experimentos de Bobrow & Bell (1973) mostraram a primazia da literalidade na compreensão idiomática e, por essa razão, os dois psicolinguistas propõem a hipótese de lista de expressões idiomáticas (ou primeira hipótese literal) em nossa memória declarativa de longo prazo, argumentando, ainda, que as expressões são mentalmente representadas e tratadas como quaisquer outros itens lexicais.

A especificidade, porém, para o caso das expressões idiomáticas, estruturalmente mais complexas do que as palavras, é a de que seriam, de forma independente, armazenadas em um “léxico idiomático” (ou “memória idiomática”, termo de nossa preferência) diferente do nosso léxico mental normal ou habitual de itens lexicais. Segundo essa visão, a leitura literal não é opcional e vem, obrigatoriamente, antes de o falante recuperar o sentido idiomático.

O modelo de compreensão de expressões idiomáticas de Bobrow e Bell (1973) ocorreria em três etapas no processamento cognitivo ou, mais especificamente fraseológico, na mente dos falantes. Na primeira etapa, o ouvinte inicialmente processaria o significado literal. Em seguida, então rejeitaria o sentido literal e, finalmente, acessaria ao “léxico idiomático” e forneceria, então, uma interpretação correta, isto é, a idiomática, tal que esperamos encontrar o significado figurativo nos dicionários gerais ou na aceitabilidade da comunidade linguística.

Para ilustrarmos este modelo de Bobrow e Bell (1973), digamos que um assíduo leitor de jornal diário, no café da manhã, lesse a seguinte informação, que se refere aos chamados “homens-tatus”

(assim rotulados aqueles que retiram areia dos para a venda ilegal nos depósitos de construção): “Eles são como formiguinhas e agem durante a madrugada. É como **catar agulha em palheiro**. A população precisa denunciar” (in “**granja Lisboa: Homens-tatus quase morrem soterrados**”, Cidade, in DN, em 7/11/2009, grifos nossos).

Seguindo as etapas do modelo de Bobrow e Bell (1973), teríamos as seguintes etapas para a compreensão da expressão idiomática “Procurar (ou catar) agulha em palheiro”: primeiramente, o leitor processaria o significado literal da expressão: “catar” + “agulha” + “no” + “palheiro”. Assim procedendo, neste exemplo dado, o leitor (ou ouvinte) chegaria, inicial e literalmente, à seguinte interpretação: “Buscar varetinha de aço no depósito de palha”. Pelo contexto da frase, logo rejeitaria essa interpretação literal por “inadequabilidade de sentido”. E, então, acessaria à sua “memória idiomática” e obteria o significado não literal e mais adequado à frase: “Estar à cata de algo muito difícil de achar” ou “Querer conseguir algo muito difícil ou impossível”.

A questão principal do modelo léxico de Bobrow e Bell (1973), que se estabelece, é a seguinte: se durante processo de compreensão de uma expressão idiomática, como no exemplo acima (“catar agulha no palheiro”), os falantes (nativos) recuperam da sua “memória idiomática” o sentido literal ou o sentido figurado e, nos casos de que os dois sejam recuperados, em que ordem tem lugar o acesso a estes dois significados. Por essa razão, essa primeira corrente advoga, pois, por um processamento prévio do sentido literal. Essa hipótese psicolinguística nos lembra o modelo clássico de Grice (1982:102-103) de compreensão de linguagem figurada. Embora o ouvinte seja levado a um nível mais profundo (idiomático ou figurativo), este modelo pragmático também favorece, primeiramente, a hipótese literal.

Os estudos de Bobrow e Bell (1973), sobre reconhecimento de unidades fraseológicas (UFS), foram realizados fora do contexto, e no final dos anos 70 foram refutados, conforme nos informam os estudos de Swinney e Cutler (1979).

A segunda corrente das teorias léxicas do processamento fraseológico foi proposta pelos psicolinguistas a partir dos experimentos de Swinney & Cutler (1979). Esta corrente psicolinguística se posiciona contra a prioridade da interpretação literal na compreensão das expressões idiomáticas, proposta

anteriormente por Bobrow e Belle (1973) e propõe a hipótese de representação lexical que defende o processamento simultâneo, isto é, a compreensão literal e a compreensão não literal ocorreriam ao mesmo tempo na mente dos falantes.

Um primeiro argumento em favor desta corrente vem dos experimentos de Swinney & Cutler (1979). Os resultados dos testes mostraram que os sujeitos não apresentavam diferenças de tempo para acessar ao sentido literal e ao não literal das expressões idiomáticas.

Vejamos um exemplo para ilustrar a hipótese de Swinney & Cutler (1979), extraído de um jornal diário: “(...) Cibelle Ribeiro nos manda perturbadora seleção de fotos ‘reimosíssimas’ suas e ainda (só pode ser modéstia) nos pergunta se gostamos. Ora, Cibelle, isso é mesmo que **perguntar se macaco quer banana**, minha filha, o que você nos enviou foi um verdadeiro destroço, capaz de causar um tsunami...” (in “Leitores gostam de sofrer”, Coluna Cláudio Cabral – Zoeira, DN, em 11/03/009, grifos nossos).

No exemplo acima, segundo o modelo Swinney & Cutler (1979), o processamento cognitivo da expressão idiomática “Perguntar se macaco quer banana”, seja ele leitor ou ouvinte, não indicaria diferença significativa de tempo entre a atribuição de sentido literal “Procurar saber se símio deseja comer o fruto da bananeira” e a atribuição do sentido idiomático “Fazer pergunta absolutamente desnecessária, porque dela só se espera, na certa, resposta afirmativa”.

Embora vistas como mentalmente representadas e tratadas como itens lexicais, as expressões idiomáticas, no modelo de Swinney e Cutler (1979), diferem do modelo de Bobrow & Bell (1973), porque seriam armazenadas naturalmente no léxico mental sem a necessidade de postularmos um léxico específico para o armazenamento dos idiomatismos (“memória idiomática”).

Como dissemos, anteriormente, o falante, segundo esta perspectiva, se nativo, ao estar confrontado com uma sequência fraseológica, processaria de maneira simultânea o sentido literal e o sentido figurado. Como as expressões idiomáticas seriam encontradas armazenadas na memória como simples palavras, o sujeito acessaria ao significado idiomático de maneira mais direta e rápida que ao literal. Todavia, experimentos realizados sobre

reconhecimento léxico, baseados na velocidade de resposta dos sujeitos, parecem indicar certa preferência pela leitura idiomática em primeiro lugar.

Mais recentemente, o estudo de Cooper (1999) investigou as estratégias de processamento on-line utilizadas por uma amostra de falantes não nativos de Inglês que foram instados a dar os significados de expressões idiomáticas comuns selecionadas e apresentadas em um contexto escrito. Os dados foram coletados por meio do protocolo verbal "pensar em voz alta". A pesquisa revelou que modelos de aquisição de expressão idiomática em L1 não bem se aplicam a compreensão de expressões idiomáticas pelos usuários L2.

Classificação das expressões por nível de uso

Com base nos aportes psicolinguísticos, seguimos os procedimentos metodológicos sugeridos por Cooper (1999) para a construção do nosso experimento. Para verificarmos se os sujeitos de nossa pesquisa teriam dificuldades de compreenderem as expressões a partir de níveis de uso, estabelecemos as seguintes categorias: (1) Brasileirismos; (2) Regionalismos; (3) Popularismos; (4) Metaforismos; e (5) Informalismos: descobrir um santo para cobrir outro, estar com a faca e o queijo na mão, ter bebido água de chocalho, ter o olho maior que a barriga, misturar alhos com bugalhos.

Para a classificação das expressões idiomáticas, por nível, recorreremos a três fontes lexicográficas: Ferreira (2009); Houaiss e Villar (2009) e Sacconi (2010). Foram selecionadas cinco expressões idiomáticas de cada grupo, assim distribuídas:

(a) 1º grupo, as chamadas expressões tipicamente brasileiras do tipo: ficar de queixo caído, matar a cobra e mostrar o pau, mostrar com quantos paus se faz uma canoa, contar com o ovo dentro da galinha e ver o sol quadrado;

(b) 2º grupo, as expressões coloquiais ou gírias: chutar o pau da barraca, matar cachorro a grito, pagar mico, soltar a franga, tirar água do Joelho;

(c) 3º grupo, as expressões populares do tipo: aguentar o tranco, bater as botas, botar a boca no trombone, meter o rabo entre as pernas, segurar as pontas;

(d) 4º grupo, as expressões figurativas do tipo: deixar com a pulga atrás da orelha, cortar o mal pela raiz, cutucar a onça com vara curta, escorregar numa casca de banana, tirar o cavalinho da chuva; e,

(e) 5º grupo, expressões informais do tipo: cozinhar o galo, dar com os burros na água, entornar o caldo, perder as estribeiras, forçar a barra.

Seleção dos contextos de uso

Selecionadas as 25 expressões idiomáticas, partimos para as coletas das mesmas em situação de uso social, isto é, o emprego das referidas expressões na linguagem jornalística. Para tanto, recorreremos aos buscadores dos sites dos principais jornais brasileiros como Diário do Nordeste, Jornal O Povo, estes do Ceará; Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, de São Paulo; Correio Braziliense, de Brasília; e Jornal do Brasil e O Globo, do Rio de Janeiro.

Para darmos uma ideia dos resultados concretos da formação de um corpus ad hoc com as expressões idiomáticas em uso social, vamos, a seguir, dar uma pequena amostra do material. As expressões, a seguir, são apenas as do 5º grupo, as chamadas expressões informais do tipo: cozinhar o galo, dar com os burros na água, entornar o caldo, perder as estribeiras e forçar a barra. Eis os excertos extraídos dos jornais:

(a) **Cozinhar o galo** - "Ciente de que, na última vez em que arrisquei dar palpites, mesmo ressaltando que eram só palpites, não previsões, pois, no futebol, não é possível prever o que quer que seja. Até a chegada do Santos à final é algo que ninguém arriscava prever há três semanas, quando o Peixe mal conseguia a classificação para o mata-mata. O Corinthians, por outro lado, é o time do ano e, contrariando a análise deste comentarista, mostrou que estava só **cozinhando o galo** no final da fase de classificação e que tem poder para buscar um resultado adverso, como ocorreu contra o Fluminense." (In Márcio Senne de Moraes, Coluna Futebol & Cia, Folha On line, 05/12/2002);

(b) **Dar com os burros n'água**: Ainda ontem, o secretário nacional de comunicação do Partido dos Trabalhadores (PT), deputado André Vargas (PR), criticou a transmissão de sessões do Supremo Tribunal Federal (STF) pela TV. Mesmo criticando as

transmissões pela TV, Vargas disse que o PT não será prejudicado: "Já enfrentamos isso em 2005 e muita gente falou que o PT ia acabar. No ano seguinte, elegemos uma expressiva bancada de deputados e reelegemos Lula. Os que apostaram no fim do PT **deram com os burros n'água** e agora vão dar de novo." (In Flávio Ferreira, Daniela Lima, Kelly Matos e Erich Decat, Coluna Poder, Folha de São Paulo, 08/06/2012);

(c) **Entornar o caldo**: "Áries: você está superinquieto. Talvez seja bom ter alguém por perto, apelando para o seu bom senso. Qualquer coisa pode ser a gota d'água no pote cheio da sua paciência. Mas talvez também seja bom **entornar o caldo** e quebrar algumas cadeias e correntes." (In seção Horóscopo, Caderno 3, DN, 25/08/2000);

(d) **Perder as estribeiras** – "Após um discurso inflamado do ex-ministro Ciro Gomes no lançamento das obras da Ferrovia Transnordestina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que não tem mais idade para ficar nervoso e que um presidente 'não pode **perder as estribeiras**'. Segundo ele, na Presidência da República é preciso "engolir muito sapo". (O Globo, Novos Artigos, 6/06/06); e

(e) **Forçar a barra** - "O prefeito de Campinas, Pedro Serafim Júnior (PDT), exonerou o secretário de Esportes e Lazer, Gustavo Petta, filiado ao PC do B e cunhado do ministro Orlando Silva". Em seguida, o PC do B de Campinas divulgou em nota que a decisão foi pautada exclusivamente pela conjuntura municipal. "Eu encarei a exoneração como algo natural", disse Petta nesta segunda ao Estado. "Tentar ligar isso à conjuntura do ministro do Esporte é **forçar a barra**", disse (In Agência Estado, Caderno Nacional, DN, 24/10/2011).

Design do Teste de Reconhecimento Idiomático

Selecionadas as expressões idiomáticas em contexto de uso, elaboramos instruções para coleta de dados do teste de reconhecimento idiomático (TRI), lidas para nossos sujeitos antes de submetê-los ao experimento. As instruções foram as seguintes:

(a) Natureza do experimento: "Neste experimento, estamos interessados em gravar em uma fita o que você pensa sobre quando descobre os significados de 25 expressões idiomáticas em Português.";

(b) Definição de expressão idiomática: "Uma expressão idiomática é uma expressão ou frase que não significa literalmente o que ela diz: por exemplo, quando alguém diz "O político ousado, no Brasil, que desejar implantar a ideia luminosa do imposto único vai dar murro em ponta de faca a vida toda", a locução "Dar murro em ponta de faca" é uma expressão idiomática que significa "Insistir em fazer algo que será infrutífero, que não tem possibilidade de se concretizar uma expressão". A expressão, portanto, não significa que o político vai "dar uma pancada na ponta da faca."".

(c) Informação sobre protocolo verbal: "Vou dar-lhe 25 cartões com expressões idiomáticas e pedir-lhe para Pensar em Voz Alta, como você descobre os significados das expressões idiomáticas. Você vai Pensar em Voz Alta e me dizer tudo que você está pensando a partir da primeira vez que você olhar a expressão idiomática até que me diga o que ela significa";

(d) Estímulos para o protocolo verbal: "Algumas perguntas poderão passar em sua mente depois de ver as expressões idiomáticas do tipo: Já havia lido ou visto esta expressão antes? Já sei o significado de cor? Como o contexto explica o significado desta expressão idiomática? O significado literal (ao pé da letra) da expressão tem alguma relação com seu sentido figurado? Será que uma determinada palavra da expressão foi o suficiente para eu poder dar seu significado idiomático? A expressão idiomática me faz lembrar algo que ouvi alguém dizer antes?";

(e) Apresentação da expressão em contexto: "Eu gostaria que você falasse em voz alta, durante todo o tempo, desde o momento em que lhe apresento cada enunciado no cartão até você dar sua resposta final. Por favor, não tente planejar o que você diz. Basta agir como se você estivesse sozinho na sala falando para si mesmo. É mais importante que você continue falando. Se você ficar em silêncio por um período longo de tempo, vou pedir-lhe para falar";

(f) Simulação do teste: "Aqui está um exemplo bem parecido do que irei aplicar neste teste com expressão idiomática: 'O pessoal de esquerda anda preocupado com Hugo Chávez. O presidente venezuelano deu agora pra dizer que, se não há vida em Marte, o capitalismo deve estar por trás disso. Vai acabar botando minhoca na cabeça do Fidel Castro, que, como se sabe, está se despedindo da luta. '" (In Humor Tutty, O Estado de São Paulo, 27/03/ 2011). O que a

expressão "botar minhoca na cabeça" significa para você? Diga-me, em voz alta, o pensamento que passa por sua mente, como você descobre ou tenta descobrir o significado desta expressão."

Breves considerações finais

Nesta fase de pré-teste, a pesquisa apontou que a maioria dos participantes está envolvida em uma abordagem heurística, empregando uma variedade de estratégias por meio de tentativa e erro para encontrar os significados das expressões idiomáticas.

Referências

- BELINCHÓN, Mercedes. Lenguaje no literal y aspectos pragmáticos de la comprensión. In VEGA, Manuel de e CUETOS, Fernando. (Orgs.). **Psicolinguística del español**. Madrid: Trotta, 1999. cap.9, p. 307-373.
- BOBROW, S., BELL. S. 1973. "On catching on to idiomatic expressions". **Memory and cognition**. 1. p.343-346.
- CACCIARI, Cristina e TABOSSI, Patrizia (Orgs.). **Idioms: processing, structure, and interpretation**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1993.
- CASARES, Julio. **Introducción a la lexicografía moderna**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969.
- COOPER, THOMAS C. Processing of Idioms by L2 Learners of English. In **Tesol Quarterly** Vol. 33, No. 2, Summer 1999. p. 233-262.
- JOSEP CUENCA, María e HILFERTY, Joseph. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Ariel Lingüística, 1999.
- DETRY, Florence. **Estrategias memorísticas y aprendizaje de las expresiones idiomáticas en lengua extranjera: el papel cognitivo de la iconicidad fraseológica**. Tese (Doutorado em Linguística) - Departamento de Filología y Filosofía, Universidad de Girona, Girona, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2009.
- FLORES D'ARCAIS, G. B. *The comprehension and semantic interpretation of idioms*. In C. Cacciari & P. Tabossi (Orgs.), **Idioms: Processing, structure, and interpretation** Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1993. p. 79–98.

GARCÍA-PAGE SÁNCHEZ, Mario. **Introducción a la fraseología española: estudio de las locuciones**. Rubí (Barcelona): Antropos, 2008.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009 (atualizado em 2020).

SACCONI, Luiz Antonio. **Grande dicionário Sacconi: da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico**. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SWINNEY, D. e CUTLER, A. “The access and processing of idiomatic expressions”. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour**”, 1979, nº18, p. 645-659. Disponível em Internet: <http://repository.uhn.ru.nl/bitstream/2066/15608/1/5998.pdf>. Acesso em 26/03/2010.

À guisa de uma conclusão (geral)

No âmbito das ciências da língua (gem), diferentes abordagens linguísticas explicam o fenômeno da fraseologia. À luz da Linguística Textual, mostramos que as fraseologias, em formato de anáforas encapsuladoras, nos discursos dos parlamentares, cumprem a função de organização coesiva do discurso parlamentar.

Graças às teorias semióticas, especialmente as de orientação francesa ou greimasiana, vimos que a fraseologia na linguística discursiva pode ser concebida como um segmento discurso, enunciado-discurso ou discurso-enunciado, vestígio do ato enunciativo deixado pelo enunciador no enunciado e que dá aos linguistas uma inesgotável riqueza de exploração no campo discursivo, pragmático, cognitivo e psicolinguístico.

Quanto à fraseologia enquanto segmento discursivo, vimos que a Análise do Discurso aponta o caráter polifônico do idiomatismo, uma das características pregnantes do discurso de outrem.

A partir da teoria semântica da isotopia, tentamos explicar o processamento das expressões idiomáticas (processo de metaforicidade). Essa tarefa nos levou a constituição e a análise de um minicorpus contendo respostas de escolares da educação básica às perguntas do teste de compreensão de dez expressões idiomáticas. O conector metafórico, no âmbito da abordagem interpretativa, seria o principal elemento linguístico responsável pelo acesso à figuratividade das expressões idiomáticas.

É provável que, do ponto de vista psicolinguístico, o “conector isotopante” funcione como um “gatilho” do acesso lexical, de modo a identificar, durante o processamento da leitura, um lexema que nos permite ter acesso a sua significância na memória do falante e, no caso, das expressões idiomáticas, o “conector isotopante” jogaria um papel importante no acesso à idiomatidade das unidades fraseológicas. É precoce, porém, tendo por base uma teoria semântica de isotopia, afirmarmos que a compreensão das expressões idiomáticas pode ser entendida em termos de como as pessoas pensam e que isto não é uma questão exclusiva da

psicolinguística, mas de interesse, também, de uma emergente semiótica cognitiva.

Na perspectiva das linguísticas discursivas, nossos estudos nos levam a crer que os clichês, representados por expressões idiomáticas, são recursos ou procedimentos linguísticos, utilizados, por exemplo, pelos deputados federais com a finalidade de modalizar seus discursos com aspectos axiológicos de interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão, proposta, interrogação e petição, mas para isso é preciso mostrar exemplos que evidenciam cada uma desses procedimentos.

Mostramos, com muitos exemplos, os clichês (ou expressões idiomáticas), no âmbito dos pronunciamentos políticos, funcionam como uma textura das práticas discursivas. Por essa razão, consideramos que heterogeneidade enunciativa (alteridade declarativa), discurso citado, polifonia (em AD), interdiscursividade e intertextualidade se fazem necessárias numa abordagem discursiva das unidades fraseológicas (provérbios e expressões idiomáticas, em especial). Os clichês são situados no âmbito das relações interdiscursivas e intertextuais.

Os discursos analisados indicam a presença do interdiscurso, através do discurso citado, nos pronunciamentos dos deputados federais. As expressões idiomáticas são as particitações gráficas mais destacadas nos discursos dos parlamentares, sendo, ainda, asseguradas, explicitamente, pelo hiperenunciador “sabedoria popular”.

Observamos também que os fenômenos de gramaticalização e lexicalização garantem, no campo fraseológico, a fixação e a especialização semântica (idiomaticidade) são duas características essenciais da institucionalização. Graças a propriedade de fixação, podemos reproduzir as expressões idiomáticas, no falar, como combinações previamente feitas. A fixação não é motivada, mas arbitrária, estabelecida pelo uso, que não é homogênea para todos os falantes.

Procuramos demonstrar, através deste relato de atividade pedagógica com expressões idiomáticas, que, por meio da ferramenta do Google Images, os professores, em sala de aula, poderão explorar as principais dimensões das unidades fraseológicas: a literalidade (ou fixação formal) e a metaforicidade (ou idiomaticidade). As imagens do Google revelam a existência de uma conexão entre o significado global literal das expressões idiomáticas

e seu significado figurado. Postulamos que o ensino das expressões idiomáticas, através da internet, é de eficiente aplicação à didática de línguas estrangeiras uma vez que favorece a compreensão das expressões idiomáticas, bem como valoriza os aspectos culturais da comunidade linguística.

No campo das teorias da escrita, vimos que o Acordo Ortográfico, promulgado, em 2008, pelo governo brasileiro, trouxe importantes repercussões lexicográficas para os dicionários gerais. Como composto nominal, observamos que as principais características de “pé de moleque” são, a saber: (a) Realização gráfica: ligação com um separador (um espaço ou um hífen); (b) Contém dois ou mais morfemas léxicos (unidade significativa); (c) Variação (aleatória) em um mesmo estágio da língua (sincronia); (d) Formação resultante da polilexicalidade (sinapsia); (e) Cristalização; (f) Neutralização das propriedades combinatórias das unidades constituintes e (g) Não composicionalidade do sentido.

A partir do conceito de composição em Benveniste (2006), verificamos que, pelo processo de sinapsia, a expressão pé de moleque, hoje, considerada fraseologicamente pela Lexicografia brasileira como “locução nominal”, e outras congêneres, antes e depois do Acordo Ortográfico, passaram a apresentar traços sinápticos.

Trouxe rápidos comentários sobre resultados preliminares da análise do ALECE (Atlas Linguístico do Ceará) que apontam para um significativo número de compostos e locuções nominais (adjetivas, adverbiais, substantivas e verbais) evocados pelos informantes escolarizados e analfabetos. Os informantes analfabetos, com 142 dados linguísticos, produziram maior número de unidades fraseológicas contra 96 ocorrências dos escolarizados.

Os lexemas que mais apresentaram produtividade fraseológica foram os relacionados com a natureza, como arco-íris, com 29 ocorrências; temporal, com 21 ocorrências e relacionados com o tempo como transanteontem, com 26 ocorrências e anteontem, com 21 ocorrências. De modo geral, os lexemas selecionados na pesquisa as confirmaram características mais marcantes da fraseologia: (a) pluriverbalidade; (b) fixação; (c) idiomaticidade e (d) institucionalização, o que revelam a regularidade destas unidades na estrutura sintagmática e suas restrições combinatórias, sejam oriundas do léxico mental de informantes escolarizados ou analfabetos.

SOBRE O AUTOR



Natural de Iguatu (CE). Nasceu em 1961. Filho de Pedrina Maria da Silva Martins, lavadeira, mãe generosa e visionária, que muito se empenhou na sua formação básica e se engajou diligentemente no seu ingresso e a permanência no Colégio Militar de Fortaleza (CMF), no período de 1976 a 1982. Não conheceu o pai. Ao deixar o CMF, graduou-se em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (1987), fez mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (FACED, 1996) da Universidade Federal do Ceará, com a dissertação **“Constituição e educação: análise evolutiva da educação na organização constitucional do Brasil”**, sob a orientação do Dr. André Haguette (UFC) e doutorado em Linguística (2013) com a tese **“Estratégias de Compreensão de Expressões Idiomáticas por Não Nativos do Português Brasileiro”**, sob a orientação da Dra. Rosemeire Selma Monteiro-Plantin (UFC) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal do Ceará. Em 1989, participou do processo de elaboração do Capítulo da Educação da Constituição do Estado do Ceará, com a proposição e aprovação de 20 artigos educacionais que hoje figuram na Carta Estadual. Em 1990, também colaborou na elaboração da Lei Orgânica de Fortaleza com a aprovação de, ao menos, 30 artigos na área educacional que hoje fazem parte da Carta Municipal. Desde 1994, em virtude de concurso público, mudou-se com a família para Sobral (a 220 km de Fortaleza/CE), onde atua como docente de Linguística do Curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Além de dedicar-se entusiasticamente a pesquisas linguísticas

(Psicolinguística, Fraseologia, Etimologia e Descrição do Português), tem se interessado em estudos educacionais (Legislação Educacional, BNCC, Acordo Ortográfico, EJA, Educação Básica, Educação Inclusiva etc.) e atuado ativamente nas áreas de Formação de Professores, em nível de pós-graduação, e como docente nos cursos de Especialização em Língua Portuguesa e Psicopedagogia, respectivamente. Durante 10 anos, atuou na área de ensino de Língua Portuguesa e de língua espanhola na educação básica, em Fortaleza. Lotado no Curso de Letras do Centro de Filosofia, Educação e Letras (CENFLE) da UVA, tem, ao longo dos anos, ministrado disciplinas como Fonética e Fonologia do Português, Aquisição da Linguagem e Estilística do Português, áreas em que escreveu muitos artigos científicos e livros. Na pós-graduação *stricto sensu*, tem participado, como examinador externo, dos Programas de Pós-Graduação em Universidade Federal do Ceará (UFC) e de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenou, na UVA, de 2015 a 2017, o subprojeto de Letras (Língua Portuguesa) do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e coordenou de 2018-2020 o Programa de Residência Pedagógica da CAPES/MEC. Possui Estágio Pós-Doutoral em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, sob a supervisão da Prof.^a Dra. Livia Marcia Tiba Radis Baptista (UFBA) com a pesquisa **“Frasemário Cultural: Identificação, Classificação e Constituição de Corpus de Culturemas nos Romances do Nordeste Brasileiro”** (2016-2017). No momento, cursa seu segundo estágio de pós-doutorado pela UFC (2019-2020), na área de Linguística, com pesquisa sobre **“Os Culturemas no Discurso Lítero-Musical das Letras de Canção Brasileira”**, sob a supervisão da Prof.^a Dra. Roseimeire Selma Monteiro-Plantan (UFC). Mais recentemente publicou livros nas áreas de educação, linguística, ensino de língua portuguesa e poesias, todos pela editora *Pedro & João Editores* (consultar títulos em <http://www.pedroejoaoeditores.com.br/>). Contatos para eventos e palestras em todo o Brasil, presenciais ou virtuais, favor enviar convite ou proposta para **vicente.martins@uol.com.br**.

“A grande quantidade, a frequência e a constância de uso das expressões fixas na composição do discurso indicam que não se pode tratar o grupo como marginal. Essas características sugerem ainda que não é possível imaginar uma teoria linguística adequada para o português que não incorpore os fraseologismos como um traço proeminente da língua.”

(Lúcia Fulgêncio, doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.)

“As expressões idiomáticas vêm recebendo mais atenção por parte dos especialistas, principalmente na área da tradução e da lexicografia. No âmbito da linguística, existem vários trabalhos que valorizam o ensino das Els voltado para o ensino de línguas estrangeiras, ao passo que, para o ensino de português como língua materna, a discussão ainda é bem tímida.

(Aline Luiza da Cunha, doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais)

“A fraseologia mostra que a língua é um código que está em relação estreita com outros códigos. Essa observação tem importância particular na aprendizagem de uma língua (materna ou estrangeira), em outras palavras, não se aprende apenas uma língua, aprende-se igualmente um código cultural.”

(René Gottlieb Strehler, Doutorado em Sciences du Langage - Université de Nice-Sophia Antipolis (2002). Professor Adjunto da Universidade de Brasília)

